



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS DE
LINGUAGENS

VANESSA CRISTINA MARTINS BENKE

TABUS LINGUÍSTICOS NAS CAPITAIS DO BRASIL: UM
ESTUDO BASEADO EM DADOS
GEOSOCIOLINGUÍSTICOS.

Campo Grande – MS
março – 2012

VANESSA CRISTINA MARTINS BENKE

**TABUS LINGUÍSTICOS NAS CAPITAIS DO BRASIL: UM
ESTUDO BASEADO EM DADOS
GEOSOCIOLINGUÍSTICOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Área de Concentração: Linguística e Semiótica, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aparecida Negri Isquerdo.

Campo Grande – MS
março – 2012

VANESSA CRISTINA MARTINS BENKE

**TABUS LINGUÍSTICOS NAS CAPITAIS DO BRASIL: UM
ESTUDO BASEADO EM DADOS
GEOSOCIOLINGUÍSTICOS.**

APROVADA POR:

APARECIDA NEGRI ISQUERDO, DOUTORA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS)

ELIZABETE APARECIDA MARQUES, DOUTORA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS)

VANDERCI DE ANDRADE AGUILERA, DOUTORA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL)

Campo Grande, MS, ____ de _____ de _____.

DEDICATÓRIA

Ao meu amado esposo, Fabiano de Moraes Benke, pelo amor, pelo companheirismo e por ter estado ao meu lado durante todo o período do Mestrado, incentivando-me, proferindo-me palavras de ânimo em momentos de angústia e pela confiança em mim depositada.

AGRADECIMENTOS

A realização do Mestrado representou para mim não apenas a oportunidade de “avançar mais um degrau” no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, um avanço no nível pessoal, pois me permitiu “quebrar certas barreiras” e enxergar um potencial até então escondido em mim. Portanto, agradeço a todos os que estiveram comigo nesta caminhada:

em especial a Deus, pela vida, e por toda sabedoria a mim concedida para a concretização deste trabalho;

à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Aparecida Negri Isquierdo, por todos ensinamentos e orientações a mim transmitidos desde o período de Iniciação Científica que, indubitavelmente, contribuíram significativamente para o bom desempenho de meus estudos em nível de Mestrado. A ela os meus agradecimentos pela orientação e pela credibilidade em mim depositada para realização desta pesquisa;

ao Projeto ALiB, em especial à Professora Dr.^a Suzana Alice Cardoso, Presidente do Comitê Nacional, por autorizar a utilização do *corpus* do Projeto para a realização deste estudo;

ao Professor Dr. Auri Claudinei Matos Frübel e à Professora Dra. Elizabete Aparecida Marques, pelas contribuições apresentadas por ocasião do Exame de Qualificação, e à Professora Dra. Cleonice Cândida Gomes por sua participação na banca como membro suplente e pelas sugestões apresentadas;

à CAPES, pelo apoio financeiro, por meio da concessão de permitiu a dedicação integral ao curso de Mestrado;

ao meu esposo, Fabiano de Moraes Benke, por ter me concedido do seu tempo para me auxiliar em questões técnicas;

ao Wallace Marins, Analista de Sistema, pela elaboração do Banco de Dados que abrigou os dados analisados pela gentileza de disponibilizar-me o acesso ao banco para fins de armazenamento dos dados da minha pesquisa;

à minha amiga “Lu” – Luciene Gomes Freitas Marins –, pela amizade sincera dentro e fora do âmbito acadêmico, por sua prontidão em sempre me ajudar, pelo companheirismo e pelas palavras de ânimo em momentos angustiantes no caminhar da dissertação;

ao colega de mestrado Thiago, por ter, gentilmente, traduzido os textos das citações em língua espanhola para a língua portuguesa;

à colega Margarete Toribio, pelo companheirismo durante o período do Mestrado e pelo pronto atendimento nos envios, via e-mail, das etimologias de determinadas unidades lexicais que integraram o *corpus* deste estudo;

a todas bolsistas e voluntárias que desenvolvem Projeto de Iniciação Científica e de Apoio Técnico, sob a orientação da Professora Dr.^a Aparecida Negri Isquerdo, por terem acompanhado a minha trajetória durante o período do Mestrado e pelo pronto atendimento no fornecimento de informações sobre o projeto ALiB, sempre que se fez necessário;

ao Professor Geraldo Vicente Martins, coordenador do Mestrado em Estudos de Linguagens, pela dedicação e seriedade com que tem conduzido a coordenação do Programa;

a Ana Carla, secretária do Mestrado, pela sua presteza no atendimento aos alunos do Mestrado;

à minha família, “o meu bem mais precioso”, que apesar da distância depositaram em mim amor, apoio e confiança: meu pai José dos Santos, minha mãe Vilma Martins, meus irmãos Rodrigo, Wagner e Jaqueline e meus avós maternos Teresinha (*in memoriam*) e Waldemar;

a todos os meus amigos e irmãos de fé, pela amizade, pelo apoio e pelas palavras de ânimo. Em especial, a Luciana Chaves pela amizade sincera, pela irmandade, pelas orações e, acima de tudo, por ter sido tão compreensiva durante esse período de redação da dissertação que exigiu o meu afastamento do seu convívio.

A todos o meu muito obrigada!

A linguagem – a fala humana – é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana [...] A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, ela é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade.

Louis Hjelmslev (1975)

BENKE, Vanessa Cristina Martins. *Tabus linguísticos nas capitais do Brasil: um estudo baseado em dados geossociolinguísticos*. 2012. 313 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo mais amplo o estudo do léxico, na perspectiva dos tabus linguísticos, com base em dados geolinguísticos extraídos do Banco de Dados do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), entrevistas realizadas com 200 informantes de 25 capitais brasileiras, com o seguinte perfil: duas faixas etárias (18 a 30 e 50 a 65 anos), de ambos os sexos, com dois níveis de escolaridade: até Ensino Fundamental e Ensino Superior, nascidos e criados na localidade e filhos de pais nascidos na mesma região linguística. O *corpus* estudado foi constituído por designações fornecidas como respostas para cinco perguntas do QSL – Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB, vinculadas a três áreas semânticas: *ciclos da vida*: QSL 121 – “menstruação”; *convívio e comportamento social*: QSL 137 – “pessoa pouco inteligente”; QSL 141 – “marido traído” e QSL 142 – “prostituta”, e *religião e crenças*: QSL 147 – “diabo”. O estudo teve ainda como propósito identificar possíveis recursos substitutivos dos vocábulos tabus empregados pelos falantes das capitais e, por extensão, as unidades lexicais que se configuraram como tabuísticas e como eufêmicas. Tendo em vista a natureza do *corpus* selecionado para este estudo, buscou-se respaldo teórico-metodológico na Linguística, em especial, na Lexicologia, na Semântica e na Dialectologia/Geolinguística, além de fundamentos em áreas afins como a Antropologia, a Sociolinguística e a Etnolinguística. Os dados foram examinados sob as perspectivas diatópica, diastrática (escolaridade), diassexual e diageracional e permitiram identificar: a) o uso de designações tabuísticas e eufêmicas para designar os referentes selecionados; b) o emprego de diversos recursos substitutivos da palavra tida como tabu; c) a demonstração de interferências de fatores sociais atuando nas opções lexicais dos falantes no processo de nomeação dos referentes pesquisados; d) marcas de influências linguísticas no vocabulário dos habitantes das localidades estudadas decorrentes de aspectos históricos e geográficos; e) evidências de traços isoglóssicos na fala dos habitantes das capitais pesquisadas; f) manifestação de certas especificidades linguísticas no léxico dos habitantes das capitais do Brasil; g) marcas de conservadorismos linguísticos na fala de informantes idosos e uma tendência à manutenção na fala dos jovens. Por fim, o resultado da pesquisa permitiu identificar a dinamicidade da língua em uso e as interferências sofridas por ela nos níveis social, cultural, histórico e geográfico. Nesse particular, observaram-se atitudes linguísticas do falante frente a assuntos que reportam a tabus, evidenciando a manifestação de pudor/decoro, de crenças e de superstições no âmbito mágico-religioso materializadas no léxico do grupo investigado. Em síntese, este estudo referendou a estreita relação entre as escolhas lexicais dos falantes e a cosmovisão de uma sociedade.

Palavras-chave: 1) Léxico; 2) Tabus linguísticos; 3) Eufemismos; 4) Projeto ALiB; 5) Capitais brasileiras.

BENKE, Vanessa Cristina Martins. *Linguistic taboos in the Brazilian capitals: a study based on geographic and sociolinguistic data*. 2012. 313 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

ABSTRACT

This work aimed to study the lexicon from the perspective of linguistic taboos based on geolinguistic data from ALiB Project (Brazilian Linguistic Atlas): interviews with 200 people in 25 Brazilian capitals with the following profile: two age groups (18-30 and 50-65 years old), males and females with primary school and graduation, born and raised in analyzed towns and whose both parents were also born and raised in the same linguistic area. The studied corpus consisted of names provided as answers to five questions of Lexical-Semantic Questionnaire of ALiB Project, linked to three semantic areas: *life cycles*: QSL 121 – “menstruation”, *living and social behavior*: QSL 137 – “stupid person”; QSL 141 – “cuckold” and QSL 142 – “prostitute”, and *religion and beliefs*: QSL 147 – “devil”. The study also had the purpose to identify potential replacement resources of taboo words used by Brazilian capital inhabitants, and, by extension, the lexical units that are configured as euphemistic and as taboo words. Given the nature of the corpus for this work, we sought theoretical and methodological support in Linguistics, especially in Lexicology, Semantics, Dialectology and Geolinguistics, besides fundamental of related fields such as Anthropology, Sociolinguistics and Ethnolinguistics. Data were examined from the perspectives of place, grade of instruction, genre and age and permitted to identify: a) the use of taboo and euphemistic words to name selected referents; b) the use of various resources to substitute the word considered taboo; c) evidences of social feature interferences in lexical choices of the speakers; d) marks of linguistic influences in the vocabulary of the inhabitants of studied cities, due to historical and geographical aspects; e) evidences of isoglosses on the capital citizen speech; f) expression of certain linguistic specificities in the lexicon of these inhabitants; g) marks of linguistic conservatism in the speech of older informants and a tendency to maintenance in the language of young people. Finally, the result of this research permitted to identify the dynamism of language in use and the interferences on it in the social, cultural, historical and geographical levels evinced by it. In that case, linguistic attitudes were observed in matters that are related to taboos, indicating the manifestation of decorum/modesty, beliefs and superstitions on magic-religious field materialized in the lexicon of the investigated groups. In summary, this study confirmed the close relationship between lexical choices and worldview of a society.

Keywords: 1) Lexicon; 2) Linguistic taboos; 3) Euphemistic words; 4) ALiB Project; 5) Brazilian capitals.

LISTA DE CARTAS

Carta 01 – QSL 121 “menstruação”/Maior produtividade/Distribuição diatópica.	103
Carta 02 – QSL 121 “menstruação”/Bode/Distribuição diatópica.	107
Carta 03 – QSL 121 “menstruação”/Metáforas/Distribuição diatópica.	109
Carta 04 – QSL 121 “menstruação”/Paquete/Distribuição diatópica.	115
Carta 05 – QSL 137 “pessoa pouco inteligente”/Maior produtividade/Distribuição diatópica.	135
Carta 06 – QSL 137 “pessoa pouco inteligente”/Rude/rudo/Dimensão diageracional.	140
Carta 07 – QSL 137 “pessoa pouco inteligente”/Metáforas/Distribuição diatópica.	144
Carta 08 – QSL 141 “marido traído”/Maior produtividade/Distribuição diatópica.	161
Carta 09 – QSL 141 “marido traído”/Galhudo/boi/Distribuição diatópica.	163
Carta 10 – QSL 141 “marido traído”/Metáforas/Distribuição diatópica.	168
Carta 11 – QSL 142 “a mulher que se vende”/Maior produtividade/Distribuição diatópica.	194
Carta 12 – QSL 142 “a mulher que se vende”/Rapariga/Distribuição dialetal.	196
Carta 13 – QSL 142 “a mulher que se vende”/Metáforas/Distribuição diatópica.	198
Carta 14 – QSL 142 “mulher que se vende”/ Brasil/Capitais/Dimensão diageracional.	203
Carta 15 – QSL 147 “quem está no inferno”/Maior produtividade/Distribuição diatópica.	222
Carta 16 – QSL 147 “quem está no inferno”/Cão/Distribuição dialetal.	224
Carta 17 – QSL 147 “quem está no inferno”/Eufemismos/Distribuição diatópica.	229

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Distinção entre tabus linguísticos e interdição, conforme Casas Gómez (1986).	50
Figura 02 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – <i>login</i> e senha para acesso.	82
Figura 03 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – tela de acesso ao cadastro e visualização.	83
Figura 04 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – diferentes filtragens de acesso às cidades pesquisadas.	84
Figura 05 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – diferentes filtragens de acesso aos informantes.	84
Figura 06 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – diferentes filtragens de acesso às questões.	85
Figura 07 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – visualização de acesso ao relatório de questões/respostas.	86
Figura 08 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – visualização de acesso ao relatório de percentuais “geral”.	86
Figura 09 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – visualização de acesso ao relatório de percentuais “detalhado”.	87
Figura 10 – Fluxograma ilustrativo de designações para <i>prostituta</i> formadas com a unidade lexical “mulher”.	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para designar “o sangue que as mulheres perdem todos os meses”, segundo cada região do Brasil.	101
Gráfico 02 – Distribuição percentual da designação <i>menstruação</i> nas capitais da região Centro-Oeste.	102
Gráfico 03 – Distribuição percentual da designação <i>chico</i> nas capitais da região Sudeste.	110
Gráfico 04 – Distribuição percentual da variante <i>chico</i> , nas capitais brasileiras, segundo a variável faixa etária.	111
Gráfico 05 – Distribuição percentual da variante <i>regra</i> , nas capitais brasileiras, segundo a faixa etária.	111
Gráfico 06 – Distribuição percentual das designações <i>boi</i> e <i>bode</i> , nas capitais brasileiras, segundo a variável sexo.	112
Gráfico 07 – Distribuição percentual das designações <i>boi</i> e <i>bode</i> nas capitais brasileiras, segundo a variável faixa etária.	113
Gráfico 08 – Distribuição percentual das designações <i>boi</i> e <i>bode</i> , nas capitais brasileiras, segundo a variável escolaridade.	113
Gráfico 09 – Distribuição diatópica das cinco unidades lexicais mais produtivas para nomear a pessoa “pouco inteligente”, distribuídas segundo as regiões do Brasil.	132
Gráfico 10 – Distribuição percentual da designação <i>burro</i> nas capitais da região Sul.	134
Gráfico 11 – Distribuição percentual da variante <i>rude/rudo</i> nas capitais brasileiras, segundo a faixa etária.	137
Gráfico 12 – Distribuição percentual da designação <i>rude/rudo</i> nas capitais da região Centro-Oeste.	138
Gráfico 13 – Distribuição percentual da designação <i>rude/rudo</i> nas capitais da região Norte.	138
Gráfico 14 – Distribuição percentual das metáforas registradas para designar a pessoa “pouco inteligente”, segundo as variáveis faixa etária e sexo.	142
Gráfico 15 – Distribuição percentual das metáforas registradas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável escolaridade.	143
Gráfico 16 – Distribuição percentual dos registros de fraseologismos para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável faixa etária.	146
Gráfico 17 – Distribuição percentual dos registros dos itens lexicais eufêmicos para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável escolaridade.	147
Gráfico 18 – Distribuição percentual das unidades lexicais tabuísticas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável sexo.	148
Gráfico 19 – Distribuição percentual das unidades lexicais tabuísticas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável faixa etária.	148
Gráfico 20 – Distribuição percentual das unidades lexicais tabuísticas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável escolaridade.	149
Gráfico 21 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo cada região do Brasil.	159
Gráfico 22 – Distribuição percentual da designação <i>cornio</i> nas capitais	160

da região Norte.

Gráfico 23 – Distribuição percentual das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo a variável sexo.	164
Gráfico 24 – Distribuição percentual das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo a variável faixa etária.	165
Gráfico 25 – Distribuição percentual das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo a variável escolaridade.	166
Gráfico 26 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para nomear “a mulher que se vende para qualquer homem”, segundo cada região do Brasil.	191
Gráfico 27 – Distribuição percentual da designação <i>prostituta</i> nas capitais da região Sul.	192
Gráfico 28 – Distribuição percentual de <i>rapariga</i> segundo as variáveis faixa etária e sexo.	199
Gráfico 29 – Distribuição percentual da designação <i>puta</i> segundo a variável sexo.	200
Gráfico 30 – Distribuição percentual da designação <i>mulher da vida</i> segundo a variável sexo.	201
Gráfico 31 – Distribuição percentual de <i>mulher vagabunda</i> segundo a variável escolaridade.	201
Gráfico 32 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para nomear o “diabo”, segundo cada região do Brasil.	220
Gráfico 33 – Distribuição percentual da designação <i>diabo</i> nas capitais da região Sul.	221
Gráfico 34 – Distribuição percentual da variante <i>capeta</i> segundo a variável sexo.	225
Gráfico 35 – Distribuição percentual da variante <i>satanás</i> segundo a variável idade.	226

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Perfil dos informantes do Projeto ALiB.	76
Quadro 02 – Descrição dos pontos de inquéritos do Projeto ALiB – capitais de Estado.	77
Quadro 03 – Descrição dos números, das áreas semânticas e dos conceitos das perguntas selecionadas para esta pesquisa.	78
Quadro 04 – Demonstração da quantidade de unidades lexicais obtidas como respostas para as perguntas selecionadas.	88
Quadro 05 – Unidades lexicais “base” e designações derivadas para nomear o conceito “menstruação”.	89
Quadro 06 – Classificação das designações para a pessoa “pouco inteligente” segundo a categoria semântica.	118
Quadro 07 – Designações metafóricas para a pessoa “pouco inteligente”.	141
Quadro 08 – Unidades fraseológicas documentadas para a pessoa “pouco inteligente”.	145
Quadro 09 – Designações de caráter eufêmico para a “pessoa pouco inteligente”.	146
Quadro 10 – Designações de caráter tabuístico para a pessoa “pouco inteligente”.	147
Quadro 11 – Designações pejorativas para designar o “marido traído”.	167
Quadro 12 – Marcas dialetais dicionarizadas e documentadas pelo Projeto ALiB.	205
Quadro 13 – Designações para o “diabo” classificadas segundo o cristianismo e o umbandismo.	218
Quadro 14 – Designações eufêmicas para o “diabo” fornecidas somente por idosos.	226
Quadro 15 – Designações eufêmicas para nomear o “diabo” fornecidas por jovens e idosos.	227

LISTA DE SIGLAS

ALAM	Atlas Linguístico do Amazonas
ALERS	Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALiPP	Atlas Linguístico de Ponta-Porã
ALISPA	Atlas Linguístico sonoro do Pará
ALMESEMT	Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso
ALMS	Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALPR II	Atlas Linguístico do Paraná II
ALS	Atlas Linguístico de Sergipe
ALS II	Atlas Linguístico do Sergipe II
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico- Lexical
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS	21
1.1 Traçando algumas considerações acerca do inter-relacionamento léxico-cultura-sociedade.	21
1.2 Os estudos dialetológicos: apresentando algumas considerações.	28
1.3 Alguns pressupostos acerca da norma linguística.	33
1.4. A palavra proibida.	41
1.4.1 Os tabus.	41
1.4.1.1. Os tabus linguísticos.	45
1.4.2. A dimensão mágico-religiosa da palavra.	51
1.4.3. Mito e linguagem: algumas relações	53
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DAS REGIÕES BRASILEIRAS	57
2.1. Região Norte.	57
2.2. Região Nordeste.	61
2.3. Região Sudeste.	65
2.4. Região Centro-Oeste.	68
2.5. Região Sul.	71
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	75
3.1. Caracterizando o Projeto ALiB.	75
3.2. Procedimentos adotados para a realização deste estudo.	78
3.3. Descrição do Banco de Dados.	81
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	88
4.1 Apresentação.	88
4.2. QSL 121 – “o sangue que a mulher perde todos os meses”.	89
4.2.1. Análise semântica.	89
4.2.2. Análise geossociolinguística.	100
4.3. QSL 137 – “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”.	117
4.3.1. Análise semântica.	117
4.3.2. Análise geossociolinguística.	132
4.4. QSL 141 – “marido traído”.	151
4.4.1. Análise semântica.	151
4.4.2. Análise geossociolinguística.	158
4.5. QSL 142 – “a mulher que se vende para qualquer homem”.	170
4.5.1. Análise semântica.	170
4.5.2. Análise geossociolinguística.	190
4.6. QSL 147 – “quem está no inferno”.	207
4.6.1. Análise semântica.	207
4.6.2. Análise geossociolinguística.	220
CONCLUSÃO	232
REFERÊNCIAS	237
APÊNDICE A – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	244
APÊNDICE B – Designações documentadas para o QSL 137 – “pessoa pouco inteligente”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	255

APÊNDICE C – Designações documentadas para o QSL 141 – “marido enganado”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	266
APÊNDICE D – Designações documentadas para o QSL 142 – “prostituta”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	275
APÊNDICE E – Designações documentadas para o QSL 147 – “diabo”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	290
ANEXO A – Declaração de autorização de uso do corpus para a pesquisa.	301
ANEXO B – Excerto do Questionário Semântico-Lexical (Projeto ALiB) – áreas semânticas ciclos da vida, convívio e comportamento social e religião e crenças.	302
ÍNDICE REMISSIVO	305
1. Índice remissivo dos itens lexicais estudados.	305
2. Índice de palavras específicas.	312

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o léxico com ênfase para a questão dos tabus linguísticos a partir de itens lexicais relacionados a aspectos da vida social como a sexualidade, os ciclos da vida, as dificuldades no aprendizado, a dimensão mágico-religiosa, nomeadamente entidades sobrenaturais. O *corpus* deste estudo foi obtido junto ao Banco de Dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), que utiliza como instrumento de coleta de dados um questionário linguístico (Questionários, 2001)¹, composto de três tipos de questionários: o fonético-fonológico (QFF), o semântico-lexical (QSL) e o morfossintático (QMS), além de questões de prosódia, de perguntas metalinguísticas e de pragmática, dos temas para discursos semidirigidos e de texto para leitura. Para a pesquisa que deu origem a esta dissertação de Mestrado foram selecionadas as respostas fornecidas para 05 perguntas de três áreas semânticas do Questionário Semântico-Lexical (QSL)², pelos informantes do Projeto ALiB de 25 capitais do Brasil: QSL 121 – área semântica *ciclos da vida*; QSL 137, 141 e 142 – área semântica *convívio e comportamento social*; e QSL 147 – área semântica *religião e crenças*. As unidades lexicais auferidas como resposta para as perguntas selecionadas para o estudo estão disponibilizadas na seção de apêndices deste trabalho, com as indicações das capitais em que foram documentadas e do perfil dos informantes que as mencionaram.

A seleção das áreas semânticas *ciclos da vida*, *convívio e comportamento social* e *religião e crenças* decorreu do fato de elas contemplarem perguntas que apresentam conceitos que tendem a uma natureza tabuística, promovendo, portanto, no indivíduo o sentimento de medo, de pudor, bem como a manifestação de crenças que, por sua vez, interferem no léxico do grupo investigado. Ilustra isso, numa situação de pudor, o uso da designação *rude* em substituição a *burro* para nomear a “pessoa pouco inteligente”.

Trata-se do primeiro estudo com foco na questão dos tabus linguísticos, realizado com base em dados geolinguísticos do Projeto ALiB, oriundos de todas as capitais brasileiras, relativos às áreas semânticas em questão. Um estudo das designações para nomear os

¹ Belli Rodrigues (2004, p. 92) salienta que, de acordo com o Comitê Nacional do Projeto ALiB (2001), a formulação do questionário teve como base “estudos regionais, questionários de atlas já publicados e em vias de publicação, bem como os do ALiR (*Atlas Linguistique Roman* e do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza*)”.

² Esse questionário (QSL) é dividido em 14 áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e vida urbana.

conceitos “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas” e “a mulher que se vende para qualquer homem” foi realizado por Benke (2008), a partir dos dados do Projeto ALiB, obtidos por meio das entrevistas realizadas nas três capitais da região Centro-Oeste, como Projeto de Iniciação Científica, sob a orientação da Professora Doutora Aparecida Negri Isquerdo. Outros estudos na perspectiva dos tabus linguísticos foram realizados por Almeida (2007) como Tese de Doutorado e por Vilaça (2009) como Dissertação de Mestrado. A primeira analisou a questão dos tabus linguísticos com base em dados documentados em seis Atlas Linguísticos brasileiros e teve como produto final a elaboração de um glossário de tabus linguísticos. Já a segunda, sob o ponto de vista da Análise do Discurso, estudou os tabus linguísticos representados em mensagens publicitárias brasileiras veiculadas em outdoors e em revistas.

A relevância em estudar os tabus linguísticos recai sobre dois aspectos: o linguístico e o antropocultural. Os tabus linguísticos estão diretamente ligados à língua, isso porque, segundo crenças arraigadas em determinadas culturas, o nome que designa um ente maligno, por exemplo, evoca os mesmos poderes sobrenaturais atribuídos a essa entidade, ou, ainda, por uma questão de pudor ou de decoro frente a assuntos desagradáveis, o falante não profere certas palavras de caráter depreciativo. Em vista disso, é bastante comum o usuário da língua recorrer a diferentes recursos substitutivos no intuito de amenizar a carga semântica tabuística expressa na palavra objeto de tabu. Logo, a palavra substituída por um eufemismo, por exemplo, “acarretará muitas vezes um ajustamento no significado do substituto, e, deste modo, o tabu é uma causa importante de mudanças semânticas” (ULLMANN, 1964, p. 426). São vários os recursos substitutivos de que os falantes se valem com o objetivo de não pronunciar uma palavra tida como tabu. Sobre isso, Coseriu (1982, p. 69) adverte que “os tabus linguísticos facilitam a difusão de criações metafóricas, pois as palavras tidas como tabus, ao serem evitadas, são substituídas por empréstimos, eufemismos, circunlóquios, metáforas, antífrases, etc”. Este estudo tem, pois, como um dos objetivos identificar no léxico dos habitantes das localidades pesquisadas diferentes recursos substitutivos a que os falantes recorreram no intuito de não mencionar a palavra considerada tabu e, por extensão, identificar influências que isso promove no léxico da língua como, por exemplo, a criação de neologismos, deformações fonéticas, criações metafóricas, entre outros.

Do ponto de vista antropocultural, o estudo dos tabus linguísticos pode evidenciar aspectos relativos à maneira como um povo vê e concebe a realidade em que vive, isto é, suas crenças, seus valores e suas ideologias. Esses aspectos, por sua vez, tendem a refletir-se na língua, sobretudo, no léxico, já que esse é o nível da língua que “mais nitidamente reflete o

ambiente físico e social dos falantes” (SAPIR, 1969, p. 45). Nessa perspectiva, pode-se conceber a língua não apenas como um meio de comunicação entre os indivíduos de uma comunidade linguística, mas, sobretudo, como um sistema veiculador de valores sociais e culturais pertinentes a um grupo linguístico, que reflete a visão de mundo, a realidade sociocultural que circunda esse grupo. Essa questão nos reporta à hipótese Sapir-Whorf que sustenta a tese de que “língua e cultura estão de tal forma inter-relacionadas, que os homens vêem o mundo através do modelo configurativo que as línguas lhe proporcionam” (ELIA, 1987, p. 52). Outro teórico que discute a inter-relação entre língua, sociedade e cultura é Schaff (1964), estudioso que também sustenta a tese de que a linguagem reflete a visão de mundo concebida por uma comunidade: “a linguagem é uma visão do mundo, não só porque a sua extensão é igual à do mundo, mas também porque o espírito, graças à transformação da realidade pela linguagem, pode captar a unidade do mundo” (SCHAFF, 1964, p.24-25). Nesse sentido, este trabalho busca evidenciar aspectos da visão de mundo de falantes das 25 capitais brasileiras, expressa em seus hábitos linguísticos, especificamente no âmbito da norma lexical.

Assim, à medida que busca identificar, no vocabulário dos habitantes das capitais brasileiras, crenças, valores, orientações religiosas, enfim, condutas sociais que marcam antropologicamente cada grupo social, o produto deste estudo fornece dados também para um maior conhecimento da realidade sócio-histórico-cultural das cinco regiões administrativas do Brasil, razão pela qual, mantém interfaces com diferentes áreas de investigação nas quais busca respaldo, como a Dialetoлогия, a Geolinguística, a Lexicologia, Etnolinguística, a Sociologia, a Antropologia, entre outras áreas afins. Aos estudiosos da Linguística, o produto deste estudo poderá ser de significativa relevância, tendo em vista que a língua, especialmente o léxico de um grupo de falantes, sofre influências de diversas circunstâncias extralinguísticas. Logo, tem-se como meta também contribuir para a descrição da realidade linguística brasileira, em sua modalidade oral, oferecendo subsídios para a descrição do léxico, não só em seu aspecto linguístico, mas também a partir de critérios sociais, culturais e históricos.

Em síntese, este estudo tem por objetivo geral identificar e analisar itens lexicais que designam os valores, as crenças e a cultura do falante frente a temas que remetam a fenômenos mágico-religiosos e a convenções sociais, materializados em tabus linguísticos. Para tanto, a pesquisa orienta-se ainda pelos seguintes objetivos específicos: a) identificar, descrever e analisar unidades lexicais que nomeiam referentes relacionados às áreas semânticas *ciclos da vida, convívio e comportamento social e religião e crenças* nas capitais

brasileiras; b) identificar em que medida os fatores sociais, culturais, religiosos e históricos das localidades pesquisadas influenciam no vocabulário dos informantes; c) identificar as unidades lexicais que se configuram como tabuísticas e como eufêmicas, bem como os diferentes recursos substitutivos da palavra tabu empregados pelo falante, com base nos pressupostos de Guérios (1979); d) identificar no vocabulário das localidades pesquisadas possíveis ocorrências de criações neológicas e metafóricas decorrentes dos tabus linguísticos; e) analisar os itens lexicais documentados sob o ponto de vista diatópico, diastrático, diageracional e diagenérico; f) identificar a norma lexical dos habitantes das capitais dos Estados pesquisados, no que tange às três áreas semânticas selecionadas.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O Capítulo I discute a fundamentação teórica que embasou a pesquisa. No item 1.1 são apresentadas considerações concernentes ao léxico, com ênfase nas questões socioculturais que permeiam o estudo desse nível da língua. Já o item 1.2 traça considerações teórico-metodológicas sobre a Dialectologia/Geolinguística e a descrição das diferentes fases dos estudos dialetais no Brasil. Na sequência, o item 1.3 focaliza o conceito de norma/norma regional e questões relativas ao fenômeno da variação linguística. Já o item 1.4, intitulado “A palavra proibida”, é dedicado à discussão da questão dos tabus e, por extensão, dos tabus linguísticos; integram esse tópico também algumas considerações acerca do conceito de metáfora. Em seguida, o item 1.4.2 focaliza a dimensão mágico-religiosa da palavra, e no subitem 1.4.3 discute-se a relação entre mito e linguagem.

O Capítulo II, por sua vez, contém uma breve contextualização histórico-geográfica das regiões do Brasil, enquanto o capítulo III apresenta as considerações metodológicas adotadas para a realização da pesquisa, além de contextualizar o Projeto ALiB, ao qual este trabalho está vinculado, uma vez que a utilização do *corpus* ainda inédito foi autorizada pela presidente do Comitê Nacional de coordenação do Projeto. Nesse capítulo é apresentada a descrição do *software* criado para armazenamento dos dados da pesquisa e descrita a proposta de análise dos dados.

Já o Capítulo IV contém a análise dos dados que considerou as dimensões semântica e diatópica das unidades lexicais apuradas como resposta para cada pergunta selecionada. Em seguida, são apresentadas as conclusões finais da pesquisa, as referências que a embasaram, os apêndices, os anexos e o índice remissivo contendo as unidades lexicais estudadas e as palavras que remetem ao objeto de estudo e ao enfoque adotado para fins de análise desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo focaliza questões teóricas relacionadas às ciências que se ocupam do léxico, focalizando pressupostos teóricos acerca desse nível linguístico e da sua relação com aspectos de natureza sociocultural. Também são tecidas considerações acerca dos fundamentos teóricos que orientam as pesquisas dialetológicas e geolingüísticas. Na sequência, são discutidos pressupostos teóricos que embasam o estudo da norma linguística, com destaque para a questão da norma lexical e dos regionalismos. Em seguida, focaliza a questão dos tabus e, por extensão, dos tabus linguísticos, discutindo a questão da dimensão mágico-religiosa da palavra e da relação entre mito e linguagem.

1.1 Traçando algumas considerações acerca do inter-relacionamento léxico-cultura-sociedade

O ato de comunicação entre indivíduos de uma sociedade implica a utilização de parte do repertório lexical da sua língua, ou especificamente, da norma linguística pertinente a determinado grupo linguístico. Ao tratar do acervo vocabular de uma língua e da competência lexical do falante, Biderman (2001a, p. 16) argumenta que

[...] qualquer indivíduo adulto, membro de uma sociedade, possui armazenado no cérebro o seu acervo linguístico pessoal que constitui parte do acervo linguístico da sua comunidade. No ato linguístico, ele se serve dessas virtualidades, gerando material de fala e de língua, que se acumulará ao longo da sua vida de membro de um grupo societário.

Na concepção de Túlio De Mauro (2000, p. 69), o léxico se configura como “todos aqueles muitíssimos vocábulos ou lexemas que, usados pelo menos por alguns falantes de uma comunidade, respondem às características da fonologia, da gramática e da formação de palavras típicas de uma certa língua”³. Vilela (1994, p. 10), por seu turno, define o léxico como

[...] a totalidade das palavras duma língua, ou, como o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade linguística, acerca das propriedades lexicais das palavras (propriedades fonético-fonológico-gráficas propriedades sintáticas e semânticas).

Ao tratar do caráter multifacetado do léxico, Lorente (2004, p. 20) o configura como uma “intersecção de caminhos”, dada as diversas perspectivas de estudo conferidas a esse

³ Conforme Biderman (2001a, p. 169-170), o termo *lexema* é utilizado para “designar a unidade léxica abstrata em língua”. Já *vocabulário* se define como “conjunto das lexias registradas na obra de um autor, por exemplo”.

nível da língua, em seus diferentes aspectos: fonológico, semântico, morfológico, sintático, pragmático.

Em face disso, para atender as diferentes nuances conferidas ao léxico, várias disciplinas dedicam-se a esse nível da língua: a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia e mais recentemente a Fraseologia. A Lexicologia é definida por Biderman (1998a, p. 14) como uma “ciência antiga, tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico”, enquanto Vilela (1994, p. 10) aponta como finalidade da Lexicologia o seguinte:

[...] fornecer os pressupostos teóricos e traçar as grandes linhas que coordenam o léxico duma língua. A sua função é apresentar as informações acerca das unidades lexicais necessárias à produção do discurso e caracterizar a estrutura interna do léxico, tanto no aspecto conteúdo, como no aspecto forma.

A Lexicografia, por seu turno, tem como objetivo a compilação de unidades lexicais em dicionários. Consoante Biderman (1998a, p. 15), “a análise da significação das palavras tem sido o objeto principal da Lexicografia”. A prática lexicográfica é, pois, uma atividade que vem de muitos séculos: “já existia nas culturas mais antigas do oriente, embora as primeiras obras tivessem particularidades organizacionais distintas dos dicionários atuais” (KRIEGER, 2006, p. 164). A Terminologia é o ramo das ciências do léxico que se ocupa do estudo do léxico especializado, normalmente acompanhado de glossários, dicionários especializados. Segundo Biderman (1998a, p. 17), “a Terminologia se ocupa de um subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano”.

Já a Fraseologia, uma disciplina considerada nova no ramo dos estudos lexicais, é ainda alvo de disparidades teóricas, não havendo, ainda, entre os pesquisadores da área, uma padronização, no que diz respeito ao ramo a que ela pertence ou à sua autonomia, enquanto disciplina. A Fraseologia tem como unidade de estudo as unidades fraseológicas (UFs) que se caracterizam pela composição de duas ou mais palavras; particularidade essa que a diferencia das demais unidades linguísticas como a palavra, por exemplo. O estudo das perguntas selecionadas para esta pesquisa identificou uma expressiva ocorrência de unidades fraseológicas fornecidas como designação aos referentes contemplados pelas perguntas selecionadas, como demonstraram, por exemplo, as formas *a mulher está de bode* para “menstruação” e *cabeça dura* para a “pessoa pouco inteligente”.

Outra perspectiva de análise do léxico é a sua interrelação com fenômenos socioculturais, uma vez que esse é o nível da língua que melhor representa a cultura, as crenças, os valores e a história de uma sociedade, de modo que as transformações que se

sucedam no âmbito desses aspectos têm repercussão no léxico, justamente pelo seu caráter dinâmico. Sendo assim, o léxico apresenta “pistas” do contexto sócio-histórico-cultural de uma comunidade linguística. Nesse contexto, ao discutir a relação entre a palavra e a visão de mundo de uma civilização por ela revelada, Matoré (1953, *apud* ELIA, 1987, p. 73) assegura que “a palavra-testemunha concretiza um fato de civilização típico para a compreensão da forma de pensar de um povo em certa fase de seu vir-a-ser no mundo. Está ligada ao meio social de onde emerge”. Partindo, pois, desse princípio, pode-se inferir que o léxico desempenha o papel de “testemunha” da realidade que circunda um grupo sócio-linguístico-cultural.

No entendimento de Isquierdo (1996, p. 93), o léxico de uma língua conserva “uma estreita relação com a história cultural da comunidade, uma vez que registra as diferentes mutações ocorridas na sociedade, enfim, as diversas formas de conhecimento que nela se instauram”. Isso se explica porque “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001a, p. 179). Logo, os usuários da língua também contribuem significativamente para a transformação do léxico, à medida que

[...] funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração continua do Léxico da sua língua. Nesse processo em desenvolvimento, o Léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares; daí resulta que unidades ou setores completos do Léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer [...] (BIDERMAN, 2001a, p. 179).

Nessa perspectiva, Oliveira (1999, 25-26) atesta que as transformações que se manifestam no nível lexical de uma língua acarretam mudanças semânticas em determinados vocábulos, contribuindo, assim, para o enriquecimento do léxico dessa língua. Para elucidar essa assertiva, recuperamos alguns exemplos discutidos por Isquierdo (2001, p. 91-92) que, ao analisar o campo léxico da atividade da seringa, confirma a força exercida pelo contexto extralinguístico no processo de nomeação, incluindo a atribuição de novos significados a formas linguísticas já existentes, motivados por condicionantes socioculturais característicos do meio, no caso, relacionados ao cotidiano do seringueiro⁴.

Essa estudiosa cita alguns verbos que assumiram sentidos distintos nas atividades dos seringueiros, como, por exemplo, *judiar* e *sangrar*. O primeiro verbo remete ao estado da madeira da árvore seringueira – *judiar a madeira*, “no sentido de maltratá-la o que ocorre quando não se respeita o ciclo natural de renovação da árvore”. Já o segundo verbo faz alusão

⁴ Esse trabalho analisa parte dos resultados obtidos por Isquierdo (1996), em sua Tese de Doutorado *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*, defendida na UNESP – Araraquara.

ao processo de coleta do látex – *sangrar a seringueira*, “referindo-se tanto aos primeiros cortes dados na árvore quando se inicia a produção, quanto à própria tarefa diária de cortar a seringueira no processo de coleta do látex” (ISQUERDO, 2001, p. 96). Nesse particular, a autora assevera que

[...] o trabalhador dos seringais vale-se de verbos que indicam ações próprias do ser humano para nomear diferentes fenômenos relacionados ao processo de coleta. Parece-nos que tal procedimento está relacionado a dois aspectos: a falta de itens lexicais específicos para nomear as diferentes particularidades inerentes à natureza do trabalho do grupo e a estreita ligação existente entre o homem/árvore que acaba por motivar uma quase “humanização” da seringueira – a única fonte de sustento desse trabalhador – e um forte compromisso com a preservação (ISQUERDO, 2001, p. 95).

O processo de expansão lexical de uma língua pode ocorrer também em decorrência da necessidade de seus usuários de nomear novos referentes. Isso contribui significativamente para o aparecimento de neologismos, fenômeno que, segundo Ferraz (2006, p.221-222), pode ocorrer no léxico de uma língua por meio de três mecanismos: “neologia formal”, “neologia semântica” e “neologia de empréstimos”. O primeiro consiste na construção de palavras segundo regras do próprio sistema da língua (níveis morfológico, sintático e fonológico). O segundo mecanismo se refere à expansão de sentido a partir de unidades lexicais já existentes na língua, enquanto o terceiro ocorre a partir de unidades léxicas pertencentes a outros sistemas linguísticos, adaptados ou não à nova língua.

Nesse contexto, situa-se o estrangeirismo que, na concepção de Oliveira (1999, p. 47), “poderá ter uma longa duração e ser logo dicionarizado, como também pode ter vida efêmera e sair de circulação, antes mesmo de ser registrado nos dicionários da língua que o adotou”. Os avanços científicos e tecnológicos, conforme a autora, também contribuem para a expansão lexical, já que nesse processo ocorre a “necessidade de se designar elementos da realidade emergente” (OLIVEIRA, 1999, p. 47).

Além de evidenciar aspectos da realidade física e cultural de determinados grupos linguísticos de uma dada localidade, o léxico revela, ainda, fatores sociais como idade, sexo, escolaridade e profissão⁵. A esse respeito, Isquierdo (2003, p. 178) assegura que

[...] o conjunto de vocábulos que integra o universo lexical de uma língua, por reproduzir a visão de mundo, o patrimônio cultural dos falantes e por testemunhar a vida, a história e a cultura de um grupo em diferentes fases de sua história, fornece marcas da identidade desse grupo. A forma de usar a língua, particularmente a de escolher as palavras, revela aspectos da maneira de pensar e de agir de um indivíduo/grupo, além de fornecer índices da origem geográfica e da classe social do falante.

⁵ As variáveis “idade” e “sexo” são referidas, respectivamente, pelos termos “variação diageracional” e “variação diagenérica” (Cf. CARDOSO, 2010).

Há que se assinalar, ainda, que no processo de formação do acervo lexical de um falante fatores socioculturais desempenham um papel influente:

[...] a formação e a estruturação do léxico individual resultam do processo de conhecimento da realidade física e do universo cultural em que o indivíduo está inserido, conhecimento esse que é codificado na forma abstrata de língua e mais especificamente no léxico de uma língua natural. Tal processo cognitivo se desenvolve ao longo de toda a vida de um indivíduo, pois a aquisição do vocabulário constitui um *motu* perpétuo (BIDERMAN, 1994, p. 848).

Ao discutir acerca do processo de aquisição e do armazenamento do vocabulário pelo falante, a mesma lexicóloga argumenta que o vocabulário de um indivíduo reflete todo o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. Assim, segundo a autora,

[...] a realidade física e o universo cultural percebidos e apreendidos pela pessoa são transformadas em conhecimento, codificado linguisticamente e etiquetado em forma de *palavras/lexemas*; essas unidades abstratas são armazenadas na memória semântica para serem novamente decodificadas quando o falante delas precisar (BIDERMAN, 1994, p. 848).

Tendo em vista, portanto, que a língua – um patrimônio social – “classifica-se como uma realidade heterogênea, sujeita aos outros fatores que compõem a herança social, como a cultura e a estrutura da sociedade” (BIDERMAN, 2001a, p. 13), é de se considerar que fatores de natureza extralinguística contribuem significativamente para o estudo de uma língua. Nesse particular, Tarallo (1986, p. 62), ao defender esse ponto de vista, assegura que “é somente através da correlação entre fatores linguísticos e não-linguísticos que você chegará a um melhor conhecimento de como a língua é usada e de que é constituída”.

O estudo aqui apresentado, por exemplo, pôde identificar, no léxico investigado, a interferência da realidade física e sociocultural que circunda um grupo linguístico, notadamente, por meio dos registros de metáforas designativas para os referentes selecionados, como ilustra a forma *cornu lagartixa* e *boi*, para nomear o “marido traído”, e *galinha* e *vaca*, para designar a “prostituta”.

Em meados do século XX, Sapir (1954, p. 205) já defendera que a língua existe a partir de sua inter-relação com a sociedade e a cultura, pois concebeu a língua como “um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas”. Em investigações sobre o léxico, outra vertente pode ser estabelecida: a sua relação com o ambiente. Ao discutir essa relação, Sapir (1969, p. 43-44) pondera que “há uma forte tendência a atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura [...]” e concebe o ambiente sob dois aspectos: o físico e o social:

[...] por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas [...] e por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo (SAPIR, 1969, p. 43-44).

Outra relação estabelecida, por esse autor, para o estudo da língua, é a relação com as experiências vivenciadas e compartilhadas pelos grupos linguísticos que, por sua vez, tendem a interferirem na língua e materializarem-se por meio de símbolos linguísticos expressos na linguagem:

[...] os elementos da linguagem, os símbolos que ficham a experiência humana, devem, portanto, estar associadas a grupos inteiros, classes delimitadas de experiência, que não as próprias experiências individuais. Só assim é possível a comunicação entre os homens; pois a experiência individual, alojada numa consciência individual, é, a rigor, incomunicável (SAPIR, 1954, p. 25).

As proposições aqui discutidas acerca da relação entre língua e sociedade evidenciam, portanto, o caráter de interdependência entre esses elementos, posto que a realidade sociocultural de uma civilização se constitui por meio da língua e a sociedade, nesse contexto, desempenha também papel ativo no processo de nomeação dos referentes que circundam a sua realidade social.

A discussão acerca da visão de mundo refletida na língua foi defendida pela chamada *hipótese Sapir-Whorf*, comumente associada à tese do *relativismo linguístico*. Segundo Lyons (1987, p. 276), essa denominação foi rotulada por linguistas, antropólogos e psicólogos norte-americanos para a versão da concepção Herder-Humboldt da relação entre linguagem e pensamento. Assim, a hipótese Sapir-Whorf “combina determinismo linguístico (“a linguagem determina o pensamento”) com relatividade linguística (“não há limites para a diversidade estrutural das línguas”)” (LYONS, 1987, p. 276).

A concepção de linguagem segundo essa teoria fundamenta-se na ideia de que “as línguas não refletem o mundo na sua objetividade natural, mas o interpretam consoante a visão interior de cada cultura. São, por assim dizer, cosmovisões da realidade” (ELIA, 1987, p. 24). Nessa perspectiva, “as línguas funcionariam como uma espécie de grade através da qual a realidade seria apreendida pela mente humana” (ELIA, 1987, p. 53). Assim, o “princípio do relativismo linguístico” proposto por Whorf é consideravelmente radical:

verificou-se que o sistema linguístico de base (por outras palavras, a gramática) de cada língua não é mero instrumento destinado a reproduzir idéias verbalizadas, mas antes é ele próprio um modelador de idéias, programa e guia para a atividade mental do indivíduo, para sua análise de impressões, para a síntese de seu acervo mental em ato de intercâmbio. A formulação de idéias não é um processo independente, estritamente racional no velho sentido, mas parte de uma gramática particular e difere, ora levemente ora profundamente, de uma gramática para outra (WHORF, 1967, *apud*, ELIA, 1987, p. 53).

Essa proposição de Whorf evidencia a influência das ideias de seu mestre Sapir, em quem se apoiou para a fundamentação da sua tese do “relativismo linguístico”. O princípio do “relativismo linguístico” proposto por Sapir (1969, p. 20) postula que a língua é um guia para a “realidade social”, sendo assim impossível um indivíduo se ajustar à realidade sem o seu auxílio, de modo tal que, ao apreender qualquer fenômeno inerente a sua realidade, o falante vale-se da linguagem, já que, para Whorf (1956, *apud*, BIDERMAN, 2001a, p. 111), “o mundo é apresentado num fluxo caleidoscópico de impressões que têm que ser organizadas por nossas mentes – e isso significa, em grande parte, pelo sistema linguístico em nossas mentes”.

Nesse sentido, Sapir (1969, p. 20) pondera que “o mundo real” se constrói em grande parte por meio dos hábitos linguísticos de um grupo e acrescenta também que duas línguas distintas não podem representar uma única realidade social: “os mundos em que vivem as diversas sociedades humanas, são mundos distintos e não apenas um mundo com muitos rótulos diversos” (SAPIR, 1969, p.20). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Schaff (1964, p.24-25), alicerçado nos pressupostos de Humboldt (1907), pontua que “a linguagem é uma visão do mundo, não só porque a sua extensão é igual à do mundo, mas também porque o espírito, graças à transformação da realidade pela linguagem, pode captar a unidade do mundo”.

Em face disso, pode-se conceber a língua como um sistema veiculador da realidade sociocultural de determinada comunidade linguística e, nesse caso, o nível linguístico mais afetado por essas circunstâncias é o lexical. Assim, as escolhas lexicais realizadas pelo falante no processo de nomeação de um referente, ou ainda, os novos sentidos atribuídos por ele a palavras já existentes no sistema linguístico refletem a maneira de cada um conceber o mundo em que vive: os valores culturais, os costumes, os hábitos aderidos pela sociedade. Nesse contexto, o recurso metafórico bastante recorrente como designação dos referentes selecionados para este trabalho, ilustrou valores adotados por uma civilização para interpretar fenômenos e/ou situações de natureza extralinguística.

Biderman (2001a, p. 109), ao discutir a hipótese Sapir-Whorf, esclarece que essa teoria sustenta a ideia de que “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas”. Assim, respaldada nos pressupostos do relativismo linguístico, essa lexicóloga defende ser impossível universalizar o conceito de “palavra” nos diferentes sistemas linguísticos e adverte que,

se cada língua recorta a realidade diferentemente e molda essa realidade em

categorias linguísticas e mentais que lhe são exclusivas, então o conceito de palavra não pode ter um valor absoluto. O seu valor deve ser comparado ao de uma moeda – o dólar, por exemplo – que oscila de país para país (BIDERMAN, 2001a, p. 114).

Desse modo, contextualizando a teoria whorfiana no âmbito dos estudos lexicais, essa estudiosa ressalta que “só é possível identificar a unidade léxica, delimitá-la e conceituá-la no interior de cada língua” (BIDERMAN, 2001a, p. 115). Para melhor explicitar essa tese, a mesma autora, ao tomar como exemplo as unidades léxicas das línguas inglesa e chinesa abordadas por Hockett (1968), comparou-as com unidades da língua portuguesa e notou que algumas línguas não apresentavam correspondências com outras, concluindo que o léxico é a categoria do sistema linguístico que melhor representa a realidade de qualquer língua (BIDERMAN, 2001a, p. 112-113).

Nessa perspectiva, a hipótese Sapir-Whorf pode também ser contextualizada no âmbito dos regionalismos. Assim, considerando que esse fenômeno linguístico se caracteriza por diferenciar um grupo de outro, do ponto de vista do léxico da língua, pode-se então assegurar que só é possível compreender um regionalismo, isto é, certa forma linguística que caracterize o falar de uma comunidade, no ambiente linguístico de dada região. Como este estudo analisa dados de natureza geolinguística, na sequência são discutidos pressupostos teórico-metodológicos de dois ramos dos estudos linguísticos: a Dialetoлогия e a Geolinguística.

1.2 Os estudos dialetológicos: apresentando algumas considerações

A Dialetoлогия⁶, um dos ramos dos estudos linguísticos, registra e analisa a diversidade linguística de uma língua, considerando, para isso, condicionantes de natureza geográfica e sociocultural. Cardoso (2010, p. 26) pontua que “a Dialetoлогия tem, assim, duas diretrizes, dois caminhos, no exame do fenômeno linguístico, que se identificam nos estudos dialetais: a perspectiva diatópica e o enfoque sociolinguístico”.

Por sua vez, Ferreira e Cardoso (1994, p. 18) esclarecem que, muito antes de ter se fixado como um ramo dos estudos da linguagem, por volta da década de sessenta,

a Dialetoлогия já interpretava os fatos linguísticos segundo diferenças sociais, profissionais, de nível de escolaridade, etárias, de sexo, etc. A dialetoлогия, portanto, já há muito tempo usa de recursos interpretativos que passaram a ser posteriormente definidos como da sociolinguística.

⁶ Assim como os estudos dialetológicos, os estudos sociolinguísticos têm como objeto de estudo a língua falada. No entanto, a Sociolinguística “centra-se na correlação entre os fatos linguísticos e os fatores sociais, priorizando, dessa forma, as relações sociolinguísticas” (CARDOSO, 2010, p. 26).

No entendimento de Silva-Corvalán (1988, *apud*, FERREIRA E CARDOSO, 1994, p. 19), a Dialetoлогия é “uma disciplina com larga tradição, com uma metodologia bem estabelecida e uma rica e valiosa literatura. É indiscutível que a dialetoлогия trouxe contribuições significativas à sociolinguística e à linguística geral”.

A Dialetoлогия atravessou um período de transição no que respeita aos procedimentos teórico-metodológicos que ancoram essa área de investigação. Assim, no contexto da Dialetoлогия “tradicional”, segundo Isquierdo (2008, p. 112), priorizavam-se, para fins de coleta de dados, localidades rurais e distantes dos grandes centros urbanos, “dado o caráter mais conservador da fala rural”. Já a Dialetoлогия “contemporânea” inclui, também, como ponto de inquérito, localidades urbanas e “cada vez mais tende a incluir entre as localidades a serem investigadas também aquelas de povoamento mais recente, com vistas a documentar o grau de influência de processos migratórios na língua falada por um grupo social” (ISQUERDO, 2008, p. 112).

Partindo desses pressupostos, a Dialetoлогия deixa de ser apenas topostática e passa a adquirir um caráter topodinâmico⁷. Os estudos dialetológicos sob a perspectiva da Dialetoлогия topostática considera, para fins de pesquisa, informantes nascidos e criados na localidade e com pais também oriundos da mesma região linguística. Já a Dialetoлогия topodinâmica contempla também grupos de imigrantes inseridos em determinada localidade, a fim de identificar possíveis interinfluências linguísticas.

Assim, na contemporaneidade, a Dialetoлогия pluridimensional, conforme Harald Thun (2005, p. 68), “focaliza as inter-relações no espaço” e deve responder a perguntas como: “até que nível social se estende um fenômeno linguístico identificado numa área, entre os locutores de um mesmo grupo social?” ou, “até que zona chega um fenômeno constatado em uma ou várias camadas sociais que vivem num mesmo lugar?”. Essa Dialetoлогия é, portanto, considerada pelo estudioso como de “dupla arealização”, ou seja, “que vai da superfície ao eixo social” ou, no movimento inverso, “do eixo social à superfície”. O Projeto ALiB, ao qual este trabalho está vinculado, pauta-se, pois, nos fundamentos da Dialetoлогия pluridimensional ou contemporânea.

Para registro de fenômenos dialetais, a Dialetoлогия vale-se do método da Geografia Linguística que, segundo Chambers e Trudgill (1994, p. 37), é “una metodologia o – más exactamente – un conjunto de métodos para recopilar de un modo sistemático los testimonios

⁷ Conforme Isquierdo (2008, p. 112), “os estudos sob as perspectivas da dialetoлогия topoestática e topodinâmica foram desenvolvidos por Harold Thun no Atlas Linguístico diatópico e diastrático do Uruguai (ADDU)”.

de las diferencias dialectales”⁸. Esse aporte metodológico permite, assim, a documentação/mapeamento de fatos linguísticos dos diferentes níveis da língua: lexical, fonológico e morfossintático por meio de Cartas Linguísticas. Segundo Brandão (1991, p. 11), um atlas linguístico configura-se como um precioso inventário de formas linguísticas que “proporcionam uma visão dinâmica de cada fato descrito, na medida em que possibilita a comparação simultânea com outros nele expostos, ensejando conclusões também de natureza histórica”.

Ao traçar um perfil histórico da Geografia Linguística, Chambers e Trudgill (1994, p. 39-41) registram que a primeira pesquisa dialetal no âmbito dos estudos geolinguísticos foi realizada em 1876, pelo alemão Georg Wenker. Essa pesquisa consistiu na transcrição de frases escritas em alemão padrão para o dialeto local, realizada por professores da escola do Norte da Alemanha. Destacam também que em 1926, com base nos arquivos de Wenker, Ferdinand Wrede edita o primeiro volume do atlas *Deutscher Sprachatlas*. Outro pesquisador que teve destaque em pesquisas dessa natureza foi o francês Jules Gillieron, responsável pela produção do *Atlas Linguístico da França* (ALF –1902-1910, 1915) e considerado “o fundador da Geografia Linguística como método de investigação científica” (BRANDÃO, 1991, p. 8).

Já no Brasil, os estudos dialetológicos são divididos por Ferreira e Cardoso (1994, 37-44) em três fases. A primeira fase (1826-1920) corresponde a trabalhos com enfoque nos estudos lexicais que, por sua vez, originaram dicionários e vocabulários de natureza regional. O primeiro trabalho pertencente a essa primeira fase se deve a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que escreveu, em 1826, quando era ministro plenipotenciário do Brasil na França, um capítulo sobre a língua do Brasil, a pedido do geógrafo Vêneto Balbi.

Já a segunda fase foi marcada pela publicação, em 1920, de *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral, obra já citada anteriormente, que surgiu, segundo Ferreira e Cardoso (1994, p. 39), “da preocupação do autor com o processo de dialeção do português no Brasil”. Trata-se de um trabalho de natureza descritiva que registrou o falar caipira do interior de São Paulo. Amaral (1982, p. 43)⁹ esclarece que seu trabalho consiste em “caracterizar esse dialeto caipira, ou, se acham melhor, esse aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo. Não levaremos, por isso, em conta todos os paulistanos que se nos têm deparado, mas apenas aqueles que se filiam nessa velha corrente popular”.

⁸ [...] “uma metodologia ou – mais exatamente – um conjunto de métodos para compilar de um modo sistemático os testemunhos das diferenças dialetais” (TN = tradução nossa).

⁹ A primeira edição da obra é de 1920. Para este trabalho foi consultada a 4ª edição, publicada pela editora HUCITEC, em 1981.

Outro trabalho referente a essa fase foi *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes (1922), estudo que contempla a “fonética, a morfologia, a sintaxe, o léxico do falar carioca fornecendo ainda um vocabulário de locuções populares do Rio de Janeiro” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 42). *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934) e *O falar mineiro* (1938) e *Estudo de Dialectologia portuguesa. A linguagem de Goiás* (1944), ambas de José Aparecido Teixeira também integram essa fase dos estudos dialetológicos no Brasil.

Já a terceira fase se caracteriza pela produção de atlas linguísticos regionais. Segundo Ferreira e Cardoso (1994, p. 44), é nessa fase que, pela manifestação do interesse em elaborar-se o atlas linguístico do Brasil, institui-se pelo Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, do seu Artigo 3º que estabelece como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a “elaboração do atlas linguístico do Brasil”. As mesmas autoras salientam que, nessa fase, Nelson Rossi se destaca por ser “o pioneiro na aplicação da geografia linguística no Brasil”, com a elaboração do Atlas Linguístico da Bahia – *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB, 1963) (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 44-45).

Nessa fase também trouxeram contribuições aos estudos dialetais no Brasil, Antenor Nascentes, com a publicação de *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958), Serafim da Silva Neto que publicou o *Guia para estudos dialetológicos* (1957) e Celso Cunha que se destacou pelos estudos de natureza histórica da língua portuguesa, pelos estudos dialetais e sociolinguísticos (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 47).

Acrescenta-se às diferentes fases da Dialectologia no Brasil, o desenvolvimento do Projeto ALiB (Projeto Atlas Linguístico do Brasil), a partir de seu lançamento em 1996. Nesse contexto, Cardoso e Mota (2006, p. 19-24), ao retomarem a proposta das fases dos estudos dialetais no Brasil apresentada por Cardoso e Ferreira (1994), argumentam a favor de uma quarta fase dos estudos dialetais no Brasil, iniciada com a implantação do Projeto ALiB uma vez que esse projeto se caracteriza, do ponto de vista metodológico, pelo abandono da visão monodimensional adotada pela Dialectologia tradicional em favor da perspectiva pluridimensional assumida pela Dialectologia contemporânea que, por sua vez, consiste na interpretação dos dados geolinguísticos numa dimensão diatópica associada a fatores sociais: diagenérico, diastrático e diageracional, incluindo, para tanto, informantes de dois gêneros, de diferentes classes sociais e de duas faixas etárias. As autoras destacam ainda a ampliação do campo de estudo dos fenômenos linguísticos documentados com a incorporação de dados morfossintáticos, pragmático-discursivos, diafásicos, metalinguísticos associados aos fonético-fonológicos e léxico-semânticos, já contemplados.

Em face do exposto, Cardoso e Mota (2006, p. 19) consideram, portanto, positiva a proposta de integrar o Projeto ALiB no início de uma nova fase dos estudos dialetológicos no Brasil. Sobre isso, Isquerdo (2006c, p. 92) já anteriormente ponderara que “o Projeto ALiB, por trazer novo e significativo impulso para as pesquisas na área, inaugura, na última década do século XX, uma nova fase para os estudos dialetológicos no Brasil”. Logo, o Projeto ALiB inaugura a quarta fase na história da Dialectologia brasileira.

Isquerdo (2006c, p. 68) elenca outros atlas de cunho regional produzidos no Brasil no século XX: o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* – EALMG (1977); o *Atlas Linguístico da Paraíba* – ALPB (1984); o *Atlas Linguístico de Sergipe* – ALS (1987); o *Atlas Linguístico do Paraná* – ALPR (1994); o *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil* – ALERS (2002; 2011); o *Atlas Linguístico do Sergipe II* – ALS II (2002); o *Atlas Linguístico sonoro do Pará* – ALISPA (2004) e o *Atlas Linguístico do Amazonas* – ALAM (2004) já concluído, mas aguardando publicação. Dentre esses, está também o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* – ALMS (2007).

A mesma autora menciona ainda outros atlas produzidos como dissertação/tese, ainda de caráter inédito: as dissertações de mestrado de Reis (2006): *Atlas Linguístico de Ponta-Porã* – ALiPP e de Cuba (2009), o *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso* – ALMESEMT, e a tese de doutoramento de Altino (2009), o *Atlas Linguístico do Paraná II* – ALPR II (ISQUERDO, 2006c, p. 93).

Chambers e Trudgill (1994, p. 45-46) advertem que a metodologia da Geografia Linguística, enquanto documentação da variedade linguística de determinado espaço geográfico, se configura exatamente igual a outros ramos da Linguística. Nesse sentido, completam o seguinte:

la recogida de datos, por poner un ejemplo obvio, no es distinta de la recogida de datos de la antropología lingüística y requiere la misma preparación práctica en lo que a fonética se refiere. El análisis de los datos una vez recopilados es aceptado por la lingüística teórica, con fines comunes con las disciplinas de la fonología, la morfología, la sintaxis y la semántica¹⁰ (CHAMBERS E TRUDGILL, 1994, p. 45-46).

Partindo dessa proposição, entende-se que a Dialectologia e a Geolinguística constituem um dos ramos dos estudos linguísticos, já que têm como alvo o estudo da língua,

¹⁰ “[...] a coleta de dados, para oferecer um exemplo óbvio, não é diferente da coleta de dados da antropologia linguística e requer a mesma preparação prática no que se refere à fonética. A análise dos dados uma vez recopilados é aceito pela linguística teórica, com fins em comum às disciplinas da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica” (TN).

em sua modalidade oral, em determinado tempo e lugar, em seus diferentes níveis. Nesse sentido, os estudos de natureza dialetológica são relevantes, na medida em que retratam a realidade linguística de determinado espaço geográfico, com ênfase, portanto, na descrição da norma linguística predominante no grupo de falantes pesquisado.

Nessa perspectiva, o Projeto ALiB tem por objetivo mais amplo a descrição da língua portuguesa em uso em todo o território brasileiro, focalizando as diferenças diatópicas com ênfase também na perspectiva sociolinguística, tendo em vista as dimensões consideradas na definição do perfil dos informantes: sexo, idade, escolaridade, naturalidade. Os estudos dialetológicos/geolinguísticos fornecem também subsídios aos lexicógrafos, à medida que disponibilizam dados concretos acerca de marcas dialetais do léxico da língua em diferentes espaços geográficos. O item 1.3, a seguir, tece considerações acerca da norma linguística, com ênfase para a questão da variação linguística.

1.3 Alguns pressupostos acerca da norma linguística

A norma linguística caracteriza o modo de falar de determinado grupo de falantes, podendo, por isso, manifestar-se nos vários níveis da língua: lexical, fonológico, sintático ou morfológico. No campo lexical, por exemplo, certas unidades lexicais que são realizáveis em uma comunidade de falantes podem não ser em outra. Para Faraco (2008, p. 37), a norma se configura como

[...] determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidades, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala.

Faz-se mister ressaltar, nesse particular, que as contribuições de Coseriu (1978) foram fundamentais para o estabelecimento do conceito de norma linguística. Na concepção coseriana, à norma é atribuída a posição de nível intermediário entre a língua e a fala. O postulado defendido por esse estudioso contempla o sistema, a norma e a fala. Coseriu estabelece a distinção entre o sistema e a norma – dois níveis que se referem a distintos planos de abstração, embora reconheça não se tratar de uma tarefa simples essa distinção:

[...] la norma puede coincidir aparentemente con el sistema (cuando el sistema ofrece una única posibilidad), así como la realización individual puede coincidir con

la norma, pero esto no significa que pueda dejarse de distinguir los dos conceptos, que se refieren a distintos planos de abstracción¹¹ (COSERIU, 1978, p. 89).

Coseriu (1978, p. 85) pondera, ainda, que a dificuldade em traçar a distinção entre sistema e norma está, sobretudo, no campo do léxico:

[...] las dificultades mayores por lo que concierne a la distinción entre *norma* y *sistema* se encuentran en el campo del léxico propiamente dicho [...] Pero no se trata de dificultades inherentes a la distinción misma, sino de dificultades que se deben a la enorme complejidad e infinita variedad de las oposiciones que se establecen en este campo y que hacen tan arduo el estudio sistemático del vocabulario¹².

Segundo ainda o mesmo linguista, o sistema entendido como “una serie de elementos esenciales e indispensables, de oposiciones funcionales”¹³ situa-se em um plano de abstração mais alto do que a norma. Esta, por seu turno, refere-se aos elementos “*sociales*, es decir, normales y repetidos en el hablar de una comunidad”¹⁴ (COSERIU, 1978, p. 94; p. 55). Pelo exposto, fica evidente que a norma encontra-se, segundo essa teoria, em um nível de abstração inferior ao do sistema, uma vez que a norma corresponde ao “como se diz” e não ao “como se deve dizer”:

[...] no se trata de la *norma* en el sentido corriente, establecida o impuesta según criterios de corrección y de valoración subjetiva de lo expresado, sino de la norma objetivamente comprobable en una lengua, la norma que seguimos necesariamente por ser miembros de una comunidad lingüística, y no aquélla según la cual se reconoce que “hablamos bien” o de manera ejemplar, en la misma comunidad [...]”¹⁵ (COSERIU, 1978, p. 90).

Já o conceito de fala é, segundo o mesmo linguista, “los actos lingüísticos concretamente registrados en el momento mismo de su producción”¹⁶ (COSERIU, 1978, p. 95). Ao relacionar a fala com a língua, defende que a fala é o componente indispensável para que os feitos de língua se realizem, isto é, existe uma relação de interdependência entre esses elementos, uma vez que a fala não se executa sem a língua e essa, por sua vez, não existe sem a fala. Nesse particular, o autor argumenta que “lengua y habla no pueden ser realidades

¹¹ “[...] a norma pode coincidir aparentemente com o sistema (quando o sistema oferece uma única possibilidade), assim como a realização individual pode coincidir com a norma, mas isto não significa que se possa deixar de distinguir os dois conceitos, que se referem a diferentes planos de abstração” (TN).

¹² “[...] as dificuldades maiores no que concerne à diferença entre *norma* e *sistema* se encontram no campo do léxico propiamente dito [...] Mas não se trata de dificuldades inerentes à própria distinção, mas sim às dificuldades que se devem à enorme complexidade e infinita variedade das oposições que se estabelecem neste campo e que tornam tão árduo o estudo sistemático do vocabulário” (TN).

¹³ “[...] uma série de elementos essenciais e indispensáveis, de oposições funcionais” (TN).

¹⁴ “[...] *sociais*, isto é, normais e repetidos no falar de uma comunidade” (TN).

¹⁵ “[...] não se trata da *norma* no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valorização subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável em uma língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros de uma comunidade lingüística, e não aquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade [...]” (TN).

¹⁶ “os atos lingüísticos concretamente registrados no momento exato de sua produção” (TN).

autónomas y netamente separables, dado que, por un lado, el *habla* es *realización* de la *lengua*, y, por otro lado, la *lengua* es *condición del habla* [...]”¹⁷ (COSERIU, 1978, p. 41). Essa teoria vale também para a realização da norma que, por sua vez, se concretiza no ato da fala, pois

[...] el *sistema* y la *norma* no son realidades autónomas y opuestas al hablar y tampoco “aspectos del hablar”, que es una realidad unitaria y homogénea, sino *formas* que se comprueban en el mismo hablar, abstracciones que se elaboran sobre la base de la actividad lingüística concreta, en relación con los modelos que ella utiliza¹⁸ (COSERIU, 1978, p. 95).

Em outro estudo, Coseriu (1980, p.119) defende que a língua enquanto “funcional” obedece a quatro ordens de estruturação: a ordem da realização (o falar concreto) e três ordens de técnica propriamente dita ou técnica virtual: a norma, o sistema da língua e o tipo linguístico:

[...] o *falar concreto* mais ou menos corresponde a *parole* de F. Saussure e se poderia também chamar “fala” (no sentido de processo, de dinâmica, que contém o vocábulo *discurso*), tendo-se de compreender o termo português no sentido saussuriano. A *norma* e o *sistema* da língua correspondem, juntos, aproximadamente à *langue* saussuriana. E o *tipo linguístico* é uma ordem de estruturação que não foi identificada como tal por Saussure (COSERIU, 1980, p. 119-120).

Nota-se, pois, que Coseriu (1980, p.123) considera a norma como a representação dos fatos linguísticos concretos realizáveis numa sociedade, e o sistema como possibilidades que abrangem os fatos linguísticos ainda não realizados.

O conceito de norma é também discutido por Lara (1976) que, além de apresentar diferentes sentidos atribuídos ao termo *norma*, retoma diferentes perspectivas teóricas como a do estruturalismo hjelmsleviano e a proposta de Coseriu. O mesmo estudioso define a norma como

[...] un modelo, una regla o un conjunto de reglas con cierto grado de obligatoriedad, impuesto por la comunidad lingüística sobre los hablantes de una lengua, que actúa sobre las modalidades de actualización de su *sistema* lingüístico, seleccionando de entre la ilimitada variedad de posibles realizaciones en el uso, aquellas que considera *acceptables*¹⁹ (LARA, 1976, p. 110).

¹⁷ “língua e fala não podem ser realidades autônomas e claramente separáveis, dado que, por um lado, a *fala* é *realização* da *língua*, e, por outro lado, a *língua* é *condição* da *fala* [...]” (TN).

¹⁸ “[...] o *sistema* e a *norma* não são realidades autônomas e opostas ao falar e também não são “aspectos do falar”, que é uma realidade unitária e homogênea, mas sim *formas* que se comprovam no mesmo falar, abstrações que se elaboram sobre a base da atividade linguística concreta, em relação com os modelos que ela utiliza” (TN).

¹⁹ “[...] um modelo, uma regra ou um conjunto de regras com certo grau de obrigatoriedade, imposto pela comunidade linguística sobre os falantes de uma língua, que atua sobre as modalidades de atualização de seu *sistema* linguístico, selecionando dentre a ilimitada variedade de possíveis realizações no uso aquelas que considera *aceitáveis*” (TN).

Ao relacionar a norma com o sistema, Lara (1976, p. 131) pondera que a primeira é sempre mais limitada que o segundo, já que sua origem é atribuída a um valor social determinado a certas realizações do sistema e não do sistema como um todo. Assegura, ainda, esse autor que “la importancia social de la *norma* está en el carácter limitado, selectivo y señalador que tiene y que le permite valorar ciertas realizaciones lingüísticas en lugar de otras”²⁰ (LARA, 1976, p. 131).

Já Lucchesi (2004, p. 76) discute o conceito de norma no âmbito da língua portuguesa em sua variante brasileira, concebida pelo autor como um diassistema constituído por dois pólos, a saber, a *norma culta* e a *norma popular*. Para esse estudioso, a norma culta representa

[...] o comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania. A norma popular, todavia, é representada pela grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social (LUCCHESI, 2004, p. 87).

Outro ponto discutido por esse estudioso é o conceito de norma padrão e de norma culta, já que ambas tendem a ser tratadas como sinônimas. Lucchesi estabelece a distinção entre esses dois tipos de norma: a “padrão”, que “reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas”, e a “cultura”, que “conteria as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo [...]” (LUCCHESI, 2004, p. 65). Já Faraco (2004, p. 41), ao tratar desse tema, considera a questão da norma padrão de natureza complexa na área das investigações linguísticas. Para esse estudioso, a norma padrão é concebida não apenas como um conjunto determinado de expressões da língua, mas como “um complexo entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros tantos de natureza ideológica [...]” (FARACO, 2004, p. 41).

Concebendo a sociedade brasileira como diversificada e estratificada, Faraco (2004, p. 38) elenca diferentes normas linguísticas tidas como de uso comum entre os falantes brasileiros:

a norma característica de comunidades rurais tradicionais, aquela de comunidades rurais de determinada ascendência étnica; a norma característica de grupos juvenis urbanos, a (s) norma (s) característica (s) de populações das periferias urbanas, a norma informal da classe média urbana e assim por diante.

²⁰ “[...] a importância social da *norma* está no caráter limitado, seletivo e indicador que possui e que lhe permite valorizar certas realizações linguísticas em lugar de outras” (TN).

Cada uma dessas normas, por sua vez, retrata diferentes grupos sócio-linguístico-culturais: “a norma não se restringe apenas a um conjunto de formas linguísticas, mas sim, essas formas associadas aos valores socioculturais” (FARACO, 2004, p. 39).

Biderman (2001a, p. 20), por sua vez, ao discutir o conceito de norma, também retoma a tricotomia “sistema, norma e fala”, postulada por Coseriu (1962) e destaca a diferença existente entre o sistema e a norma. A autora aponta também o caráter coercitivo da norma, considerando que ela se impõe ao indivíduo, limitando sua liberdade expressiva e as possibilidades oferecidas pelo sistema. Nesse sentido, a norma é “um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade”. A mesma autora estabelece a distinção entre a “norma geral” e as “normas parciais”. A geral refere-se à norma da sociedade global ou da nação, enquanto as parciais dizem respeito às normas regionais, ou às normas dos grupos minoritários dentro da comunidade (BIDERMAN, 2001a, p. 20).

Em se tratando dessas variações na língua em seu âmbito regional e local, Alvar (1968 *apud* BRANDÃO, 1991, p.12) estabelece a diferença entre os falares regionais e os falares locais: “os primeiros caracterizam-se por serem as peculiaridades expressivas próprias de uma região determinada, que carecem da coerência interna que possui o dialeto. São, portanto, peculiaridades regionais da língua comum”. Já os segundos constituem

[...] estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, mas com matizes características dentro da estrutura regional a que pertencem e cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas, normalmente de caráter administrativo (ALVAR, 1968, *apud* BRANDÃO, 1991, p. 12).

Nesse contexto, situa-se a norma lexical que evidencia o uso do léxico da língua por um grupo social representativo de uma comunidade linguística, o que caracteriza o falar de cada região. A fixação dessa norma lexical regional evidencia a dinamicidade do léxico, nível da língua muito afetado pelas diferentes circunstâncias sociais, históricas, num determinado momento e em um dado espaço. Nesse particular, Isquierdo (2003) argumenta que o exame de um léxico regional requer que se considere o eixo do espaço e o eixo do tempo:

[...] o primeiro, ligado às especificidades regionais e à conseqüente mobilidade dessas especificidades de um espaço geográfico para outro, em decorrência de processos migratórios; o segundo, relacionado à tendência conservadora da língua, que normalmente manifesta de forma mais acentuada em regiões menos susceptíveis a influências dos meios de comunicação de massa (ISQUERDO, 2003, p. 166).

No entanto, há que se registrar que descrever a norma regional da língua portuguesa em sua variante brasileira se configura como tarefa um tanto complexa pela diversidade linguística que caracteriza essa variante. Sobre isso, Isquierdo (2006a, p. 11) pondera que “a

diversidade lexical e o fenômeno da migração interna, tão comuns na sociedade brasileira, dificultam o trabalho do lexicógrafo, sobretudo quanto à classificação de uma unidade lexical como regionalismo”.

Nessa perspectiva, situam-se os regionalismos que, por sua vez, caracterizam diferenças linguísticas de determinada localidade em detrimento da região em que se situa. Tomando como referência a definição de regionalismo proposta por Boulanger (1985) e adaptando-a à situação linguística brasileira, Biderman (2001b, p. 136) define regionalismo como

[...] fato linguístico (palavra, expressão, ou seu sentido) próprio de uma ou de outra variedade regional do Português do Brasil, com exceção da variedade usada no eixo linguístico Rio/São Paulo, que se considera como o *português brasileiro padrão*, isto é, a variedade de referência, e com exclusão também das variedades usadas em outros territórios lusófonos.

Todavia, é preciso considerar que a concepção de que o eixo Rio/São Paulo, do ponto de vista linguístico, representa o português brasileiro padrão é de caráter discutível, haja vista não haver ainda uma ampla descrição da norma culta no português do Brasil que fundamente essa assertiva. Trata-se de um ponto de vista mais de caráter político-ideológico que linguístico.

Ao discutir os conceitos de brasileirismos, Oliveira (1999, p. 67) recupera os estudos realizados por Rona (*apud* CUNHA, 1987, p. 35) acerca dos americanismos. Esse estudioso defende a necessidade de diferenciar americanismo de regionalismo. Para o autor, regionalismo é “todo fato linguístico peculiar a uma região, ao passo que americanismo corresponderia a todo o elemento linguístico com vitalidade em toda a América”. Tendo em vista o contexto da realidade linguística brasileira, a autora considera complexo delimitar de modo sistemático os regionalismos e os brasileirismos no âmbito do léxico do português do Brasil, dadas as interferências de natureza sociocultural e histórica, sobretudo, no que respeita aos processos migratórios.

Tratar a questão dos regionalismos implica, pois, considerar o fenômeno da variação linguística que, por sua vez, pode estar associada a diferentes condicionantes de ordem cultural, geográfica, histórica ou social (sexo, faixa etária, escolaridade e profissão). As variantes linguísticas são, pois, “as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1986, p. 8).

Entretanto, esse estudioso enfatiza que “nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança, sim, implica sempre variação. Mudança é variação!” (TARALLO, 1986,

p. 63). Esclarece ainda o autor que a mudança pressupõe o desaparecimento de uma variante em decorrência do surgimento de outra, enquanto a variação dispõe de duas variantes que compartilham o mesmo conteúdo semântico (TARALLO, 1986, p. 11).

Segundo Lucchesi (2004, p. 67), as variantes linguísticas podem ser de natureza social e estilística. A primeira refere-se às variantes evidenciadas nas diferentes classes sociais (classe alta, classe média, classe operária e classe baixa), enquanto a segunda é atribuída às diferentes variantes, conforme a situação de fala em que se encontra o indivíduo.

Sobre essas diferenças presentes na língua, Coseriu (1980, p. 112) já salientava que “uma língua histórica não é bem um sistema linguístico e sim um *diassistema*, um conjunto mais ou menos complexo de “dialetos”, “níveis” e estilos de língua”. Esse estudioso argumentava também que nenhum desses sistemas é homogêneo já que

[...] para cada dialeto se podem estabelecer diferenças diastráticas e diafásicas (e daí níveis e estilos de língua); para cada nível, diferenças diatópicas e diafásicas (dialetos e estilos) e para cada estilo, diferenças diatópicas e diastráticas (dialetos e níveis) (COSERIU, 1980, p. 113)

Ferreira e Cardoso (1994, p. 11-12), retomando Coseriu (1950), assim sintetizam os diferentes tipos de variantes na língua: *diatópicas*, relativas ao espaço geográfico; *diastráticas*, referentes aos estratos socioculturais existentes em uma mesma comunidade de falantes e as *diafásicas* que se relacionam às diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, de estilos distintos, segundo as circunstâncias em que se realizam os atos de fala. Considerando essas diferenças esclarecem também que

[...] os falantes de uma mesma língua, mas de regiões distintas, têm características linguísticas diversificadas e se pertencem a uma mesma região também não falam da mesma maneira tendo em vista os diferentes estratos sociais e as circunstâncias diversas de comunicação (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 12).

Posto isso, depreende-se que uma língua não é unitária nem homogênea, o que dificulta estabelecer de maneira precisa os limites entre essas diferenças.

Para Rodrigues (2004, p. 11-12), as variações de uma língua obedecem a duas ordens: a do falante (emissor) e a do ouvinte (receptor e circunstâncias em que se produz a fala). Na primeira ordem de variação situam-se as variantes denominadas “dialetais” que envolvem diferentes condicionantes, como os espaciais, sociais, etários, sexuais e geracionais, enquanto na segunda ordem localizam-se as variantes designadas como *registro*, isto é, “variantes de grau de formalismo, variantes de modalidade (falada e escrita) e variantes de sintonia (ajustamento do emissor ao receptor)” (RODRIGUES, 2004, p. 12).

Nesse particular, situa-se o dialeto que, consoante Alvar (1968 *apud* BRANDÃO, 1991, p.13), é um “sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida,

normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum”. Esse estudioso esclarece também que o termo dialeto é utilizado para referir-se às variedades linguísticas de caráter geográfico e social. Já para a variação de âmbito social utiliza-se o termo “socioleto”.

Com base nessas considerações, a concepção aqui entendida para o fenômeno da variação da língua ou variação dialetal consiste no uso de determinadas formas linguísticas que, por sua vez, caracteriza o falar de um grupo linguístico de determinada região, diferenciando-o, no aspecto linguístico, em relação a outros grupos de outras localidades. Essas diferenças, além de diatópicas, podem, ainda, se estabelecer a partir de influências de cunho social como a idade, o sexo e o nível de escolaridade. Assim, certas variantes linguísticas, por exemplo, podem caracterizar tanto o vocabulário do jovem quanto do idoso, do homem ou da mulher, do escolarizado ou não. Este estudo identificou diversos registros dessa natureza, como ilustrou o uso majoritário por idosos da forma conservadora *rude* para designar a “pessoa pouco inteligente”.

Na concepção de Ferreira e Cardoso (1994, p. 12-16), dialeto é entendido “como um feixe de isoglossa”, ou seja, “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas”. Importante mencionar que a isoglossa pode ser lexical (isoléxica), fônica (isófona) ou morfológica (isomorfa). Já Lyons (1987, p. 246), ao estabelecer o conceito de dialeto, o faz em distinção ao conceito de sotaque. Assim, o sotaque refere-se à variedade de pronúncia, enquanto dialeto inclui também as diferenças de gramática e de vocabulário.

Sapir (1954, p. 151), por seu turno, ao tratar do surgimento dos dialetos pondera que essa variedade linguística surge não em razão do simples fato de existir a variação individual, mas, sobretudo, porque “dois ou mais grupos de indivíduos se tornaram a tal ponto desconexos que passa a ter cada qual uma deriva própria, independente, em vez de fluírem juntos”. O autor acrescenta, ademais, que, enquanto os grupos se mantêm em contato, o fenômeno da variação individual não é capaz de conceber os dialetos.

Nesse contexto, é pertinente também a posição de Sapir (1954, p. 155) quanto à diferença entre variação individual e deriva da língua. O primeiro elemento é de caráter desconexo, ou nas palavras do autor “como as ondas do mar que avançam e recuam num fluxo sem conseqüências”. Já a deriva da língua ocorre em dada direção:

[...] só a encarnam ou transportam aquelas variações individuais que se movem em certa direção, precisamente como são apenas certos movimentos das ondas na baía que marcam o avanço da maré. A deriva de uma língua consta da seleção inconsciente, feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial (SAPIR, 1954, p. 155).

Em face disso, pode-se conceber a deriva como um processo de mudança linguística ocorrido numa diretriz que, em razão disso, acaba por se cristalizar no sistema linguístico. Assim, acredita-se que o fenômeno da deriva foi evidenciado nos dados deste estudo – léxico com ênfase para a questão dos tabus linguísticos; considerando que esse fenômeno motiva significativamente a criação de diferentes recursos linguísticos que, evidentemente, em razão de sua recorrência, passam a se configurar como variação na língua. Exemplo disso é o registro dos itens lexicais *demo* e *satã*, tidos como deformações fonéticas para designar o “diabo”, decorrentes, por sua vez, de uma manifestação tabuística de dimensão mágico-religiosa.

Para o comportamento linguístico de falantes, Lucchesi (2004, p. 63) estabelece dois tipos de padrão: o “ideal” e o “real”, de modo que o primeiro se contrapõe ao segundo:

[...] os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por sua cultura; ao passo que os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações (RODRIGUES, 2004, p. 13).

Assim, compreende-se que o padrão “ideal” caracteriza as normas linguísticas impostas ao falante, enquanto o padrão “real” refere-se às realizações linguísticas construídas com base na realidade sociocultural do falante ou, ainda, em decorrência de uma questão diafásica. Em face disso, certas unidades lexicais tidas como “ideal” não são, por uma questão mágico-religiosa ou até mesmo de pudor, mencionadas e, desse modo, o falante se vale da forma “real”. É nesse contexto que se situam os tabus e, por extensão, os tabus linguísticos, tratados no item subsequente.

1.4. A palavra proibida

1.4.1 Os tabus

É por meio das relações estabelecidas entre os membros de uma civilização que as crenças, os valores, os costumes e as ideologias são instituídos e compartilhados. Sobre essa questão, Del Peloso (2002, p. 29), valendo-se dos pressupostos do antropólogo José Carlos Rodrigues (1983), defende que

[...] a sociedade não é simplesmente uma coisa mas uma construção do pensamento. As relações sociais envolvem crenças, valores e expectativas tanto quanto interações no espaço e no tempo. A sociedade é uma entidade provida de sentido e significações.

Sob essa ótica, podemos conceber o tabu como um patrimônio cultural e social já que ele se estabelece por meio das relações sociais e é transmitido de geração a geração. Assim, pode-se afirmar que, desde os tempos primórdios, determinados povos e sociedades compartilham certas credences, costumes e hábitos. Nesse contexto, Wundt (1906, *apud*, FREUD, 1969, p. 37) considera o tabu como “o código de leis não escrito mais antigo do homem. É suposição geral que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a um período anterior à existência de qualquer espécie de religião”. Freud (1969, p. 48), compartilhando da mesma posição, argumenta que os tabus

[...] são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração para geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social.

Condicionado pelo receio de que algo ruim possa acontecer, o tabu suscita no indivíduo a necessidade, por exemplo, de evitar algumas ações, gestos e até mesmo a proferição de certas palavras. O tabu pode, portanto, estar relacionado a objetos, a lugares, a pessoas, a animais e também a nomes. No entendimento de Guérios (1979, p. 1),

[...] a palavra *tabu* pode ser traduzida por “sagrado-proibido” ou “proibido-sagrado”. Vem a ser abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida”. Cometendo-se tais atos, ficam sujeitos a desgraças a coletividade, a família ou o indivíduo.

Segundo Guérios (1979, p. 1), existem diferentes tipos de tabus: i) objetos-tabu: “que não devem ser tocados”; ii) lugares-tabu: “que não devem ser pisados ou apenas de que se não deve avizinhar”; iii) ações-tabu: “que não devem ser praticadas”; iv) palavras-tabu: “que não devem ser proferidas”.

Numa perspectiva psicanalista, Freud (1969, p. 17) classifica os tabus em duas categorias: permanentes e temporários. Os primeiros referem-se “a sacerdotes e chefes, bem como a pessoas mortas e a qualquer coisa que lhes pertença”. Já os tabus temporários podem estar vinculados “a certos estados particulares, como a menstruação e o parto, a guerreiros antes e depois de uma expedição, ou a atividades especiais como a caça e a pesca”.

Assim, os tabus podem ser estudados segundo diferentes perspectivas teóricas. No âmbito da Sociologia, por exemplo, Emílio Willems (1950 *apud* GUÉRIOS, 1979, p. 1) entende o tabu como a “proibição ligada a certas representações mágicas ou religiosas. Existe uma infinidade de tabus cuja infração envolve automaticamente a aplicação de sanções sobrenaturais”. Nesse caso, não é demais lembrar que no contexto religioso, por exemplo,

certas designações para “diabo” são evitadas a fim de se prevenir contra algum malefício, já que, no âmbito mágico-religioso, o nome que designa certas entidades malignas é dotado de poderes sobrenaturais tanto quanto o ser nomeado. Isso explica os diferentes recursos substitutivos dos quais o falante se vale no intuito de não mencionar a palavra tida como tabu.

Já Wilhelm Wundt (1767-1835), citado por Guérios (1979, p. 2), defende ser o tabu um fenômeno precisamente originado do temor às forças demoníacas. Entretanto, Bueno (1960) julga improcedente tal tese e justifica que “o próprio nome de Deus, de seus atributos, foi sempre tabu e Deus nunca mereceu a qualificação de demoníaco” (BUENO, 1960, *apud*, CASAS GÓMEZ, 1986, p. 18).

Do ponto de vista da Psicologia, Guérios (1979, p. 2) destaca que Freud (1856-1939) sustenta haver “analogias entre os fenômenos-tabus e as manifestações das neuroses. Nestas o indivíduo tem privação de pessoas ou de coisas, das quais teme o contacto, sem explicação razoável”. Desse modo,

[...] há, então, coação ou atitude de ambivalência-impulso para o contacto e, ao mesmo tempo, repulsa ou proibição. Assim, para Freud, o tabu é a resultante de um recalque de tendências, desejos e instintos naturais de uma coletividade, o qual recalque se verificou pela força coercitiva de variados interesses externos em conflito (GUÉRIOS, 1979, p. 2).

Em sua obra “Totem e tabu”, Freud (1969) define o tabu a partir de dois sentidos opostos: “sagrado, consagrado” e “misterioso, perigoso, proibido, impuro”. Do ponto de vista desse psicanalista as restrições procedentes dos tabus são diferentes das proibições religiosas ou morais:

[...] não se baseiam em nenhuma ordem divina, mas pode-se dizer que se impõem por sua própria conta. Diferem das proibições morais por não se enquadrarem em nenhum sistema que declare de maneira bem geral que certas abstinências devem ser observadas e apresente motivos para essa necessidade. As proibições dos tabus não têm fundamento e são de origem desconhecida. Embora sejam ininteligíveis para nós, para aqueles que por elas são dominados são aceitas como coisa natural (FREUD, 1969, p. 37).

Nota-se que existem diferentes posicionamentos acerca do conceito de tabu, o que torna esse tema polêmico e instigante. No campo da Antropologia, por exemplo, Freud (1969, p. 16) explica que W. Thomas (1910-1911) defende que o tabu abrange apenas: “a) o caráter sagrado (ou impuro) de pessoas ou coisas; b) a espécie de proibição que resulta desse caráter e c) a santidade (ou impureza) que resulta de uma violação da proibição”.

Já no âmbito da Fisiologia, Guérios (1979) se reporta a Josué de Castro (1938), segundo o qual os tabus são “fisiologicamente produtos de reflexos condicionados, nos quais a coisa, pessoa ou palavra, isto é, o objeto tabu desempenha o papel de estímulo condicionado

a outro estímulo reflexo, provocador de um reflexo de medo” (CASTRO *apud* GUÉRIOS, 1979, p. 2). Para explicar esse “reflexo condicionado”, Castro (*apud* Guérios, 1979, p. 3) traz como exemplo a seguinte situação: se no momento em que um indivíduo ingere um alimento ocorrer algum imprevisto que o atemorize (uma descarga elétrica ou um raio) esse alimento deixa de ser inofensivo e passa a ser considerado objeto de tabu, de modo que toda vez que esse indivíduo se deparar com tal alimento sentirá medo.

Segundo Guérios (1979, p. 5), foi Meillet (1906) quem, no ramo da Linguística, introduziu o conceito de tabu em uma comunicação à Sociedade de Linguística de Paris. Acrescenta, ainda, que a expressão tabu linguístico em português foi usada pela primeira vez por João da Silva Correia, assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, o primeiro a tratar do assunto em um artigo intitulado “Tabus linguísticos”, posteriormente reproduzido no estudo “O Eufemismo e o Disfemismo na Língua e na Literatura Portuguesa” (1927).

Guérios (1979, p. 9) atribui a origem da palavra tabu a línguas do ramo malaio-polinésico. No entanto, esclarece que o *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache* de F. Kluge e A. Götze registra o vocábulo tabu como “uma palavra austrálica que da velha Índia passou aos polinésios”. Seguindo da apresentação de algumas correspondências em diferentes línguas para o termo tabu, Guérios (1979, p. 9) salienta que somente um estudo comparativo bem vasto permitiria identificar a forma primitiva ou mais antiga de tabu. Os termos são os seguintes:

- *tapu* (Máoris, Nova Zelândia, Samoa, Taiti, ilhas Marquesas);
- *tabu* (tonga); *tambu* (ilhas Salomão);
- *kabu* (varas regiões da Polinésia); *kapu* (Haváí).

Cunha (2007), em seu Dicionário Etimológico, esclarece que tabu é palavra oriunda do ing. *taboo*, deriv. do tongá (idioma da Polinésia) *ta’bu*. Augras (1989, p. 13-14), por seu turno, explica que o navegante inglês James Cook (1728-1779) foi quem registrou comportamentos tabus (*tapu*) em sua viagem ao Oceano Pacífico, mais precisamente nas Ilhas de Tonga, onde os nativos valiam-se do termo *tapu* para referir-se a tudo o que era sagrado e proibido, como, por exemplo, não tocar na pessoa do rei e nem tocar em vítimas de sacrifícios aos deuses. James Cook (1728-1779), por sua vez, anglicizou *tapu* dando origem ao *taboo* e daí surgiu o termo tabu em português. Essa estudiosa relata que a vida dos antigos polinésios era fundamentada em atitudes tabuísticas, já que tudo o que por eles era valorizado e considerado importante tornava-se objeto de tabu: os homens, os lugares, os bichos, as coisas (AUGRAS, 1989, p.13-14).

Assim, levando-se em conta que o sentimento de tabu no indivíduo motiva o aparecimento dos tabus linguísticos/interdição linguística, na sequência, são discutidos preceitos desse fenômeno na língua.

1.4.1.1. Os tabus linguísticos

Conforme Guérios (1979, p. 6), o tabu linguístico “é uma modalidade do tabu em geral, ou é um prolongamento dos demais tabus”. Trata-se de um fenômeno universal, mas que se diversifica conforme a comunidade, à medida que a percepção do tabu varia de uma comunidade para outra. Assim, certos tabus linguísticos podem ser de caráter temporário: “em geral, os vocábulos tabus ou tabuizados não chegam ao completo desaparecimento; mais frequentemente permanecem, quer sob a forma de derivados, quer como deformados sob vários aspectos” (GUÉRIOS, 1979, p. 6).

Os tabus linguísticos, portanto, remetem as palavras que, segundo crenças arraigadas em determinadas sociedades, são dotadas de algum poder sobrenatural e que, se proferidas, podem evocar alguma desgraça. Nesse caso, a palavra tabu não é proferida e quase sempre é substituída por outra desprovida de “poder sobrenatural”. Sobre isso Guérios (1979, p. 1) atesta que “as palavras exteriorizadas podem ter forças sobrenaturais benéficas ou maléficas, porém há palavras que não devem ser exteriorizadas, a fim de se evitarem malefícios dos mesmos poderes. Estes vocábulos são tabus”.

Entretanto, os tabus linguísticos podem ser decorrentes de aspectos referentes à vida social como questões de pudor ou decoro ou até mesmo de normas ditadas pela sociedade. Assim, condicionada por esses aspectos, a proferição de certas palavras é evitada com o fim de não causar desconforto ou ofender a outrem. Isso fica evidente, por exemplo, quando um falante menciona “prostituta” ao invés de “biscate” para designar uma mulher que se vende para qualquer homem, já que aquela possui carga semântica menos ofensiva do que esta.

Isso referenda a tese de Coseriu (1982, p. 71) de que o tabu linguístico não está associado somente ao campo das superstições, mas também de outros aspectos sociais e morais: “várias outras razões de índole emotiva ou social; razões de educação, cortesia, boas maneiras, decência, amabilidade, etc. Evitam-se expressões e palavras que se consideram demasiadamente cruas ou descorteses, ou indecentes”.

Em consequência dessas proibições vocabulares, o indivíduo falante lança mão de diferentes recursos de substituição no intuito de amenizar a carga semântica contida na

palavra tomada como tabu, dentre eles, o eufemismo: “na maioria dos casos, embora não em todos, a palavra tabu será abandonada e introduzir-se-á um substituto inofensivo, um *eufemismo* do grego *eu* “bem” + *pheme* “falar” (ULLMANN, 1964, p. 426). Conforme Dubois et al (2006, p. 255), o eufemismo “é toda maneira atenuada ou suavizada de exprimir certos fatos ou ideias cuja crueza pode ferir”.

No entendimento de Guiraud (1980, p. 65) a palavra é “um complexo de associações”, pois o vocábulo *sífilis*, por exemplo, “não evoca apenas certa doença, mas também o conjunto das circunstâncias em que ela é geralmente contraída, bem como os julgamentos pejorativos e depreciativos da opinião pública”. Por essa razão, é que o falante, no intuito de evitar esse tipo de “associação”, recorre ao recurso eufemístico, assim conceituado por esse estudioso: “tais substitutos, chamados *eufemismos*, baseiam-se sempre em um processo psico-associativo de uma natureza particular, pois já não se trata no caso de motivar, mas, ao contrário de impedir uma associação” (GUIRAUD, 1980, p. 66).

Já Casas Gómez (1986, p. 33), ao discutir o conceito de eufemismo, os classifica como “extralinguísticos” e “estritamente linguístico”. Os primeiros são, fundamentalmente, de ordem psicológica e se relacionam às causas que o produzem. Já para definir o conceito de eufemismo “estritamente linguístico”, vale-se da definição apresentada por V. Lamíquiz (1975): “sustituto léxico que siempre generaliza quitando semas o dando sólo el género próximo”²¹ (*apud* CASAS GÓMEZ, 1986, p. 34). O autor pondera ainda que os estudiosos, de um modo geral, seguem a classificação do eufemismo visto sob a perspectiva extralinguística, já que os estudos do aspecto “propriamente linguístico” são escassos.

Casas Gómez (1986, p. 35) esclarece, ainda, que, no nível do sistema, o eufemismo define-se apenas como um mecanismo linguístico, sendo preciso situá-lo, sobretudo, como um “feito social”, uma vez que o eufemismo é

[...] el fenómeno como un acto de habla, como la actualización discursiva por parte del hablante de unos sustitutos léxicos – habituales o lexicalizados u ocasionales o creativos – que, a través de un conjunto de recursos lingüísticos y paralingüísticos, permiten, en un contexto y situación pragmática determinada, neutralizar léxicamente el término interdicto²² (CASAS GÓMEZ, 1986, p. 35-36).

Há diferentes recursos de que os falantes podem se valer como meios substitutivos da palavra tabu. Guérios (1979), por exemplo, destaca o sinônimo, o disfemismo, o diminutivo, a deformação fonética do vocábulo, o uso de arcaísmo, entre outros. A título de exemplificação,

²¹ “[...] sustituto léxico que siempre generaliza retirando semas ou dando somente o gênero próximo” (TN)

²² “[...] o fenómeno como um ato de fala, como a atualização discursiva por parte do falante de alguns substitutos léxicos – habituais ou lexicalizados ou ocasionais ou criativos – que, através de um conjunto de recursos lingüísticos e paralingüísticos, permitem, em um contexto e situação pragmática determinada, neutralizar lexicalmente o termo interdito” (TN).

esse estudioso esclarece que no português do Brasil as formas *coisa-ruim*, *malvado* e *maldito* são substitutos disfêmicos de *demônio*. Já no campo das ‘deformações fonéticas’, o mesmo termo “sofreu também deformações voluntárias: *demo*, *decho*, *democho*, *debo*, etc” (GUÉRIOS, 1979, p. 14-16). Levando em conta os diferentes recursos de substituição da palavra tida como tabu, Coseriu (1982, p. 69) considera que os tabus linguísticos facilitam a difusão de criações metafóricas.

A metáfora representa outro recurso empregado pelo falante como substituição à palavra tabu. Dubois *et al* (2006), no Dicionário de Linguística, assim definem metáfora:

Em gramática tradicional, a *metáfora* consiste no emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção abstrata, na ausência de todo elemento que introduz formalmente uma comparação; por extensão, a metáfora é o emprego de todo termo substituído por um outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação (como, por exemplo): originariamente, *estou ardendo de amor* continha uma metáfora do primeiro tipo, *e esta mulher é uma pérola*, uma do segundo [...]. A metáfora desempenha um grande papel na criação léxica; muitos sentidos figurados são apenas metáforas gastas (DUBOIS *et al*, 2006, p. 411).

Já para Cassirer (1972), a metáfora consiste na substituição da denotação por um conteúdo de representação, valendo-se de um conteúdo análogo e, assim,

[...] ocorreria na metáfora uma genuína ‘transposição’; os dois conteúdos, entre os quais ela vai e vem, apresentam-se com significados por si determinados e independentes, e entre ambos, considerados como pontos estáveis de partida e chegada, como *terminus a quo et terminus ad quem* já dados, há lugar agora para o movimento da representação, que leva a transladar de um para outro e a substituir, conforme a expressão, um pelo outro (CASSIRER, 1972, p. 104-105).

O mesmo autor assevera que a metáfora pode ser vista não apenas como um recurso meramente linguístico em que se permite a transposição do sentido de uma determinada palavra a outra, mas também sob a perspectiva do subjetivismo, ou seja, como um meio de o indivíduo expressar seus sentimentos:

[...] o homem, quisesse ou não, foi forçado a falar metaforicamente, e isto não porque não lhe fosse possível frear sua fantasia poética, mas antes porque devia esforçar-se ao máximo para dar expressão adequada as necessidades sempre crescentes de seu espírito. Portanto, por metáfora não mais se deve entender simplesmente a atividade deliberada de um poeta, a transposição consciente de uma palavra que passa de um objeto a outro. Esta é a moderna metáfora individual, que é um fruto da fantasia, enquanto que a metáfora antiga era mais frequente uma questão de necessidade e, na maior parte dos casos, foi mais a transposição de uma palavra levada de um conceito a outro do que a criação ou determinação mais rigorosa de um novo conceito, por meio de um velho nome (CASSIRER, 1972, p. 103-104).

Por essa ótica, a metáfora não corresponde a uma realização puramente linguística, mas como a possibilidade de criar novas realidades que vão ao encontro de circunstâncias sociais e culturais concernentes a uma civilização. Vê-se nessa concepção de metáfora um meio de o indivíduo realizar novas criações e isso contribui significativamente para a

renovação da linguagem. Nessa perspectiva, Lakoff e Johnson (2002, p. 45), ao conceberem a metáfora como “conceptual”, argumentam que

[...] a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Pode-se notar que, na concepção desses autores, a metáfora ultrapassa os limites linguísticos, mais do que isso, é um produto do pensamento que, por sua vez, recebe influências de aspectos socioculturais pertinentes à realidade, não só do indivíduo como também do grupo a que ele pertence que, conseqüentemente, são refletidos na linguagem.

Na apresentação da obra “metáforas da vida cotidiana” de Lakoff e Johnson (2002), Zanotto *et al* (2002, p. 21) esclarece que a linguagem figurada sob o ponto de vista da tradição retórica era vista como um desvio da linguagem usual e submetida como própria das linguagens especiais como a poética e a persuasiva, resultando, portanto, na dicotomia linguagem cotidiana/linguagem poética. Todavia, Zanotto *et al* (2002, p. 21) salienta que Lakoff e Johnson (2002) “mostram que a linguagem cotidiana é densamente metafórica e apenas parcialmente literal”. Conforme Zanotto *et al* (2002, p. 22), os autores dessa obra

[...] mostram que compreendemos o mundo por meio de metáforas, pois muitos conceitos básicos, como tempo, quantidade, estado, ação etc., além de conceitos emocionais, como amor e raiva, são compreendidos metaforicamente. Isso vem mostrar o importante papel que a metáfora tem na compreensão do mundo, da cultura e de nós mesmos.

Nesse sentido, Zanotto *et al* (2002, p. 33) defende que a “metáfora é indiscutivelmente de natureza conceptual, pois é um importante instrumento do nosso aparato cognitivo”. Isso demonstra que a metáfora não se caracteriza apenas como um recurso estilístico, mais do que isso, ela está associada ao aspecto cognitivo do indivíduo e da sua interação com o mundo em que vive, refletindo, assim, a cosmovisão de uma civilização.

Já Dobrovolskii e Piirainen (2000, p. 31-32) estabelecem, no tratamento das metáforas, dois aspectos: o “particular” e o “universal”, esclarecendo que esse recurso da língua baseia-se principalmente em “condiciones previas universales (en la habilidad humana general de conceptualizar el mundo en términos de la experiencia directa)”²³. Todavia, esses estudiosos ponderam que alguns fenômenos não podem ser interpretados a partir do conhecimento geral, universal, mas antes pelo aspecto cultural, a partir de convenções sociais e culturais já determinadas. Para ilustrar o exposto, o autor menciona os diferentes valores adotados por diferentes culturas para a “serpente”. Para os europeus, por exemplo, o conceito

²³ “Condições prévias universais (a habilidade humana geral de conceituar o mundo em termos de experiência direta)” (TN).

serpente está associado à falsidade, enquanto para os gregos ela é tida como sagrada. Nesse contexto, a pergunta 137 do QSL/ALiB, por exemplo, registrou diferentes nomes de animais que metaforicamente designaram a pessoa “pouco inteligente”, dentre eles, o *burro* demonstrando, portanto, uma valorização cultural de cunho negativo adotada por uma civilização a determinados animais, evidenciando, assim, sua visão de mundo. Para este estudo, adotamos a concepção metafórica discutida por Cassirer (1972), que consiste na substituição de um termo por outro baseada numa relação de contiguidade entre o termo denotativo e o conotativo.

Outro recurso linguístico recorrente nos dados examinados foi a metonímia, concebida aqui, nos termos de Lakoff e Johnson (2002, p. 97), ou seja, entendida no seu domínio conceitual: “os conceitos metonímicos estruturam não somente nossa linguagem, mas também nossos pensamentos, atitudes e ações e, também, baseiam-se na nossa experiência”. Logo, a metonímia, segundo esses autores, consiste no uso de uma entidade para referir-se a outra que possui relação com aquela; “tem uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra” [...] “permite-nos focalizar especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo”. (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 93).

Um tipo especial de metonímia abordada por Lakoff e Johnson é o simbólico, isto é, o fundamentado na concepção de mundo, na realidade cultural de uma civilização. Para exemplificar essa metonímia icônica, valem-se do simbolismo cultural e religioso: “metonímia pomba pelo espírito santo” e esclarecem que essa relação não é arbitrária: “está fundamentado na concepção de pomba na cultura ocidental e na concepção do Espírito Santo na teologia cristã” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 97). Exemplo desse tipo de metonímia, no âmbito deste estudo, pôde ser observado pelo uso da unidade lexical *chifrado*, documentada pelo Projeto ALiB, para nomear a entidade “diabo”, de modo que o *chifre* (particularidade física) está simbolizando a entidade maléfica.

Retomando a questão dos tabus linguísticos, como já assinalado, eles podem ser decorrentes de questões sociais ou mágico-religiosas. Considerando, portanto, essas duas vertentes, Casas Gómez (1986, p. 37-38) estabelece a distinção entre a interdição e o tabu linguístico. O primeiro caso é empregado em situações externas, psicológicas ou sociais que motivam a não utilização de certas formas léxicas existentes na língua, dando origem ao processo eufemístico. Já o segundo é restrito a uma interdição mágico-religiosa bastante representativa nas culturas ancestrais, tendo como recurso substitutivo dessa interdição o termo *noa* que, segundo Guérios (1979, p. 11), se configura como “expressão neutra, permitida, é a expressão substituta do tabu linguístico propriamente dito, aquela com a qual

não se está ou não se é atingido pela desgraça”. Todavia se a palavra tabuística for proferida pelo indivíduo, o deixa vulnerável à infelicidade ou à desgraça, podendo isso se estender a qualquer membro de sua família.

Guérios (1979, p. 11) também assinala as diferenças entre o eufemismo e o termo *noa*. O primeiro refere-se à “expressão substituta que atenua uma ideia triste ou desagradável, pertencente, por consequência, ao domínio moral ou do sentimento”, enquanto *noa* “faz parte do domínio mágico-religioso”, *noa* tem valor ambivalente de modo que “de um lado, prudentemente, aplica-se ao ser interdito; de outro, evita-lhe as consequências funestas ou apenas desagradáveis” (GUÉRIOS, 1979, p. 12).

A seguir, a Figura 1, apresenta um esquema que tem como objetivo demonstrar a distinção entre interdição linguística e tabu linguístico, na concepção de Casas Gómez (1986).



Figura 01 – Distinção entre interdição linguística e tabus linguísticos, conforme Casas Gómez (1986).

Os tabus linguísticos podem ser classificados, conforme Guérios (1979, p. 5), em próprio e impróprio. O primeiro refere-se à proibição de proferir determinadas palavras, às quais, dependendo da cultura, se atribui poder sobrenatural, e que, uma vez proferidas, podem causar desgraça ou infelicidade ao indivíduo que as mencionou, estando, portanto, relacionado às crenças que povoam o imaginário popular. Já o segundo tipo diz respeito à proibição em mencionar qualquer expressão imoral ou grosseira, ou seja, está relacionado à moral ou ao sentimento. Em face disso, as perguntas selecionadas para este trabalho assim se classificam, em termos de classificação dos tabus linguísticos: *próprio*: QSL 147 – “diabo”; *impróprio*: QSL 121 – “menstruação”; QSL 137 – “pessoa pouco inteligente”, QSL 141 – “marido traído” e QSL 142 – “prostituta”.

Ullmann (1964), por seu turno, divide os tabus linguísticos em três grupos, a saber: 1) *o tabu de medo*, que está relacionado aos seres sobrenaturais como, por exemplo, a pronúncia do nome de Deus e do nome do diabo; 2) *o tabu de delicadeza* que se refere diretamente a

assuntos desagradáveis como doenças e morte e, 3) *o tabu de decência* que está ligado ao sexo, a certas partes e funções do corpo humano e aos juramentos (ULLMANN, 1964, p. 426-427). Este estudo contempla todos os tipos de tabus apresentados pelos autores citados.

1.4.2. A dimensão mágico-religiosa da palavra

Casas Gómez (1986, p. 20) atribui às sociedades primitivas a origem do tabu linguístico, uma vez que os povos constituintes dessa civilização acreditavam, sobremaneira, no vínculo entre a palavra e a coisa por ela designada. Na mesma linha de pensamento, Guérios (1979, p. 6) esclarece:

Para os homens primitivos, para os homens atrasados ou incultos em geral, há conexão íntima, misteriosa, mágica, entre a palavra e o objeto por ela designado. A palavra não é sinal cômodo, prático, para denotar a coisa, senão a substância, a alma da própria coisa.

É nesse contexto, portanto, que se situa a dimensão mágico-religiosa da palavra. Sob esse ponto de vista, Coseriu (1982) explica que o tabu linguístico

[...] deve-se, essencialmente, à crença (muito arraigada nas sociedades primitivas, mas documentável também em sociedade mais adiantadas) em certa “magia das palavras”, a certa identificação entre o nome e a coisa nomeada: considera-se que nomear uma coisa com o termo próprio que lhe corresponde pode ser perigoso, porque o nomear a coisa traz consigo a própria coisa (a bem conhecida locução latina *lupus in fabula* significa justamente isto: ao nomear o lobo, o lobo aparece) e que, portanto, é preferível empregar palavras ou expressões menos próprias, que nomeiem “sem nomear” (COSERIU, 1982, p. 69).

Segundo Biderman (1998b, p. 84), a palavra tem o poder de criar: “todas as culturas nascem de uma palavra criadora, dita em tempos imemoriais por um poder divino”. Assim, para que as “coisas” pertencentes a uma civilização passem a existir precisam de um nome, daí se institui o poder da palavra. Vários trechos bíblicos ilustram o poder exercido pela palavra como, por exemplo, o livro de Gênesis (1:3-5)²⁴, que relata a criação do mundo pela palavra de Deus: “E disse Deus: Haja luz; e houve luz” seja! E a luz se fez. E viu Deus que era boa a luz; e fez Deus separação entre a luz e as trevas. E Deus chamou à luz Dia; e às trevas chamou Noite. E foi a tarde e uma manhã, o dia primeiro”. O Evangelho de Mateus (8:26-27)²⁵ também elucida essa questão: “E ele disse-lhes: Por que temeis, homens de pouca fé? Então, levantando-se, repreendeu os ventos e o mar, e seguiu-se uma grande bonança. E aqueles homens se maravilharam, dizendo: Que homem é este, que até os ventos e o mar lhe obedecem?”.

²⁴ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1>. Acesso em 20 jun. 2011.

²⁵ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/mt/8>. Acesso em 20 jun. 2011.

Para Biderman (1998b, p. 81), a palavra “tende a constituir uma realidade dotada de poder” e, por extensão, pondera que os mitos “falam dos segredos e das essências escondidas na *palavra* instituidora do universo”, à medida que “procuram traduzir uma crença de todas as culturas” (BIDERMAN, 1998b, p. 84). Ao tratar da suposta relação entre a palavra e o elemento por ela indicado, essa mesma autora assegura que

[...] o homem primitivo acredita que o nome não é arbitrário, mas existe um vínculo de essência entre o nome e a coisa ou objeto que designa. Assim sendo, não separa a palavra do referente que ela nomeia. Crê que se pode atuar magicamente sobre uma pessoa através de seu nome. Por isso esse homem primitivo considera seu nome como parte vital de seu próprio ser (BIDERMAN, 1998b, p. 81-82).

Ogden e Richards (1972, p. 51-52), por seu turno, argumentam que no mundo da magia “o nome de uma coisa ou grupo de coisas é a sua alma; conhecer os seus nomes é dispor de poder sobre as almas delas. Nada, seja humano ou sobre-humano, está acima do poder das palavras”. Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que a palavra não é neutra, pois nela estão enraizados crenças e valores de uma civilização em dado momento histórico.

Essa relação entre o nome e a coisa por ela designada permeia o pensamento humano desde a Antiguidade. Theml (2002, p. 11), por exemplo, destaca que nas sociedades *póleis* do século VIII a. C, “acreditava-se mais na palavra de um cidadão do que no conteúdo de um documento escrito. A palavra dita, verbalizada oralmente, tornava presente o que havia sido pronunciado”. Para Detienne e Vernant (1974 *apud*, THEML, 2002, p. 12), “falar produzia ao mesmo tempo uma capacidade perceptiva de ouvir e de transformar o que se ouviu em visão do dito”. Para esses autores a palavra, concebida no contexto mágico-religioso, quando proferidas são “tão verdadeiras quanto a presença das estrelas no céu”.

Pelo exposto, pode-se concluir que a palavra exerce o seu poder em diferentes circunstâncias: ela assume o poder de criar, conforme revela o livro de Gênesis em que Deus instituiu o mundo a partir da palavra. O nome próprio também é dotado de poderes mágicos como pode ser visto na cultura egípcia: “todas as formas da vida religiosa dos egípcios também evidencia, em todas suas fases, esta fé na supremacia do nome e no poder mágico que lhe é inerente” (CASSIRER, 1972, p. 67). O nome também confere ao indivíduo a sua identidade, conforme se pode notar nas palavras de Cassirer (1972, p. 69): “a unidade e unicidade do nome não compõem somente o signo da unidade e unicidade da pessoa, mas a constituem realmente, pois o nome é que, antes de mais nada, faz do homem um indivíduo”.

Considerando-se, pois, essa questão da relação entre a palavra e o referente por ela designado, o item 1.4.3, na sequência, tece considerações acerca da relação entre mito e linguagem.

1.4.3. Mito e linguagem: algumas relações

Assim como os tabus, os mitos são criados segundo as convenções sociais de determinado grupo. Importante salientar que os mitos estão correlacionados com os tabus/tabus linguísticos, isso porque um ser ou um objeto consagrado como um mito está passível de proibições e de interdições linguísticas, daí a relação existente entre mito e linguagem.

Os mitos perpetuam o imaginário popular, referem-se às criações ancoradas nos fatos ou na história de uma sociedade que, por sua vez, são passados de geração a geração. Segundo Feijó (1984, p. 12-13), “o mito corresponde às crenças de um povo, do conjunto, da comunidade, da coletividade. Por isso, ele se torna a “verdade” desse povo. Não é a verdade comprovada em laboratório, mas a verdade de uma mentalidade coletiva”. Nessa perspectiva, Chevalier e Gheerbrant (2008, 612), no dicionário de símbolos, registram a seguinte definição para mito:

[...] para Platão, era uma maneira de traduzir aquilo que pertence à opinião e não à certeza científica. Sejam quais forem os sistemas de interpretação, eles ajudam a perceber uma dimensão da realidade humana e trazem à tona a função simbolizadora da imaginação. Ela não pretende transmitir a verdade científica, mas expressar a verdade de certas percepções.

Logo, a essência mitológica está na mentalidade de um povo, isto é, nos valores e nas crenças que adotam sobre um objeto ou sobre uma pessoa que, por sua vez, passa a ser adorado, respeitado ou ainda, temido pelos indivíduos ou pelo grupo que ele está inserido. Nesse particular, ao discutir acerca da manifestação do sagrado, Eliade (s/d. p. 23) o faz comparando o comportamento do homem primitivo e do homem moderno. Assim, esclarece que as funções fisiológicas como alimentação e sexualidade, por exemplo, são do ponto de vista do homem moderno, simplesmente processos fisiológicos, enquanto na visão do primitivo pode tornar-se um sacramento, ou seja, uma comunhão com o sagrado.

Ao discutir o conceito de mito, Ruthven (1976, p. 14) argumenta que os sistematizadores, ou seja, os estudiosos que estabeleciam uma “chave universal para todas as mitologias” (monomitogonia) defendem que o mito “nada mais é que ciência primitiva, ou

história, ou personificação de fantasias do inconsciente”. Segundo esse estudioso, o estudo do mito pertence a “um campo que engloba uma variedade de ramos de conhecimento e disciplinas: os clássicos, a antropologia, o folclore, a história das religiões, a linguística, a psicologia e a história da arte” (RUTHVEN, 1976, p. 15).

Pode-se afirmar que o mito está relacionado à religião, já que ambas referem-se às manifestações de crenças inerentes a uma civilização, envolvendo, portanto, a interferência de entes sobrenaturais. Nesse contexto, W. Mannhardt (1875, *apud*, ELIADE, s/d, p. 16) refere-se a uma mitologia tida como “baixa mitologia” “sobrevivente ainda nos ritos e nas crenças dos camponeses” que, por sua vez, representam um estágio da religião. Assim, segundo essa proposição, fica claro que a prática de rituais e a manifestação de crenças praticamente não são evidenciadas numa coletividade tida como “moderna”, tendo em vista tratar-se de uma prática característica dos antigos, do homem primitivo. Sobre isso, Campbell (1997, p. 7) defende que

[...] entrar em harmonia e sintonia com o universo, e permanecer nesse estado, é a principal função da mitologia. Quando as sociedades evoluem, distanciando-se de sua condição primeva inicial, o problema consiste em manter o indivíduo nessa *participation mystique* com a sociedade (CAMPBELL, 1997, p. 7).

Os mitos podem ser examinados, também, sob uma abordagem psicanalítica. Para Freud (1901, *apud*, RUTHVEN, 1976, p. 31), por exemplo, “grande parte da concepção mitológica do mundo – que incide amplamente sobre as religiões mais modernas – não é mais do que psicologia projetada no mundo externo”. Para esse psicanalista os mitos eram considerados como “precipitados” de processos inconscientes (FREUD, 1913, *apud*, RUTHVEN, 1976, p. 31).

A dimensão mitológica pode, ainda, ser examinada por meio da linguagem. Nesse caso, vale retomar a tese de que a linguagem não é apenas um instrumento de interação social, mas, também, um meio de identificar crenças, valores e a cultura de uma sociedade e, nesse contexto, situam-se os mitos. Ao discutir a relação entre linguagem e mito, Cassirer (1972, p. 18) assegura que

[...] tudo a que chamamos de mito, é, segundo seu parecer, algo condicionado e mediado pela atividade da linguagem: é, na verdade, o resultado de uma deficiência linguística originária, de uma debilidade inerente à linguagem. Toda designação linguística é essencialmente ambígua e, nesta ambiguidade, nesta “paronímia” das palavras, está a fonte primeva de todos os mitos.

Partindo dessa proposição, pode-se compreender que a palavra no mundo mítico não tem caráter neutro, ao contrário, ela é supostamente carregada de poderes míticos. Isso leva a crer que a concretização do mito só ocorre por intermédio da linguagem. A concepção mítica do período do Helenismo se fundamentava na ideia de que “o nome e a essência se

correspondiam em uma relação intimamente necessária, que o nome não só designa, mas também é esse mesmo ser, e que contem em si a força do ser” (CASSIRER, 1972, p. 17).

Essa hipótese do vínculo entre a palavra e o referente por ela designado era admitida no Egito Antigo. Sobre isso, Ogden e Richards (1972, p. 47-48) assinalam que “nos textos da Pirâmide, vemos mencionado um deus chamado Khern, isto é, Palavra; a Palavra tinha uma personalidade idêntica à de um ser humano. A criação do mundo era devida à interpretação em palavras, por Thoth, da vontade da divindade”.

Fica evidente, portanto, que a linguagem reflete também a visão de mundo, as crenças e a cultura de uma civilização. Nesse particular, a dimensão mitológica que constitui a cultura de certa comunidade linguística também é revelada em sua linguagem:

a mitologia é inevitável, é uma necessidade inerente à linguagem, se reconhecemos nesta a forma externa do pensamento: a mitologia é, em suma, a obscura sombra que a linguagem projeta sobre o pensamento, e que não desaparecerá enquanto a linguagem e o pensamento não se superpuserem completamente: o que nunca será o caso (CASSIRER, 1972, p. 19).

Ao examinar o processo de conceituação mítico-religiosa, ou seja, da relação entre os conceitos linguísticos e os conceitos mítico-religiosos, Cassirer (1972, p. 56-57) argumenta que disso depende o interesse subjetivo, de modo que aquilo considerado importante ou necessário ao indivíduo recebe uma “marca designativa”: “só o que se torna importante para o nosso desejar e querer, esperar e cuidar, trabalhar e agir, isto, e só isto recebe o selo da ‘significação’ verbal”. Isso é notório no processo de nomeação em algumas tribos que

[...] usam uma só palavra para “dançar” e “lavar”; e o fazem não porque não lhes seja imediatamente manifesta a diferença entre as duas atividades, mas porque a dança e a lavoura servem, na sua visão das coisas, essencialmente para o mesmo fim, qual seja, prover meios de vida. Isto porque o crescimento e a prosperidade de suas populações dependem da correta execução de suas danças, de suas cerimônias mágicas e religiosas, mais do que do cultivo correto e oportuno de seus campos. Tal entrelaçamento de atividades provoca o entrelaçamento dos nomes, dos conceitos linguísticos (CASSIRER, 1972, p. 59).

Isso demonstra que o ato de nomear, no âmbito do universo mitológico, está atrelado à importância, ao valor que a comunidade atribui a determinados fenômenos de seu convívio. Disso decorre também o poder mitológico incutido na palavra:

este vínculo originário entre a consciência linguística e a mítico-religiosa expressa-se, sobretudo, no fato de que todas as formações verbais aparecem outrossim como entidades míticas, providas de determinados poderes míticos, e de que a Palavra se converte numa espécie de arquipotência, onde radica todo o ser e todo acontecer (CASSIRER, 1972, p. 64).

Dessa relação entre linguagem-mito e linguagem-coisa, Eliade (s/d. p. 16), retomando Max Müller (1856), pondera que, segundo esse estudioso, “a criação dos mitos pelos fenômenos naturais, sobretudo as epifanias do sol, e o nascimento dos deuses por uma

“doença da linguagem”: o que originariamente, não passava de um nome, *nomen*, torna-se numa divindade, *numen*”. Nota-se, pela assertiva, o poder exercido pela palavra no âmbito mitológico e a crença imperada na sociedade primitiva de que a palavra é dotada de uma alma, isto é, a palavra materializa a “coisa” por ela designada.

Fica evidente, portanto, que no universo mitológico, há uma suposta relação de interdependência entre o conceito linguístico e o conceito mitológico, já que a existência do mito depende da palavra e essa, por sua vez, é constituída de poderes míticos. Assim, na visão de Cassirer (1976, p. 106), “a linguagem e o mito se acham originariamente em correlação indissolúvel”.

Face ao exposto, vale registrar que a contextualização mítica, em especial no que diz respeito ao âmbito mágico-religioso, na esfera deste estudo, pode ser evidenciada nas designações para a entidade “diabo” – QSL 147, à medida que é bastante corriqueiro o falante não mencionar a palavra “diabo”, por exemplo, por acreditar que a proferição dessa forma tabuística evoca a aparição do ente maligno por ela nomeado. Isso se deve, evidentemente, às crenças que povoam o imaginário popular, revelando assim, a forma como um grupo linguístico concebe a realidade sociocultural em que vive. Nessa perspectiva, o capítulo seguinte apresenta a contextualização histórico-geográfica das regiões do Brasil, com ênfase na perspectiva sociocultural, reportando, assim, à estreita relação existente entre a história geográfica de um povo e seus costumes, cultura e crenças.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DAS REGIÕES BRASILEIRAS

Este capítulo tece considerações histórico-geográficas acerca das cinco regiões administrativas do Brasil, segundo a divisão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e sua respectiva contextualização em termos de processo de povoamento e ocupação, tendo em vista a relevância das informações dessa natureza como subsídio para a interpretação de dados linguísticos, em especial os da natureza lexical. Considerando-se a perspectiva de análise adotada para este estudo, buscaram-se como orientação teórica²⁶ informações históricas sobre o Brasil nas dimensões sociológica e antropológica, com base em duas obras consagradas: *Regiões culturais do Brasil* (DIÉGUES JÚNIOR, 1960) e *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (DARCY RIBEIRO, 1995). O primeiro estudioso atribui dez regiões culturais, tomando como base as relações entre o meio físico e as condições econômicas estabelecidas no processo de povoamento e formação na história do Brasil: *nordeste agrário, mediterrâneo pastoril, Amazônia, mineração, centro oeste, pastoril do extremo sul, colonização estrangeira, café, cacau e sal*. O antropólogo Ribeiro (1995), por seu turno, elegeu cinco áreas culturais que representam o Brasil, fundamentado nos diferentes grupos étnicos que contribuíram no processo de formação do povo brasileiro, bem como as diferentes atividades econômicas realizadas: *o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil caipira e os Brasis sulinos*.

Nesse contexto, não é demais lembrar que a realidade sociocultural e histórica de determinado grupo linguístico pode ser evidenciada por meio de seus hábitos linguísticos, nomeadamente, pelo seu repertório lexical. Partindo desse princípio e tomando como base um o objetivo geral deste trabalho que consiste no estudo léxico, com ênfase para a questão dos tabus linguísticos, julga-se procedente destinar um capítulo deste trabalho à discussão de questões histórico-geográficas relativas às cinco regiões administrativas do Brasil.

2.1. Região Norte

A região Norte do Brasil abrange seis Estados: Amapá, Roraima, Amazonas, Pará, Acre e Rondônia. A população dessa região é de 14.302.045 habitantes, com uma área total de

²⁶ À medida que se fez necessário, buscou-se também em outras fontes teóricas respaldo para complementar a discussão teórica deste capítulo.

361.598.476 Km², e com uma densidade demográfica estimada, em 2010, de 3,96 habitantes por Km², segundo o IBGE (2010)²⁷.

A região em questão está situada nas regiões culturais adotadas por Diégues (1960) e por Ribeiro (1995), respectivamente, na *Amazônia e a atividade extrativa* e no *Brasil Caboclo*. O Norte do Brasil foi marcado economicamente pela produção de especiarias. Segundo Diégues Jr. (1960, p. 193), a região *Amazônia e a atividade extrativa*, no início do século XVII, passam a ser alvo de invasão estrangeira (ingleses, holandeses e franceses), atraídos pela caça aos índios e pelo interesse na exploração das especiarias, mas, no começo do século XVII, entram em cena os portugueses, ocupando o território com o objetivo de expulsar os estrangeiros, valendo-se, para tanto, de lutas armadas e fortificações. Despertaram-se os portugueses para o valor comercial das especiarias e “um esforço deliberado se empreendeu para racionalizar e ampliar o negócio” (RIBEIRO, 1995, p. 311).

Essas especiarias tão cobiçadas pelos estrangeiros, as chamadas “drogas do sertão”, incluem: cacau, cravo, copaíba, baunilha, canela, algodão, fibras, ervas medicinais, entre várias outras. Diégues (1960, p. 200) pondera que essas “drogas do sertão”

[...] espalhavam-se por todo o espaço amazônico, disseminando-se pela sua floresta e marcando os seus rios. No Solimões, no Negro, no Branco, no Japurá, no Madeira, no Içá, no Urubu, em todos os vales desses rios e de vários outros integrados no sistema hidrográfico da Amazônia, as especiarias abundavam.

A extração dessas “drogas” foi apoiada pelas autoridades portuguesas, por isso, “de parte do Governo lusitano partiram providências em benefício dos produtos e da própria região, preservando esta da ofensiva exploradora de sertanistas e coletores” (DIÉGUES JR, 1960, p. 200). A exploração das “drogas do sertão” pelos lusitanos propiciou a sua comercialização na Europa, o que na época foi vantajoso, já que o ciclo lusitano nas Índias estava em decadência.

A comercialização das especiarias pelos portugueses renderam-lhes significativos lucros, por essa razão e em decorrência do aumento da população na região explorada, a sociedade que se formou na Amazônia passou a dedicar-se à economia agrícola, cultivando diferentes produtos, entre eles a cana-de-açúcar, o tabaco, o algodão, o cacau, o café, a mandioca, entre outros. No entanto, a atividade agrícola não logrou êxito em virtude da preferência pelas “drogas” e, sobretudo, pela falta de mão-de-obra escrava para o trabalho na lavoura. Com base na proposição de Alexandre Rodrigues Ferreira (1886), Diégues Jr. (1960, p. 201) destaca que nessa época havia a má distribuição dos escravos já que muitos eram

²⁷ Todos os dados demográficos relativos às regiões brasileiras apresentados neste capítulo foram obtidos por meio de consulta ao site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em 04 fev. 2012.

deslocados para “outros misteres pelos lavradores indolentes e malandros”, razão pela qual os negros escravos eram poucos “para os serviços domésticos, para acompanhamentos pomposos, para ostentações vãs de riqueza e de senhorio” (FERREIRA, 1886, *apud* DIÉGUES JR. 1960, p. 201).

Já a partir do século XIX, a região Norte inicia uma nova fase econômica: o ciclo da borracha. Essa fase atraiu, para a região, brasileiros de outros Estados, sobretudo, dos do Nordeste, a partir de 1870, desencadeando, assim, o aumento demográfico da região. Nesse particular, Diégues Jr. (1960, p. 207) aponta os maranhenses como os primeiros a se instalarem no Alto Amazonas, seguidos pelos cearenses, paraibanos, norte-rio-grandenses, alagoanos e pernambucanos. Em virtude dessa ênfase na atividade extrativista, “o seringal tornou-se expressão socioeconômica não só da Amazônia, mas também da nova fase do processo histórico da economia brasileira” (DIÉGUES JR, 1960, p. 207).

As correntes migratórias nordestinas foram determinantes para o êxito econômico da Amazônia, mas também contribuíram significativamente para a sua caracterização social e cultural:

[...] foi a extração e comercialização da borracha que promoveu grande expansão na colonização da região Norte, atraindo riqueza e causando transformação cultural e social e grande impulso econômico e cultural às cidades de Manaus e Belém, até hoje os grandes centros da região²⁸.

A esse respeito, Diégues Jr. (1960, p. 206-207) pondera que

[...] a participação do elemento nordestino representou a presença de nova contribuição humana à vida regional. E esta contribuição não se traduz apenas do ponto de vista étnico, em que, aliás, foi pequena; traduz-se igualmente do ponto de vista cultural, pois, os nordestinos já possuíam uma experiência agrária mais longa, além de que, pelas próprias condições do meio em que nasceram, estavam armados de uma capacidade de resistência e de adaptação ao ambiente amazônico.

Portanto, a extração da borracha proporcionou o aumento da população que passa a “dispersar-se pelo vale inteiro, já que antes se concentrava nas margens dos rios Amazonas e Solimões” (RIBEIRO, 1995, p. 323).

Grande influência exerceram também os povos indígenas, responsáveis pela caracterização social e cultural da Amazônia, característica perceptível até os dias de hoje, em diferentes setores da população nortista. A culinária regional, por exemplo, é basicamente de base indígena: a mandioca, a carne de jacaré, o pirarucu, a tartaruga, o uso do guaraná, entre outros. Diégues Jr. (1960, p. 218) destaca que os índios exerceram grande influência também na toponímia regional, “denominando acidentes geográficos e centros políticos”. Além disso, os indígenas transferiram para os colonizadores ensinamentos básicos para a atividade

²⁸ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Borracha>. Acesso em 23 de Ago. 2011.

extrativista como “maneiras de aproveitar o leite da seringueira”, bem como “as técnicas de preparo da borracha, desde a sua extração” (DIÉGUES JR, 1960, p. 219). Ribeiro (1995, p. 325), por seu turno, assim descreve essa realidade:

em cada seringal, um grupo de caboclos amazônicos exerce as funções de mestres que desasnam os recém-chegados, os “brabos”. Ensinam a identificar a seringueira, a sangrá-la diariamente sem afetar-lhe a vida, a colher o látex e a defumá-lo cuidadosamente para formar as bolas de borracha.

O mesmo antropólogo assinala também que a presença indígena nessa região foi significativa não apenas do ponto de vista de fornecimento de conhecimentos aos lusitanos, mais do que isso, a participação indígena foi imprescindível para a sobrevivência dos colonizadores: “[...] os índios foram o saber, o nervo e o músculo dessa sociedade parasitária. [...] Nenhum colonizador sobreviveria na mata amazônica sem esses índios que eram seus olhos, suas mãos e seus pés” (RIBEIRO, 1995, p. 315). Os dados do IBGE (2010) estimam uma população indígena no Norte do Brasil, de 342.836 habitantes. Esse dado confirma, portanto, a participação efetiva de grupos indígenas na formação sociocultural e demográfica dessa região, em especial, no Estado do Amazonas, onde o IBGE registrou uma população de 183.514 habitantes indígenas²⁹.

A influência indígena se faz notar também no âmbito da religião e das crenças predominantes no Norte do Brasil. Em meados do século XX, Diéguas Jr. (1960, p. 229) assegurava que “a pajelança (*sic*) ainda tem um lugar de primeira fila na região, [...]. Acredita em pagé (*sic*), em curandeiros, em mezinhas, em visagens”, daí ser comum a resistência, por parte da população, a médicos e a hospitais em decorrência das práticas de curandeirismo e de benzimentos.

Não é demais lembrar, ainda, que a predominância indígena na região Norte contribuiu significativamente para a caracterização de um *Brasil caboclo*, resultante do processo de miscigenação, que deu origem ao caboclo amazônico:

[...] a população neobrasileira da Amazônia formou-se também pela mestiçagem de brancos com índias, através de um processo secular em que cada homem nascido na terra ou nela introduzido cruzava-se com índias e mestiças gerando um tipo racial mais indígena que branco (RIBEIRO, 1995, p. 316).

Esse processo de mestiçagem gerou, pois, uma nova caracterização social do Brasil, que, desde o início da colonização, começou a ser delineada: o cruzamento com “as mulheres da terra” passou a ser incentivado pela Coroa Portuguesa que “acabou por dignificar através da lei e por estimular mediante regalias e prêmios” (RIBEIRO, 1995, p. 316). Ainda

²⁹Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_brasil_xls.shtm. Acesso em 02 de dez. 2012.

consoante esse antropólogo, a nova sociedade brasileira, isto é, a dos caboclos da Amazônia, embora de essência indígena, se contrastava com o estilo de vida tribal que, por seu turno, baseava-se na subsistência, enquanto as novas comunidades “se ocupavam mais de tarefas produtivas de caráter mercantil, requeridas pelo mercado externo, do que da própria subsistência” (RIBEIRO, 1995, p. 316).

A região amazônica nos dias atuais registra ainda a predominância de atividades extrativistas, em especial das essências florestais, incluindo-se também a exploração da madeira, por brasileiros advindos de outras regiões. Numa perspectiva antropológica, a região amazônica concentra especificidades étnicas decorrentes da predominância indígena evidenciada do início da colonização até a atualidade; nordestina, em especial em Rondônia e no Acre, em decorrência do ciclo da borracha; e os mestiços concentrados em toda a região. Assim, os diferentes matizes étnicos no processo de formação da região amazônica, afetam, sobremaneira, o léxico dos habitantes dessa região, sobretudo, os de influência nordestina e indígena.

2.2. Região Nordeste

O Nordeste brasileiro é formado por nove Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A população dessa região é de 53.081.950 habitantes, com uma área total de 155.438.773 Km², e com uma densidade demográfica estimada, em 2010, de 34,15 habitantes por Km².

Do ponto de vista econômico, o litoral nordestino destacou-se pelo empreendimento do engenho açucareiro. Segundo Ribeiro (1995, p. 275), os primeiros engenhos de açúcar surgem no Brasil antes de 1520 e se espalham por todo o litoral já habitado pelos portugueses. Contudo, o cultivo da cana-de-açúcar se concentrou nas “terras de massapé do Nordeste e do recôncavo baiano, firmando as bases da civilização do açúcar, cujas expressões urbanas floresceram nas cidades-porto de Olinda-Recife, em Pernambuco, e de Salvador, na Bahia” (RIBEIRO, 1995, p. 275).

O processo de ocupação humana no Nordeste litorâneo teve, pois, como base a economia açucareira: “pelo litoral a cana vai-se espalhando, num verdadeiro sentido talássico que era o do português quinhentista: a proximidade da água, do mar ou do rio, mas sempre a da água” (DIÉGUES JR, 1960, p. 110-111). Em face disso, a população humana aumentou, resultando na formação de uma sociedade tipicamente agrária, uma vez que “em torno dos

engenhos foi que apareceram os núcleos demográficos do Nordeste litorâneo; povoados, vilas, cidades nasceram quase sempre em terras de engenho” (DIÉGUES JR, 1960, p. 112).

Observa-se, portanto, que o açúcar deixa de ser apenas uma especiaria para se tornar um produto comercial, já que os portugueses se situavam apenas no papel de empreendedores, tendo em vista que dispunham tanto da terra rica e fértil da região açucareira, como da mão-de-obra dos escravos negros. A economia açucareira do Nordeste resultou, portanto, na geração de altos lucros para os senhores de engenho e dessa renda resultou a “edificação das cidades de Recife, Olinda e da Bahia, que mais tarde, com o aporte da riqueza proveniente da mineração, se ergueriam como os maiores e mais ricos centros urbanos das Américas” (RIBEIRO, 1995, p. 297).

É, pois, nesse contexto da economia açucareira que a caracterização “crioula” da sociedade brasileira começa a ser formada. Acerca disso, Ribeiro (1995, p. 277) assegura que “chamamos área cultural crioula à configuração histórico-cultural resultante da implantação da economia açucareira e de seus complementos e anexos na faixa litorânea do Nordeste brasileiro, que vai do Rio Grande do Norte à Bahia”. Os complementos e anexos mencionados pelo autor referem-se a outras atividades desempenhadas na região em questão, além do engenho açucareiro, das quais se destacavam a “fabricação de aguardente e de rapadura”, “lavouras comerciais de tabaco e a fabricação do fumo”. Acrescenta também o autor que, mais tarde, com o surgimento de outros produtos somados àqueles, como é o caso do cacau, houve a ampliação da área cultural crioula na região. Entretanto, adverte o estudioso que a área de cultura crioula não se restringe apenas à economia do açúcar, mas integra, ainda, outras atividades: “os jangadeiros nordestinos, de salineiros e as subáreas de cultivo do cacau e do tabaco e as explorações de petróleo do recôncavo baiano” (RIBEIRO, 1995, p. 304).

Já a configuração étnico-cultural da sociedade predominante no período do engenho açucareiro resultou da união dos colonos portugueses com as índias da terra. Contudo, o elemento africano representou maior contribuição nesse processo de miscigenação: “na região agrária do litoral, o elemento étnico surgido da miscigenação entre o branco e o preto – o mulato – tornou-se logo a principal figura humana dessa sociedade que se formava” (DIÉGUES JR, 1960, p. 113).

O cenário brasileiro nesse período é, portanto, o de uma relação colono-escravo. Ribeiro (1995, p. 277) denomina essa convivência como “polaridade social básica da economia açucareira”, onde o senhor de engenho “vivia em sua casa grande, construída para durar e legar a seus herdeiros” enquanto o escravo, índio ou negro, sobrevivia ao duro trabalho no engenho. Esse estudioso adverte que, embora se trate de duas formas opostas no

nível social, “eram também dois alternos mutuamente complementares dentro da mutualidade desigual de uma formação colonial-escravista” (RIBEIRO, 1995, p. 278).

A participação efetiva do africano na região açucareira contribui não apenas para a caracterização social da região, mas também do ponto de vista cultural e religioso, pois a religião predominante na região em pauta reflete uma miscigenação cultural entre africanos, indígenas e portugueses. De acordo com Ribeiro (1995, p. 296), no fim do período colonial, os negros se integraram à religião católica que, por sua vez, era uma das poucas que aceitavam participação africana. No entanto, aos poucos, o negro foi-se afastando do catolicismo e se aproximando dos cultos afro-brasileiros, sobretudo na época da abolição. Nota-se, pois, uma forte tendência aos cultos e rituais de origem africana: “nas cidades da Bahia, do Recife, de São Luís, do Rio de Janeiro, o candomblé, o xangô, a macumba constituem os centros de vida religiosa mais ativa das populações pobres, tanto pretas e pardas como brancas” (RIBEIRO, 1995, p. 296).

Nesse sentido, Diégues Jr. (1960, p. 137) assinala que entre as classes pobres da região Nordeste, a busca pelas práticas da medicina caseira e do curandeirismo são mais acentuadas, ao contrário das cidades, onde essas práticas são menos praticadas. Acrescenta ainda o autor que os médicos compareciam em poucas cidades bem adiantadas:

[...] por isso e porque não podem pagar médico, mesmo quando ele existe, as classes pobres da cidade ou vila comumente voltam-se para os benzedores ou curandeiros de raízes, quando não recorrem ao farmacêutico para mezinhas domésticas (DIÉGUES JR, 1960, p. 137).

Outro ponto abordado por esse estudioso diz respeito à manutenção das tradições folclóricas da região, destacando que as manifestações tradicionais persistem mais nas populações rurais: “as festas de São João, como as de Natal, ainda conservam, grosso modo, as suas tradições nas áreas rurais” (DIÉGUES JR, 1960, p. 137). Em contrapartida, as populações das classes média e alta desprezam as tradições regionais em decorrência da difusão do rádio e do cinema.

Contemporaneamente, a televisão e, mais recentemente, o acesso à internet oferecem à população informações de diversas naturezas, exercendo, assim, influências sobre o seu comportamento, suas atitudes e seus valores. Logo, considerando-se que as camadas sociais menos abastadas têm acesso limitado a esses meio de comunicação de massa, evidentemente, estão menos suscetíveis a receber novas informações/esclarecimentos. Nessa perspectiva, vale registrar que, no âmbito cultural/folclórico, populações do interior se diferenciam das capitais, porque, normalmente, os interioranos tendem a conservar manifestações dessa natureza, ao contrário dos habitantes das capitais a quem são proporcionados diversas

oportunidades de entretenimento e que, em razão disso, tendem a valorizar em menor proporção os hábitos e os costumes de cunho folclórico.

Vale registrar que diferentemente do litoral nordestino, o sertão destacou-se pelo ciclo da pecuária. Conforme Diégues Jr. (1960, p. 143-144), a penetração ao mediterrâneo nordestino dava-se por meio do rio São Francisco. As primeiras entradas em busca do sertão foram as de Pernambuco e da Bahia: “quando a penetração paulista atingiu o Vale do São Francisco, em pleno sertão, já o encontrou ocupado pelas fazendas de criadores pernambucanos e baianos” (DIÉGUES JR, 1960, p. 144). O mesmo estudioso destaca também o papel desempenhado pela atividade pecuarista no mediterrâneo do Nordeste:

[...] a pecuária foi o grande fator que possibilitou a penetração das correntes de ocupação humana para o interior, povoando o mediterrâneo do Nordeste, a chamada região sertaneja. O seu papel ainda hoje repercute através das sobrevivências populares do culto ao boi, revelado em folguedos, danças e cantos, que constituem a essência da mística do boi, e, também, no nome de rios, de localidades, de apelidos de pessoas ou dos simbolismos dos fatos. Verdadeira consagração totêmica (DIÉGUES JR, 1960, p. 146).

Todavia, outras atividades eram também exercidas: “no baixo São Francisco, por onde começaram as entradas, produziam-se cereais e farinha; nas margens do rio pescava-se, plantava-se fumo, extraía-se pau-brasil” (DIÉGUES JR, 1960, p. 146). Entretanto, o gado foi substituindo essas atividades e, no começo do século XVII, fazia-se concessão de terras para a criação e o ciclo da pecuária foi irradiando pelo sertão afora, chegando, inclusive, a alcançar o território mineiro e goiano.

Esse período marcado pela atividade pecuarista na região Nordeste é característico da área cultural delineada por Ribeiro (1995, p. 339) como *Brasil sertanejo* que, por sua vez, no âmbito nordestino, abrange “a orla descontínua ainda úmida do agreste e prossegue com as enormes extensões semi-áridas das caatingas”. O antropólogo destaca que a economia pastoril desenvolveu-se no agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados. Nesse sentido, o pastoreio contribuiu para a consolidação de

[...] um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (RIBEIRO, 1995, p. 340).

Em suma, com base na contextualização histórica aqui discutida, observou-se que os índios e os escravos negros, em decorrência de sua participação no engenho açucareiro, contribuíram significativamente para o processo de formação sociocultural da região Nordeste. Nesse particular, a presença lusitana também contribuiu para o processo de

mestiçagem entre brancos e negros, dando, pois, origem aos mulatos. Os dados do IBGE (2010) registram, para a região em pauta, o total de 5.013.783 habitantes de cor “preta”, sendo a Bahia o Estado mais representativo dessa etnia, com o total de 2.376.441 habitantes³⁰. Esses dados confirmam a participação dessa etnia no processo de formação sociocultural e demográfica da região Nordeste.

2.3. Região Sudeste

A região Sudeste abrange quatro Estados: Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A população dessa região é de 80.364.410 habitantes, com uma área total de 92.459.606 Km², e com uma densidade demográfica estimada, em 2010, de 86,92 habitantes por Km².

A região em foco situa-se no contexto da região cultural denominada por Diégues Jr. (1960) como *a mineração no planalto*. O Sudeste teve como marco histórico a busca incessante pelas riquezas minerais, destacando-se, nesse contexto, as bandeiras paulistas que se ocupavam de desbravar e ocupar novas terras descobertas. Esse processo inicia-se, segundo Diégues Jr. (1960, p. 235), no século XVI, se desenvolve no XVII e alcança a sua fase de esplendor no século XVIII. O papel das bandeiras era, portanto, o de invadir e conquistar as terras onde ocorria a descoberta do ouro.

Diégues Jr. (1960, p. 237) assinala que a situação econômica da população paulista no século XVII era precária: “em São Paulo não havia, pois, riquezas; a gente em geral era pobre. Os mais ricos empregavam as suas fortunas no custeio de uma bandeira”. Segundo esse estudioso, a pobreza refletia também nos trajes e na construção, sobretudo das igrejas. A figura dos bandeirantes é situada por Ribeiro (1995, p. 364) no contexto da região cultural do *Brasil caipira*: “ao fim de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha”. Todavia, esse autor sustenta que essa pobreza que caracterizava o paulista “é que fazia deles um bando de aventureiros sempre disponível para qualquer tarefa desesperada, sempre mais predispostos ao saqueio que à produção” (RIBEIRO, 1995, p. 365). Isso explica, pois, o fato de o período do movimento dos bandeirantes paulistas ter sido marcado por muita violência, lutas e, conseqüentemente, mortes, já que eles, por terem sido os desbravadores de muitas terras e viverem em busca das riquezas minerais, consideravam-se com maiores direitos de posse da

³⁰Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm. Acesso em 02 dez. 2012.

região. Observa-se, pois, que os paulistas consolidaram uma sociedade de caráter rústico, que se agrava pela acentuada influência da cultura indígena. Ribeiro (1995, p. 368) relata um fato que referenda o caráter arredo dos bandeirantes:

[...] missões inteiras, das mais ricas e populosas, como Guaíra (oeste paranaense), Itatim (sul do Mato Grosso) e Tapes (Rio Grande do Sul), foram assim destruídas pelos bandeirantes paulistas, que saquearam seus bens e escravizaram seus índios. É de supor que paulistas tenham vendido mais de 300 mil índios, principalmente missionários, aos senhores de engenho do Nordeste.

A busca pelas riquezas minerais não representou apenas um período marcado pela violência, mas também contribuiu para o crescimento demográfico das regiões auríferas. Sobre isso, Diégues Jr. (1960, p. 243) assegura que “dos fins do século XVII e começos do XVIII, cresceu o afluxo de imigrantes para a região das minas; não apenas gente do Nordeste, e em especial escravos negros, como também portugueses e outros alienígenas”. O mesmo autor assevera que a participação estrangeira, incluindo os portugueses e demais estrangeiros que vieram para as minas, exerceu uma influência significativa na economia e na vida social dessa região. Assim,

[...] foi com esses elementos, que se desenvolveu a mineração, atravessando um ciclo de crescimento que alcançou o seu esplendor na metade do século XVIII, para depois entrar em fase de decadência. Toda essa gente se mobilizou, direta ou indiretamente, nas tarefas da mineração: uns bateando, outros vendendo, outros transportando, outros comboiando, e assim por diante (DIÉGUES JR, 1960, p. 245).

Entretanto, a decadência do ouro, no fim do século XVIII, afetou as regiões mineradoras e sua população: “decaem as relações comerciais; os aglomerados humanos tendem à estagnação; as movimentadas localidades de antes se transformam em cidades mortas” (DIÉGUES JR, 1960, p. 249). Em razão disso, surgiram novas atividades na região: a atividade agrícola e o criatório, inclusive a economia cafeeira começa a surgir contribuindo, assim, para o restabelecimento econômico e social da região Sudeste.

Com base nos estudos de Nelson da Sena (1922), Diégues Jr. (1960, p. 259-260) pondera que a diversidade dessas atividades contribuiu para o surgimento de novos “tipos humanos” que, por sua vez, caracterizaram o Estado de Minas Gerais:

[...] o roceiro das matas do rio Doce; o grotreiro das bibocas e brenhas do Mucuri e Itambacuri; os vaqueiros gorotubanos dos sertões nortistas do Itaíba; os sertanejos das margens do São Francisco e do Jequitinhonha; os boiadeiros do Oeste e Triângulo [...]. Estas transformações sociais foram marcando, a partir do século XIX, as novas condições regionais, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social e, conseqüentemente, o panorama cultural da região, sem quebra do estilo de vida mantido pelas origens advindas da mineração (DIÉGUES JR, 1960, p. 259-260).

Conforme já mencionado, o cultivo do café, dentre outras atividades, surgiu como consequência da decadência do ouro. Foi a partir do século XIX, que as plantações de café

espalharam-se pelo interior de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Todavia, os mercados nacionais e internacionais, principalmente os Estados Unidos e a Europa, aumentaram o consumo desse produto e a exportação do café foi favorecida³¹. Assim, o café ocupou por muito tempo lugar de destaque nas exportações e, desse modo, a economia cafeeira acabou por tornar-se em 1820 a base da economia brasileira. Em razão da diminuição do trabalho escravo, a região Sudeste recebeu uma grande leva de imigrantes estrangeiros para o cultivo do café. Acerca disso, Diégues Jr. (1960, p. 343) pondera o seguinte:

[...] o grosso das correntes imigratórias que acorreram para São Paulo, principalmente de italianos, distribuiu-se pelas fazendas de café, como colonos, trabalhando nas atividades cafeeiras, em substituição ao braço escravo que, pouco a pouco, vai diminuindo. Observar-se-á, aliás, que, à proporção que diminui o braço escravo, aumenta a imigração, que se intensifica, a partir de 1889, com a completa abolição da escravatura.

O mesmo estudioso pondera, ainda, que o cultivo do café em território mineiro recebeu influências técnicas fluminenses e paulistas: a primeira baseada no trabalho escravo e a segunda alicerçada no trabalho livre.

Por muito tempo o cultivo do café foi o sustento da economia brasileira. No entanto, o declínio dessa economia decorrente da crise de 29, período que se configurou pelos baixos lucros, fazendo com que os fazendeiros vendessem suas fazendas e com o lucro obtido passassem a investir em indústrias: as primeiras se restringiam ao setor têxtil, alimentação, bens de consumo, entre outros³². Em consequência da crise do café, a economia do Brasil, antes baseada na agricultura, passa a ser de base industrial e, nesse particular, os recursos naturais das regiões mineradoras contribuíram para a expansão da indústria. Acerca disso, Diégues Jr. (1960, p. 263) adverte que “a antiga área de mineração, com as tradições do ciclo do ouro, com o espírito conservador, com sentimentos arraigados, transformou-se numa região metalúrgica ou siderúrgica; numa região de domínio industrial”.

Diégues Jr. (1960, p. 447) salienta também que, nos últimos dez anos do século XIX, é que se dá o surto da indústria no Brasil, particularmente em São Paulo. Vários foram os fatores que contribuíram para o progresso industrial: “o crescimento da imigração, os lucros auferidos com o café, os capitais disponíveis em face da extinção da escravatura, o aparecimento de um mercado consumidor” (DIÉGUES JR, 1960, p. 448). Na verdade, São Paulo foi o lugar em que a expansão industrial mais se desenvolveu e em ritmo acelerado. Pouco a pouco foi se expandindo a outras localidades como o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

³¹ Fonte: http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/ciclo_cafe.htm. Acesso em 27 set. 2011.

³² Fonte: <http://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/regiao-sudeste.htm>. Acesso em 28 set. 2011.

Atualmente, o Sudeste é a região mais importante do Brasil do ponto de vista industrial e econômico.

Em resumo, o Sudeste brasileiro foi uma região que teve a sua história marcada pela violência ilustrada pela figura dos bandeirantes, na busca incessante de riquezas minerais. Apesar dessa marca negativa deixada pelos bandeirantes paulistas, Fausto (2006, p. 96) destaca um aspecto positivo que corresponde à exaltação dos bandeirantes expressa na toponímia: “nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos”. Além disso, a participação estrangeira, basicamente de origem italiana, na economia cafeeira, representou uma significativa contribuição para o desenvolvimento econômico da região Sudeste e também para a formação sociocultural dos habitantes dessa região. Do ponto de vista econômico, a região Sudeste representa o maior polo industrial do Brasil, concentrando, portanto, os mais diversos ramos da atividade industrial como, por exemplo, o metalúrgico, o automobilístico, o têxtil, entre outros. Isso configura o Sudeste como a região brasileira mais desenvolvida quando comparada às demais, sendo, pois, a região mais populosa do Brasil.

2.4. Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste compreende três Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A população dessa região é de 14.058.094 habitantes, com uma área total de 160.636.679 Km², e com uma densidade demográfica estimada, em 2010, de 8,75 habitantes por Km².

O Brasil Central teve sua história marcada pela saga dos bandeirantes que partiram de São Vicente, atual cidade de São Paulo, com o objetivo primeiro de capturar indígenas e depois de buscar as minas de ouro, o que resultou, portanto, na ocupação do então Mato Grosso e Goiás. Nesse particular, vale registrar que o Centro-Oeste situa-se na região cultural o *Centro-Oeste extrativista e pastoril*, segundo a classificação de Diegues Jr. (1960).

A história de Goiás teve início a partir da entrada da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1672. É, portanto, com essa bandeira que “se abre a Estrada de Anhanguera, ligando São Francisco a Goiás, o caminho que se tornou ponto de ligação entre São Paulo e Goiás” (DIÉGUES JR, 1960, p. 278). Já em 1722, o Bartolomeu filho também parte com sua expedição para essa região, fundando os primeiros povoados: “o de Ferreiro, em 1726, [...], o da Barra, o de Santana, que seria depois Vila Boa” (DIÉGUES JR, 1960, p. 279).

Assim, o processo de povoamento em Goiás sucedeu-se de forma rápida, já que, segundo Diégues Jr. (1960, p. 280), a região recebia pessoas de diferentes lugares do País, não apenas de São Paulo, como também da Bahia, do Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais e

de Cuiabá. Assim, a formação social e cultural da região nesse período sofreu influências de diferentes etnias: brancos, índios, negros e mestiços. O mesmo estudioso informa que o território foi explorado no início do século XVIII, “encontrando-se ouro entre 1722 e 1725; logo depois, em 1726, surgiu o primeiro núcleo de povoadamentos: o arraial da Barra”.

O ouro não foi o único elemento que contribuiu para a formação histórica de Goiás. Teixeira Neto (2009, p. 21)³³ aponta que a economia agropecuária representou a continuidade dessa história: “criar boi e plantar roça se constituiu na atividade permanente que deu continuidade ao processo histórico, social e econômico”. Assim, o crescimento e o desenvolvimento da sociedade goiana se deram por meio da pecuária e da agricultura que, segundo esse historiador,

[...] tornaram-se a principal e mais importante atividade econômica permanente da ex-Capitania de Minas e, até hoje, marcam as relações econômicas, sociais e políticas de Goiás, tanto para os que têm muito – os grandes proprietários e produtores rurais –, como para os que pouco ou nada têm – os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores sem terras (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 26)³⁴.

Segundo Diégues Jr (1960, p. 274), as bandeiras que partiram em direção a Goiás praticamente aconteceram ao mesmo tempo das que partiram rumo a Mato Grosso, no entanto, essas foram as que primeiro alcançaram zonas auríferas. Assim, o processo de ocupação de Mato Grosso teve início a partir da fundação do primeiro arraial em 8 de abril de 1719³⁵ que, segundo Diégues Jr. (1960, p. 275), passou a ser designado de “Cuiabá”. Esse período de busca e exploração das minas de Mato Grosso foi marcado por muita violência e mortes:

[...] o deslocamento humano não se fez, porém, sem sacrifícios enormes. Pode-se dizer mesmo que a crônica mato-grossense, neste período, é de sacrifícios, de martírios, de mortes. Pelos caminhos ficou muita gente morta; comboios houve em que morreram todos; a fome, de um lado, e os indígenas, de outro, impuseram tremendos sacrifícios (DIÉGUES JR, 1960, p. 275).

Tanto Mato Grosso quanto Goiás destacaram-se economicamente pela atividade pecuária, todavia, na primeira região a criação de gado adaptou-se melhor na zona do Pantanal, considerada “a principal zona de criatório em Mato Grosso” (DIÉGUES JR, p. 288).

Ribeiro (1995, p. 352) situa Goiás e Mato Grosso na região cultural do *Brasil Sertanejo*, assim descrito pelo autor:

[...] nos campos do Centro-Oeste, onde o pastoreio encontra boas pastagens e um regime pluvial regular, a vida sertaneja assume outra feição. As fazendas são

³³ Fonte: <http://www.ihgg.org/ArquivosUpload/1/file/Revista%20do%20IHGG%20N%2020.pdf>. Acesso em 30 set. 2011.

³⁴ Fonte: <http://www.ihgg.org/ArquivosUpload/1/file/Revista%20do%20IHGG%20N%2020.pdf>. Acesso em 30 set. 2011.

³⁵ Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/cuiaba.pdf>. Acesso em 29 set. 2011.

cercadas por aramados, a exploração pastoril se torna um negócio racionalizado, o vaqueiro se transforma num assalariado, que deve comprar seus mantimentos, inclusive a carne.

Nessa perspectiva, o Sul da região de Mato Grosso também se destacava pelas grandes extensões de terras propícias à pecuária. Pereira (2001, p. 46)³⁶ assim descreve as características físico-geográficas dessa região:

[...] a enorme extensão das terras não ocupadas, a sua ótima qualidade para cultura e criação e, sobretudo, o clima ameníssimo, elementos seguros de prosperidade, fizeram a atração de inúmeras pessoas, vindas não só de Minas, como de São Paulo, Rio Grande do Sul e outras províncias.

Já no sul do Estado do Mato Grosso, destacou-se também a exploração da erva-mate, marcando uma nova fase na economia da região. Nesse contexto, Diéguas Jr. (1960, p. 289) assevera que o extrativismo da erva-mate no século XVIII atraía a população que não encontrava mais recursos na mineração. Segundo esse estudioso, foram os indígenas que transmitiram ao homem branco o uso dos ervais e que o extrativismo e as técnicas de extração dessa erva até então dominadas pelos paraguaios transferiram-se para o território vizinho, o sul do então Estado de Mato Grosso. Diéguas Jr. (1960, p. 291) assim descreve a rotina de trabalho do ervateiro:

[...] cedo, ainda, madrugada, o ervateiro começa as suas tarefas, preparando a sua alimentação e aparelhando-se para o início dos cortes [...] Reúne os seus apetrechos de trabalho e inicia, ainda cedo, o corte das árvores geralmente, a extração; nos outros meses o ervateiro dedica-se às pequenas lavouras.

Assim, nota-se que são essas as principais atividades da região Centro-Oeste: criação de gado no pantanal, a mineração nas margens de rios e os ervais no sul. Já no setor agroindustrial, essa região destaca-se pelo plantio da soja, do algodão, do milho e, recentemente, da cana-de-açúcar. Pode-se dizer que o atual Estado do Mato Grosso é essencialmente agrícola dada a sua condição de clima e solo favorável para plantio. O Mato Grosso é, portanto, o Estado mais desenvolvido nesta atividade econômica. Isso pode ter explicação de cunho histórico, se for considerada a divisão o território do então Mato Grosso (1977) que, por sua vez, propiciou a maior concentração da atividade agrícola no norte do Estado por ter se beneficiado de uma extensão territorial maior.

Outro fato ocorrido no então estado do Mato Grosso foi o movimento separatista, cujas primeiras manifestações ocorreram no começo do século XX, lideradas pelos coronéis Jango Mascarenhas e João Caetano Teixeira Muzzi. Segundo Corrêa (1999, p. 63), o povo sul-mato-grossense aderiu a esse movimento em decorrência da política regionalista e

³⁶ Fonte: <http://www.ihgms.com.br/>. Acesso em 18 de out. 2011.

discriminatória, adotada pelos dirigentes de Cuiabá em relação ao sul do Estado. Assim, após muitas tentativas fracassadas, somente no ano de 1977 esse sonho foi concretizado por meio da Lei Complementar 31, de 11 de Outubro de 1977, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. Essa lei aprovou a criação do novo Estado a partir do desmembramento do território do Estado de Mato Grosso. Em 1º de Janeiro de 1979, foi instalado oficialmente o governo de Mato Grosso do Sul, com a posse do governador Harry Amorim Costa.

Em face das considerações acerca do contexto histórico da região Centro-Oeste, aqui abordadas, pôde-se notar que o povoamento da região em foco teve participação de brancos e, sobretudo, de índios nativos. Não é demais lembrar que a influência indígena no Centro-Oeste é evidenciada até os dias de hoje, em razão da concentração de grupos étnicos remanescentes, o que se reflete em diferentes setores da população do Brasil Central, como na cultura, na culinária e nos hábitos, como por exemplo, no sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, o hábito arraigado entre a população é o de tomar tereré, bebida preparada com um tipo específico de erva-mate e água gelada, influência indígena herdada dos vizinhos paraguaios.

2.5. Região Sul

A região Sul do Brasil é composta de três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A população dessa região é de 27.386.891 habitantes, com uma área total de 56.380.208 Km², e com uma densidade demográfica estimada, em 2010, de 48,58 habitantes por Km².

A partir do século XVI, a região sul, caracterizada por Diégues Jr. (1960) como o *extremo sul pastoril*, começou a ser alvo da colonização portuguesa. Os bandeirantes paulistas também desceram ao sul em busca de ouro nos planaltos mineiros, todavia esse objetivo não foi alcançado e,

[...] se ouro não foi encontrado, encontrou o bandeirante, entretanto, outro motivo de continuar a caminhada: apareceram campos e campinas adequados para o criatório. Este fato contribuiu para que, completando a marcha que vinha pelo sul, tivesse o paulista outro motivo de ocupação, fixando as populações à terra. E este motivo era a criação de gado (DIÉGUES JR, 1960, p. 303).

Já no início do século XVII, os três Estados sulistas foram ocupados pelos bandeirantes paulistas, mas no início desse processo de povoamento o homem não se fixava à terra: “a princípio havia uma população instável, acompanhando o gado, disseminando

currais. O homem era ainda depredador, caçador, quase nômade; só depois é que se fixou” (DIÉGUES JR, 1960, p. 305).

Às terras sulistas não coube apenas a ocupação dos bandeirantes paulistas, pois os jesuítas espanhóis por lá já estavam a fim de catequizar os índios e dominar o território. Ribeiro (1995, p. 409) assim descreve esse período:

o Brasil sulino surge à civilização pela mão dos jesuítas espanhóis, que fazem florescer no atual território gaúcho de missões a principal expressão de sua república cristã-guaraníca. É certo que eles visavam objetivos próprios, claramente alternativos à civilização portuguesa e à espanhola. Mas, atuando a seu pesar como agentes da civilização, por seu êxito e por seu malogro, contribuíram para que aquelas alternativas se consolidassem.

Nesse contexto, Ribeiro (1995, p. 409-410) acrescenta que a presença dos jesuítas espanhóis contribuiu para implantar uma nova forma de existência humana diferentemente do caráter escravista consolidado pelo modelo colonialista, à medida que o modelo jesuítico buscava assegurar ao índio “uma existência própria dentro de uma comunidade que existia para si, isto é, que se ocupava fundamentalmente de sua própria subsistência e desenvolvimento” (RIBEIRO, 1995, p. 410).

Sentindo-se ameaçados pelos espanhóis que ocupavam o território sulista, o governo português passou a estimular a imigração dos açorianos para o Brasil: “facilitavam-se aos casais açorianos não só o transporte e estabelecimento, como igualmente os primeiros elementos uteis à criação de uma agricultura estável” (DIÉGUES JR, 1960, p. 309). Logo, em meados do século XVIII, os açorianos passaram a povoar a região Sul do Brasil, tanto a faixa litorânea do Rio Grande, como o litoral catarinense. Diégues Jr. (1960, p. 311) adverte que os açorianos começaram a exercer a atividade agrária em vários pontos do litoral, mas, como não estavam preparados para o exercício desse tipo de atividade, não alcançaram êxito nesse ramo. Apesar disso, os açorianos contribuíram para a formação social e cultural da região em questão.

Do ponto de vista étnico-cultural, o sul do Brasil se configura como uma região heterogênea devido às diferentes nações que a colonizaram. Nesse particular, Diégues Jr. (1960, p. 317), valendo-se dos estudos realizados por José Honório Rodrigues (1954), enfatiza que entre os brasileiros participantes na formação gaúcha, destacam-se os paulistas, os baianos, os mineiros e os cariocas:

[...] elementos estes, e mais outros, que participaram das lutas verificadas no Sul, na maioria como militares, que se tornaram povoadores; e que por isso mesmo contribuíram para o processo de formação humana da região. Pouco se tem destacado essa contribuição; contudo, ela foi vasta e valiosa (DIÉGUES JR, 1960, p. 317).

Também a participação estrangeira, na metade do século XIX, foi muito significativa na formação do sul do Brasil, além da presença dos portugueses/açorianos, os imigrantes alemães, italianos, russos, poloneses e ucranianos que se fixaram na região. Diégues Jr. (1960, p. 343-344) enumerou três razões que propiciaram a entrada de estrangeiros no sul do Brasil: 1) a diminuição do trabalho escravo que se intensifica com a abolição da escravatura a partir de 1889; 2) a existência de terras devolutas concedidas aos estrangeiros, tornando-se, assim, pequenos proprietários; 3) o clima favorável da região ocupada com características similares ao dos países de origem dos imigrantes.

Nessa perspectiva, vale lembrar que a condição de fronteira do sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai favoreceu a imigração estrangeira para essa região. Ribeiro (1995, p. 414), ao tratar da caracterização dos gaúchos brasileiros e platinos, sustenta que a formação histórica de ambos são comuns, pois

[...] surgem da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani. Especializam-se na exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata.

Ao descrever as diferentes correntes estrangeiras de imigração em terras sulistas, Diégues Jr. (1960, p. 346) esclarece que no Paraná e em Santa Catarina predominavam os grupos alemães e foram eles os que mais contribuíram para o desenvolvimento e o povoamento na região. No entanto, outros estrangeiros tiveram participação no processo migratório na região em pauta: os poloneses e os japoneses no Paraná e os italianos em Santa Catarina, além de russos, sírios nos dois Estados. Já no Rio Grande do Sul, destacam-se os italianos e os alemães.

Assim, o que marcou originariamente a fixação desses núcleos estrangeiros nos três Estados do Sul foi a formação de um sistema de pequenas propriedades, já que, conforme mencionado, o sistema de ocupação foi realizado por meio da concessão de terras. Esse tipo de organização

[...] contrastava com o sistema da grande propriedade de colonização portuguesa. Nessas pequenas propriedades, às vezes mesmo no correr dos anos, por demais pequenas, surgiu uma atividade agrícola diversificada, onde se verificava uma combinação de milho e porco, ou a introdução de culturas até então estranhas como o centeio ou as batatas (DIÉGUES JR, 1960, p. 350).

A entrada desses grupos estrangeiros para o sul do Brasil não significou apenas a mão-de-obra nas pequenas propriedades, mas também significou diferentes influências para a região, como, por exemplo, o tipo de construções das casas, a alimentação, a forma de vestir. Diégues Jr (1960, p. 352) destaca a influência no ramo da economia: no Rio Grande do Sul, a

introdução da uva pelos italianos e a exploração agrícola pelos alemães. No Paraná e em Santa Catarina, os italianos contribuíram para o fabrico do vinho. Teve-se também a contribuição dos poloneses, sobretudo no Paraná, na introdução do tipo de carroça chamado “colonial”. Segundo Ribeiro (1995, p. 408-409), o *Brasil sulino* em detrimento das demais regiões, se caracteriza por sua heterogeneidade cultural:

os modos de existência e de participação na vida nacional dos seus três componentes principais não só divergem largamente entre si como também com respeito às outras áreas do país. Tais são os lavradores *matutos* de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o Sul; os representantes atuais dos antigos *gaúchos* da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação *gringo-brasileira* dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas.

Em face disso, nota-se a efetiva participação estrangeira não só na formação dos Estados da região Sul, como também na formação sociocultural e linguística da população dessa região. Numa perspectiva linguística, Diégues Jr. (1960, p. 356-357) registra também que a população originada da imigração estrangeira conserva a sua língua materna. Esse estudioso esclarece que no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná “o isolamento a que foram relegados os grupos estrangeiros fez com que ainda na terceira geração e seguintes, já inteiramente brasileiras, se conserve a língua materna” (DIÉGUES JR, 1960, p. 357). Isso se verifica, conforme o autor, com mais constância nos meios rurais.

Finalizando a contextualização histórica aqui apresentada, deve-se salientar a rica diversidade social e cultural na formação da região Sul do Brasil, marcadamente pelas participações indígenas, jesuíticas, espanholas e, também, dos bandeirantes que ocuparam o território no intuito de eliminar os índios. Ademais, a contribuição estrangeira foi bastante significativa para o desenvolvimento econômico e o aumento demográfico da região Sul, além de influências de cunho sociocultural, evidenciadas na culinária, na construção civil e nas vestimentas. Também possíveis influências linguísticas se manifestam na configuração da nova população formada, já que nos três Estados da região Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – o fenômeno do bilinguismo é uma característica regional, uma vez que grande parte dos grupos de imigrantes conservou o uso da sua língua materna dos seus antepassados.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O *corpus* da pesquisa que deu origem a este estudo foi constituído pelas unidades lexicais fornecidas como respostas para as cinco perguntas do QSL/ALiB: 121 – área semântica *ciclos da vida*; 137, 141 e 142 – área semântica *convívio e comportamento social* e 147 – área semântica *religião e crenças*. Os dados foram apurados por meio das entrevistas realizadas pelos pesquisadores do Projeto ALiB, nas 25 capitais brasileiras que integram a rede de pontos do Projeto³⁷, com 200 informantes, 08 por capital. A utilização dos dados inéditos do Projeto ALiB foi autorizada pela Presidente do Comitê Nacional de coordenação do Projeto ALiB, Prof.^a Dr.^a Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso³⁸. O *corpus* constituído para esta pesquisa está disponibilizado na seção de apêndices deste trabalho, apresentado em forma de quadros que informam as unidades lexicais fornecidas como resposta para as perguntas do QSL selecionadas, com a indicação das localidades em que foram documentadas e o perfil dos informantes que as mencionaram.

3.1. Caracterizando o Projeto ALiB

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), iniciado no ano de 1996, é sediado na UFBA (Universidade Federal da Bahia) e coordenado por um Comitê Nacional que congrega pesquisadores de diferentes instituições brasileiras: UFBA, UFMS, UEL, UFC, UFJF, UFRGS, UFPB, UFPA, UFSC³⁹. Esse Projeto tem como objetivo mais amplo a descrição da variante brasileira do português, na sua modalidade oral, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diagenéricas, diastráticas e diageracionais. O Projeto ALiB adota como metodologia os parâmetros da Dialectologia pluridimensional. Segundo Cardoso e Mota (2006, p. 22),

na geolinguística pluridimensional contemporânea, soma-se ao parâmetro diatópico, prioritário em trabalhos dessa natureza, o interesse por outros tipos de variação, como a diagenérica, a diastrática, a diageracional, entre outras. E, para atender a tal exigência, incluem-se informantes dos dois gêneros, de diferentes estratos sociais e de mais de uma faixa etária [...].

³⁷ Duas capitais não integram a rede de pontos do Projeto ALiB: Palmas, capital do Estado de Tocantins, e Brasília, capital do Distrito Federal que, além de serem capitais criadas em 1990 e 1960, respectivamente, receberam habitantes de diferentes regiões brasileiras e ainda não possuem uma norma linguística definida.

³⁸ A declaração da autorização de utilização do *corpus* do Projeto ALiB para este estudo encontra-se na seção de anexos deste trabalho.

³⁹ “O Projeto ALiB surge, por iniciativa do grupo de pesquisadores em Dialectologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, durante o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em Salvador, Bahia, tendo se constituído, então, um Comitê Nacional para coordená-lo, com a participação de autores dos atlas linguísticos brasileiros já publicados e de um representante dos atlas em andamento” (CARDOSO; MOTA, 2006, p. 19-20).

Assim, pautando-se nesses pressupostos, o Projeto ALiB definiu o seguinte perfil dos informantes⁴⁰ para fins de coleta de dados linguísticos: pessoas nascidas e criadas na localidade pesquisada e com pais também oriundos da mesma localidade, compreendendo as duas faixas etárias: faixa I – jovens (18 a 30); faixa II – idosos (50 a 65), de ambos os sexos. Quanto à escolaridade o informante deve ter cursado o Ensino Fundamental incompleto (localidades do interior dos Estados e nas capitais) e Ensino Superior (capitais). O Quadro 01, a seguir, visualiza o perfil dos informantes entrevistados nas capitais brasileiras pelo Projeto ALiB.

NÚMERO DO INFORMANTE	ESCOLARIDADE	FAIXA ETÁRIA	SEXO
1	Ensino Fundamental	18 a 30 anos	masculino
2	Ensino Fundamental	18 a 30 anos	feminino
3	Ensino Fundamental	50 a 65 anos	masculino
4	Ensino Fundamental	50 a 65 anos	feminino
5	Curso Superior	18 a 30 anos	masculino
6	Curso Superior	18 a 30 anos	feminino
7	Curso Superior	50 a 65 anos	masculino
8	Curso Superior	50 a 65 anos	feminino

Quadro 01 - Perfil dos informantes do Projeto ALiB.

A rede de pontos do Projeto ALiB é formada por 250 localidades, distribuídas por todo o território nacional. Para a seleção dessa rede foram considerados critérios como “a importância histórica da localidade, situação de fronteira, distribuição dos pontos de inquéritos no espaço a ser investigado” (ISQUERDO, 2006a, p. 117). Conforme essa mesma estudiosa, nos trabalhos de natureza geolinguística, a rede de pontos

é um dos mecanismos que visa a assegurar a representatividade da documentação da variação espacial da língua, a comparação posterior dos dados e a sua respectiva distribuição num determinado espaço geográfico por meio de cartas linguísticas (ISQUERDO, 2008, p. 111).

Para a realização dos inquéritos, o Projeto ALiB utiliza um Questionário Linguístico⁴¹ que contempla os vários níveis da linguagem: o fonético-fonológico, com 159 questões; o semântico-lexical, com 15 áreas semânticas e 207 questões e o morfossintático, com 121 questões. Além disso, contém 11 questões de prosódia; 05 questões de pragmática; 04 temas

⁴⁰ Isquerdo (2006, p. 117) assevera que considerar variáveis como idade, sexo, naturalidade e escolaridade do informante a ser entrevistado garante “condições para a realização de estudos a partir de diferentes perspectivas quanto ao uso de fatos da língua em questão”.

⁴¹ A versão definitiva do Questionário do Projeto ALiB foi publicada em 2001, pela Universidade Estadual de Londrina.

para discursos semidirigidos e um texto para leitura (ARAGÃO, 2006, p. 59). Incluem-se também, no questionário do Projeto ALiB, 06 questões de natureza metalinguística. O questionário linguístico “garante a distribuição espacial de variantes apontadas para nomear um mesmo referente em diferentes localidades do território investigado” (ISQUERDO, 2006a, p. 117).

Na sequência, o Quadro 2 visualiza os pontos de inquéritos do Projeto ALiB, no que tange às capitais.

REGIÃO NORTE		
ESTADO	CAPITAL	PONTO
Amapá	Macapá	002
Roraima	Boa Vista	003
Amazonas	Manaus	006
Pará	Belém	012
Acre	Rio Branco	020
Rondônia	Porto Velho	021
REGIÃO NORDESTE		
ESTADO	CAPITAL	PONTO
Maranhão	São Luís	026
Piauí	Teresina	034
Ceará	Fortaleza	041
Rio Grande do Norte	Natal	053
Paraíba	João Pessoa	061
Pernambuco	Recife	070
Alagoas	Maceió	077
Sergipe	Aracaju	079
Bahia	Salvador	093
REGIÃO CENTRO-OESTE		
ESTADO	CAPITAL	PONTO
Mato Grosso	Cuiabá	108
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	115
Goiás	Goiânia	123
REGIÃO SUDESTE		
ESTADO	CAPITAL	PONTO
Minas Gerais	Belo Horizonte	138
São Paulo	São Paulo	179
Espírito Santo	Vitória	190
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	202
REGIÃO SUL		
ESTADO	CAPITAL	PONTO
Paraná	Londrina	208
Santa Catarina	Florianópolis	230
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	243

Quadro 02 – Descrição dos pontos de inquéritos do Projeto ALiB – capitais de Estado.

3.2. Procedimentos adotados para a realização deste estudo

A seleção do *corpus* deste estudo teve como parâmetro a perspectiva de análise proposta: o estudo do léxico com ênfase para o fenômeno dos tabus linguísticos. Logo, foram selecionadas para a análise 05 perguntas de três áreas semânticas do Questionário Semântico-Lexical (QSL)⁴² que integra o Questionário Linguístico do Projeto ALiB, conforme especificado no Quadro 03 subsequente. A escolha dessas áreas semânticas considerou a própria natureza das áreas, pois abrigam questões que suscitam no falante a manifestação de tabus e conseqüentemente de interdição linguística.

ÁREA SEMÂNTICA	NÚMERO DA PERGUNTA	CONCEITO
<i>ciclos da vida</i>	121	“o sangue que as mulheres perdem todos os meses”
<i>convívio e comportamento social</i>	137	“a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”
	141	“o marido que a mulher passa para trás com outro homem”
	142	“a mulher que se vende para qualquer homem”
<i>religião e crenças</i>	147	“Deus está no céu e no inferno está?”

Quadro 03 – Descrição dos números, das áreas semânticas e dos conceitos das perguntas selecionadas para esta pesquisa.

O levantamento dos dados selecionados para o estudo realizou-se a partir das transcrições dos inquéritos realizados pelos pesquisadores do Projeto ALiB, seguido da conferência feita por esta pesquisadora com base na audição dos inquéritos realizados nas 25 capitais. Para fins de análise, foram catalogadas todas as designações fornecidas pelos informantes como respostas para as perguntas selecionadas e, para fins de interpretação dos dados, consideraram-se de suma importância os contextos discursivos dos informantes contendo a resposta fornecida. Para a identificação dos casos de não respostas fez-se a seguinte codificação: 1) quando o informante não soube responder a pergunta utilizou-se o código “não soube responder”; 2) nos casos em que o inquiridor “pulou” a pergunta e não a retomou ao final do inquérito foi marcado com o código “questão não formulada”; 3) em

⁴² Isquierdo (2004, p. 48) argumenta que o QSL “procura obter como resposta a variação e não necessariamente a palavra que “encabeça” a pergunta”. Desse modo, o QSL é um tipo de questionário que busca a obtenção das diferentes designações para um único referente.

casos de defeito no áudio do inquérito utilizou-se o código “áudio com defeito”. Já para as respostas que nomeiam referente distinto do especificado pela questão em pauta, foi utilizada a expressão “resposta inválida”.

Na sequência, efetuou-se o armazenamento dos dados levantados no Banco de Dados concebido para duas pesquisas com dados geolinguísticos, esta e a de Luciene Gomes Freitas Marins⁴³. Considerando-se a perspectiva de estudo adotada para esta pesquisa, observou-se, ao examinar os dados, que as respostas fornecidas para determinadas perguntas das três áreas semânticas selecionadas (*ciclos da vida, convívio e comportamento social e religião e crenças*) não foram relevantes do ponto de vista dos tabus linguísticos. Em vista disso, foi necessário proceder a um recorte do *corpus* já levantado, selecionando-se as cinco perguntas que melhor representaram a questão dos tabus linguísticos, que totalizaram 242 respostas que constituíram o *corpus* deste estudo.

Para a execução da pesquisa foram cumpridas as seguintes etapas:

1) levantamento das respostas fornecidas pelos informantes do Projeto ALiB das capitais do Brasil, para as perguntas selecionadas para este estudo. Nessa etapa foi imprescindível o acesso aos áudios das entrevistas, o que possibilitou a identificação de aspectos que auxiliaram na interpretação dos dados, como o momento da enunciação, o tom de voz baixa do informante, dúvidas ou demora em responder determinada pergunta;

2) armazenamento dos dados levantados no Banco de Dados que consistiu no cadastro das seguintes informações: capitais e Estados do Brasil, número e conceito relativos a cada pergunta selecionada, dados pessoais do informante: idade, sexo, escolaridade, religião, entre outros relevantes para o estudo, respostas fornecidas pelos entrevistados, eventuais contextos discursivos contendo as respostas;

3) consulta a dicionários brasileiros e portugueses, para verificar a dicionarização das variantes, a etimologia e as definições de cada uma das designações catalogadas: *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), de Antônio Houaiss; *Novo Dicionário eletrônico Aurélio* (2004), de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; *Vocabulario Portuquez & Latino* (1712-1728), de Raphael Bluteau; *Diccionario da lingua portuguesa* (1813), de

⁴³ Pesquisa também desenvolvida na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Campo Grande, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, a partir de dados geolinguísticos extraídos do Banco de Dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), das entrevistas realizadas com informantes das capitais e do interior da região Centro-Oeste, respostas fornecidas as perguntas de três áreas semânticas do Questionário Semântico-Lexical (QSL): *atividades agropastoris, habitação e vida urbana*, tendo, pois, como objeto de estudo o léxico na perspectiva do rural e do urbano.

Antonio de Moraes Silva; *Dicionário etimológico* (2007), de Antonio Geraldo da Cunha. Além disso, foram consultados o *Dicionário de Símbolos* (2008), de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant e o *Dicionário do folclore brasileiro* (1972), de Luiz da Câmara Cascudo;

4) análise semântico-lexical das designações auferidas, tendo como respaldo as definições e etimologias fornecidas pelos dicionários e informações fornecidas pelo próprio informante. Buscou-se ainda, no contexto da realidade sociocultural e ambiental da localidade pesquisada, a identificação das possíveis motivações de criações metafóricas realizadas pelo falante no processo de nomeação dos referentes pesquisados, a classificação das unidades lexicais documentadas em tabuística ou eufêmica, e a descrição dos diversos recursos eufemísticos empregados com base, fundamentalmente, nos pressupostos de Guérios (1979);

5) análise geossociolinguística das variantes registradas, focalizando a identificação da norma lexical dos habitantes das capitais brasileiras (distribuição diatópica) e a respectiva relação com aspectos diassexuais, diageracionais e diastráticos; exame de possíveis motivações para as escolhas lexicais, associadas à história social e à formação étnica da população das regiões do Brasil. Nessa etapa, em especial em relação à pergunta 142/QSL, realizou-se um cruzamento entre determinadas designações apuradas pelo Projeto ALiB e o APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963) e o ALS – Atlas Linguístico do Sergipe (1987), ;

6) apresentação dos fatos linguísticos pesquisados em quadros, gráficos e cartas linguísticas. Os gráficos visualizaram dados de natureza diatópica e sociolinguística, segundo três perspectivas: 1) região; 2) capital e 3) país (para este tipo cruzaram-se dados linguísticos e sociolinguísticos). O primeiro tipo de gráfico considerou o total de ocorrências das cinco unidades lexicais mais produtivas em cada região do Brasil. O segundo tipo levou em conta a região mais produtiva para determinada variante lexical, focando, assim, a distribuição percentual de cada uma de suas capitais. Logo, o universo percentual considerado foi o total de ocorrências da variante registrada nas capitais de uma dada região brasileira. Já o terceiro tipo focalizou o registro de determinada variante lexical segundo as variáveis sociais (sexo, idade e escolaridade), e para isso, o universo percentual considerado foi o total de ocorrências da variante no conjunto dos dados (Brasil), distribuído segundo determinada variável social, ou seja, do total de ocorrências de uma variante buscaram-se os percentuais entre jovens e idosos, por exemplo.

As cartas linguísticas apresentaram apenas a distribuição diatópica do fenômeno lexical nas capitais, focalizando traços isoglóssicos, linguísticos (metáforas e eufemismos) e sociais (faixa etária). Nessa etapa, vale mencionar que a disposição dos dados nas cartas

confeccionadas para este estudo obedeceu à ordem decrescente, isto é, da mais produtiva para a menos produtiva. A sequência estabelecida foi: da direita (a mais produtiva) para a esquerda (a menos produtiva), logo, a legenda também foi estruturada na ordem da mais produtiva para a menos produtiva.

No que tange à metodologia adotada para a definição das cores dos gráficos e das cartas buscou-se uma padronização para todas as perguntas selecionadas para o estudo. Para os gráficos estabeleceu-se o seguinte: para o primeiro tipo de gráfico (região) adotaram-se as cores vermelha, azul, verde, amarela e cinza, distribuídas nessa sequência, considerando-se, para tanto, a produtividade das variantes (da mais produtiva para a menos produtiva). Para os gráficos que visualizam a distribuição percentual das unidades lexicais segundo as capitais de dada região do Brasil, estabeleceu-se a cor vermelha. Já as cores dos gráficos de natureza sociolinguística foram definidas segundo as diferentes variáveis sociais: sexo: azul para homem e vermelho para mulher; faixa etária: laranja para jovem e verde para idoso; escolaridade: lilás para Ensino Fundamental e azul (esverdeado) para Ensino Superior.

Para a confecção das cartas foi utilizada a carta base elaborada pela engenheira agrimensora Ana Regina Telles, integrante da Comissão de Informatização e Cartografia do Projeto ALiB. Com respeito às cores dos símbolos que representaram os fatos linguísticos analisados, foram utilizadas as mesmas cores usadas nos gráficos (vermelho, azul, verde, amarelo e cinza), nessa sequência, considerando-se a produtividade das respostas, isto é, da mais produtiva para a menos produtiva. Já nas cartas que reuniram mais de cinco variantes lexicais foram utilizadas as mesmas cores associadas a outras selecionadas aleatoriamente.

3.3. Descrição do Banco de Dados

O Banco de Dados denominado “Agium Search”, criado pelo analista de sistemas Wallace Marins do Nascimento, permite o acesso ao sistema via *web* por meio de um *login* e uma senha e encontra-se hospedado no site “Agium Soft Ltda”.

Esse sistema é composto por três camadas físicas: o modelo (model), o controle (control) e a visualização (View). A primeira é utilizada para definir e gerenciar o domínio da informação, armazenando, pois, todas as informações do Banco de Dados. O sistema utilizado nessa camada é o Postgre SQL – sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), rico em recursos e considerado objeto-relacional por implementar, além das características de um SGBD relacional, orientações a objetos, como herança e tipos personalizados.

A segunda camada é responsável pelo gerenciamento dos fluxos, comportamentos e informações do sistema, sendo constituída pela linguagem de programação JAVA. Essa linguagem foi lançada em 1995 pela Sun Microsystems e se destaca por sua agilidade, segurança e confiabilidade, podendo operar em qualquer sistema operacional e sustentar programas de alta qualidade, como utilitários, jogos e aplicativos corporativos.

Já a terceira camada (visualização) representa o espaço de interface com o usuário, isto é, o acesso ao sistema permitido ao usuário para efetuar o armazenamento e a visualização dos dados. Essa camada, lançada em 2004 pela Macromedia, é construída com a tecnologia Flex versão 4, que sustenta o desenvolvimento de aplicações ricas em interface para a Internet, baseadas na plataforma da Macromedia Flash; um *software* de gráfico vetorial que comporta imagens bitmap e vídeos.

A seguir, apresentamos algumas imagens do Sistema utilizado para o armazenamento dos dados desta pesquisa. Na sequência, a primeira tela ilustra o acesso ao Banco de Dados com seu *login* e senha.

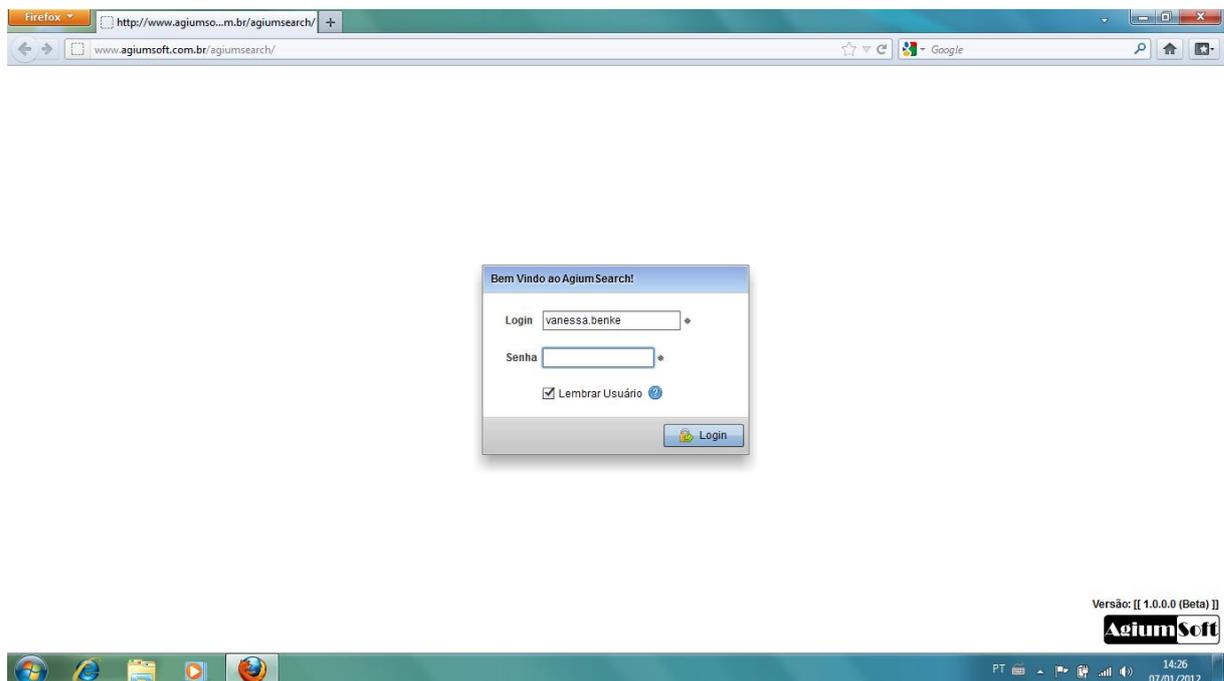


Figura 02 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – login e senha para acesso.

Já a próxima imagem ilustra o acesso à tela que permite o acesso ao sistema e o cadastro dos dados. O item “cadastro” permite acessar os nomes das capitais e seus respectivos Estados. Já o item “informantes” contém os dados pessoais do informante, a localidade em que reside e o número do ponto pesquisado. No campo das “questões” consta o

número da questão (QSL), o conceito expresso por ela, a sua área semântica, a “cabeça” da questão e as respostas documentadas.

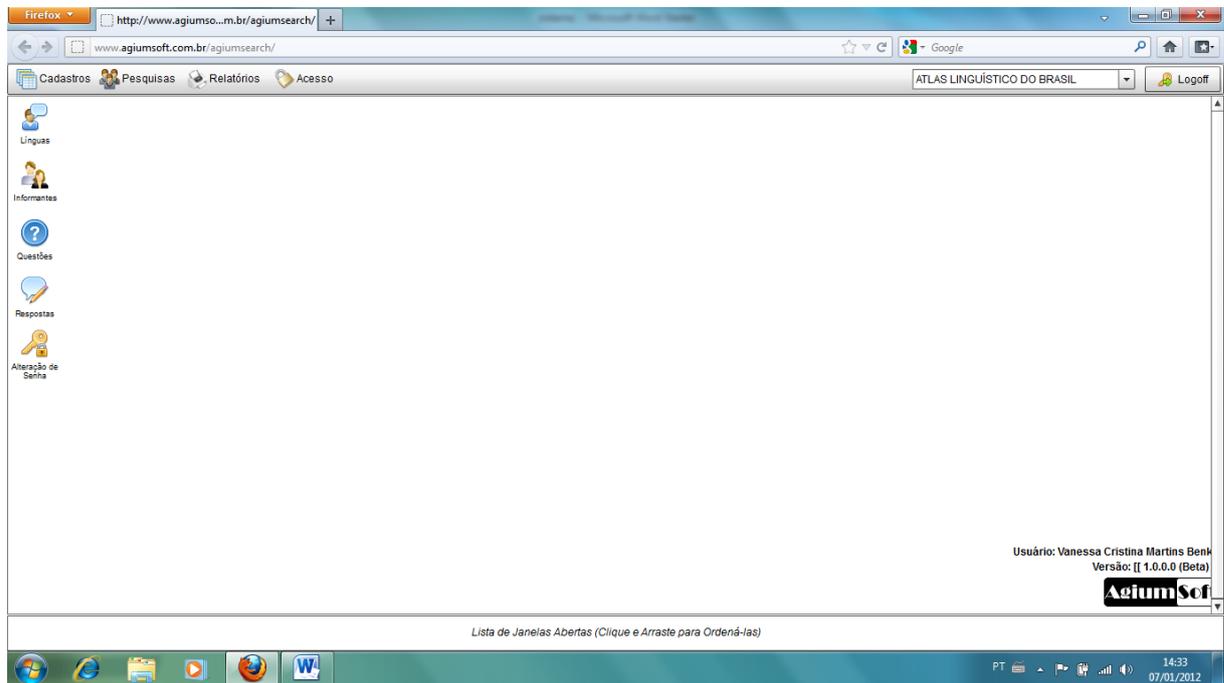


Figura 03 - Tela ilustrativa do Banco de Dados – tela de acesso ao cadastro e visualização.

As imagens dispostas na sequência ilustram as telas de acessos, respectivamente, às cidades, aos informantes e às questões. Nota-se que o acesso à cidade é permitido segundo três filtragens: o número do ponto (localidade), o nome da cidade ou o nome do Estado. Já o acesso aos informantes pode ser por meio do número do ponto (localidade), do nome da cidade ou da sigla do Estado, ou ainda, pelo número correspondente ao perfil do informante, pelo nome ou data de nascimento. Já o acesso às questões pode ser visualizado pelo seu número ou pelo seu conceito.

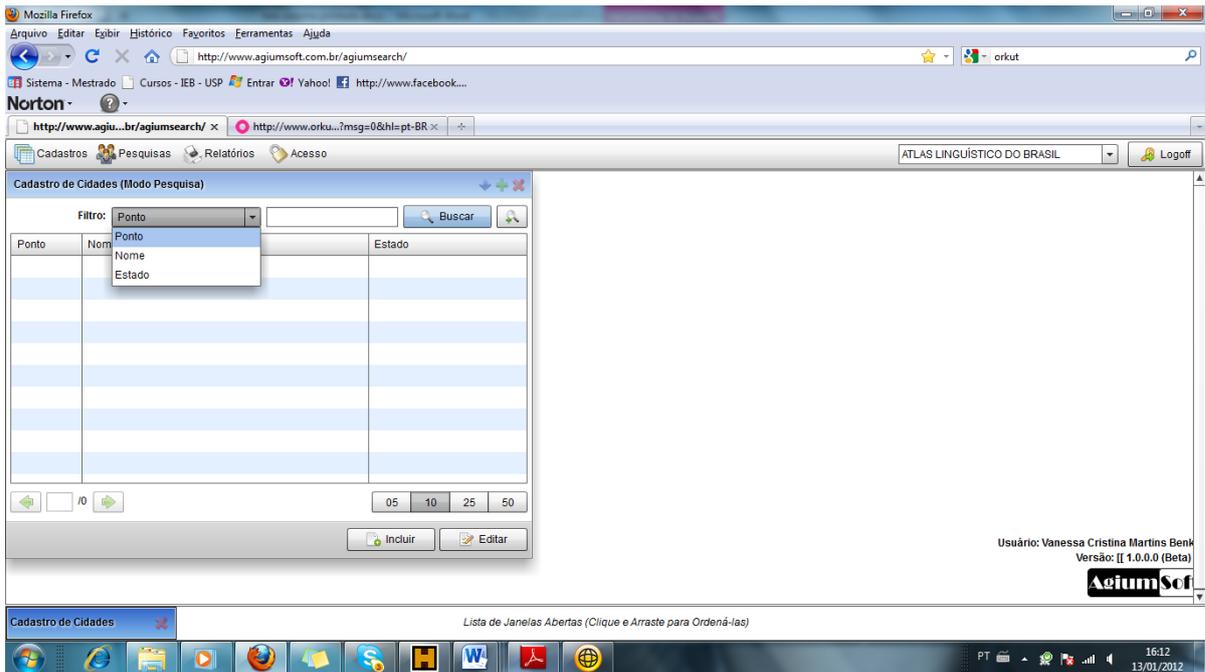


Figura 04 - Tela ilustrativa do Banco de Dados – diferentes filtragens de acesso às cidades pesquisadas.

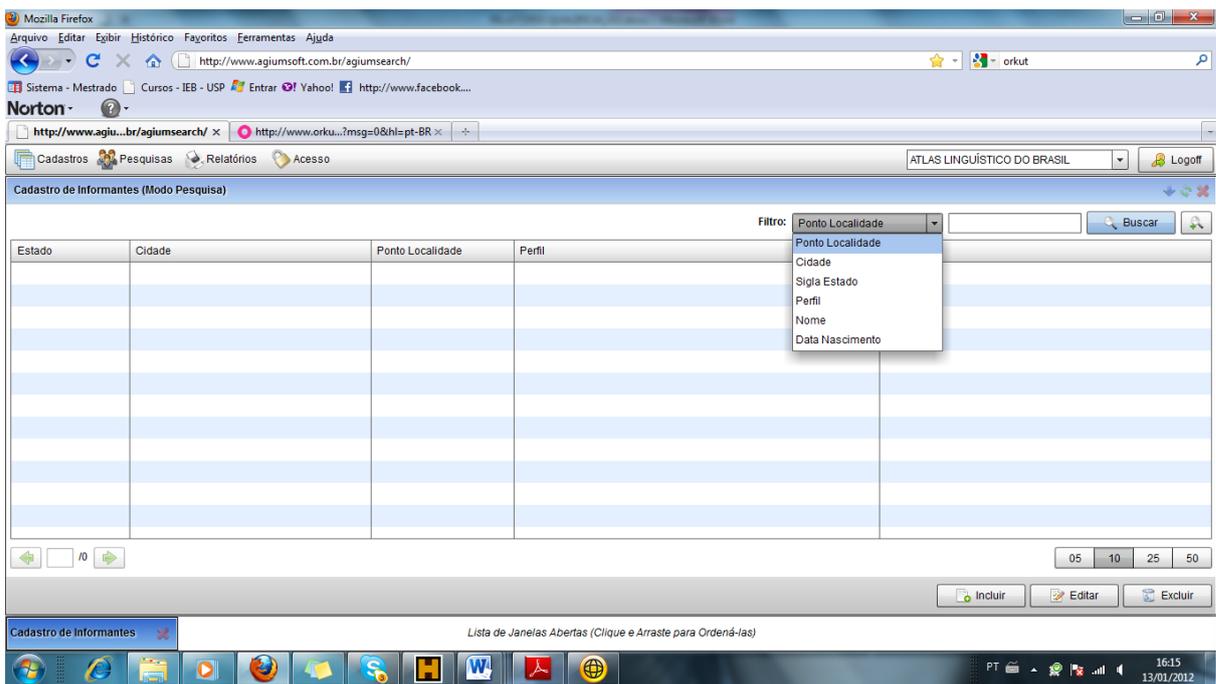


Figura 05 - Tela ilustrativa do Banco de Dados – diferentes filtragens de acesso aos informantes.

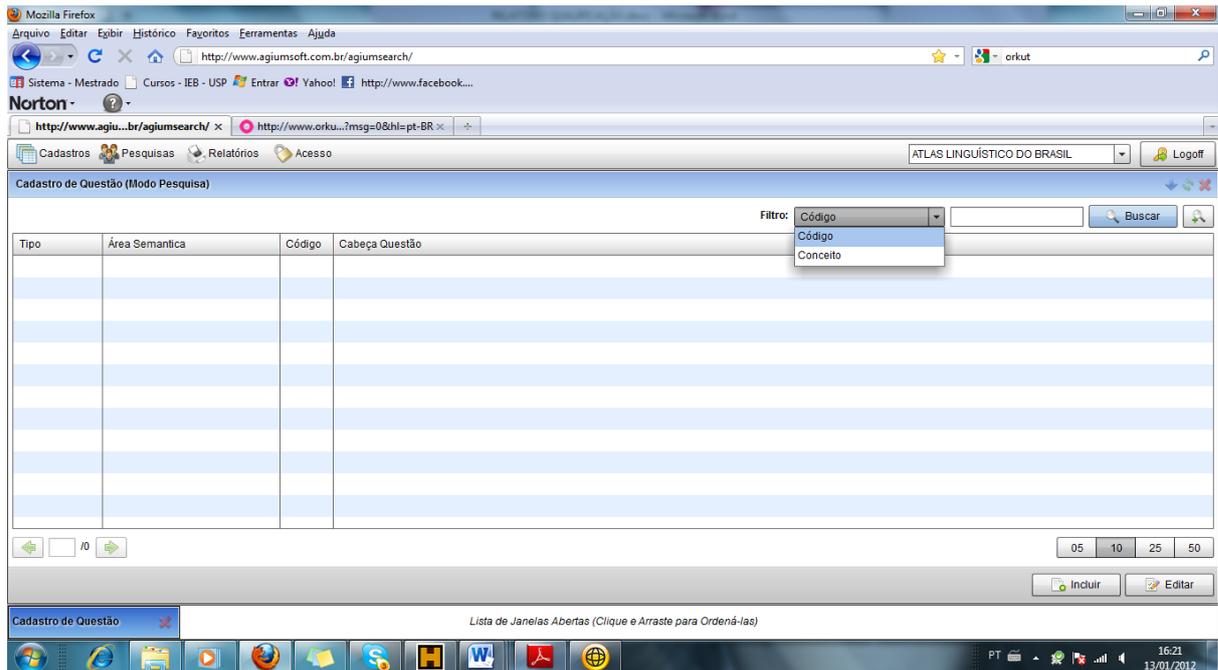


Figura 06 - Tela ilustrativa do Banco de Dados – diferentes filtragens de acesso às questões.

Outra ferramenta oferecida pelo Sistema *Agium Search* é a geração de relatórios de três tipos: o de questões/respostas, o de percentual “geral” e o de percentual “detalhado”. O primeiro visualiza o relatório de todas as respostas registradas em todas as localidades. Essas ainda podem ser filtradas por Estado, por cidade, por resposta ou, ainda, pelo perfil do informante. Já o segundo relatório visualiza os dados percentuais das unidades lexicais documentadas por país, região, estado ou cidade e, caso necessário, pelo perfil do informante. Já o último tipo de relatório é de caráter específico, pois possibilita obter dados percentuais no “universo” de uma determinada variante, conforme os diferentes perfis de informantes. As imagens, a seguir, ilustram esses três tipos de relatórios, respectivamente, o de questões/respostas, o de percentual “geral” e o de percentual “detalhado”.

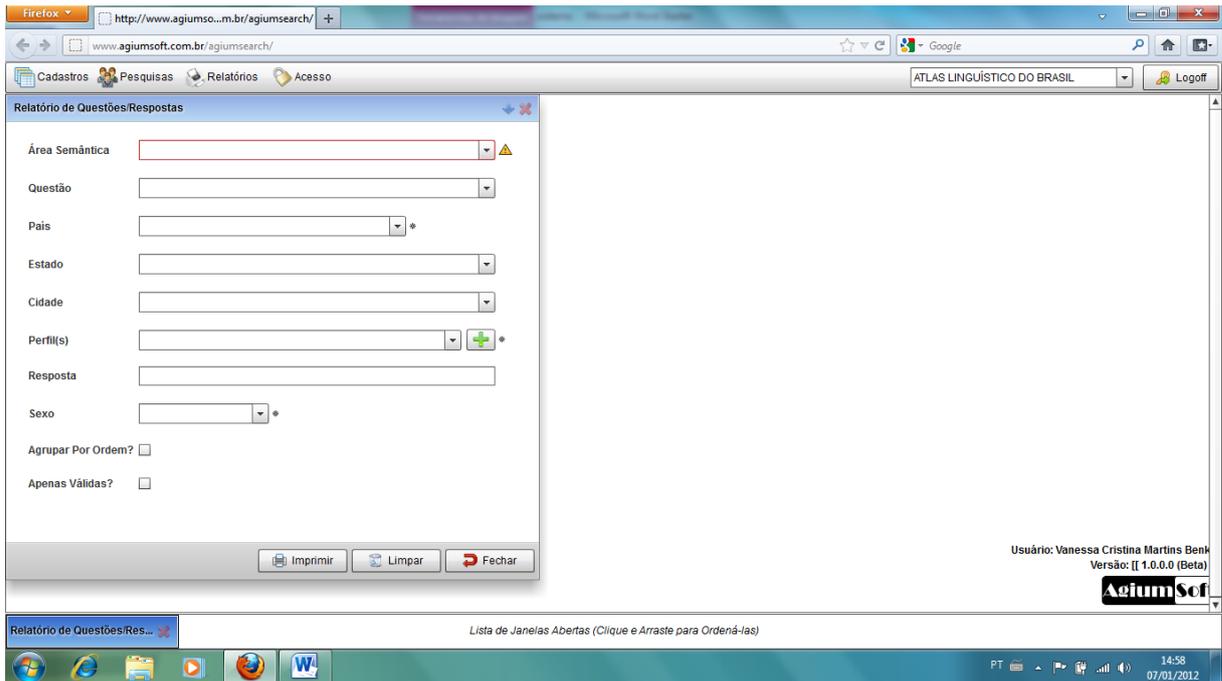


Figura 07 – Tela ilustrativa do Banco de Dados – visualização de acesso ao relatório de questões/respostas.

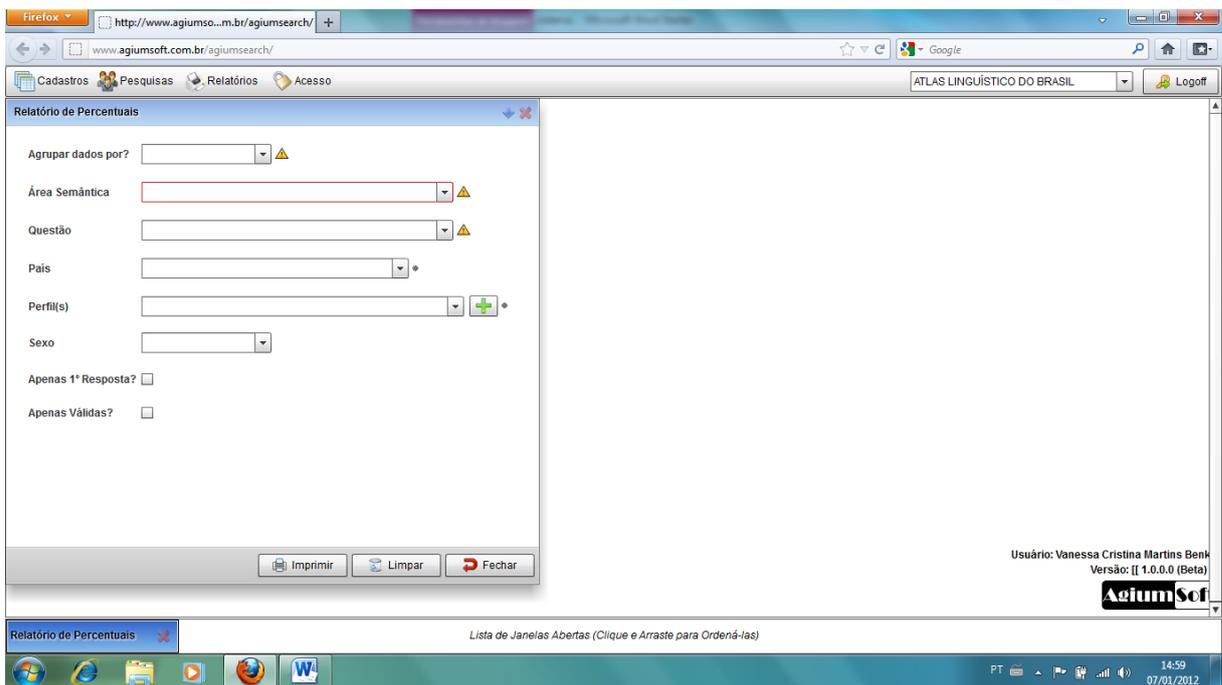


Figura 08 - Tela ilustrativa do Banco de Dados – visualização de acesso ao relatório de percentuais “gerais”.

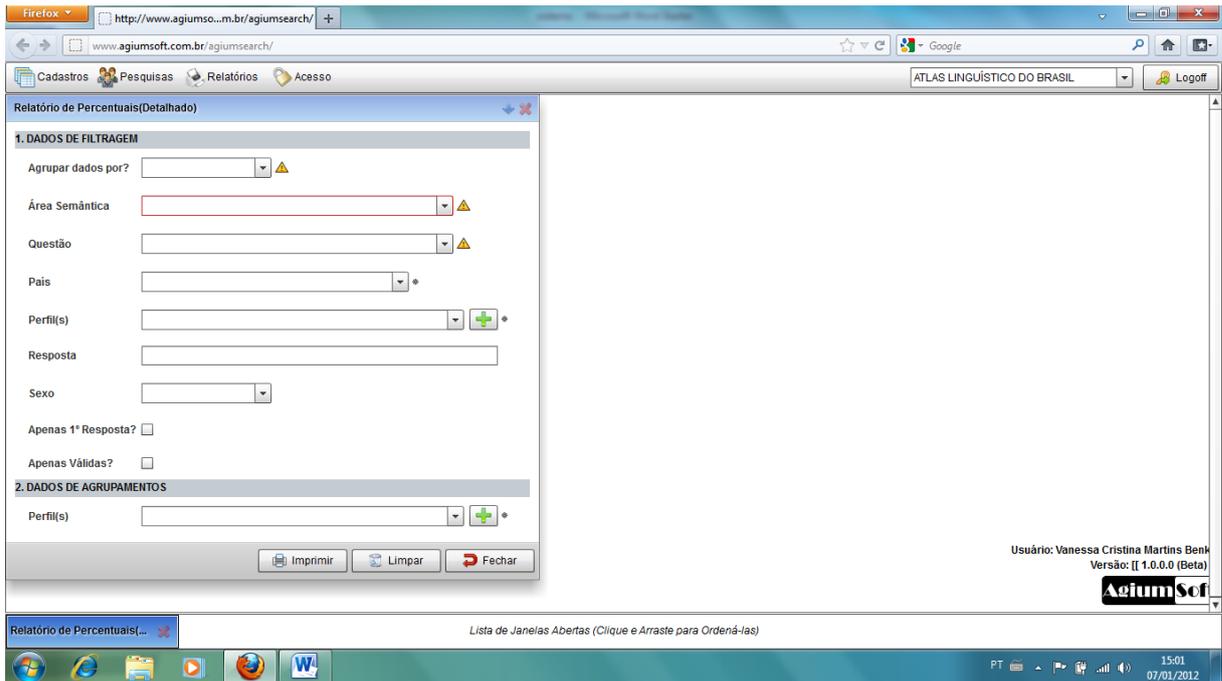


Figura 09 - Tela ilustrativa do Banco de Dados – visualização de acesso ao relatório de percentuais “detalhados”.

Observa-se, portanto, que o Banco de Dados utilizado para o armazenamento dos dados desta pesquisa é de caráter dinâmico, haja vista, a possibilidade que oferece em gerar e visualizar diferentes tipos de relatórios. Na sequência, o capítulo 4 destina-se à análise e tratamento dos dados.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

4.1 Apresentação

Este capítulo é destinado à análise do *corpus* selecionado para esta pesquisa. A análise foi realizada sob duas perspectivas: semântico-lexical e geossociolinguística. A primeira focalizou os aspectos semânticos e etimológicos das unidades lexicais registradas como respostas para as perguntas selecionadas para o estudo, tendo, pois, como respaldo as consultas lexicográficas, para classificá-las como tabuísticas ou eufêmicas e apontar os diferentes recursos substitutivos empregados pelos falantes. Buscou-se também, no âmbito das formas metafóricas auferidas, inferir possíveis motivações para o uso dessa categoria de unidade lexical. Já em termos de segunda perspectiva foram analisados os dados segundo as seguintes dimensões: diatópica, diassexual, diageracional e diastrática. Foram consideradas ainda possíveis interferências também de natureza extralinguística (âmbito histórico e sociocultural) evidenciadas no vocabulário do grupo investigado. Para fins de análise, optou-se por considerar todas as respostas válidas fornecidas pelos oito informantes entrevistados em cada capital em razão da abordagem de estudo adotada para a pesquisa, isto é, o fenômeno dos tabus linguísticos expresso no vocabulário dos habitantes das capitais do Brasil.

O conjunto dos dados catalogados totalizou 242⁴⁴ designações para os referentes pesquisados. O Quadro, a seguir, mostra a quantidade de unidades lexicais auferidas para cada pergunta selecionada.

PERGUNTAS	TOTAL DE UNIDADES
QSL 121 – “menstruação”	50
QSL 137 – “pessoa pouco inteligente”	50
QSL 141 – “marido traído”	34
QSL 142 – “prostituta”	66
QSL 147 – “diabo”	42

Quadro 04 – Demonstração da quantidade de unidades lexicais obtidas como respostas para as perguntas selecionadas

Na sequência, segue a análise dos dados, primeiramente em sua perspectiva semântico-lexical, seguida da geossociolinguística. A organização dos dados obedeceu à

⁴⁴ O total dos itens lexicais auferidos para cada pergunta do QSL selecionada para esta pesquisa encontra-se detalhado nos apêndices deste trabalho, com as indicações das capitais em que foram documentadas e do perfil dos informantes que as mencionaram.

seguinte ordem: QSL 121 – “menstruação”; QSL 137 – “pessoa pouco inteligente”; QSL 141 – “marido traído”; QSL 142 – “prostituta” e QSL 147 – “diabo”.

4.2. QSL 121 – “o sangue que a mulher perde todos os meses”.

4.2.1. Análise semântica.

A pergunta 121 motivou, no conjunto do *corpus* selecionado, 50 designações para nomear o referente em questão: *bandeira*, *bandeira vermelha*, *bode*, *boi*, *chico*, *ciclo menstrual*, *doente*, *escrever com tinta vermelha*, *hemorragia*, *incômodo*, *menarca*, *menstruação*, *naqueles dias*, *paquete*, *regra*, *salário mínimo*, *sangramento*, *sinal vermelho*, *estar moranguinho*, *TPM*. Somam-se, a essas, 31 (trinta e uma) formas designativas fornecidas para essa mesma pergunta que se configuraram como derivação de determinadas unidades lexicais, em sua maioria, de natureza fraseológica.

As unidades fraseológicas aqui analisadas são entendidas a partir da concepção “ampla” da Fraseologia, proposta por Corpas Pastor (1996, 270) que as classifica em três esferas: 1) colocações; 2) locuções; 3) enunciados fraseológicos, dos quais se incluem provérbios, citações e fórmulas rotineiras.

Com base nesses pressupostos, neste estudo foi considerada a seguinte posição: todas as designações documentadas para nomear os referentes selecionados para o estudo, compostos de duas ou mais unidades lexicais, sendo ou não de caráter metafórico, foram qualificadas como fraseologismos, com base na concepção “ampla” da Fraseologia proposta por Corpas Pastor (1996), que contempla diferentes estruturas fraseológicas.

Na sequência, o Quadro 05 visualiza as unidades lexicais “base” e os respectivos fraseologismos delas derivadas.

UNIDADE LEXICAL BASE	DERIVAÇÃO/FRASEOLOGISMOS
<i>bandeira</i>	<i>bandeira vermelha</i>
<i>bode</i>	<i>a mulher estar de bode, de bode, estar de bode</i>
<i>boi</i>	<i>boiada, de boi, estar com boi/ de boi</i>
<i>chico</i>	<i>chiquinho, de chico, estar de chico</i>
<i>menstrual</i>	<i>ciclo menstrual, fase menstrual, mês menstrual, período menstrual.</i>
<i>doente</i>	<i>adoecer, doença, estar doente</i>
<i>incômodo</i>	<i>incomodada, “i. é” (estar incomodada)</i>
<i>menstruação</i>	<i>a mulher estar menstruada, menstruada, menstruar</i>

<i>dias</i>	<i>naqueles dias, nos dias dela, estar no dia/nos dias</i>
<i>regra</i>	<i>as regras, de regras, regras, estar de regra</i>
<i>TPM</i>	<i>estar de TPM</i>

Quadro 05 – Unidades lexicais “base” e designações derivadas para nomear o conceito “menstruação”.

Os dicionários consultados para este estudo não registram para *bandeira/bandeira vermelha* a mesma acepção atribuída pelo informante. Todavia, considerando que uma bandeira tem por função sinalizar algo, associando-se à cor vermelha que simboliza, nesse caso, o sangue que a mulher elimina mensalmente, subentende-se que uso de *bandeira vermelha* para designar “o sangue que a mulher perde todos os meses” indica que a mulher está em seu período menstrual. Nessa mesma linha de raciocínio situa-se a lexia complexa *senal vermelho* que, por sua vez, comunica a mesma ideia expressa por *bandeira vermelha*. Ferreira (2004) define *senal* como “aquilo que serve de advertência, ou que possibilita conhecer, reconhecer ou prever alguma coisa”. O dicionário de símbolos, de Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 944) registra que o vermelho-escuro “alerta, detém, incita à vigilância e, no limite, inquieta”. Acrescentam, ademais, que essa tonalidade do vermelho possui uma significação fúnebre para a cultura pagã, no que diz respeito à “menstruação”:

[...] o interdito que atinge as mulheres menstruadas: o sangue que deitam fora é impuro, porque, ao passar da noite uterina ao dia, ele inverte sua polaridade e passa do direito ao esquerdo. Essas mulheres são intocáveis e em numerosas sociedades elas são obrigadas a realizar um retiro purificador antes de se reintegrar à sociedade da qual foram, temporariamente, excluídas (CHEVALIER E GHEERBRANT, 2008, p. 944-945).

Nota-se, pois, o quão a menstruação é permeada de tabus, o que justifica a interdição vocabular, no que diz respeito às nomeações para designar esse período da fisiologia feminina. As designações *bandeira vermelha* e *senal vermelho* representam, portanto, formas eufêmicas para nomear esse referente.

Bode e as respectivas derivações formadas a partir desse item lexical: *a mulher está de bode, de bode, estar de bode* são também designativos para “menstruação”. Houaiss (2001) registra *bode* na acepção de “menstruação”, classificando-o como um regionalismo do Nordeste e de uso informal. A unidade lexical *bode* se caracteriza, pois, como uma metáfora formada a partir do nome de um animal. A referência a esse animal para designar “o sangue que a mulher perde todos os meses”, possivelmente, resulte da analogia estabelecida entre o cheiro exalado pelo animal e o cheiro característico do sangue eliminado pela mulher, associação que parece justificar o uso do item lexical *bode* para designar esse referente. Logo, o uso dessa unidade lexical metafórica reporta ao sema “odor”.

A respeito do odor emitido por esse caprino, Chevalier e Gheerbrant (2008, 134) assinalam que “o bode, animal fedorento, torna-se símbolo de abominação, de rejeição (ou reprovação) ou, como diz Louis Claude de Saint-Martin, de *putrefação* e de *iniquidade*”. Logo, a referência a esse animal para designar a “menstruação” tem conotação depreciativa e, conseqüentemente, tabuística, tendo em vista a associação estabelecida entre o mau cheiro do animal e o cheiro do sangue expelido pela mulher.

O item lexical *bode* tem, pois, caráter tabuístico, já que a maioria dos informantes resistiu em mencioná-la, salvo com a insistência do inquiridor⁴⁵. O trecho da entrevista, a seguir, da informante idosa de alta escolaridade, de Manaus, demonstra o caráter “chulo” imputado à unidade léxica *bode*:

Inf. – Mas a minha vó chamava outro nome pá menstruação, tu tais o que (?) era uma outra, outra palavrinha que eu achava, eu queria esquecer, que eu achava tão vulgar...

Inq. – E esqueceu mesmo, hein!

Inf. – E esqueci mesmo. Que achava tão vulgar, tá de... tá de bode. Meu Deus, eu acho isso tão vulgar, tão horrível. “Tá de bode hoje é?” De bode (inf. 8)⁴⁶.

Outro caso ilustra o receio de uma informante jovem com Ensino Fundamental, de Manaus, em mencionar o item lexical *bode* por ser considerado por ela como “feio”, o que só aconteceu a partir da insistência do inquiridor:

Inq. – Mas agora o nome bem popular?

Inf. – Menstruação.

Inq. – Não, popular!

Inf. – Ah, é feio falar.

Inq. – Não, não é feio nada, não tem palavra feia.

Inf. – Regras

Inq. – O que mais?

Inf. – Tem gente que fala de bode também (Inf. 2)⁴⁷.

Esse trecho da entrevista demonstra o receio da informante em citar designações populares para “menstruação” e, ao mencionar “de bode”, informa que “são outras pessoas” que dizem essa forma, o que demonstra tratar-se de uma designação de caráter tabuístico, já que a informante não assumiu o uso do sintagma “de bode” como do seu vocabulário.

Outro nome de animal utilizado como recurso metafórico para designar o conceito expresso na pergunta 121/QSL foi “boi”, que gerou as seguintes designações: *boi*, *boiada*, *de boi*, *estar com boi* e *estar de boi*. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram para o item lexical “boi” a acepção de “menstruação”. O primeiro lexicógrafo atribui-lhe a marca de uso

⁴⁵ Notou-se, em todas as entrevistas, que *bode/derivações* não foram mencionadas como primeira resposta. Surgiram apenas a partir da insistência do inquiridor ao perguntar sobre outros nomes para o conceito em causa e o seu uso sempre foi seguido de uma forma eufêmica, o que confirma o seu caráter tabuístico.

⁴⁶ Informante feminino de Manaus, 50 anos, com Curso Superior.

⁴⁷ Informante feminino de Manaus, 24 anos, com Ensino Fundamental incompleto.

informal, classificando-o como um regionalismo do Nordeste, enquanto o segundo o classifica como um brasileirismo do Nordeste. Nessa perspectiva, não é demais lembrar que a figura do “boi” é valorizada nas tradições folclóricas nordestinas, o que justifica a referência a esse animal no processo de nomeação da “menstruação” apenas em capitais dessa região.

Esse processo metafórico com o uso do nome do “boi” assemelha-se ao ocorrido com o nome do “bode”, representando, portanto, a interferência de valores culturais e sociais de um grupo de falantes sobre a língua, mais precisamente, sobre o léxico. Em seu dicionário do folclore brasileiro, Câmara Cascudo (1972, p.166) registra a seguinte informação no verbete *boi*:

[...] pelas regiões da pecuária vive uma literatura oral louvando o boi, suas façanhas, agilidade, força, decisão. Especialmente no Nordeste, onde outrora não havia a divisão das terras com cerca de arame, modificando a fisionomia social dos agrupamentos, motivando uma psicologia diversa, os bois eram criados soltos, livres, nos campos sem fim [...]. Alguns touros e bois escapavam ao cerco anual e iam criando fama de ariscos e bravios. Eram os barbatões invencíveis, desaparecidos nas serras e várzeas, bebendo em olheiros escondidos e sesteando nas malhadas distantes.

Considerando, portanto, o comportamento arredio do “boi”⁴⁸, ousa-se inferir que a referência a esse animal bovino para designar a “menstruação” reporta aos sintomas sentidos pela mulher durante esse período, dentre eles o nervosismo, a agitação e a irritabilidade que caracterizam a TPM (tensão pré-menstrual). Com base nesse raciocínio, o uso da unidade lexical *boi* para designar “o sangue que a mulher perde todos os meses” indica um processo metafórico representado pelo sema⁴⁹ “comportamento” (do boi), ao qual se pode acrescentar “bravo”.

Outra designação registrada foi *chico* e respectivas derivações: *chiquinho*, *de chico*, *estar de chico*. O item lexical *chico* é definido como “menstruação” por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004), o primeiro o classifica como um regionalismo do Brasil, de uso informal, enquanto o segundo, como um brasileirismo popular. *Chico* é, conforme Ferreira (2004), um hipocorístico de Francisco. No caso, o uso de *chico* representa uma forma metafórica com base em um nome próprio, para designar o conceito em pauta. O dicionário de Houaiss

⁴⁸ Para o verbete *boi*, Castro (2005) faz remissão para *bode* definindo-o como “menstruação”. Logo, no verbete *bode*, a autora remete o consulente para *bajé*, cuja origem linguística é proveniente dos quicongos e quimbundos (e seus conjuntos de dialetos), atribuindo-lhe a acepção “menstruação”. Já Lopes (2003), embora não mencione a acepção “menstruação”, no verbete *bode*, também cita *mbudi* do quicongo, na acepção de chifre. Com base nessas considerações, observa-se, portanto, que as unidades lexicais *boi* e *bode*, linguisticamente, apontam para uma possível herança africana.

⁴⁹ Sema aqui é entendido a partir da concepção de Dubois (2006): “unidade mínima da significação, não susceptível de realização independente e, portanto, sempre realizada no interior de uma configuração semântica ou semema”.

(2001) registra no verbete *chica* a acepção de “mênstruo”, marcada como um regionalismo de Algarve, de uso informal. Logo, observa-se que *chica* – hipocorístico de Francisca utilizado em Portugal – no Brasil fixou-se como a forma masculina *chico* com o mesmo conteúdo semântico.

Nesse sentido, o item lexical *chico* representa uma personificação da “menstruação”, pela atribuição de um antropônimo a um fenômeno fisiológico. Consoante Lakoff e Johnson (2002, p. 88-89), a personificação configura-se como

[...] uma categoria geral que cobre uma enorme gama de metáforas, cada uma selecionando aspectos diferentes de uma pessoa ou modos diferentes de considerá-la. O que todas têm em comum é o fato de serem extensões de metáforas ontológicas, permitindo-nos dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, termos esses que podemos entender com base em nossas próprias motivações, objetivos, ações e características.

Nenhum sema relacionando ao sangue eliminado pelas mulheres foi identificado na definição da unidade lexical *chico*. Todavia, em consulta ao dicionário etimológico de Cunha (2007), verificou-se o seguinte registro para o verbete *chico*: “*adj.* ‘pequeno’ XIV. Do cast. *chico*, aparentado com o lat. *circum*”. “Chico”, portanto, em sua origem castelhana, possui o sentido de “pequeno”. Diante disso, e considerando o papel desempenhado pela personificação no processo metafórico, conforme Lakoff e Johnson (2002) há pouco citado, levanta-se a hipótese de que o uso de *chico*, com base em seu sentido castelhano – “pequeno”, quando empregado para nomear “o sangue que as mulheres perdem todos os meses”, faz alusão ao espaço de tempo em que, normalmente, o sangue é eliminado pela mulher, que corresponde, em média, de 3 a 7 dias. Assim, em se tratando de uma fase consideravelmente curta ou “pequena”, o uso de *chico* para designar o período da menstruação pode ter tido essa motivação.

Outro aspecto concernente ao uso do item lexical *chico* e suas respectivas variantes é o seu caráter pejorativo. A grande maioria dos informantes inquiridos manifestou vergonha ao proferir essa unidade lexical, dada a sua carga semântica negativa. Na sequência, o excerto da entrevista com uma informante idosa com Ensino Fundamental, de Belo Horizonte, ilustra o exposto:

Inq. – E antigamente chamava como?

Inf. – Eles falava *chico* né ? (risos) Trem feio né? Horrroso.

Inq. – Por que será né?

Inf. – Que o nome de uma pessoa, Chico, que coita (coitado?), devia sê muito chato né...coitado, oh meu Deus (risos) (Inf. 4)⁵⁰.

Outro trecho da entrevista com uma informante jovem, também de baixa escolaridade, de São Paulo, também demonstra resistência ao proferir a unidade lexical *chico* em virtude do

⁵⁰ Informante feminina de Belo Horizonte, 53 anos, de baixa escolaridade.

caráter chulo nela impresso, além de ser, segundo a informante, um termo utilizado por indivíduos de classe social popular:

Inq.- E qual o nome mais popular que a gente fala com as amigas?

Inf.- Ai é horrível eu não falo. (risos)

Inf.- Ah... eu falo: "eu tô menstruada", mais os outros fala de *chico* né, aí é bem do povão (risos) (Inf. 2)⁵¹.

Os dados registraram também a forma *chiquinho*. Nesse contexto, vale lembrar que embora a variante *chico* represente uma forma pejorativa para designar o referente em pauta, *chiquinho*, por seu turno, parece exprimir uma forma eufêmica, dada a sua forma diminutiva, um dos recursos de substituição de vocábulos tabus mencionado por Guérios (1979).

Outra forma citada para nomear o referente em estudo foi *ciclo menstrual* registrada por Houaiss (2001) como locução no verbete *ciclo* como termo técnico da fisiologia na acepção de:

[...] período que se inicia no primeiro dia de cada fluxo menstrual, com duração média de 28 dias, durante o qual ocorre um conjunto de fenômenos fisiológicos e hormonais que torna possível a ovulação, o encontro dos gametas, a fecundação e a nidação do embrião na mucosa uterina, repetindo-se da menarca à menopausa, e interrompido normalmente apenas durante a gravidez.

Ferreira (2004) também registra *ciclo menstrual* como locução do verbete *ciclo*, definindo-a no âmbito da fisiologia da seguinte forma: “na fase fértil da vida da mulher, período em que se dão, regularmente, modificações normais no endométrio, que culminam em descamação parcial deste e na eliminação de sangue pela vagina”. Essa forma designativa configura-se como uma maneira polida para designar o período em que a mulher perde sangue.

Com o mesmo conteúdo semântico, foi registrada a unidade lexical *menstruação* e suas variantes *a mulher está menstruada*, *menstruada*, *menstruar*. Houaiss (2001) define *menstruação* como “fluxo de sangue e restos de mucosa uterina periodicamente eliminados pela vagina (ger. a cada período de cerca de quatro semanas), nas mulheres não grávidas, entre a puberdade e a menopausa; mênstruo”. Ferreira (2004) também define *menstruação* com acepção semelhante, atribuindo-lhe a marca Ginecologia:

perda fisiológica de sangue de origem uterina, de caráter cíclico, e que, habitualmente, retorna a cada período de cerca de quatro semanas, desde que não tenha ocorrido gravidez durante a fase em que a mulher e as fêmeas em algumas outras espécies de mamíferos se encontram em período de reprodução (FERREIRA, 2004).

Já Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) registram o verbete *mênstruo*. O primeiro define esse termo na acepção de “evacuação menstrua, própria do sexo feminino”, marcando-

⁵¹ Informante feminina de São Paulo, 29 anos, de baixa escolaridade.

o com a rubrica medicina, enquanto o segundo atribui-lhe a acepção “a baixa, regra, catamenios, ou purgação de sangue, que as mulheres tem cada mez”⁵². Conforme Cunha (2007), “mênstruo” provém do “latim *mēnstruus* ‘mensal’, de *mēnsis*”, daí as formas “*menstruação* 1873, *menstruada* XVII, *menstrual* XVI, *menstruar* 1813”.

A unidade lexical *menstruação* em si não possui carga semântica tabuística, demonstrando, portanto, ser a forma mais aceita para designar o “sangue que as mulheres perdem todos os meses”. Um trecho da entrevista com a informante idosa, de baixa escolaridade, de São Paulo ilustra o exposto: “Inf.: Ai que horror né. Agora você fala menstruação é mais assim delicado né! (risos)” (Inf. 4)⁵³. Todavia, o conceito de mulher menstruada é significativamente carregado de tabus. Sobre essa questão, Câmara Cascudo (1972, p. 574), em seu dicionário do folclore brasileiro, registra no verbete “menstruada” inúmeros exemplos que ilustram o caráter tabuístico desse fenômeno fisiológico e, conseqüentemente, das unidades lexicais que o nomeiam:

[...] a mulher com o fluxo catamenial, boi, regras, pacote, é tabu universal. Não pode atravessar água corrente, deitar galinhas para o choco, tocar em crianças doentes, em líquidos que estão em fermentação, nas arvores com frutos verdes, fazer a cama dos recém-casados, dar o primeiro banho numa criança ou o primeiro leite, mesmo por mamadeira, amamentar, assistir a batizado, sepultamento de adultos (tabu para a menstruada), guardar frutos para amadurecer, enfim é uma força negativa, um obstáculo vivo, um pode maléfico inconsciente para tudo quanto represente ou constitua início de desenvolvimento, desdobração, crescimento. Se tocar no pão levedado, este não fermentará. Se pisar numa cobra, esta morrerá. Se passar por cima de um ninho com aves, todas elas sucumbirão.

O texto bíblico de Levítico, capítulo 15, versículos 19-22, também aborda a menstruação, a partir das “leis a respeito de impurezas na mulher”:

[...] mas a mulher, quando tiver fluxo, e o seu fluxo de sangue estiver na sua carne, estará sete dias na sua separação, e qualquer que a tocar, será imundo até à tarde. E tudo aquilo sobre o que ela se deitar durante a sua separação, será imundo; e tudo sobre o que se assentar, será imundo. E qualquer que tocar na sua cama, lavará as suas vestes, e se banhará com água, e será imundo até à tarde. E qualquer que tocar alguma coisa, sobre o que ela se tiver assentado, lavará as suas vestes, e se banhará com água, e será imundo até à tarde⁵⁴.

Outras formas documentadas para designar o conceito contemplado pela pergunta 121/QSL foram *doente*, *adoecer*, *doença* e *estar doente*. Os lexicógrafos consultados não registram a acepção “menstruação” para *doente* e tampouco a apontam como sua sinônima. O item lexical *doente* é definido por Houaiss (2001) como “que ou quem possui alguma enfermidade; enfermo”. Associando-se, pois, essa acepção aos sintomas ocasionados pelo

⁵² Considerando-se que os dicionários portugueses de Bluteau (1712-1728) e de Moraes (1813) são representativos do português dos séculos XVIII e XIX, optou-se, para este estudo, por manter a grafia registrada nessas obras lexicográficas.

⁵³ Informante feminina, de São Paulo, 62 anos, com Ensino Fundamental.

⁵⁴ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/lv/15>. Acesso em 21 dez. de 2011.

ciclo menstrual: desconforto abdominal, cefaleia, fadiga, irritabilidade, tensão, humor deprimido, entre outros, entende-se o uso da variante *doente* para designar esse período.

Nessa perspectiva, situam-se, também, as unidades lexicais *incômodo*, *incomodada* e a forma reduzida “*i. é*” (*estou incomodada*). Houaiss (2001) registra no verbete *incômodo* a acepção de “menstruação”, classificando-a como de uso informal. Ferreira (2004), por seu turno, traz para *incômodo* a acepção de “fluxo menstrual”, além de remeter o consulente para o verbete “menstruação”. Percebe-se que o conteúdo semântico expresso por *incômodo* não apresenta relação direta com o sangue que é eliminado mensalmente pelas mulheres, mas reporta-se à indisposição e, algumas vezes, ao mal-estar que esse período causa nas mulheres.

Assim, tanto *doente/derivações* quanto *incômodo/derivações* parecem não expressar carga semântica tabuísticas tendo em vista a possível relação do seu uso aos sintomas decorrentes do período menstrual e do incômodo por eles ocasionados às mulheres. Todavia, considerando a menção dessas designações por informantes idosas, pode-se afirmar que em épocas pretéritas, essas formas designativas possivelmente configuravam-se como tabuísticas, o que, no entanto, parece não ocorrer atualmente. A fala da informante idosa com curso superior, de Belo Horizonte atesta o caráter antigo do uso da unidade lexical *doente* para designar o período da menstruação: “Inf: quando eu era menina falava muito “eu tô doente”, nesse sentido de menstruar né. ‘Não posso ir não porque nesse dia eu vou ficar *doente*’” (Inf. 8)⁵⁵.

Caso particular é o uso da abreviatura “*i. é*” que se configura como redução de *istou encomodada*, segundo a informante que a mencionou. Trata-se, na verdade, de uma designação com forte carga semântica eufêmica. Na sequência, segue o trecho da entrevista com essa informante de Manaus:

Inq. – E agora, outros nomes populares?

Inf. – Menina, tem muito nome pra menstruação. Olha, quando eu estudava, a professora... a gente dizia assim, i.é. É ‘istou encomodada’. Era i.é que a gente dizia... na... na escola né. Quando eu num queria fazer educação física, quando eu não queria, às vezes eu inventava... eu dizia, que eu estava, se eu ficava menstruada no final do mês que num tinha educação física, daí eu pegava e inventava, quando ela via que eu estava cum preguiça me chamava (inint.), estou de i.é. Daí é “istou encomodada” (Inf. 8)⁵⁶.

Observa-se que a forma reduzida *i.é*, uma abreviação de *istou encomodada*, o que não deixa dúvida quanto ao seu caráter eufêmico. Guérios (1979, p. 20) aponta como um dos recursos de substituição do vocábulo tabu esse tipo de recurso linguístico.

⁵⁵ Informante feminina de Belo Horizonte, 60 anos, com Curso Superior.

⁵⁶ Informante feminina de Manaus, 50 anos, com Curso Superior.

Foi registrada, também, como designativo para a “menstruação”, a forma metafórica *escrever com tinta vermelha*. Essa lexia complexa não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas. Todavia, o uso do fraseologismo *escrever com tinta vermelha* pode exprimir a ideia da eliminação do sangue pela mulher, posto que o vermelho representa a cor do sangue. Com base nisso, compreende-se que “escrever” está para “eliminar”, assim como “tinta vermelha” está para “sangue”. Portanto, no contexto do referente em questão, os semas expressos por essa expressão metafórica é “eliminar” e “sangue”.

Também a forma *estar moranguinho* configura-se como um fraseologismo de caráter metafórico, tendo em vista a referência a um fruto: o morango. O sema expresso por essa designação é “cor”, justamente pela cor do morango ser vermelha, daí a analogia ao “sangue”. Essa designação possui carga semântica eufêmica para designar o referente em pauta, e isso se intensifica ainda mais com o uso da forma diminutiva “moranguinho”, já que, consoante Guérios (1979), o diminutivo é um dos recursos utilizados para substituir os vocábulos tabus.

As unidades lexicais *hemorragia* e *sangramento* foram também documentadas para nomear o referente em pauta. Os lexicógrafos consultados não registram a acepção de “menstruação” para essas variantes. *Hemorragia* é definida como “escoamento de sangue fora dos vasos sanguíneos” (HOUAISS, 2001) e *sangramento* como “ato ou efeito de sangrar; sangradura” (HOUAISS, 2001). Considerando, portanto, essas acepções atribuídas à *hemorragia* e ao *sangramento*, pode-se compreender o uso dessas unidades lexicais como sinônimas de “menstruação”, dado o seu caráter semântico genérico. *Hemorragia* e *sangramento* se caracterizam como formas genéricas para se referir a “menstruação”. Vale lembrar que os termos ou locuções gerais são utilizados, conforme Guérios (1979), como recursos eufêmicos para substituir os vocábulos tabus. Logo, *hemorragia* e *sangramento* se configuram como variantes de caráter eufêmico para designar o referente em pauta.

Menarca representa mais uma das variantes documentadas pelo Projeto ALiB, para nomear “o sangue que as mulheres perdem todos os meses”. Houaiss (2001) define *menarca*, no âmbito da fisiologia, como “primeiro fluxo menstrual”. Ferreira (2004), por seu turno, atribui-lhe a acepção “a primeira menstruação” (rubrica ginecologia). *Menarca* é, portanto, um termo mais específico utilizado para nomear o processo de maturação sexual de uma menina. Todavia, os dados registram o seu uso para designar a “menstruação” de modo geral. Dado o seu caráter terminológico, *menarca* se configura como uma forma eufêmica para designar a “menstruação”. Vale lembrar que, de acordo com Guérios (1979, p. 19), o uso da “palavra científica ou erudita” também é um recurso substitutivo do vocábulo tabu.

Outras formas registradas foram *naqueles dias*, *estar no dia*, *estar nos dias* e *nos dias dela*. Houaiss (2001) registra *naqueles dias* como locução vinculada à entrada *dia*, definindo-a como “estar no período da menstruação”, de uso eufêmico. Vê-se que “naqueles” (junção da preposição *em* e do pronome demonstrativo *aquele*) está delimitando os dias em que ocorre a “menstruação”. Esse raciocínio se aplica também às demais variantes *estar no dia*, *estar nos dias*, *nos dias dela*, que se identificam pelo sema “menstruação”. *Naqueles dias* foi, pois, mencionado com o intuito de amenizar a carga semântica implícita na unidade lexical *menstruação*. Considerando, pois, o recurso substitutivo empregado, essa forma se configura como um eufemismo.

Já *paquete*, outra designação citada pelos informantes do Projeto ALiB para designar o mesmo conceito, é definida por Houaiss (2001) como “menstruação” e classificada como um regionalismo do Brasil, de uso informal. Ferreira (2004) também registra a mesma acepção para essa variante, classificando-a como um brasileirismo. Segundo Houaiss (2001), *paquete* é oriundo do inglês *packet boat* – “embarcação pequena e veloz para transporte de correspondência e transmissão de ordens”. Vale ressaltar, nesse contexto, que “paquete”, em seu sentido obsoleto (diacronismo) significa “navio mercante a vapor que prestava serviço de correio e transportava mercadoria e passageiros” (HOUAISS, 2001). Esse lexicógrafo esclarece, ainda, que a acepção de “menstruação” se deve ao fato da embarcação passar em períodos regulares. Assim, *paquete* se configura como um recurso metafórico para designar a “menstruação”, fazendo, pois, referência à regularidade do ciclo menstrual, representado pelo sema “periodicidade”.

Outras designações documentadas para nomear o referente em estudo foi *regra/as regras/ de regras/ regras/ estar de regra*. No verbete *regra*, Houaiss (2001) registra a forma *regras* na acepção de “menstruação”. Já Ferreira (2004) no verbete *regra* faz remissiva para *regras*, classificada como de uso popular, na acepção de “menstruação”. Moraes (1813) também registra *regra* na acepção de “menstruo das mulheres”. O uso de *regra* como designativo para a “menstruação” parece fazer referência à regularidade, normalidade, também expresso semanticamente pela associação do item lexical *regra* ao ciclo menstrual que teoricamente ocorre com regularidade todos os meses. Houaiss (2001) registra, como primeira datação para o item lexical *regra*, o século XIII, o que imprime a essa variante uma marca antiga de uso.

Na sequência, tem-se a expressão *salário mínimo*, também citada para nomear o mesmo conceito. Nenhuma das obras lexicográficas consultadas para este estudo a registra na acepção de “menstruação”. Todavia, o informante assim justifica o uso: “só dá uma vez e só

dura quatro a cinco dias” (Inf. 7)⁵⁷. Essa assertiva demonstra que *salário mínimo* se caracteriza como um recurso metafórico para designar o referente em pauta, posto que o informante, ao utilizar essa forma designativa, associou o sentido literal expresso pela expressão *salário mínimo* à regularidade e ao período com que ocorre a “menstruação”. Nesse processo metafórico estão simbolizados os semas “mensal” e “pouco”.

TPM foi outra forma citada para nomear a “menstruação”. Essa sigla reduz o fraseologismo “tensão pré-menstrual”. Houaiss (2001) registra *TPM* como locução no verbete *tensão*, unidade lexical definida como “síndrome que ocorre, em maior ou menor grau, nos dias que antecedem à menstruação, caracterizada por manifestações psíquicas (esp. irritabilidade e ansiedade) e físicas (esp. dor nas mamas, distensão abdominal e cefaleia)”, um termo da Ginecologia. Nota-se, portanto, que o uso de *TPM* faz alusão aos sintomas sentidos pelas mulheres antes ou até mesmo durante o período menstrual, e não ao sangue propriamente dito, que é alvo da pergunta do QSL em foco. Logo, *TPM* parece se configurar como uma metonímia, dado o seu uso para designar um referente com outro aspecto semântico. Todavia, vale mencionar que *TPM* está diretamente ligada à “menstruação”, já que, como se viu, indica os sintomas provocados por esse fenômeno fisiológico. O sema expresso por *TPM* é, pois, “sintoma”.

Com base na análise semântica apresentada na sequência, elaboramos uma classificação das designações registradas para “o sangue que as mulheres perdem todos os meses” com as seguintes categorias: “carga semântica pejorativa” e “carga semântica eufêmica”. A primeira categoria refere-se àquelas designações, cujo conteúdo semântico exprime uma carga semântica tabuística, de cunho pejorativo, enquanto a segunda reúne as designações que não possuem essa carga semântica.

a) Carga semântica pejorativa:

bode/variantes, boi/variantes, chico/variantes, regra/variantes

b) Carga semântica eufêmica:

bandeira/bandeira vermelha, ciclo menstrual, doente, escrever com tinta vermelha, hemorragia, incômodo, menarca, menstruação, naqueles dias, pacote, salário mínimo, sangramento, sinal vermelho, estar moranguinho, TPM.

⁵⁷ Informante masculino de Fortaleza, 46 anos, com Curso Superior.

Na sequência, com base nos pressupostos de Guérios (1979), são classificadas as formas tabus, segundo os diferentes recursos substitutivos utilizados para a palavra tabu “menstruação”:

- diminutivo: *chiquinho, moranguinho*
- locução/circunlóquio: *bandeira vermelha, ciclo menstrual, chico/variantes, escrever com tinta vermelha, naqueles dias, salário mínimo, sinal vermelho, estar moranguinho, regras/variantes.*
- metáfora: *bandeira/bandeira vermelha, bode/variantes, boi/variantes, escrever com tinta vermelha*⁵⁸, *salário mínimo, estar moranguinho*
- metonímia: TPM
- redução: *i.é*
- termo genérico: *hemorragia, sangramento*

Conforme o demonstrado, a pergunta 121/QSL motivou a documentação de diversos recursos substitutivos de natureza eufêmica, apontando, portanto, para o caráter tabuístico do conceito “o sangue que as mulheres perdem todos os meses” e, conseqüentemente, dos interditos linguísticos. O conjunto das designações aqui examinadas deu mostras da criatividade linguística do falante no processo de nomeação do referente pesquisado e, nesse contexto, da correlação com fenômenos e situações extralinguísticas. Exemplo disso é o registro da forma metafórica *salário mínimo* como designativo para “menstruação”. Outro fenômeno aludido no processo de metaforização para nomear o referente em pauta foi a presença de zoomorfismos como recurso de nomeação. Isso ratifica as possibilidades oferecidas pelo sistema linguístico para a criação de novas palavras, recurso esse explorado pelos falantes ao criar novos nomes e/ou atribuir novas acepções a unidades lexicais que já integram o léxico da língua.

4.2.2. Análise geossociolinguística

No *corpus* analisado, a denominação mais frequente para “o sangue que as mulheres perdem todos os meses” foi *menstruação/variantes*, com o percentual de 56,93% de ocorrência no conjunto das capitais brasileiras. Levando-se em conta a significativa

⁵⁸ A forma *escrever com tinta vermelha* se configura como um fraseologismo, todavia, possui também caráter metafórico, dada a sua alusão ao processo de eliminação do sangue.

produtividade de designações⁵⁹ para nomear esse referente, na sequência, o Gráfico 01 demonstra o índice percentual das cinco designações mais produtivas no conjunto dos dados pesquisados, distribuídas segundo a região brasileira.

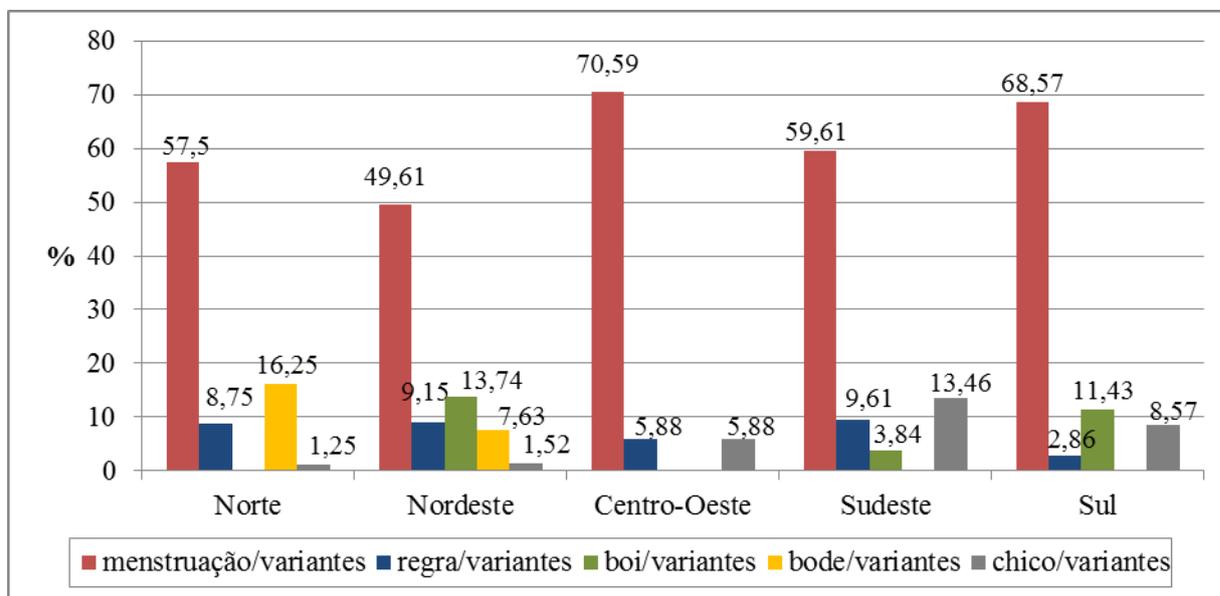


Gráfico 01 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para designar “o sangue que as mulheres perdem todos os meses”, segundo cada região do Brasil.

Como já pontuado, os dados do Gráfico 01 apontam *menstruação/variantes* como a mais produtiva no conjunto dos dados analisados, nas capitais de todas as regiões brasileiras. Nota-se que o Centro-Oeste se sobrepôs em relação às demais regiões, atingindo o percentual de 70,59% de ocorrência. Na sequência, situa-se a região Sul, onde *menstruação* alcançou o índice de 68,57%, seguido do Sudeste, com 59,61% de produtividade, do Norte, região em que o percentual foi de 57,5% e do Nordeste, com 49,61% de frequência, região que apresentou o menor índice de produtividade da variante em causa.

Regra/variantes, também documentadas em todas as regiões brasileiras, apresentaram a maior produtividade na região Sudeste (9,61%), seguidas da região Nordeste, com 9,15% de ocorrência, da região Norte, com 8,75% de frequência, do Centro-Oeste, com o índice de 5,88% e do Sul, onde alcançou o menor índice de produtividade (2,86%).

As designações *boi/variantes*, por seu turno, evidenciaram pequena diferença percentual em três regiões do Brasil: Nordeste, Sul e Sudeste, de forma que na primeira região concentrou-se o maior percentual: 13,74%, enquanto o Sul obteve 11,43% de ocorrência e o

⁵⁹ Das 51 designações registradas para nomear a “menstruação”, 5 tiveram ocorrências únicas: *escrever com tinta vermelha* (inf. 8/026), *hemorragia* (inf. 3/190), *menarca* (inf. 6/006), *salário mínimo* (inf. 7/041) e *estar moranguinho* (inf. 5/070).

Sudeste, só 3,84% de incidência. Já as unidades lexicais *bode/variantes* foram mencionadas apenas nas regiões Norte e Nordeste. Aquela com o maior percentual de ocorrência para essa designação: 16,25%, enquanto esta reuniu somente 7,63% das ocorrências.

Chico/variantes, designações que alcançaram o menor índice de ocorrência dentre as cinco mais produtivas, foram citadas em todas as regiões brasileiras, tendo sido mais produtiva na região Sudeste, onde atingiu o percentual de 13,46%. Na sequência está o Sul com o índice de 8,57%, o Centro-Oeste, onde atingiu 5,88% de produtividade, o Nordeste onde alcançou o percentual 1,52% e o Norte onde obteve o índice de 1,25%.

Levando-se em conta que a designação *menstruação/variantes* foi mais recorrente na região Centro-Oeste, o Gráfico 02, na sequência, visualiza o percentual de ocorrência dessa variante em cada capital dessa região.

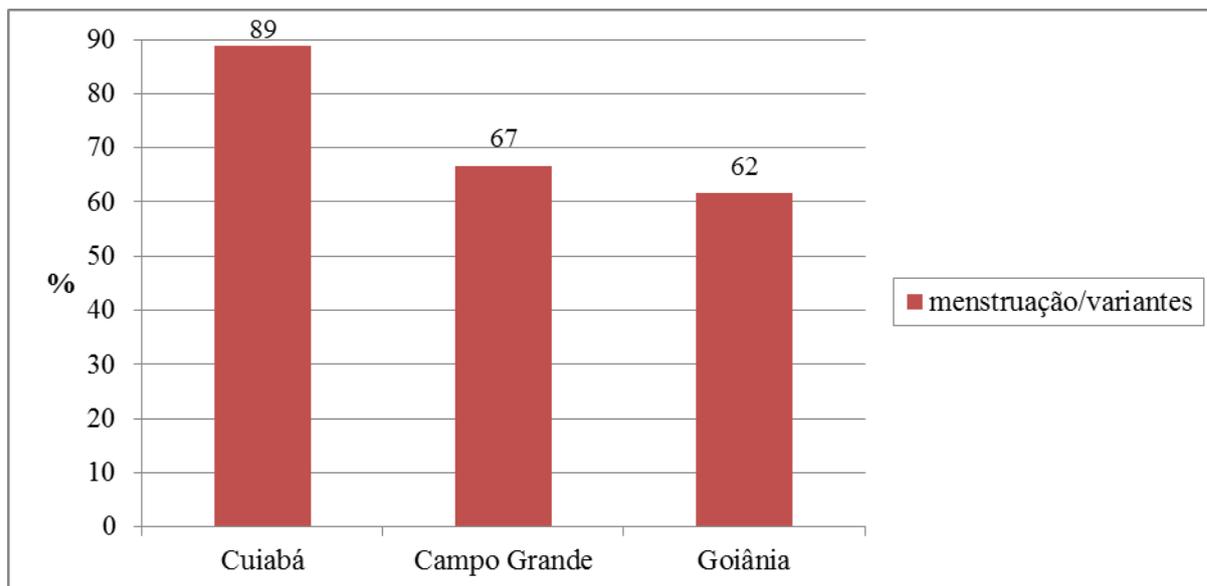
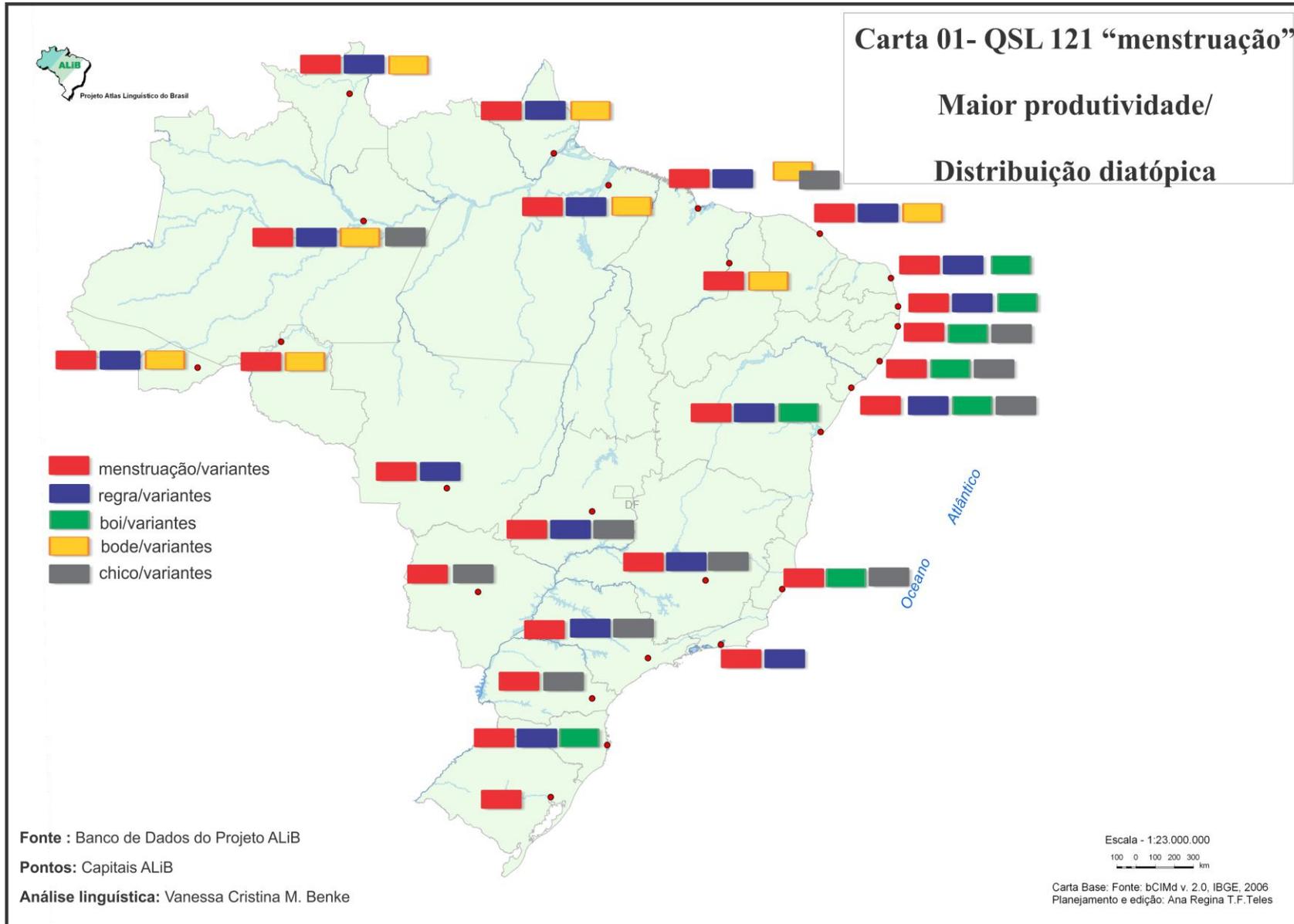


Gráfico 02 – Distribuição percentual da designação *menstruação* nas capitais da região Centro-Oeste.

Observa-se pelo Gráfico 02 que, dentre as capitais do Centro-Oeste, o maior percentual da unidade lexical *menstruação* ocorreu em Cuiabá, onde obteve 88,89% de produtividade, seguida de Campo Grande, com o percentual de 66,66% e por último, de Goiânia, localidade em que registrou o percentual de 61,54%.

Na sequência, a Carta Linguística 01 apresenta a distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para “*menstruação*” em cada capital do Brasil.



Os dados cartografados na Carta Linguística 01 ratificam a presença da unidade lexical *menstruação* e suas respectivas variantes em todas as capitais do Brasil de modo que Porto Alegre foi a única capital que apresentou unanimidade para essa variante: o item lexical *menstruação* foi fornecido pelos 8 informantes porto-alegrenses entrevistados. Já *regra* (e variantes) foi registrada em grande parte das capitais brasileiras, com exceção de Porto Velho (Norte), Campo Grande (Centro-Oeste), Porto Alegre e Curitiba (Sul), Espírito Santo (Sudeste), e Maceió, Recife e Teresina (Nordeste).

Já *boi* (e variantes) apareceu em seis capitais do Nordeste: Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa e Natal; em uma do Sudeste: Vitória e em uma do Sul: Florianópolis. Diante disso, vale retomar que Houaiss (2001) e Ferreira (2004) atribuem, respectivamente, à unidade lexical *boi* a marca de regionalismo e brasileirismo do Nordeste, ou seja, o uso do item lexical *boi* na acepção de “menstruação”, conforme esses lexicógrafos, representa a norma lexical dos habitantes da região Nordeste do Brasil. Todavia, os dados do Projeto ALiB estão demonstrando que essa variante ultrapassou o limite geográfico apontado pelos lexicógrafos consultados e está se fixando em capitais de estados do Sudeste (Espírito Santo) e do Sul (Santa Catarina).

Em Vitória, o item lexical *boi* (e variantes) obteve duas ocorrências: uma informante jovem, de baixa escolaridade, e um informante masculino, idoso, de Curso Superior. Nesse caso, pode-se presumir tratar-se de influência do falar nordestino atuando sobre o vocabulário capixaba, lembrando que Vitória é capital de um Estado limítrofe com o Estado da Bahia. Os dados registrados na ficha⁶⁰ do informante 2, apontam que o seu cônjuge é natural de uma localidade do Estado da Bahia, o que possivelmente também pode ter contribuído para o uso desse item léxico. Já o informante 7 exerce a profissão de militar, o que pressupõe transferências temporárias para outras regiões do Brasil⁶¹.

Em Florianópolis, a variante *boi* (e variantes) foi fornecida por três informantes: duas mulheres, sendo uma jovem de baixa escolaridade e uma idosa de Curso Superior, e um informante homem, idoso, de alta escolaridade. No caso desse último informante (Inf. 7), identificou-se, por meio de sua ficha, que ele exercia o cargo de vereador quando foi entrevistado. Nesse sentido, levantam-se evidências de que o contato diário desse informante com seus colegas vereadores, provavelmente advindos de outras regiões, especialmente do

⁶⁰ A ficha do informante contém as informações pessoais do informante entrevistado como: idade, escolaridade, religião, contatos com os meios de comunicação, entre outras.

⁶¹ Na ficha do informante consta que ele permaneceu cerca de um ano em Salvador para realizações de cursos. Isso também deve ter contribuído para a assimilação dessa variante por influência linguística do vocabulário nordestino.

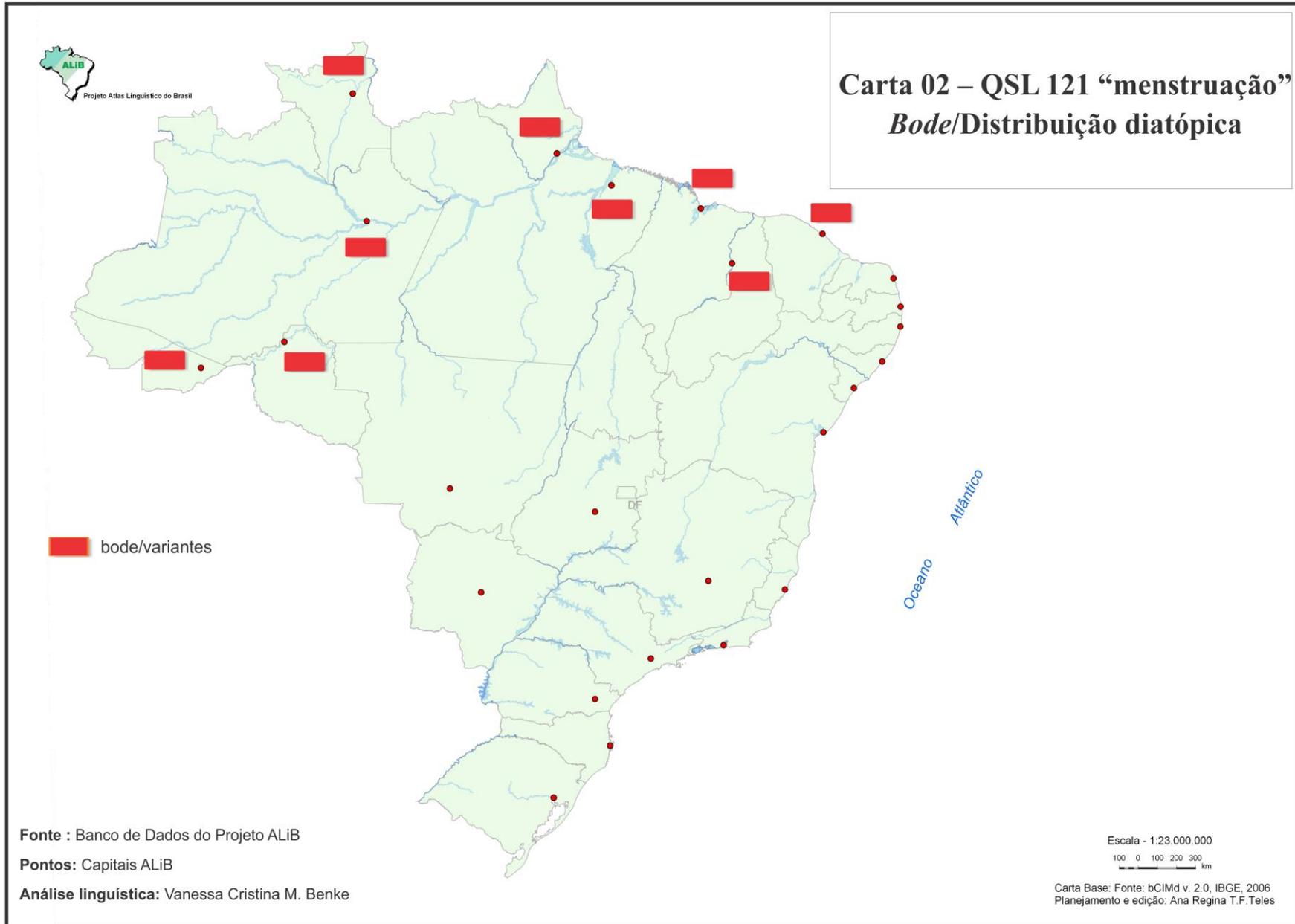
Nordeste, possa tê-lo influenciado linguisticamente. Caso similar pode ter ocorrido com a informante jovem que tem pai adotivo natural do Ceará. Um dado interessante é que, segundo os informantes 7 e 8 de Fortaleza, a forma *boi* é utilizada no interior do Estado e pelos nativos. Assim sendo, pode-se presumir que o uso de *boi* por informantes da capital catarinense pode, ainda, ser decorrente de uma possível influência do vocabulário interiorano.

A unidade lexical *bode* (e variantes), por seu turno, foi registrada somente nas regiões Norte e Nordeste, demarcando, pois, uma área dialetal nessas regiões. Na primeira região, foi documentada em todas as capitais, enquanto no Nordeste foi registrada somente em Fortaleza, em Teresina e em São Luís, justamente as capitais de Estados com maior proximidade com a região norte. Esse dado é interessante, posto que *bode* é, segundo Houaiss (2001), um regionalismo do Nordeste. Portanto, considerando o registro dessa unidade lexical em uma região diferente (Norte) daquela indicada por Houaiss (2001) (Nordeste), fica evidente a disseminação da norma lexical nordestina para a região Norte, em decorrência da grande leva de nordestinos que migraram para o Norte do Brasil, como mão-de-obra na extração da borracha que, conseqüentemente, contribuiu não só para o processo de formação cultural e social da região Norte, como também para a fixação de sua norma lexical. Associado a isso, não é demais lembrar, também, que São Luís, uma das capitais que registrou o uso de *bode/derivação*, é capital de um Estado limítrofe com o Estado do Pará, o que pode ter contribuído para a expansão dessa variante para os Estados do Norte. Nesse contexto, vale lembrar Diégues Jr. (1960, p. 207) quanto ao fato de os primeiros migrantes nordestinos a se instalarem na região Norte, especialmente no Alto Amazonas, terem sido os maranhenses, o que pode explicar a transferência da norma lexical nordestina, introduzida a partir de habitantes maranhenses, aos Estados do Norte.

Em face disso, os dados investigados apontam para uma descaracterização das designações *boi e bode* como regionalismos somente no Nordeste, configurando-as também como norma lexical de outras regiões brasileiras: Norte, Sul e Sudeste, e quiçá das demais regiões, dado o caráter dinâmico da língua, hipótese que poderá ser testada a partir dos dados das localidades do interior. Sendo assim, a disseminação de *boi* para os Estados do Sul e do Sudeste, admite levantar a hipótese de que essas ocorrências se deva ao fato de que a atividade pecuária, em seu ramo bovinocultura, é praticada em todo o país, o que torna mais aceitável a referência a esse animal para designar a “menstruação”. Já a referência ao bode, um animal rústico, que se adapta bem ao clima e à vegetação do Nordeste, expandiu-se somente para o Norte do Brasil, dada a ligação fronteira entre as duas regiões. Já com relação à unidade léxica *chico* (e variantes), os dados mapeados na Carta Linguística 01

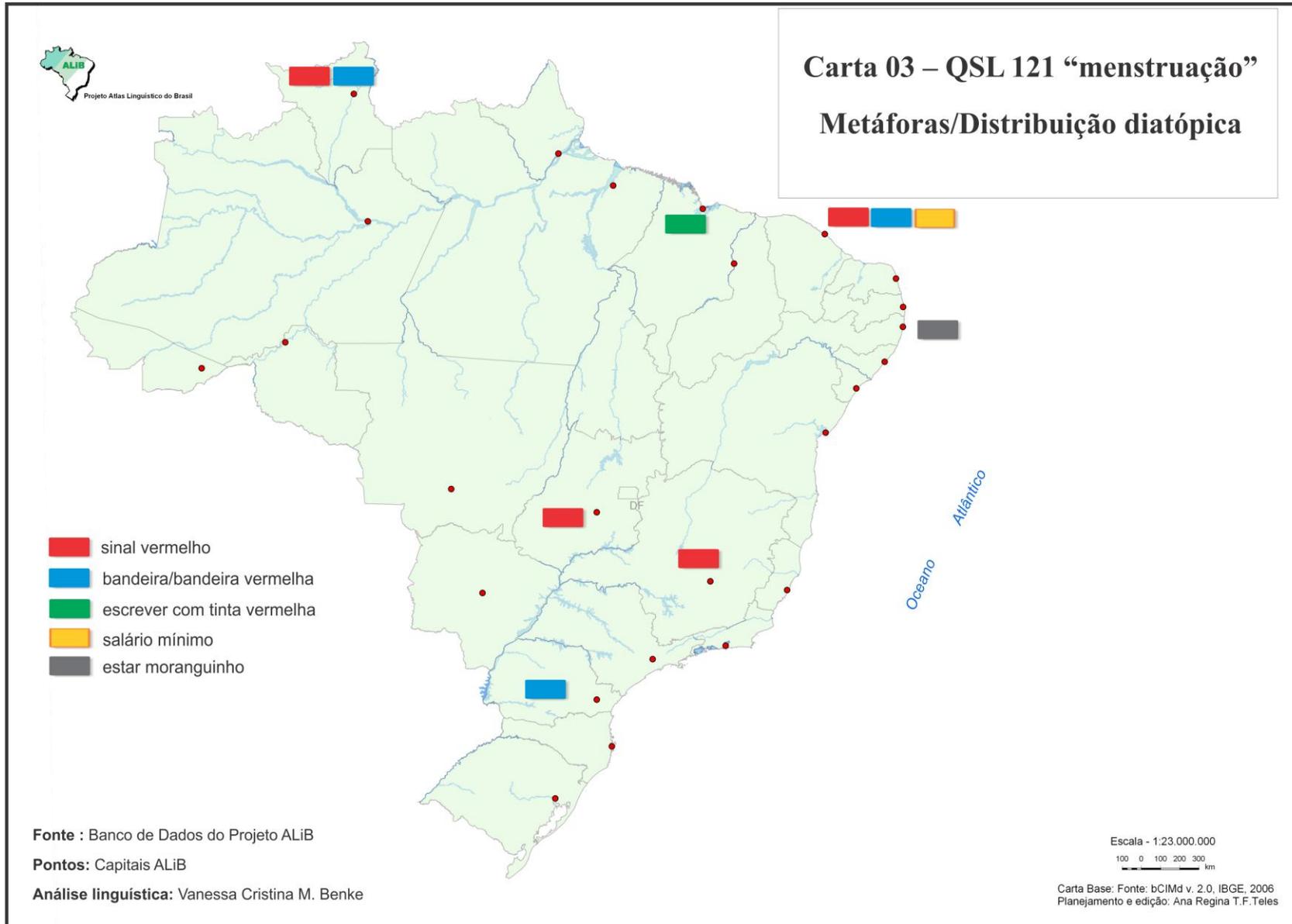
mostram que essa designação concentrou-se no Sudeste do Brasil, região em que alcançou o maior percentual de ocorrência. No entanto, essa forma foi documentada, também, em duas capitais de Estados que fazem fronteira com São Paulo, onde o “sangue que as mulheres perdem todos os meses” é designado por *chico*: Curitiba e Campo Grande. Foi também mencionada em Manaus (Norte) e em quatro capitais nordestinas: Aracaju, Maceió, Pernambuco e São Luís. Considerando, pois, a significativa concentração de *chico* (e variantes) em capitais do Sudeste do Brasil pode-se presumir que essa variante contempla a norma lexical dos habitantes dessa região e a sua documentação em diversas outras regiões aponta para a sua irradiação para outros pontos do Brasil.

A Carta Linguística 02, a seguir, ilustra a linha isoglósica dessa designação.



Os dados expostos na Carta Linguística 02 visualizam, pois, uma concentração da unidade lexical *bode* nas capitais do Norte e Nordeste, sobretudo nas do Norte, evidenciando, assim, uma isoglossa no âmbito do vocabulário em exame.

Já a Carta Linguística 03 ilustra a distribuição geográfica de outras metáforas designativas para “menstruação”, nas diferentes capitais brasileiras.



A Carta 3 demonstrou que Maranhão, Fortaleza e Recife se particularizam com relação ao uso de *escrever com tinta vermelha*, *salário mínimo* e *estar moranguinho*, ao contrário das metáforas *sinai vermelho* e *bandeira/bandeira vermelha* documentadas em mais de uma capital do Brasil. Isso atesta que as três capitais mencionadas se diferenciaram das demais capitais, no que tange às designações auferidas para o referente em questão.

Ainda em termos geográficos, observou-se uma expressiva ocorrência do item lexical *chico* no Sudeste do Brasil, o Gráfico 03, a seguir, apresenta a distribuição percentual dessa variante nas capitais dessa região.

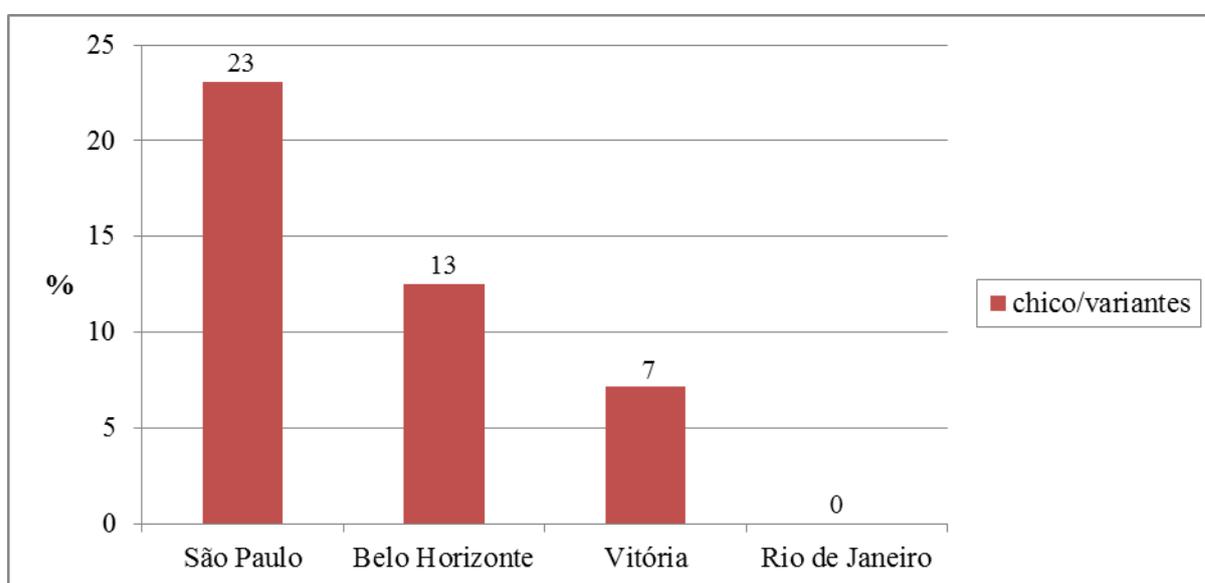


Gráfico 03 – Distribuição percentual da designação *chico* nas capitais da região Sudeste.

Observando-se o Gráfico 03, verifica-se que São Paulo foi a capital mais produtiva quanto ao uso do item lexical *chico*, alcançando 23,07% de ocorrência, seguida de Belo Horizonte, onde obteve o percentual de 12,5% e de Vitória, com 7,14% de produtividade. No Rio de Janeiro não houve registro dessa variante.

Ao analisar-se esses dados, considerando o total do *corpus* documentado, notou-se o uso majoritário do item lexical *chico* no vocabulário dos idosos, conforme o Gráfico 04 na sequência.

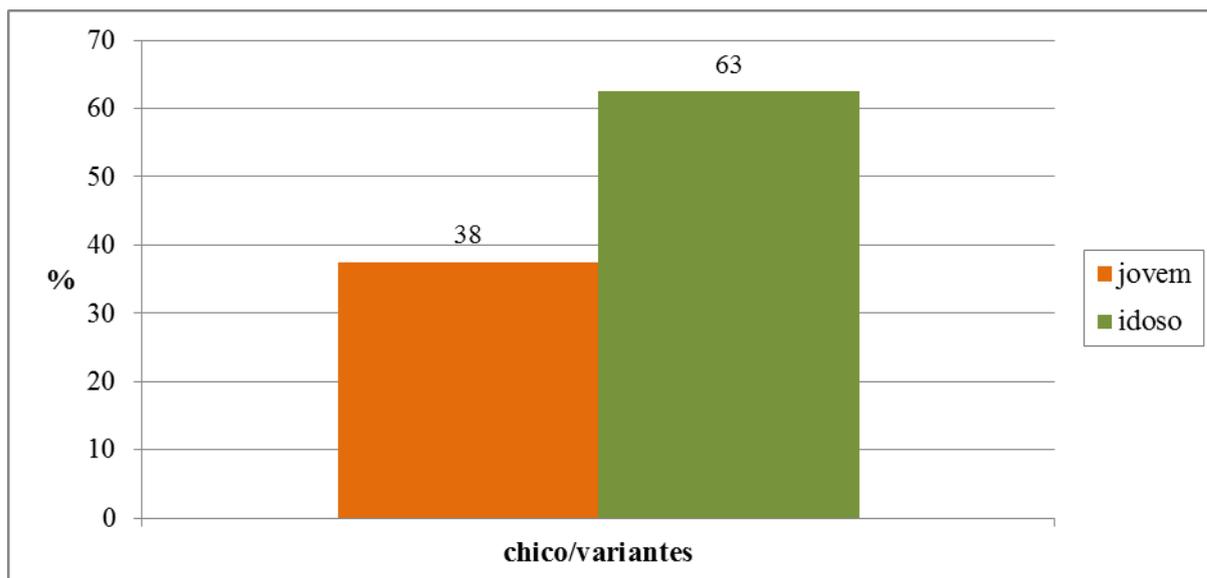


Gráfico 04 – Distribuição percentual da variante *chico*, nas capitais brasileiras, segundo a variável faixa etária.

Nesse contexto, situa-se a designação *regra* e respectivas variantes, também bastante produtiva na fala de informantes idosos. O Gráfico 05, a seguir, visualiza os dados percentuais da ocorrência desse item lexical em termos geracionais:

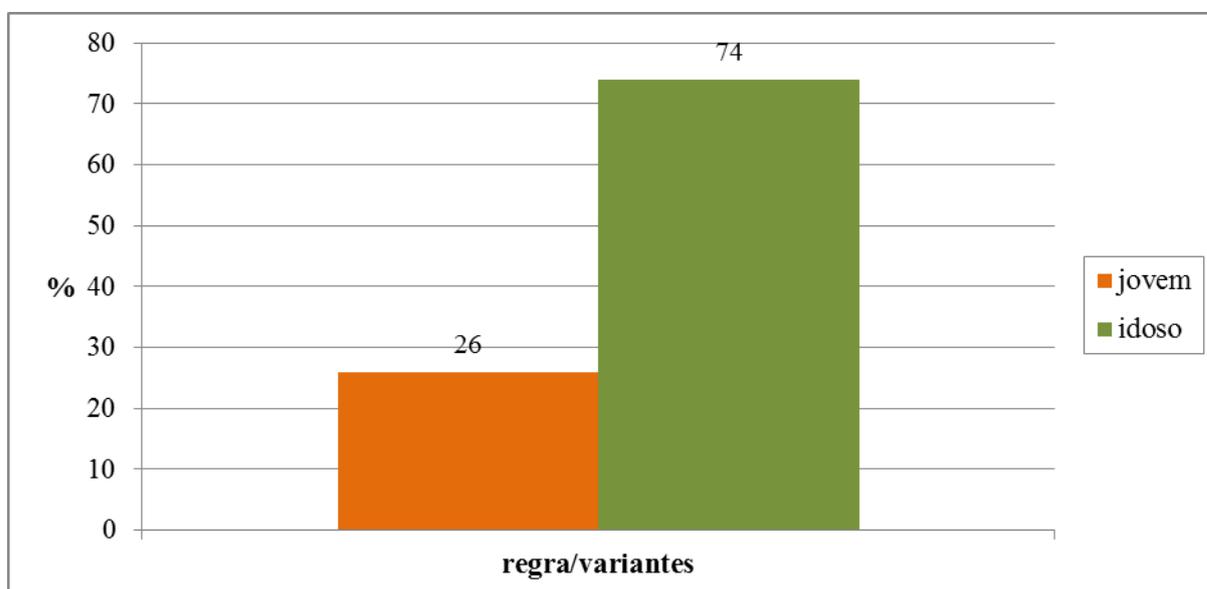


Gráfico 05 – Distribuição percentual da variante *regra*, nas capitais brasileiras, segundo a variável faixa etária.

Nota-se pelos dados expostos no Gráfico 05 que o uso do item lexical *regra* por 74% dos e por apenas 26% dos jovens confere a essa variante uma marca diageracional. Nessa perspectiva, vale registrar o trecho da fala da informante idosa com Ensino Fundamental de Florianópolis que confirma o caráter conservador dessa designação: “Inf. – Antigamente, o

peçoal tem aquele hábito de dizer assim, isso é uma *regra* [...] *regra*, né, mas... bem deferente, né?” (Inf. 4)⁶². Vale destacar também que Houaiss (2001) registra como primeira datação para *regra*, o século XIII, o que denota o seu caráter conservador. Desse modo, a significativa ocorrência desse item lexical no vocabulário de idosos aponta para um traço de conservadorismo linguístico na fala dos habitantes das capitais brasileira e o seu uso também por jovens representa uma tendência à manutenção desse arcaísmo.

Ainda em termos sociolinguísticos, seguem os Gráficos 06, 07 e 08 que ilustram a distribuição percentual, em termos de Brasil, das designações *boi* e *bode*, respectivamente, segundo o sexo, a idade e a escolaridade.

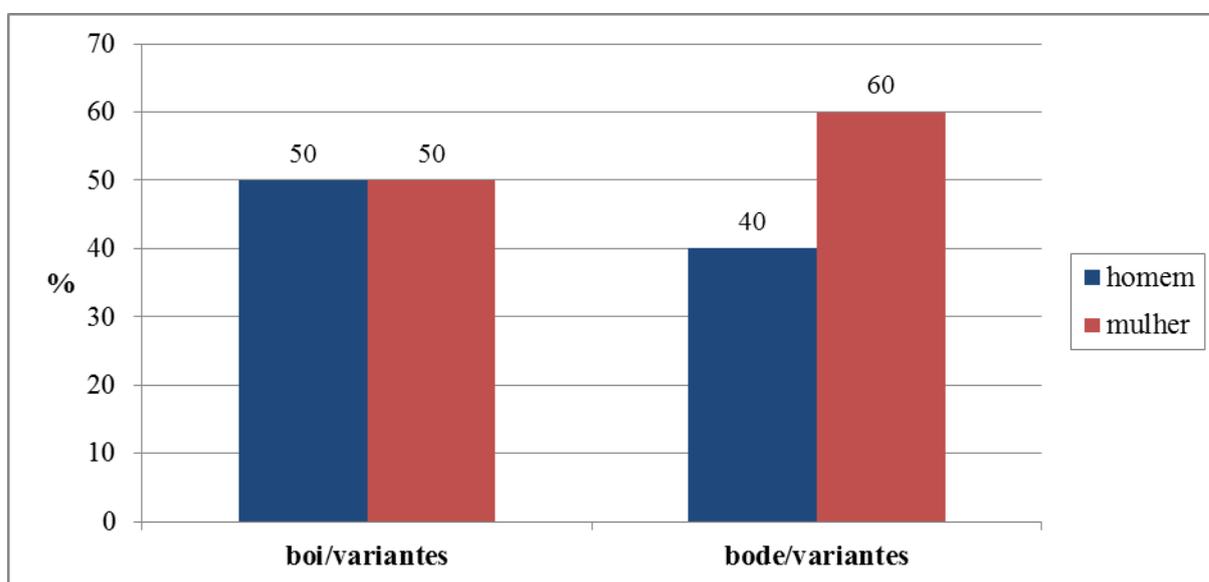


Gráfico 06 – Distribuição percentual das designações *boi* e *bode*, nas capitais brasileiras, segundo a variável sexo.

Observa-se no Gráfico 06, que a unidade lexical *boi* apresentou a mesma produtividade entre homens e mulheres (50%), enquanto o item lexical *bode* foi mais produtivo entre as mulheres - 60% contra os 40% entre os homens, dado que aponta para uma marca diasssexual. Já o Gráfico 07, a seguir, ilustra a distribuição percentual dessas mesmas variantes, considerando a variável faixa etária.

⁶² Informante feminina de Florianópolis, 23 anos, de baixa escolaridade.

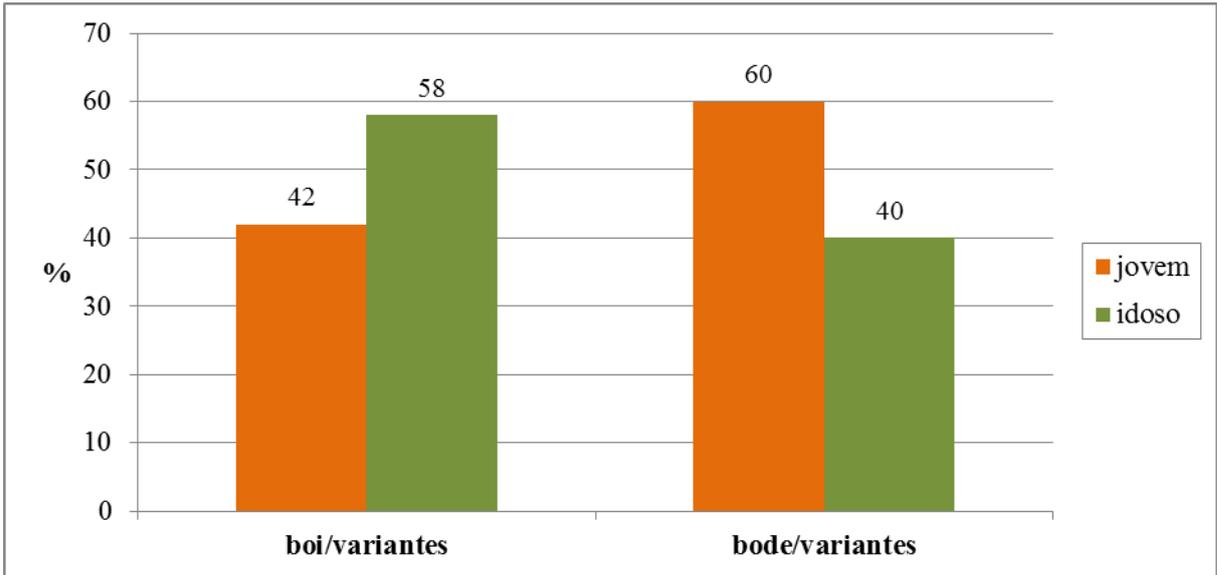


Gráfico 07 – Distribuição percentual das designações *boi* e *bode* nas capitais brasileiras, segundo a variável faixa etária.

Esses dados evidenciam uma pequena variação percentual quanto ao uso das variantes *boi* e *bode*, uma vez que a unidade lexical *boi* teve 58% de ocorrência entre os idosos e 42% entre os jovens, enquanto o uso de *bode* foi mais produtivo no vocabulário dos jovens (60%), do que no dos idosos (40%). Essas constatações apontam, portanto, para um traço diageracional. Por fim, o próximo gráfico demonstra os percentuais de ocorrências de *boi* e *bode*, segundo a escolaridade.

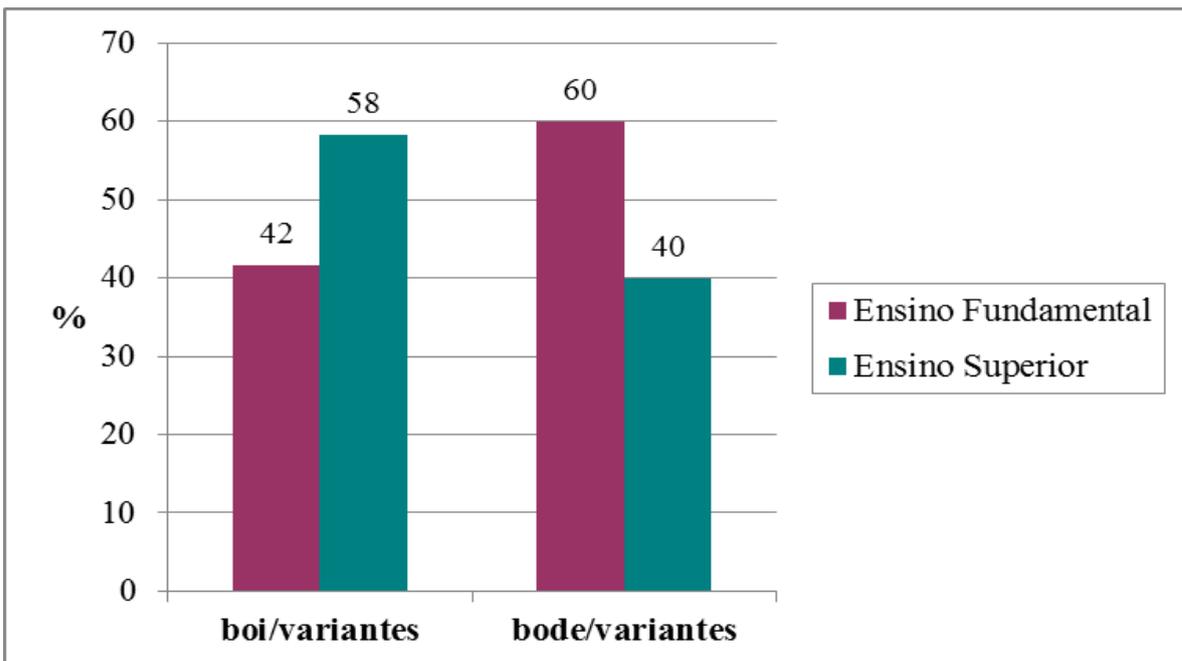
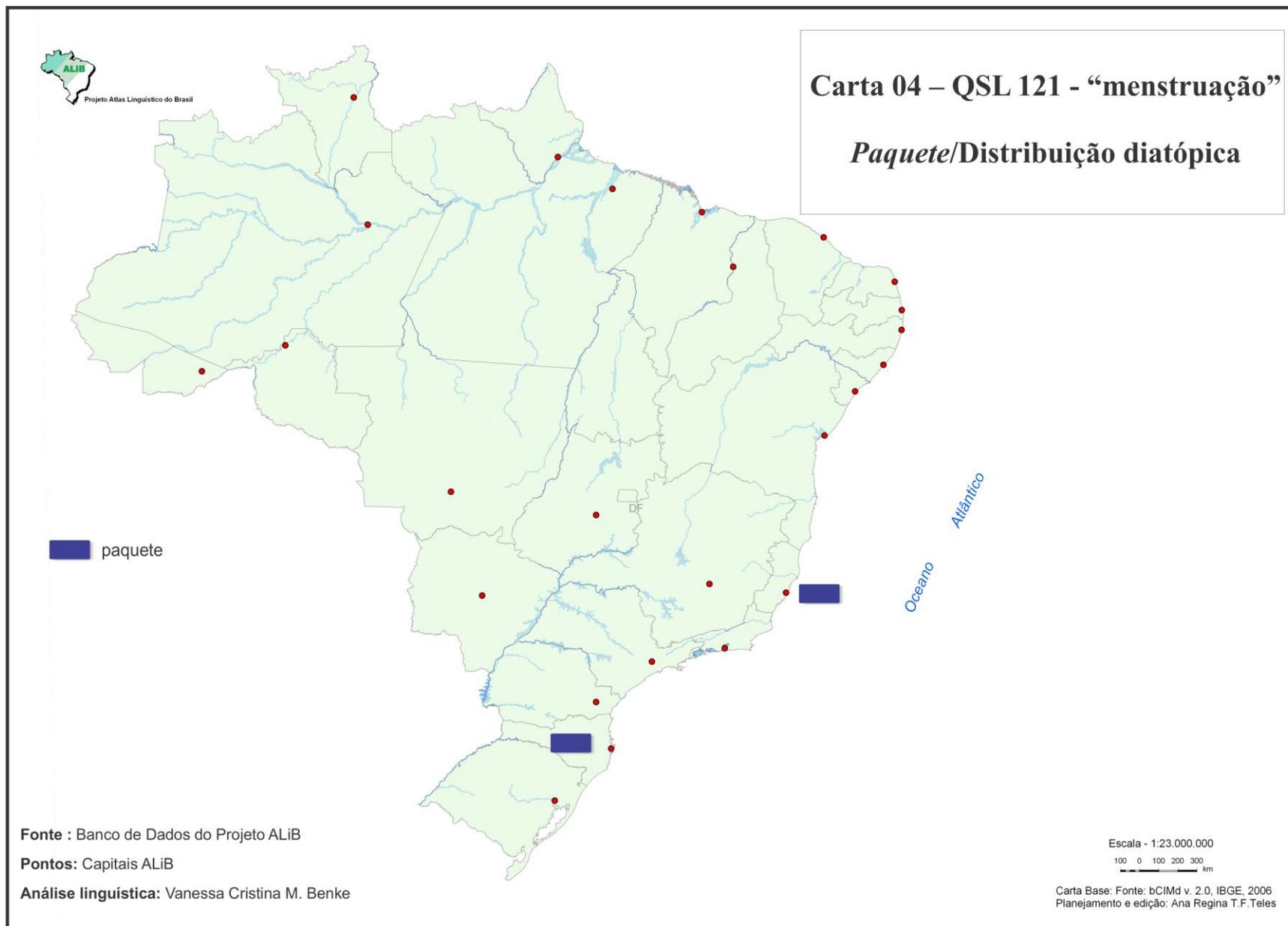


Gráfico 08 – Distribuição percentual das designações *boi* e *bode*, nas capitais brasileiras, segundo a variável escolaridade.

A exemplo das distribuições das ocorrências das variantes *boi* e *bode* em termos geracionais, a produtividade das mesmas variantes em termos de escolaridade manteve o mesmo equilíbrio. Os dados do Gráfico 08 mostram que o uso de *boi* alcançou 58% entre os falantes com Curso Superior e 42% entre os de Ensino Fundamental. Fenômeno similar observa-se em relação ao uso do item lexical *bode*, só que de forma inversa, à medida que no vocabulário dos informantes com Ensino Fundamental houve 60% de ocorrência contra 40% entre os informantes com Curso Superior.

No rol das variantes menos produtivas, a unidade lexical *paquete* se singularizou por sua menção somente na fala dos idosos, de duas capitais litorâneas de regiões distintas como atesta a Carta Linguística 04, na sequência.



Observa-se pelos dados na Carta Linguística 04 que a unidade lexical *paquete* foi documentada apenas em capitais litorâneas situadas no Sudeste e no Sul do Brasil, respectivamente, Vitória e Florianópolis, com 100% de registro entre os idosos, o que a caracteriza como uma marca diageracional. Numa perspectiva diatópica, constatou-se, pois, que o registro de *paquete* apenas nessas capitais litorâneas a particularizaram quanto à norma lexical regional. Associado a isso, vale recuperar que, conforme Houaiss (2001), *paquete* é proveniente do inglês *packet boat* – “embarcação pequena e veloz para transporte de correspondência e transmissão de ordens”. Logo, essa informação etimológica pode explicar o uso de *paquete* apenas no litoral do Brasil, de modo que as capitais situadas à beira mar utilizam transportes marítimos para transportar pessoas ou mercadorias, o que possivelmente evidencia a relação entre o léxico e o ambiente físico do grupo linguístico investigado.

O caso de “não resposta” na pergunta 121/QSL (inf. 1/Teresina) pode evidenciar um manifesto de pudor por parte do informante frente ao objeto tabu “menstruação” ou, ainda, a sua pouca familiaridade com o referente, posto que se trata de um informante jovem. Em pesquisas geolinguísticas a “não resposta” é significativa. Aguilera (2008), por exemplo, ao discutir sobre essa questão, no âmbito do Projeto ALiB, conclui que “os jovens e as pessoas de menor escolaridade produzem maior número de brancos nos questionários”, assertiva essa corroborada pelos dados deste estudo, à medida que a “não resposta” ocorreu com um jovem de baixa escolaridade, de Teresina⁶³.

O estudo das designações para “o sangue que as mulheres perdem todos os meses” revelou que *menstruação* representa a variante “padrão” dos habitantes das capitais brasileiras para nomear esse referente. Em termos espaciais, observou-se o processo de disseminação linguística das unidades lexicais *boi* e *bode*, tidas como regionalismos/brasileirismos do Nordeste pelos lexicógrafos consultados, para outras regiões brasileiras. Notou-se também a configuração de uma isoglossa de ocorrências de *bode* nas capitais do Norte e Nordeste. Com relação às unidades metafóricas, pôde-se observar que algumas se configuraram como exclusivas de determinadas capitais. É o caso, por exemplo, das formas *escrever com tinta vermelha* registrada somente em São Luís, de *salário mínimo* apenas em Fortaleza e *estar moranguinho* documentada apenas em Recife. Identificou-se, também, dentre as designações menos produtivas, que *paquete*, documentada apenas em duas capitais litorâneas situadas ao Oeste e ao Sul do Brasil, indicou um traço diatópico e uma possível interferência de natureza extralinguística no léxico do grupo investigado, pela possível relação entre o conceito

⁶³ O QSL 121 identificou dois “áudios com defeito” (inf. 2/Natal; inf.8/Natal).

nomeado e a realidade sociocultural das capitais litorâneas, especificamente, a regularidade de embarcações. No aspecto sociolinguístico, *paquete* também se distinguiu das demais variantes pelo seu registro unânime entre os idosos, o que a diferenciou enquanto marca diageracional.

Ainda numa perspectiva social, o uso majoritário de *regra* e de *chico* entre os informantes da segunda faixa etária evidenciou um traço de conservadorismo linguístico, bem como uma tendência à manutenção desse arcaísmo tendo em vista a sua menção, ainda que mínima, também por informantes jovens. A variável sexo também se mostrou relevante na documentação da unidade lexical *bode* pela predominância entre as mulheres, sinalizando, assim, para uma marca diasssexual. Em suma, o estudo das respostas auferidas para o fenômeno da “menstruação” permitiu demonstrar a dinamicidade da língua em uso e, nesse contexto, o processo de propagação lexical em decorrência de processos migratórios.

4.3. QSL 137 – “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”

4.3.1. Análise semântica

Considerando-se o conjunto das 25 capitais pesquisadas, a pergunta 137 motivou o registro de 50 designações: *analfabeto, anta, atrasado, besta, broco, burro/variantes, cabeça dura, cabeçudo, cavalo, débil, deficiente, déficit cognitivo, desatento, despercebido, devagar, difícil, displicente, energúmeno, excepcional, ideia fraca, idiota, ignorante, imbecil, incompetente, jegue, jumento, lento, lerdo, leso/lesado, limitado, moco, não ter sabedoria, pamonha, paspalho, ter problema de aprendizagem, problemático, Q.I baixo, raciocínio lento, repetente, retardado, retardatário, rude/rudo, ruim da memória, ruim do juízo, tanso, tapado, ter dificuldade, ter problema, terça-feira e tonto.*

Dessas designações, 07 se configuraram como metafóricas, construídas a partir de nomes de animais: *anta, besta, burro, cavalo* e *jegue*; de alimento: *pamonha* e de dia da semana: *terça-feira*; 11 como fraseologismos: *cabeça dura, déficit cognitivo, ideia fraca, não ter sabedoria, ter problema de aprendizagem, Q.I baixo, raciocínio lento, ruim da memória, ruim do juízo, ter dificuldade* e *ter problema.*

Assim, considerando a significativa produtividade de designações para o referente em pauta, agrupamo-las segundo as seguintes categorias:

VARIANTES	CATEGORIAS SEMÂNTICAS				
	PSÍQUICA	XINGAMENTO	EUFÊMICA	METAFÓRICA	NEOLÓGICA
<i>analfabeto</i>		X			
<i>anta</i>		X		X	
<i>atrasado</i>		X			
<i>besta</i>		X		X	
<i>broco</i>			X	X	
<i>burro</i>		X		X	
<i>cabeça dura</i>		X		X	
<i>cabeçudo</i>		X			
<i>cavalo</i>		X		X	
<i>devagar</i>		X			
<i>débil</i>	X	X			
<i>deficiente</i>	X				
<i>déficit cognitivo</i>	X		X		
<i>desatento</i>			X		
<i>despercebido</i>			X		
<i>difícil</i>			X		
<i>displícite</i>			X		
<i>energúmeno</i>		X			
<i>excepcional</i>	X	X			
<i>ideia fraca</i>	X	X			
<i>idiota</i>	X	X			
<i>ignorante</i>			X		
<i>incompetente</i>			X		
<i>imbecil</i>	X	X			
<i>jegue</i>		X		X	
<i>jumento</i>		X		X	
<i>lento</i>	X	X			
<i>lerdo</i>	X	X			
<i>leso/lesado</i>	X	X			
<i>limitado</i>	X		X		
<i>moco</i>		X			
<i>não ter sabedoria</i>			X		
<i>pamonha</i>		X		X	
<i>paspalho</i>		X			
<i>ter problema de aprendizagem</i>			X		
<i>problemático</i>			X		
<i>Q.I baixo</i>	X		X		
<i>raciocínio lento</i>	X	X			
<i>repetente</i>		X			
<i>retardado</i>	X	X			
<i>retardatário</i>		X			
<i>rude/rudo</i>			X		
<i>ruim da</i>	X		X		

<i>memória</i>					
<i>ruim do juízo</i>	x		x		
<i>tanso</i>		x		x	
<i>tapado</i>		x		x	
<i>ter dificuldade</i>			x		
<i>ter problema</i>			x		
<i>terça-feira</i>		x		x	x
<i>tonto</i>		x			

Quadro 06 – Classificação das designações para a pessoa “pouco inteligente” segundo a categoria semântica.

Nota-se, pelo conteúdo expresso no Quadro 05, que algumas designações podem classificar-se em mais de uma categoria semântica. É o caso, por exemplo, das pertencentes à esfera “psíquica”, isto é, aquelas designações registradas pelos dicionários consultados, como do ramo da medicina (psiquiatria). Exemplo disso é a unidade lexical *imbecil* que, embora definido na acepção “um indivíduo com retardo mental”, com rubrica da psiquiatria, configura-se, por extensão, como uma designação com carga semântica ofensiva, denotando, portanto, um xingamento. As designações de caráter metafórico, em sua maioria, apresentaram também carga semântica depreciativa, haja vista a referência majoritária a animais nesse processo metafórico. Já as designações categorizadas como eufêmicas reportam-se àquelas que não se configuram como xingamento/ofensa, ao contrário, designam uma forma neutra de nomear o referente em pauta. A de caráter neológico, apenas *terça-feira*, representou, portanto, um novo sentido atribuído a essa forma, logo, não dicionarizada pelos dicionários consultados na acepção em que foi usada pelo informante.

A análise semântica das unidades lexicais considerou essa classificação em categorias semânticas, obedecendo-se, para tanto, a ordem da esquerda para a direita: “relativo ao psíquico/intelecto”, “pejorativo (que denota xingamento)”, “eufêmico”, “metafórico” e “caráter neológico”. No caso das designações que apresentaram similitudes em seus significados perante consulta das obras lexicográficas, foram tratadas em conjunto e/ou na mesma ordem sequencial.

Excepcional, segundo Houaiss (2001), designa o “indivíduo que tem deficiência mental (baixo QI [quociente de inteligência])”, definição essa ratificada por Ferreira (2004). Nota-se que *excepcional* configura-se como uma forma bastante ofensiva para nomear “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, posto que se reporta ao indivíduo que possui deficiência mental, portanto, não apto para fazer uso de sua razão.

Caso similar ocorre com a variante *deficiente* como designação para o referente em estudo. Houaiss (2001) marca essa variante com a rubrica da psiquiatria, na acepção de

“aquele que sofre ou é portador de algum tipo de deficiência”. Já Ferreira (2004) qualifica deficiente como “pessoa que apresenta deficiência física ou psíquica”. Logo, o uso de *deficiente* para nomear a pessoa com dificuldade de aprendizagem também tem caráter pejorativo, tendo em vista a suposta relação estabelecida com o indivíduo portador de deficiência mental.

A unidade lexical *retardado* é definida por Ferreira (2004) como “indivíduo cujo desenvolvimento mental é inferior ao índice normal para a sua idade”, um termo da psiquiatria. Essa mesma definição foi também apresentada por Houaiss (2001). Assim como no caso de *excepcional*, *retardado* também representa, em termos semânticos, uma designação tabuística, dado o seu caráter ofensivo quando atribuída a uma pessoa com dificuldade em aprender. *Retardado* e *retardatário* aproximam-se do ponto de vista semântico pelo sema “atraso”, o que condiciona o uso desses itens lexicais para nomear a pessoa “pouco inteligente”, ou seja, a que se encontra numa condição de “atraso”, no que tange ao seu intelecto, à sua aprendizagem.

Já para o item lexical *imbecil*, Houaiss (2001) registra duas acepções: “que ou aquele que denota inteligência curta ou possui pouco juízo; idiota, tolo” e, no âmbito da psiquiatria, “que ou quem apresenta retardo mental moderado (imbecilidade)”. Já Ferreira (2004), na entrada *imbecil*, remete para o verbete *idiota* que, por sua vez, é definido como “pouco inteligente, estúpido, ignorante”. Esse lexicógrafo registra para essa variante também uma acepção ligada ao ramo da psiquiatria: “doente de imbecilidade”. Essas acepções dicionarizadas nessas obras lexicográficas dão mostras de que *imbecil* representa uma forma ofensiva quando utilizada para nomear o indivíduo com dificuldade em aprender, devido ao conteúdo semântico expresso por ela.

Outra unidade lexical registrada como resposta para a pergunta 137/QSL é *débil*, definida por Houaiss (2001) como “débil mental (tolo)”. Em consulta à locução “débil mental”, no mesmo verbete de “débil”, obtém-se a seguinte definição, com rubrica da psiquiatria: “quem apresenta debilidade mental”. Ferreira (2004) também registra essa mesma definição, no âmbito da psiquiatria. O uso de *débil* para designar a pessoa “pouco inteligente” remete ao indivíduo portador de debilidade, o que a caracteriza como de uso pejorativo.

Já a unidade lexical *moco* é registrada por Houaiss (2001) como uma subentrada no verbete *mocó*, com remissiva para *bocó*, classificado como de uso informal, pejorativo e definido como “que ou o que é tolo, ignorante ou infantil”. Já Ferreira (2004) apresenta para a entrada *bocó*, remissiva para “tolo”, variante definida como “que diz ou pratica tolices; sem inteligência ou sem juízo”. Aulete (2006), por seu turno, registra o verbete *moco* com a

mesma prosódia mencionada pelo informante (*mô*) e classifica essa variante como gíria na acepção de “idiota, pateta”.

Outra unidade lexical documentada com a mesma vertente semântica foi *idiota*, também um termo da psiquiatria que nomeia a pessoa afetada por idiotia: “pessoa que carece de inteligência, de discernimento; tolo, ignorante, estúpido” (HOUAISS, 2001); “pouco inteligente; estúpido, ignorante, imbecil” (FERREIRA, 2004). Em consulta aos dicionários portugueses de Bluteau (1712-1728) e Morais (1813) nota-se que ambos também trazem para *idiota* a acepção de “ignorante, sem estudos”. O primeiro lexicógrafo português registra para *idiota*, duas acepções: a) derivado do Grego *Idioma*: “que na opinião do venerável Beda, quer dizer, aquele que não sabe a sua língua e o idioma de sua nação”; b) derivado de *idiotis*, “que no grego quer dizer Homem plebeio, sem ofício de República, homem do vulgo [...], vale o mesmo que ignorante” (BLUTEAU, 1712-1728).

Nota-se, pelas buscas lexicográficas, que à *idiota* foi atribuído o sentido psiquiátrico, isto é, de “pessoa afetada por idiotia”, lembrando, assim, que o seu sentido arcaico referia-se tão somente ao homem tido como ignorante. Segundo Houaiss (2001), no âmbito da psiquiatria, o uso de *idiota* tem datação de 1873. Assim sendo, pode-se afirmar que o uso de *idiota* como designativo para a pessoa “pouco inteligente” adquiriu conotação pejorativa, tendo em vista o uso do termo no âmbito da psiquiatria.

Outra designação documentada foi *tapado* que Houaiss (2001) classifica como de sentido figurado e de uso pejorativo, na acepção de “falta de inteligência ou cultura; tolo, ignorante, bronco”. Ferreira (2004) também traz a mesma acepção: “estúpido, tolo, bronco, obtuso, ignorante”, classificado com sentido figurativo. Essa designação configura-se como uma forma pejorativa para designar “a pessoa com dificuldade de aprender as coisas”. *Tanso*, outra variante arrolada para designar o mesmo referente, possui o mesmo conteúdo semântico expresso por *tapado* e *idiota*, pois, segundo Houaiss (2001), *tanso* se caracteriza como “que ou quem é tido como tolo, idiota, palerma”, acepção essa também registrada por Ferreira (2004).

Já o item lexical *tonto* é definido por Houaiss (2001) como a qualidade de “que ou o que é maluco, doido, tolo, demente”, acepção também registrada por Ferreira (2004). Na entrada *tonto*, esse lexicógrafo remete o consulente para *toló*, unidade lexical definida como “que diz ou pratica tolices; sem inteligência ou sem juízo” (FERREIRA, 2004).

Outra unidade lexical mencionada que se enquadra nessa mesma perspectiva semântica é *paspalho*. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) apresentam, na entrada *paspalho*, remissiva para “paspalhão”, termo definido como indivíduo tolo em ambos os dicionários.

Para as variantes *leso/lesado*, Houaiss (2001) registra acepções semelhantes, caracterizando-as como o indivíduo que demonstra ser bobo, doido, tolo, e classificando-a como de uso informal. Já em Ferreira (2004), no verbete *lesado* há a remissiva para *leso*, “indivíduo leso, idiota” (FERREIRA, 2004). Assim, com base nas definições apresentadas por esses lexicógrafos, pode-se considerar *lesado* como variante de *leso*.

Também foi apurada *energúmeno* como resposta para a pergunta 137/QL. Atribuindo-lhe o uso de sentido figurado, Houaiss (2001) define essa unidade lexical como “indivíduo desprezível, que não merece confiança; boçal, ignorante”. Vale ressaltar que Houaiss (2001) registra como primeira datação para *energúmeno* o século XVII (1680). Os dicionários portugueses de Bluteau (1712-1728) e de Moraes (1813) definem *energúmeno* como “possesso, endemoninhado”, possivelmente, o primeiro sentido atribuído a essa unidade lexical. Para essa acepção, Cunha (2007) registra o ano de 1813, como o da primeira datação. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) também registram, como uma das acepções de *energúmeno*, o mesmo sentido atribuído pelos lexicógrafos portugueses. Houaiss (2001) marca essa variante como “diacronismo: obsoleto”. Fica evidente, pois, que a variante *energúmeno* foi empregada com um novo sentido, o de pessoa “pouco inteligente”, além de evidenciar uma forma pejorativa para indicar o referente em questão.

Percebe-se que dessas unidades lexicais de cunho pejorativo até aqui discutidas, 10 foram definidas pelos dicionários consultados, a partir do sema “tolo”. Isso confere a elas o mesmo conteúdo semântico: *imbecil, débil, energúmeno, moco, idiota, tapado, tanso, tonto, paspalho e leso/lesado*.

Outro aspecto interessante é que alguns dos designativos documentados para nomear a pessoa “pouco inteligente” fazem alusão à pessoa deficiente mental ou, mais popularmente, ao indivíduo louco, demente, a saber, *débil, excepcional, idiota, imbecil, leso/lesado, retardado, tapado, tanso e tonto*. Dessas variantes, apenas *débil, idiota, imbecil, excepcional* e *retardado* referem-se a termos científicos da área da psiquiatria, enquanto *leso/lesado, tapado, tanso e tonto* são de uso informal e pejorativo. Kroll (1984, p.40), ao discutir os termos designativos para a estupidez e para a loucura, salienta que

as fronteiras semânticas que separam os conceitos estúpido e louco estão longe de serem rígidas. Quer isto dizer que há bom número de expressões que podem designar tanto a estupidez quanto a loucura, no sentido patológico da palavra. Sobre as doenças mentais pesa em toda a parte uma interdição muito forte e complexa. Tem-se-lhes temor e procura-se evitar tanto quanto possível falar nelas, sem velar esse conceito.

Ideia fraca também foi outra forma mencionada para denominar a pessoa “pouco inteligente”. Como essa construção não está dicionarizada, foram consultados os itens lexicais

ideia e fraco, separadamente. Para o verbete *ideia*, Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram duas acepções que convergem com o sentido atribuído pelo informante: “cabeça”, classificado como de uso informal, e “mente, pensamento”. Ferreira (2004) apresenta para *fraco* a acepção de “pouca intensidade; pouco ativo; débil”. O uso de *ideia fraca* remete para o indivíduo “pouco inteligente” que tem a mente, o raciocínio caracteristicamente frágil, isto é, apresenta dificuldade para apreender algo intelectualmente.

Já *cabeça dura* é definida por Houaiss (2001) como “indivíduo que não tem capacidade de entender ou de aprender; pessoa estúpida sem inteligência ou sem instrução”, enquanto Ferreira (2004) atribui-lhe a acepção de “pessoa rude, estúpida, curta de inteligência”. *Cabeça dura* representa uma forma pejorativa de nomear a “pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”. Outra variante mencionada com o sema “cabeça” é *cabeçudo*. Ferreira (2004) atribui-lhe uma acepção de sentido figurado: “indivíduo obstinado, caturra; cabeça dura”. Nota-se que a definição apresentada por esse lexicógrafo dá mostras de que as formas *cabeça dura* e *cabeçudo* são formas de caráter sinonímicas. Essas designações afiguram-se como um xingamento, o que, possivelmente, permite classificá-las como de caráter tabuístico.

Já a unidade lexical *lento* é definida por Houaiss (2001) na seguinte acepção: “diz-se de comportamento ou faculdade humana, notadamente de funções ou operações intelectuais, quando não funcionam com prontidão”. Nessa mesma linha de raciocínio situa-se a variante *lerdo*, assim definido pelo mesmo lexicógrafo: “que se move com dificuldade; lento, vagaroso, pesado” (HOUAISS, 2001). O emprego de *lento e lerdo* para denotar a pessoa “pouco inteligente” relaciona-se ao processo mental que funciona de maneira lenta, vagarosa, por isso, a sua dificuldade em aprender as coisas, o que lhes confere o caráter sinonímico. O mesmo se aplica à forma *raciocínio lento*, outra designação apurada pelos pesquisadores do Projeto ALiB para nomear o conceito em pauta.

Foi, ainda, apurada a unidade léxica *devagar*, definida por Houaiss (2001) como “com vagar, vagarosamente, sem pressa” que, por sua vez, remete ao processo de aprendizagem da pessoa tida como “pouco inteligente”, ou seja, aquela que raciocina de forma lenta, devagar.

Outra designação registrada foi *retardatário* e, na mesma vertente semântica, a unidade lexical *atrasado*. *Retardatário*, segundo Houaiss (2001) e Ferreira (2004), qualifica “aquele está retardado, atrasado”, enquanto *atrasado* nomeia o indivíduo “cujo aproveitamento é inferior ao da média da classe (diz-se de aluno)” (HOUAISS, 2001); “aluno cujo aproveitamento escolar está abaixo da média de sua classe” (FERREIRA, 2004). Ao que parece, os informantes que mencionaram essas variantes reportaram-se não a qualquer

indivíduo que tenha dificuldade na aprendizagem, mas especificamente ao aluno que não tem um rendimento satisfatório no aprendizado.

Nesse contexto, foi registrada a forma *terça-feira* para designar “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, acepção não dicionarizada em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004). O informante idoso, com curso superior, de Goiânia, ao ser questionado pelo inquiridor acerca do uso de *terça-feira*, responde o seguinte: “Inf.: é porque não nasceu na segunda né, então tem uma certa dificuldade (risos)” (Inf. 7). Nota-se que o sentido atribuído pelo informante à forma *terça-feira* tem caráter figurado. Assim, com base na explicação do informante, essa designação advém, provavelmente, da analogia estabelecida entre a dificuldade em aprender e o fato da *terça-feira* vir após a segunda-feira, ou seja, a pessoa pouco inteligente não está em primeiro lugar, a exemplo da segunda-feira, no caso, o primeiro dia útil da semana. Logo, o sema “atraso” é atribuído ao indivíduo assim como a *terça-feira* que não é o primeiro dia da semana. Considerando, pois, que *terça-feira* não está dicionarizada na acepção a ela conferida pelo informante, pode-se considerá-la uma construção de caráter neológico, quando empregada para nomear a pessoa “pouco inteligente”, além de sua configuração metafórica.

Nessa mesma perspectiva semântica, foi fornecida como resposta a unidade lexical *repetente* para designar “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) atribuem-lhe o mesmo sentido: “estudante que volta a frequentar as aulas e a estudar as mesmas matérias que já estudou, especialmente quando reprovado em exame”. Assim como no caso de *atrasado*, o uso de *repetente* reporta à ideia de que a pessoa “pouco inteligente”, em virtude da sua dificuldade no aprendizado, tenha um baixo rendimento escolar e, conseqüentemente, tenha de repetir o mesmo período escolar, o que o deixa atrasado no contexto escolar, daí o uso de *repetente*.

Outra designação apurada foi *analfabeto*. Houaiss (2001) atribui-lhe a acepção, por derivação; extensão de sentido, de “muito ignorante, bronco, de raciocínio difícil”. Com base nessa acepção, o uso de *analfabeto* para designar a pessoa com dificuldades no aprendizado configura-se como uma forma ofensiva.

Em se tratando de *rude/rudo*, as duas obras lexicográficas do português contemporâneo consultadas para esta pesquisa apresentam, no verbete *rudo*, a remissiva para o verbete *rude*, logo, *rudo* é tomada como variante de *rude*. Conforme Ferreira (2004), *rudo* provém do lat. vulg. *rudu* da Península Ibérica. Houaiss (2001) informa como primeira datação de *rudo*, o século XIII. A forma *rudo* aparece, inclusive, na estrofe 69, canto V da obra “Os Lusíadas” de Camões: “Sem sair nunca deste povo *rudo* / Sem vermos nunca nova

nem sinal / Da desejada parte Oriental”. Para *rude*, Houaiss (2001) registra a acepção de “falta de inteligência”, enquanto Ferreira (2004) atribui-lhe a acepção de “sem instrução”. Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) também registram *rude* como “falta de saber, homem rude nas artes, ciências, letras”. *Rude/rudo* são, portanto, formas arcaicas para designar “a pessoa que tem dificuldade em aprender as coisas”, o que as caracterizam, contemporaneamente, como eufêmicas.

Já *ruim da memória* e *ruim do juízo*, mencionadas para nomear a pessoa “pouco inteligente” se assemelham semanticamente pelo sema “ruim”, assim definido por Houaiss (2001): “que apresenta dificuldade; árduo, difícil”. Para a unidade lexical *memória* obteve-se a seguinte definição, com a rubrica “psicologia”: “termo geral e global para designar as possibilidades, condições e limites da fixação da experiência, retenção, reconhecimento e evocação” (HOUAISS, 2001). Ferreira (2004) atribui-lhe o sentido de “faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente”. Já a unidade lexical *juízo* é definida tanto por Houaiss (2001) quanto por Ferreira (2004) como: “mente, pensamento, cabeça, cérebro”. Diante disso, pode-se inferir que nesse contexto *memória* e *juízo* são formas sinonímicas. Assim, as formas *ruim da memória* e *ruim do juízo*, quando utilizadas para designar uma pessoa “pouco inteligente”, indicam que a dificuldade no processo de aprendizagem é proveniente da dificuldade em armazenar em sua memória/cérebro aquilo que lhe foi ensinado.

Outras formas apuradas para nomear “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, foram *Q.I baixo* e *déficit cognitivo*. Q.I (“quociente de inteligência”) está registrada em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004), como subentrada do verbete “quociente”, assim definido: “proporção entre a inteligência de um indivíduo, determinada de acordo com alguma medida mental, e a inteligência normal ou média para sua idade; coeficiente de inteligência”. Assim, *Q.I*, associado ao sema “baixo”, caracteriza tem a conotação de deficiência, diminuição do intelecto de determinado indivíduo. Assim, esse termo, quando empregado para designar o conceito em pauta, remete a insuficiência intelectual que, por sua vez, dificulta o seu aprendizado. Nesse contexto, a forma *déficit cognitivo* apresenta o mesmo sentido expresso por *Q.I baixo*. Segundo Ferreira (2004), *déficit* provém do “latim *déficit*, 3ª pess. do sing. do pres. do ind. do lat. *deficere*, ‘faltar’”. Assim, *déficit cognitivo* indica uma deficiência cognitiva. Assim, *Q.I baixo* e *déficit cognitivo* configuram-se como formas neutras, do ponto de vista semântico, para designar o referente em estudo. Ademais, *Q.I baixo* e *déficit cognitivo* são de caráter terminológico, pois pertencem a uma área de especialização:

a psiquiatria. Nota-se, nesse sentido, uma tendência do uso de termos de especialidade no âmbito da língua geral.

Outra unidade lexical apurada foi *problemático*, definida por Houaiss (2001), na acepção “que tem problemas psíquicos; perturbado”. Outras designações registradas também contêm o sema “problema”: *ter problema* e *ter problema de aprendizagem*. Para o item lexical *problema*, Houaiss (2001) traz a seguinte definição: “distúrbio, disfunção orgânica ou psíquica”. Tomando como base esses traços semânticos podemos inferir que as designações *problemático*, *ter problema* e *ter problema de aprendizagem* fazem referência ao processo de aprendizagem de um indivíduo que, por sua vez, se caracteriza como “problemático”. Essas formas designativas não possuem carga semântica pejorativa quando aplicadas à “pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, ao contrário, expressam uma forma neutra de nomear esse conceito.

Broco, segundo Houaiss (2001), é sinônimo de “bronco, abobalhado, sem vivacidade” e se configura como um regionalismo do Brasil. Ferreira (2004), por seu turno, classifica essa variante como um brasileirismo e atribui-lhe a acepção de “amalucado ou abobalhado em razão da idade e/ou de doença”. O primeiro lexicógrafo registra, com base em Nascentes, que *broco* é de origem controversa e possivelmente esteja ligado a *bronco*. As definições apresentadas por esses lexicógrafos no verbete *bronco* ratificam o sentido apontado pelo informante, posto que Houaiss (2001) atribui-lhe o significado de “aquele que demonstra pouca inteligência” e o classifica como derivação por metáfora. Já Ferreira (2004) define *bronco* como “rude, rústico, inculto; ignorante” e, em outra acepção, remete o consulente ao verbete *burro*. Moraes (1813) também registra no verbete *bronco* o sentido figurativo de “grosseiro, rude e áspero”.

Foi apurada também a unidade lexical *ignorante* como designativo para o conceito em questão. Houaiss (2001) define *ignorante* como “quem não tem conhecimento por não ter estudado, praticado ou experimentado; incompetente, inexperiente”. Ferreira (2004) atribui-lhe a acepção de “pessoa que não tem instrução, que não sabe nada”. Os lexicógrafos portugueses também registram acepções semelhantes para *ignorante* – Bluteau (1712-1728) define o termo como “que não tem letras” e Moraes (1813) como “imperito; não sabedor”. Nota-se que o uso de *ignorante* como designativo de “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas” mantém o sentido original desse item lexical (aquele que não tem instrução) e possui uma carga semântica menos ofensiva, quando comparado a *burro*, por exemplo.

Incompetente, por seu turno, é definida por Houaiss (2001) como “quem não tem aptidão, capacidade, habilidade, inepto, incapaz” e por Ferreira (2004) como “que não é competente; inábil”. Pelas definições registradas, nota-se que essa unidade lexical não se configura como tabu, à medida que o seu uso confere à pessoa “pouco inteligente” a ideia de que ela não está apta a aprender devido a sua limitação intelectual.

Já a unidade lexical *limitado* é definida por Houaiss (2001) como “com insuficiente capacidade intelectual”, e por Ferreira (2004) como “que apresenta limites ou limitações”. Essa designação denota, portanto, que a pessoa que apresenta dificuldades no aprendizado é limitada em seu aspecto intelectual, o que a impossibilita de compreender e memorizar aquilo que lhe é ensinado.

Para a forma *não ter sabedoria*, consideramos a unidade léxica *sabedoria*, assim definida por Houaiss (2001): “acúmulo de muitos conhecimentos; grande instrução, ciência, erudição, saber”. O uso dessa forma denota que a dificuldade de aprendizagem impossibilita a retenção de conhecimento na memória do conhecimento, o que configura o indivíduo com essa característica como alguém que *não tem sabedoria*.

Desatento e *despercebido* foram outras designações auferidas para nomear a pessoa com dificuldade no aprendizado. Ferreira (2004) define *desatento* como “que não presta atenção, distraído” e *despercebido* como “desatento, distraído, desacautelado; despercebido”. Nota-se, pelas definições registradas, que essas designações apresentam sentidos semelhantes para designar o referente em pauta. *Desatento* e *despercebido* não representam formas pejorativas para designar a pessoa “pouco inteligente”, ao contrário, expressam formas neutras. Nessa perspectiva semântica, situa-se também a variante *displicente*, assim definida por Houaiss (2001): “que ou aquele que demonstra descaso, falta de empenho no que faz; desatento, descuidado, desinteressado”. Essas unidades, quando atribuídas à pessoa com dificuldade no aprendizado, têm a conotação de falta de atenção, de distração frente ao conteúdo transmitido.

Com a mesma carga semântica, foram registradas *difícil* e *ter dificuldade*. Para *difícil*, Houaiss (2001) traz a acepção de “que não é fácil; que exige esforço para ser feito; trabalhoso, laborioso, árduo” e Ferreira (2004) define essa unidade léxica como “que apresenta dificuldade; árduo, custoso”. Percebe-se que as designações *difícil* e *ter dificuldade*, quando aplicadas à pessoa “pouco inteligente”, expressam o mesmo sentido, isto é, o da pessoa que apresenta dificuldades em reter na memória aquilo que lhe é transmitido. Essas denominações representam formas eufêmicas de nomeação do conceito em questão.

Já no verbete *besta*, Houaiss (2001) remete o consulente para *burro*, logo, nesse caso, *besta* é considerada sinônima de *burro*. De igual modo, para o verbete *jegue*, o mesmo lexicógrafo apresenta a remissiva para *jumento*, outro caso de sinonímia. Já o item lexical *anta* é definido por tanto Houaiss (2001) e Ferreira (2004) com a acepção de indivíduo de inteligência limitada; burro; tolo” (HOUAISS, 2001); “pessoa pouco inteligente” (FERREIRA, 2004), logo, o mesmo sentido em que o termo foi usado pelo informante do projeto ALiB.

Em se tratando da unidade lexical *cavalo*, uma das acepções registrada por Houaiss (2001) é “indivíduo grosseiro, rude”, que é marcada como uso pejorativo. Já Ferreira (2004) assinala o uso figurativo do termo na acepção de “indivíduo sem educação, grosseiro”. Todavia, a acepção em que foi usada pelo informante do ALiB, ou seja, indivíduo “pouco inteligente”, não está dicionarizada e, ao que parece, houve por parte do informante a atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente na língua. Somado a isso, possivelmente, com a menção de *cavalo* estabeleceu-se uma analogia com o *burro*, já que ambos pertencem à família dos equídeos.

Já *burro*, segundo Cunha (2007), advém do latim *burrus* e definido como “asno, jumento”; teimoso, estúpido, XIV. Houaiss (2001) define o item lexical *burro* como “aquele que é falta de inteligência, estúpido, tolo”, classificando-o como de uso pejorativo. Já Ferreira (2004), dentre outras, atribui-lhe a acepção de “indivíduo bronco, curto de inteligência”. *Burro* é, pois, uma unidade lexical com carga semântica bastante ofensiva na acepção de “pessoa com dificuldade de aprendizagem”, por isso é tida como um tabu, o que ficou evidente no teor das entrevistas, já que grande parte dos entrevistados ou demonstrava resistência ao pronunciar essa palavra ou ria ao mencioná-la. O trecho da entrevista, a seguir, de um informante idoso de baixa escolaridade, ilustra o exposto:

Inq. – “É? A senhora fala assim: ‘Ah, essa pessoa num tem sabedoria?’”.

Inf. – É, porque se falá aquela otra palavra eu acho horrível.

Inq. – Não, mas...

Inf. – Chamá de burro... né, analfabeto, né?” (Inf. 4)⁶⁴.

Foram registradas também outras formas para designar o mesmo conceito: *meio burro*, *burrinho* e *meio burrinho*, aqui consideradas variantes de *burro*, pois, como se pode notar, *burrinho* é forma diminutiva de *burro* e já nas expressões *meio burro* e *meio burrinho* identificamos a inserção do advérbio *meio* às variantes *burro* e *burrinho*. Insistimos em mantê-las conforme mencionado pelos informantes por serem, do ponto de vista semântico e, por extensão, dos tabus linguísticos, importantes para esta pesquisa.

⁶⁴ Informante feminina de Porto Velho, 52 anos, com Ensino Fundamental.

Assim, embora *burro*, quando utilizada para designar “a pessoa pouco inteligente”, se caracterize como uma forma ofensiva, ao contrário, quando empregada em sua forma diminutiva e, também, em conjunto do advérbio *meio*, transfigura-se de pejorativa a eufêmica, visto que o segundo caso, por exemplo, denuncia que a pessoa tida como burra não é totalmente burra. Isso demonstra que *burro*, por ser uma forma grosseira para referir-se à “pessoa que tem dificuldade em aprender as coisas”, ainda que seja a forma mais produtiva, como mostraram os dados deste estudo, e talvez a mais aceita pela sociedade, é uma forma, cuja significação provoca nos indivíduos desconforto, vergonha, enfim, um tipo preconceito. Nesse sentido, o uso do advérbio *meio* junto de *burro/burrinho* amenizou a carga semântica ofensiva expressa pela palavra *burro*. O uso de *burrinho* para designar o referente em questão representa uma forma eufêmica, segundo Guérios (1979, p. 15) que, ao apresentar os diferentes meios de substituição dos vocábulos tabus, elenca o emprego do diminutivo como um dos recursos eufemísticos.

Nota-se, portanto, a significativa referência aos animais quadrúpedes para designar a pessoa “pouco inteligente”. Ao que parece, o uso dos nomes desses animais em associação à “pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas” está ligada a certos comportamentos desses animais que, em tese, podem ser evidenciados nas pessoas consideradas “pouco inteligentes”. O comportamento dos quadrúpedes que, possivelmente, mais se aproxima da pessoa com dificuldade em aprender é o de empacar, já que, quando emperram as suas patas, o burro ou o cavalo são tão insistentes que dificilmente voltam a marchar. Com base nisso, pode-se supor que a pessoa “pouco inteligente” em razão de sua dificuldade em aprender as coisas, também não consegue “sair do lugar”, por isso o uso de animais quadrúpedes para designar o referente em questão. Tem-se, portanto, nesse processo metafórico, o sema “comportamento” (dos quadrúpedes), ao qual se pode acrescentar “empacar”.

A unidade lexical *pamonha*, também apurada para designar o referente em questão, se caracteriza como um recurso metafórico. Houaiss (2001) a define na acepção de “indivíduo mole, sem ação, abobado, preguiçoso, bobo, tolo”, qualificando-a como um regionalismo do Brasil, de uso informal. Ferreira (2004), por seu turno, registra no verbete *pamonha* o sentido de “pessoa mole, preguiçosa, inerte”, desajeitada; pastelão, pamonha-azeda”. Ortêncio (1983), no Dicionário do Brasil Central, registra que *pamonha* refere-se à pessoa molenga, sem expediente. Esse lexicógrafo registra, ainda, que ninguém até hoje sabe dizer porque as pessoas de pouca iniciativa, lerdas ou preguiçosas são chamadas de *pamonha*. Com base nas definições apresentadas, levanta-se a hipótese da associação entre as características do alimento “pamonha”, uma iguaria de consistência mole, e as da pessoa “pouco inteligente”, já

que a variante *pamonha* também designa uma pessoa mole e sem iniciativa, o que justifica a sua dificuldade no aprendizado. O uso dessa metáfora está associada, pois, ao sema “mole”.

O registro de designações metafóricas para nomear o conceito expresso na pergunta 137/QSL refletem os valores sociais e culturais de uma civilização. A respeito disso, Lakoff e Johnson (2002, p. 71) asseguram haver uma coerência entre os valores de uma cultura e os seus conceitos metafóricos: “de uma maneira geral, que valores são priorizados é parcialmente uma questão da subcultura na qual se vive e, parcialmente, dos valores pessoais de cada um” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 73). Por essa assertiva, pode-se compreender que a referência aos animais quadrúpedes anta, burro, besta, cavalo, jegue e jumento para simbolizar a pessoa “pouco inteligente” reflete o valor que a sociedade atribui a animais, valorativos ou depreciativos.

Houve, ainda, o registro de *abelhudo* como designativo para a pessoa “pouco inteligente”, contudo, considerou-se como “resposta inválida”, visto que a definição apresentada para essa unidade lexical pelos dicionários consultados não corresponde à pergunta em questão: “que ou aquele que é ativo, desembaraçado” (HOUAISS, 2001). Nota-se que o significado de *abelhudo* não corresponde ao conceito expresso na questão 137/QSL.

Mediante a análise semântica aqui discutida, apresentamos na sequência, uma classificação das designações registradas para “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, a partir das seguintes categorias: “carga semântica pejorativa” e “carga semântica eufêmica”. A primeira categoria refere-se àquelas designações, cujo conteúdo semântico exprime uma carga semântica tabuística mais acentuada, inclusive, denotando xingamento, enquanto a segunda categoria reúne as designações que não possuem carga semântica ofensiva/tabuística:

c) Carga semântica pejorativa:

analfabeto, anta, atrasado, besta, burro, cabeça dura, cabeçudo, cavalo, devagar, débil, deficiente, energúmeno, excepcional, ideia fraca, idiota, imbecil, jegue, jumento, lento, lerdo, leso/lesado, moco, pamonha, paspalho, raciocínio lento, repetente, retardado, retardatário, tanso, tapado, terça-feira e tonto;

d) Carga semântica eufêmica:

broco, déficit cognitivo, desatento, despercebido, difícil, displicente, ignorante, incompetente, limitado, não tem sabedoria, ter problema de aprendizagem,

problemático, Q.I baixo, rude/rudo, ruim da memória, ruim do juízo, ter dificuldade e ter problema.

Na sequência, com base nos pressupostos de Guérios (1979), apresentamos os diferentes recursos substitutivos utilizados para o tabu pessoa “pouco inteligente” nos dados examinados:

- arcaísmo: *rude/rudo*
- diminutivo: *burrinho*
- locução/circunlóquio: *cabeça dura, ideia fraca, não ter sabedoria, ter problema de aprendizagem, raciocínio lento, ruim da memória, ruim do juízo, ter dificuldade, ter problema*
- metáfora: *anta, besta, burro, cavalo, jegue, pamonha, terça-feira.*
- termo científico: *Q.I, déficit cognitivo.*

Observa-se o registro de diferentes formas eufêmicas para designar a “pessoa pouco inteligente”, o que confere a esse conceito o seu caráter tabuístico. O uso de termos arcaicos e científicos, por exemplo, ilustram isso. Todavia, alguns recursos substitutivos do vocábulo tabu empregados para designar a pessoa “pouco inteligente” deram mostras, por meio da análise semântica aqui apresentada, de representarem formas tabuísticas, tendo em vista a carga semântica ofensiva contida na palavra. É o caso, por exemplo, dos fraseologismos *cabeça dura, ideia fraca* e das metáforas *anta, besta, burro, cavalo, jegue, pamonha, terça-feira.*

O uso de metáforas para designar “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas” refletiu os valores socioculturais do grupo linguístico investigado, particularmente no que respeita ao emprego de nomes de animais num processo metafórico, já que permitiu identificar a simbolização, nesse particular, “negativa” atribuída pela sociedade aos animais mencionados. Nesse aspecto pôde-se constatar a concepção relativista defendida pela hipótese Sapir-Whorf, que consiste na tese de que a língua reflete a cosmovisão de uma sociedade. O recurso metafórico corroborou, também, a assertiva de Coseriu (1982, p. 69) de que “os tabus linguísticos facilitam a difusão de criações metafóricas, pois as palavras tidas como tabus, ao serem evitadas, são substituídas por empréstimos, eufemismos, circunlóquios, metáforas, antífrases, etc”.

4.3.2. Análise geossociolinguística

De todas as designações⁶⁵ registradas para nomear o referente em questão, *burro* foi a mais produtiva no conjunto do *corpus* analisado⁶⁶, alcançando, portanto, em termos de Brasil, o índice de 47,7%. Tendo em vista a considerável produtividade de designações registradas para nomear o conceito em questão, elencamos as cinco variantes mais produtivas, no âmbito do conjunto das capitais brasileiras. O Gráfico 09, a seguir, ilustra o índice percentual de cada designação, segundo a região brasileira.

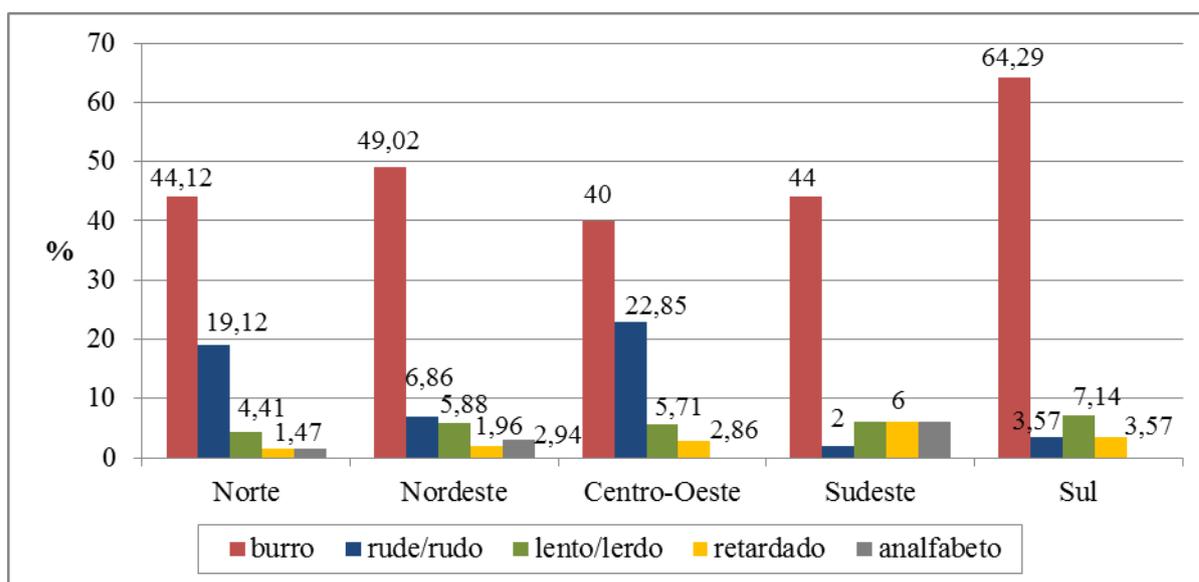


Gráfico 09 – Distribuição diatópica das cinco unidades lexicais mais produtivas para nomear a pessoa “pouco inteligente”, distribuídas segundo as regiões do Brasil.

Nota-se pelo Gráfico 09 que o item lexical *burro* foi mais produtivo na região Sul do Brasil, onde alcançou o percentual de 64,29%, seguido da região Nordeste com 49,02% de ocorrência, do Norte com um índice de 44,12%, do Sudeste com 44% de produtividade e por último, da região Centro-Oeste, onde alcançou o percentual de 40% de ocorrência. O registro da variante *burro* em todas as regiões brasileiras, associado ao seu predomínio em termos

⁶⁵ Das cinquenta (50) designações registradas para nomear a pessoa “pouco inteligente”, trinta e três (33) tiveram ocorrências únicas: *anta* (Inf. 5/026), *atrasado* (Inf. 4/053), *broco* (Inf. 6/079), *cabeçudo* (Inf. 3/093), *cavalo* (Inf. 3/230), *débil* (Inf. 8/138), *déficit cognitivo* (Inf. 8/012), *despercebido* (Inf. 4/002), *difícil* (Inf. 7/179), *displícite* (Inf. 3/012), *energúmeno* (Inf. 2/041), *excepcional* (Inf. 5/012), *ideia fraca* (Inf. 3/179), *idiota* (Inf. 7/138), *imbecil* (Inf. 7/138), *incompetente* (Inf. 1/115), *jegue* (Inf. 5/026), *jumento* (Inf. 6/003), *leso* (Inf. 7/034), *lesado* (Inf. 8/202), *limitado* (Inf. 5/179), *moco* (Inf. 7/002), *não ter sabedoria* (Inf. 4/021), *paspalho* (Inf. 5/108), *ter problema de aprendizagem* (Inf. 8/012), *repetente* (Inf. 1/115), *retardatário* (Inf. 5/108), *ruim da memória* (Inf. 3/070), *ruim do juízo* (Inf. 3/070), *tanso* (Inf. 5/230), *ter dificuldade* (Inf. 5/021), *ter problema* (Inf. 4/079), *terça-feira* (Inf. 7/123) e *tonto* (Inf. 5/230).

⁶⁶ Embora *burro* tenha sido a designação mais produtiva para nomear “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, demonstrou ser de caráter ofensivo e muitos informantes mostraram-se resistentes em proferi-la, como demonstra o excerto da entrevista com uma informante jovem, com Curso Superior, de Belo Horizonte: “Inf.- Num sei o nome pra ela. As pessoas usam como *burra*, mas acho *burra* muito agressivo”.

percentuais, atesta que esse item lexical configura-se como a forma padrão para designar a pessoa “pouco inteligente”.

As unidades lexicais *rude* e *rudo*, também documentadas em todas as regiões brasileiras, ocupam o segundo lugar em termos de produtividade nas capitais brasileiras, atingindo o maior percentual na região Centro-Oeste (22,85%). Na sequência, *lento* e *lerdo*, que alcançaram a terceira colocação entre as formas mais produtivas, tiveram a maior incidência na região Sul do Brasil, com o percentual de 7,14%, enquanto na região Norte alcançaram o menor índice, 4,41%. A unidade lexical *retardado*, também documentada em todas as regiões pesquisadas, alcançou, contudo, o maior índice de ocorrência entre os habitantes das capitais do Sudeste. Já *analfabeto* foi documentada apenas no Norte, Nordeste e Sudeste, alcançando o maior percentual de ocorrência nessa última região (6%).

Fato interessante nota-se com relação às ocorrências de *burro* e de *rude* e *rudo* nas regiões Sul e Centro-Oeste, pois, como já dito, o uso de *burro* foi mais produtivo no Sul do Brasil e, em contrapartida, *rudo* nessa região teve pouca incidência. Já o Centro-Oeste, em comparação às demais regiões brasileiras, foi a que registrou maior ocorrência para *rudo* e menor incidência para *burro*. Nesse sentido, numa perspectiva qualitativa, considerando, pois, que *burro* representa uma forma agressiva e *rudo* uma forma eufêmica para designar pessoa “pouco inteligente”, levanta-se a hipótese de que o Sul brasileiro, por ter sido a região com maior ocorrência de *burro* para nomear o referente em questão, representa uma região menos afeiçoada às interdições linguísticas impostas por temas que representam tabus, enquanto o Centro-Oeste com maior incidência de *rude* e *rudo* apresenta-se como uma região mais rigorosa quanto ao uso de vocábulos tidos como tabus, daí a predominância de *rude* e *rudo*.

Na sequência, o Gráfico 10 demonstra a distribuição percentual de *burro* nas capitais do Sul, tendo em vista ser essa a região que registrou a maior incidência dessa unidade lexical (64,29%) no universo pesquisado.

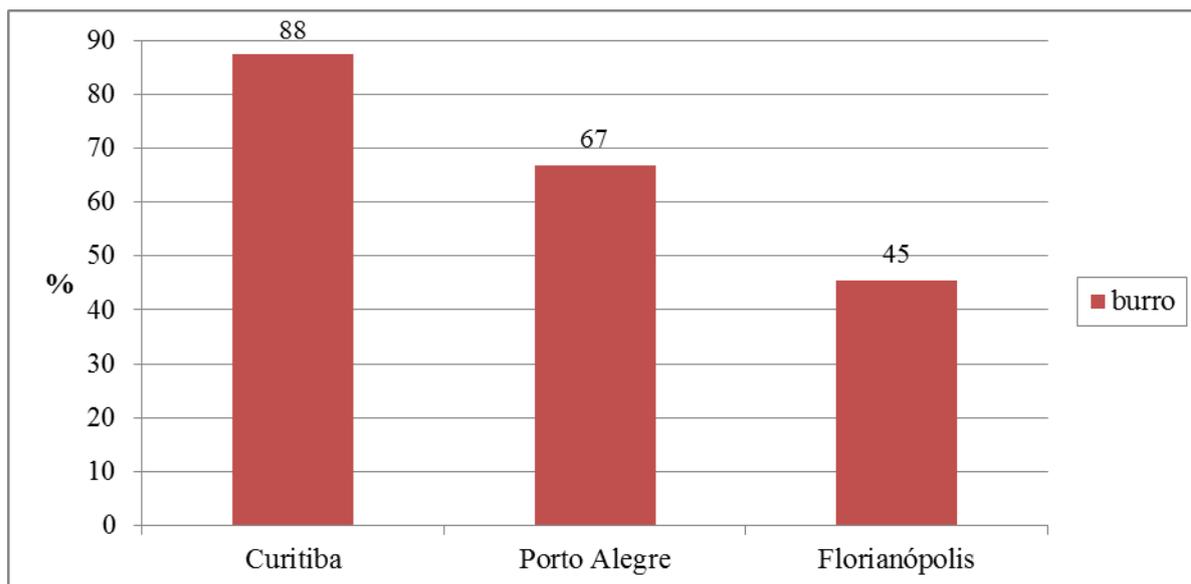
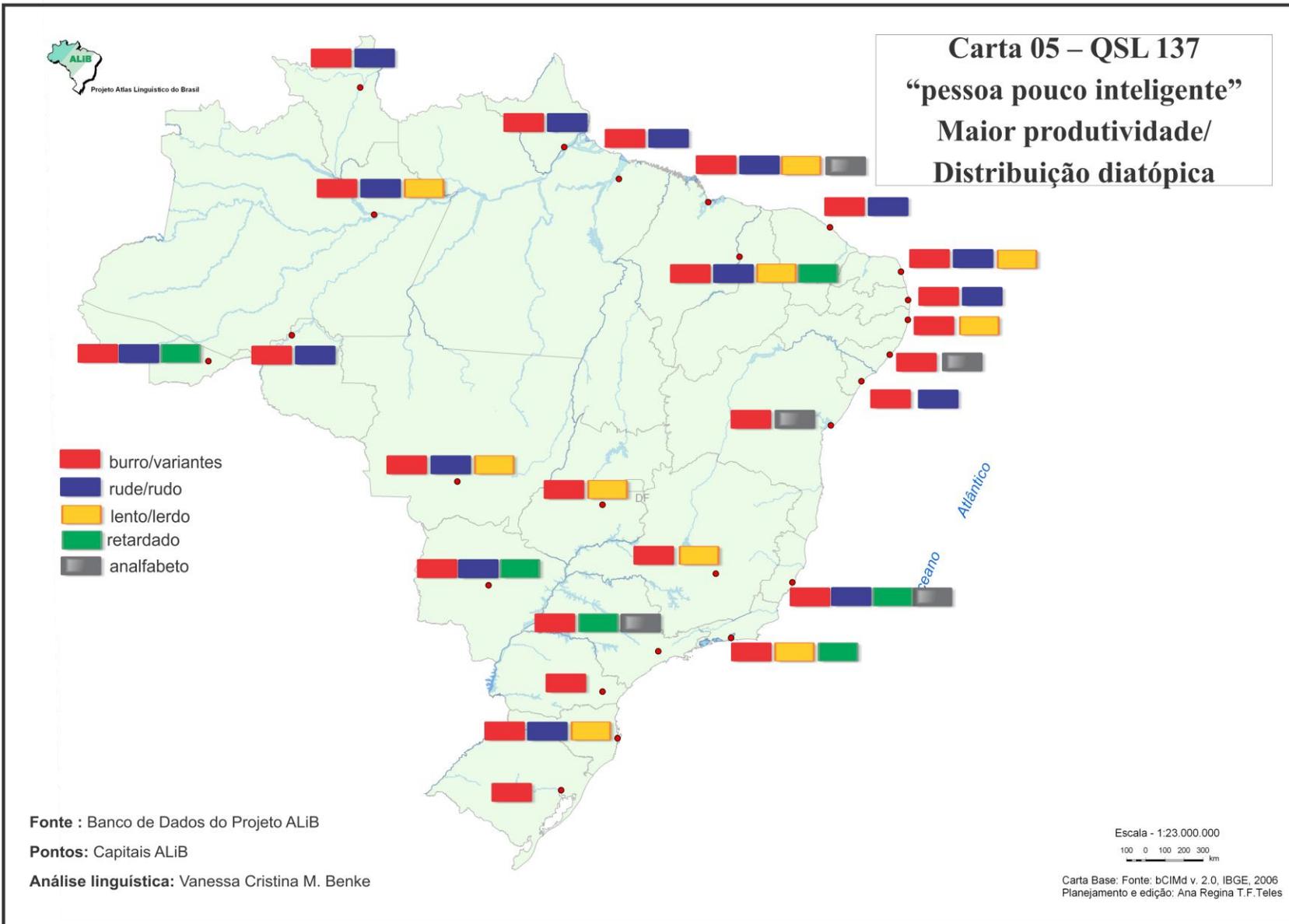


Gráfico 10 – Distribuição percentual da designação *burro* nas capitais da região Sul.

Pela visualização dos dados no Gráfico, observa-se que Curitiba foi a capital que registrou o maior percentual para a variante *burro*, alcançando o índice de 88%, seguida de Porto Alegre, onde obteve o percentual de 67% de produtividade, e de Florianópolis com 45% de frequência.

A seguir, a Carta Linguística 05, registra as cinco designações mais produtivas distribuídas em cada capital do Brasil.



Os dados analisados na Carta Linguística 05 demonstram o predomínio de *burro* em todas as capitais brasileiras. Em Salvador foi fornecida pelos 8 informantes entrevistados, havendo, todavia, a menção de mais de uma resposta, no caso, *analfabeto* – pela informante idosa com baixa escolaridade. As unidades lexicais *rude* e *rudo* também foram documentadas em todas as regiões pesquisadas, ocorrendo no Norte em todas as capitais: Belém, Macapá, Boa Vista, Manaus, Rio Branco e Porto Velho. Já as regiões Sul e Sudeste registraram apenas uma ocorrência para *rude/rudo*, mencionadas, respectivamente, em Florianópolis, pela informante idosa, de baixa escolaridade, e em Vitória, pelo informante idoso, com Curso Superior.

Já *lento/lerdo* predominou na região Centro-Sul e Nordeste e com apenas uma ocorrência na região Norte (Manaus). A unidade lexical *retardado*, por sua vez, prevaleceu na região Centro-Sul do Brasil, sendo registrada apenas uma ocorrência em cada uma dessas capitais: Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Houve também, para *retardado*, um registro no Acre e outro no Maranhão.

Já *analfabeto*, a designação menos produtiva no conjunto dos dados analisados, foi documentada apenas em capitais litorâneas do Nordeste e do Sudeste. Na primeira região houve uma ocorrência dessa variante em Salvador, em Maceió e em São Luís, enquanto na segunda região foram registradas duas ocorrências em São Paulo e somente uma em Vitória.

Dessas designações que nomeiam a pessoa “pouco inteligente”, *rude/rudo* se destaca por seu registro majoritário na fala dos idosos. O Gráfico 11 apresenta a distribuição percentual dessas variantes, nas capitais do Brasil, entre jovens e idosos.

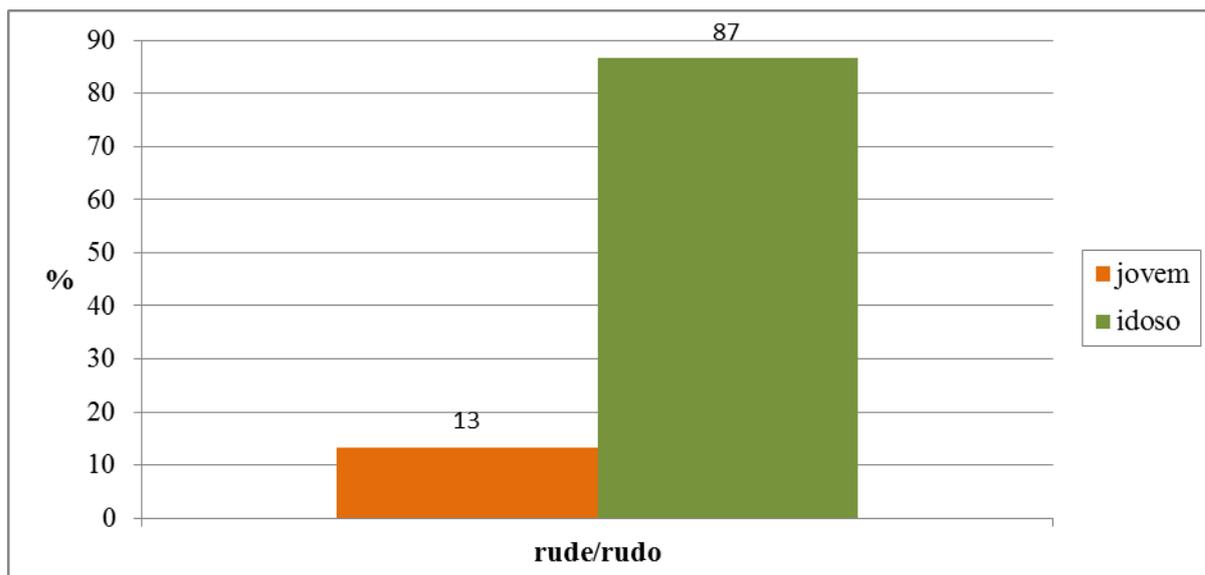


Gráfico 11 – Distribuição percentual das unidades lexicais *rude/rudo* nas capitais brasileiras, segundo a faixa etária.

Examinando os dados estatísticos expressos pelo Gráfico 04, nota-se que *rude/rudo* predominou na fala dos idosos, alcançando o índice de 86,7%, enquanto o uso dessa variante pelos jovens não apresentou percentual significativo, com apenas 13,3% de ocorrência. Esses dados evidenciam um traço de conservadorismo linguístico na fala dos habitantes das capitais brasileiras, apontando, portanto, por uma marca diageracional. Já o seu registro na fala dos jovens, embora não tão significativo, em termos percentuais, denota uma tendência à manutenção desse arcaísmo no vocabulário dos habitantes dessas capitais.

Nessa perspectiva, tendo em vista que as regiões Centro-Oeste e Norte registraram as maiores ocorrências para *rude/rudo*, os Gráficos 12 e 13, a seguir, demonstram a distribuição percentual dessa variante nas capitais de cada Estado dessas regiões.

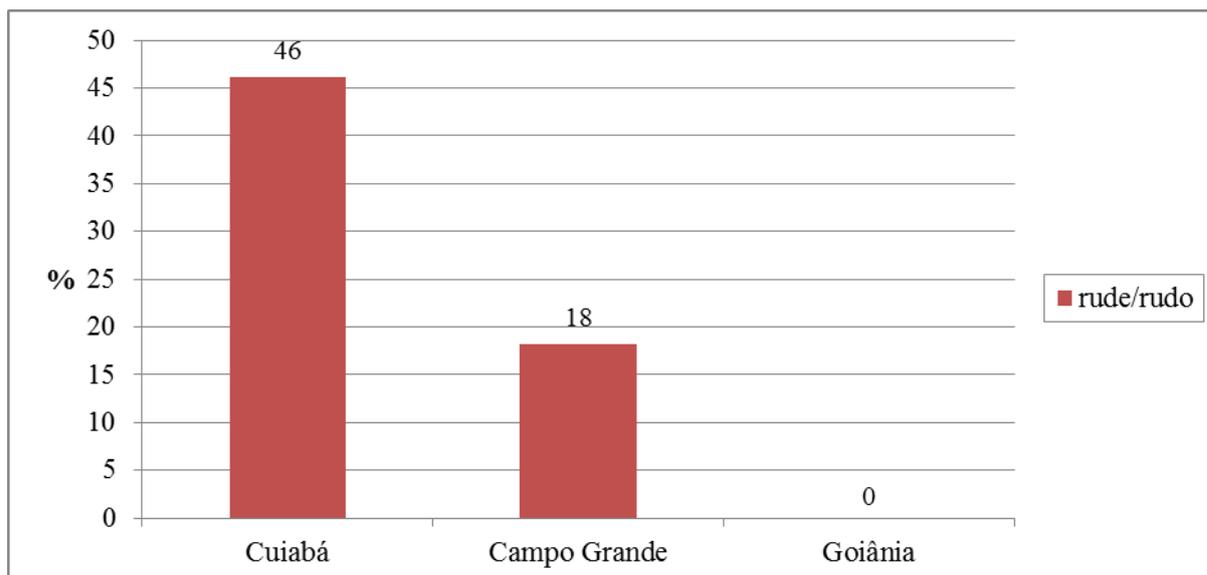


Gráfico 12 – Distribuição percentual da designação *rude/rudo* nas capitais da região Centro-Oeste.

Observa-se no Gráfico 12 que Cuiabá foi a capital do Brasil Central que mais documentou *rude/rudo*, atingindo o percentual de 46%, seguida de Campo Grande que obteve o índice de 18%. Já Goiânia não registrou o uso dessa unidade lexical. O próximo Gráfico ilustra a distribuição percentual de *rude/rudo* nas capitais da região Norte.

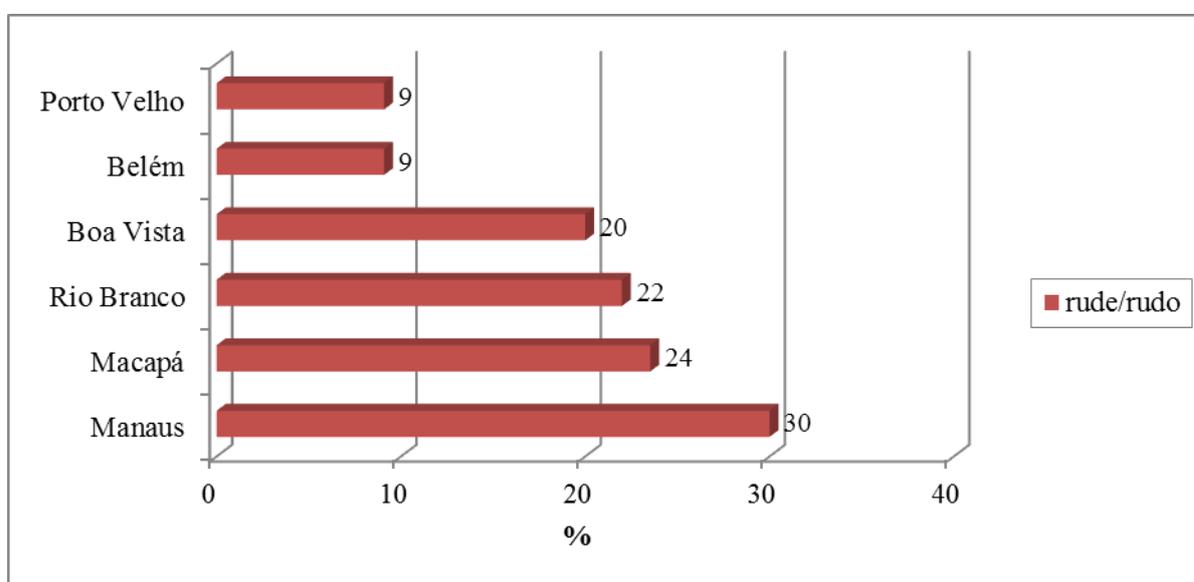


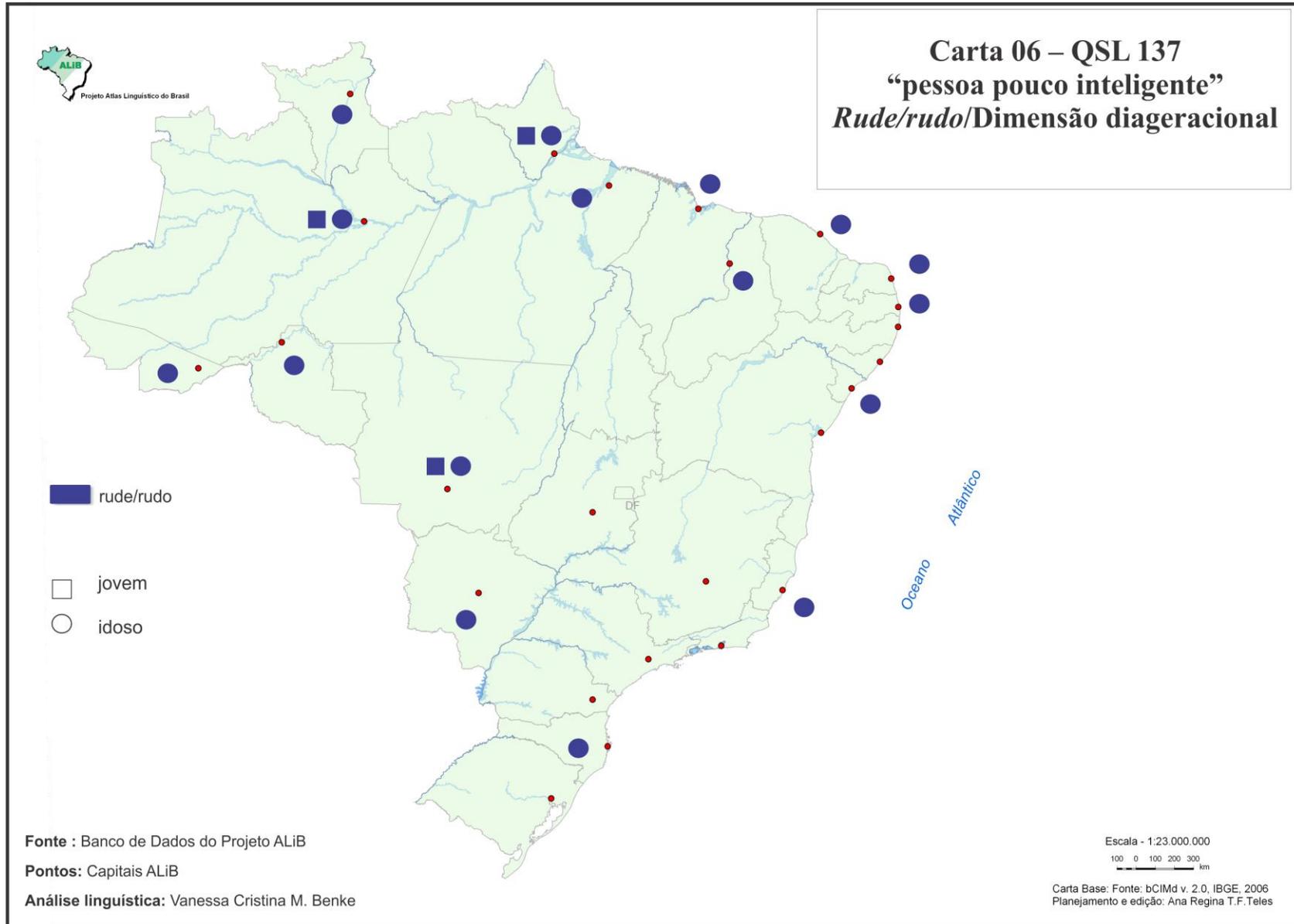
Gráfico 13 – Distribuição percentual da designação *rude/rudo* nas capitais da região Norte.

Nota-se pelo Gráfico 13 que Manaus foi a capital com maior índice de ocorrência de *rude/rudo*, no Norte do Brasil, alcançando 30% de produtividade, seguida de Macapá, onde obteve 24% de ocorrência, de Rio Branco, capital que registrou 22% de incidência, de Boa

Vista, com 20% de frequência, e de Belém e Porto Velho que documentaram o mesmo percentual (9%).

Assim, com base nos dados apresentados nos Gráficos 12 e 13, pode-se considerar que Cuiabá e Manaus, por terem sido as capitais que melhor registraram o uso de *rude/rudo*, representaram, portanto, capitais com traços mais conservadores em termos de vocabulário. Nesse particular, vale recuperar que o atual Estado de Mato Grosso e o Amazonas foram fundados, respectivamente, em 1719 e 1669, configurando-os como localidades antigas do ponto de vista de fundação e ocupação, o que possivelmente, explique o registro de especialmente da forma conservadora *rudo*. O registro de *rude/rudo* em Cuiabá se deva a uma influência dos bandeirantes paulistas que penetraram o Centro-Oeste, no século XVIII, em busca de zonas auríferas. Já em Manaus, pode se tratar de uma influência lusa que se manteve no vocabulário dessa capital por questões sócio-históricas.

A Carta Linguística seguinte ilustra a distribuição diatópica de *rude/rudo* segundo a variável “idade”.



Os dados expostos na Carta 06 mostram que apenas três capitais brasileiras registraram *rude/rudo* na fala de jovens: Cuiabá, Manaus, e Macapá. Esse fato aponta para uma tendência de manutenção dessa forma conservadora nessas capitais.

Na sequência, o Quadro 07 ilustra as metáforas⁶⁷ registradas como designativos para a pessoa “pouco inteligente”, com o número correspondente ao perfil do informante que as mencionaram, bem como as respectivas localidades em que foram documentadas.

DESIGNAÇÕES METAFÓRICAS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>anta</i>	inf. 5/ São Luís
<i>jegue</i>	inf. 5/ São Luís
<i>besta</i>	inf. 5/Macapá; Inf. 2/Cuiabá; inf. 6/ Fortaleza
<i>cavalo</i>	inf. 3/Florianópolis
<i>jumento</i>	inf. 6/Boa Vista
<i>pamonha</i>	inf. 5/Cuiabá, Macapá e Belo Horizonte
<i>terça-feira</i>	inf. 7/ Goiânia

Quadro 07 – Designações metafóricas para a pessoa “pouco inteligente”.

O uso dessas designações metafóricas demonstrou relevância nos fatores “sexo”, “idade” e “escolaridade”. Os Gráficos, a seguir, demonstram a distribuição percentual das metáforas segundo essas variáveis.

⁶⁷ Esse quadro não contemplou a unidade lexical *burro*, pois, embora se configure como uma metáfora, representou, todavia, a variante padrão para designar o referente em pauta, sendo, portanto, registrada na maioria das localidades pesquisadas, contemplando, assim, todos os perfis de informante e não mostrando relevância em relação às variáveis “sexo”, “idade” ou “escolaridade”.

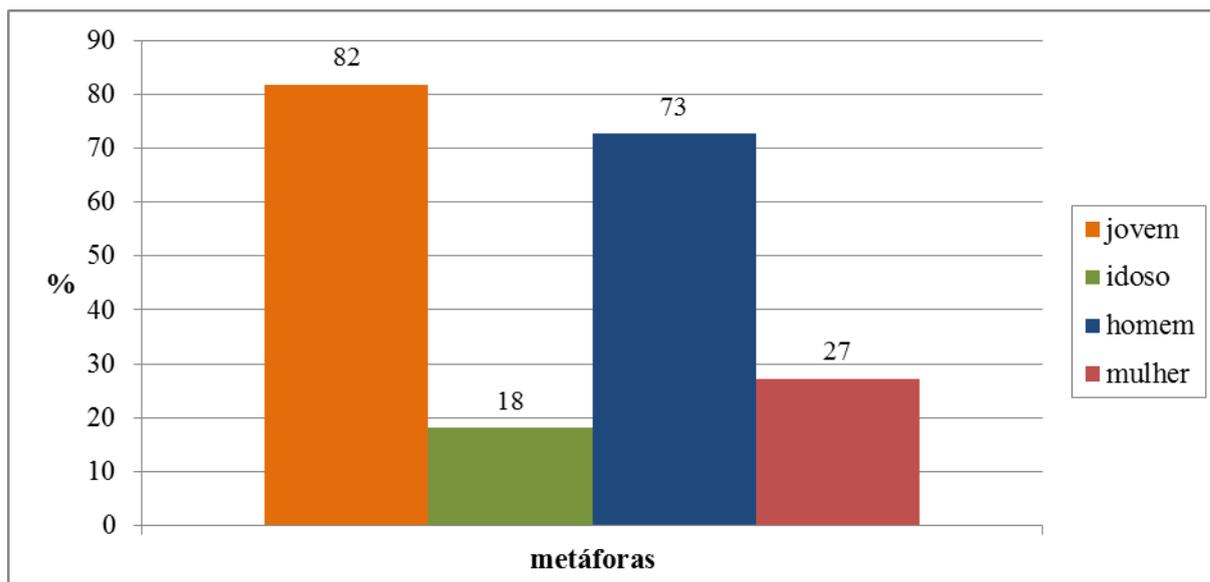


Gráfico 14 – Distribuição percentual das metáforas registradas para designar a pessoa “pouco inteligente”, segundo as variáveis faixa etária e sexo.

Nota-se pelo Gráfico 14 que o registro das metáforas prevaleceu na fala dos jovens, alcançando o percentual de 82% de ocorrência, enquanto os idosos registraram apenas 18% de produtividade para as designações dessa natureza. Já no que se refere à variável “sexo”, ficou evidente a sobreposição dos homens (73%) sobre as mulheres (27%). Ao analisar essas metáforas do ponto de vista semântico, observa-se o seu caráter ofensivo e depreciativo para designar o referente em pauta. Logo, o uso majoritário por informantes homens/jovens parece retratar uma tendência de falantes com esse perfil terem menos pudor ao nomearem a pessoa “pouco inteligente”. Os idosos e as mulheres, ao contrário, mostraram-se mais continentos nesse processo de nomeação. Em face disso, o registro dessas metáforas por informantes jovens e do sexo masculino apontam para marcas, respectivamente, diageracionais e diassexuais. O próximo Gráfico ilustra a distribuição dos registros metafóricos, segundo a variável escolaridade.

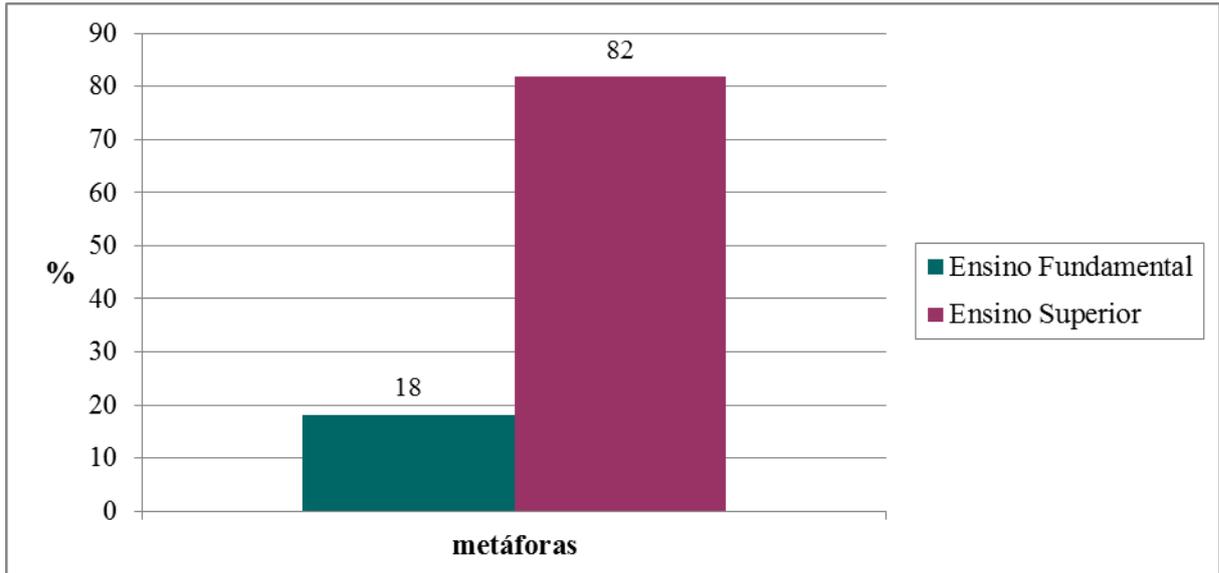
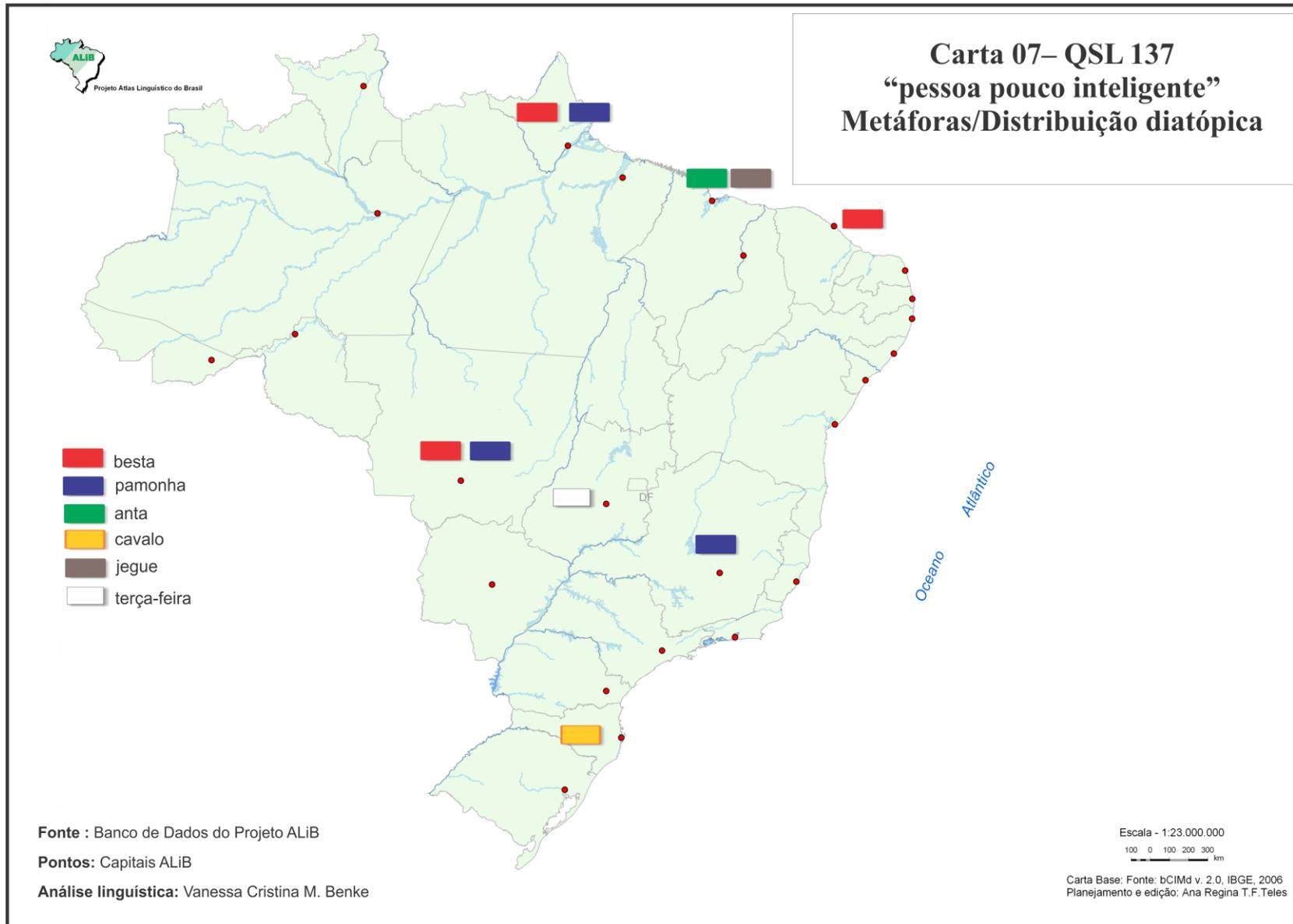


Gráfico 15 – Distribuição percentual das metáforas registradas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável escolaridade.

O Gráfico 15 demonstra a significativa documentação de metáforas na fala dos informantes com alta escolaridade (82%) e uma mínima ocorrência na fala dos de baixa escolaridade (18%). Esses dados podem, pois, revelar uma tendência de falantes com nível superior serem indecoros ao nomearem o referente em pauta, haja vista que grande parte das metáforas fornecidas se configurou como depreciativa. Para uma visualização espacial das metáforas aqui examinadas, a Carta Linguística 07, a seguir, mostra o mapeamento de cada uma delas nas respectivas capitais que as documentaram.



Pode-se notar, pelos dados mapeados na Carta 07, que as metáforas *besta* e *pamonha* foram documentadas em mais de uma capital do Brasil: Macapá e Cuiabá registraram as duas formas, enquanto Fortaleza documentou apenas *besta* e Belo Horizonte somente *pamonha*. As demais unidades metafóricas tiveram registros exclusivos em determinadas capitais, como mostraram os casos de *anta* e de *jegue* citadas apenas em São Luís, *cavalo* somente em Florianópolis e *terça-feira* unicamente em Goiânia. Esses dados apontam especificidades linguísticas que diferenciam, portanto, as capitais do Brasil no que tange à norma lexical.

O Quadro 08, a seguir, visualiza as unidades fraseológicas registradas para designar “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”, os informantes que as mencionaram e as localidades em que foram registradas.

FRASEOLOGISMOS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>cabeça-dura</i>	inf. 7/Fortaleza; inf. 2 e inf. 3 Macapá, inf. 1/Porto velho; inf. 3/Espírito Santo; inf. 7/ São Paulo; inf. 8/Florianópolis.
<i>déficit cognitivo</i>	inf. 8/Belém
<i>ideia fraca</i>	inf. 3/ São Paulo
<i>não ter sabedoria</i>	inf. 4/ Porto Velho
<i>ter problema de aprendizagem</i>	inf. 8/Belém
<i>Q.I baixo</i>	inf. 8/Maceió; inf. 7/João Pessoa
<i>raciocínio lento</i>	inf. 4/Natal; inf. 5/Belo Horizonte
<i>ruim da memória/juízo</i>	inf. 3/Recife
<i>ter dificuldade</i>	Inf. 5/Porto Velho
<i>ter problema</i>	inf. 4/ Aracaju

Quadro 08 – Unidades fraseológicas documentadas para a pessoa “pouco inteligente”.

Os fraseologismos fornecidos para designar a “pessoa pouco inteligente” se destacaram pelo seu uso majoritário na fala dos idosos, conforme demonstra o Gráfico 16, a seguir.

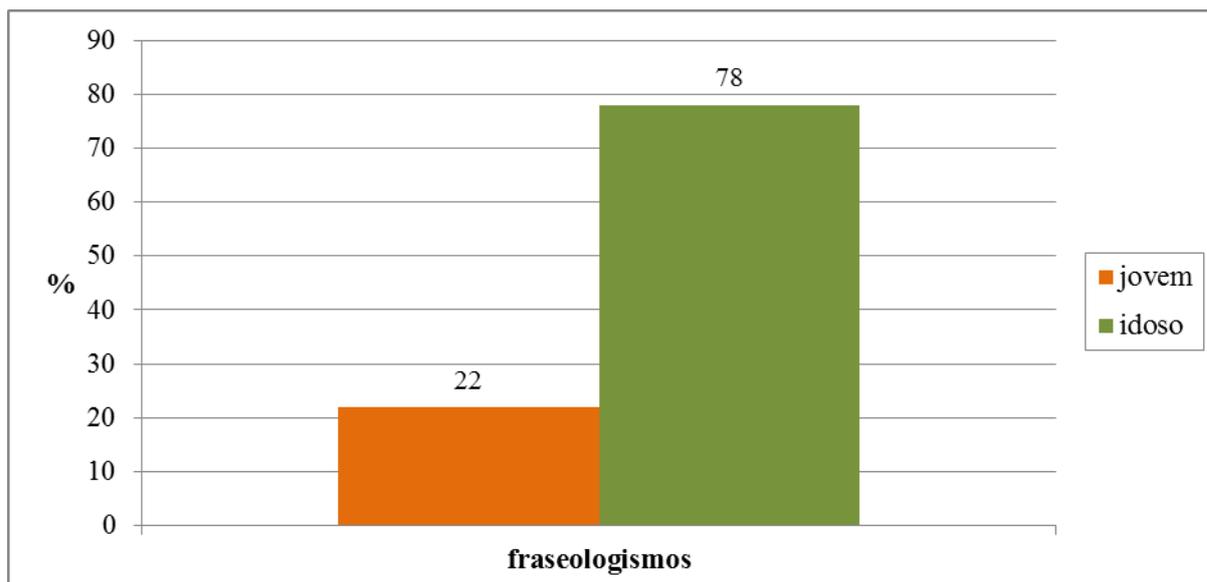


Gráfico 16 – Distribuição percentual dos registros de fraseologismos para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável faixa etária.

Nota-se a sobreposição dos informantes idosos no uso de fraseologismos para designar o referente em questão, atingindo o percentual de 78%, enquanto os jovens documentaram apenas 18% de incidência. A maioria dos fraseologismos possui carga semântica eufêmica, o que evidentemente esclarece o seu uso majoritário por idosos, visto que falantes dessa faixa etária, normalmente, tendem a utilizar formas eufêmicas no processo de nomeação de determinado referente. Logo, os dados aqui examinados apontaram uma marca diageracional.

Na sequência, o Quadro 09 visualiza outras variantes de caráter eufêmico documentadas para a “pessoa pouco inteligente”, com indicação dos informantes que as mencionaram e as respectivas localidades em que foram documentadas.

VARIANTES EUFÊMICAS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>broco</i>	Inf. 6/Aracaju
<i>burrinho</i>	Inf. 4/São Paulo
<i>difícil</i>	Inf. 7/São Paulo
<i>ignorante</i>	Inf. 6/Campo Grande; inf. 4/Salvador; inf. 7/Fortaleza; inf.5/João Pessoa; inf. 6/Manaus
<i>limitado</i>	Inf. 5/São Paulo
<i>meio burrinho</i>	Inf. 6/Vitória
<i>meio burro</i>	Inf. 5/São Paulo; inf. 6/Rio Branco

Quadro 09 – Designações de caráter eufêmico para a “pessoa pouco inteligente”.

Pela visualização dos dados no Quadro 08 nota-se que o uso dessas formas eufêmicas sobressaiu-se no vocabulário dos informantes de alta escolaridade. O Gráfico 17, a seguir, apresenta a distribuição percentual dos registros dessas variantes, segundo a escolaridade.

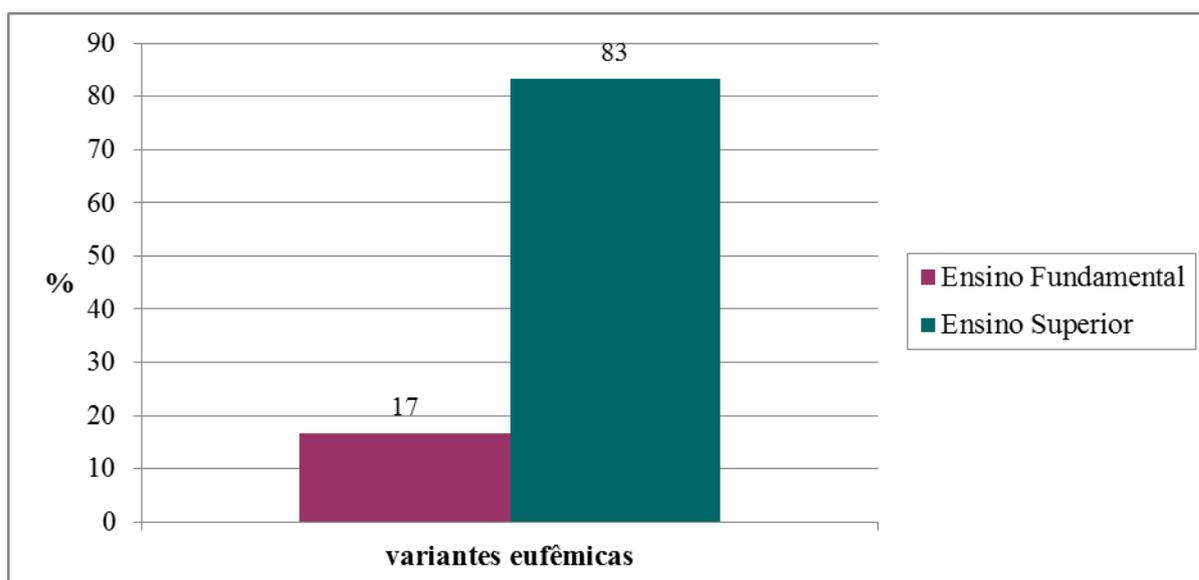


Gráfico 17 – Distribuição percentual dos registros dos itens lexicais eufêmicos para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável escolaridade.

Observa-se pelo Gráfico 17 a significativa ocorrência das variantes eufêmicas na fala dos informantes com Curso Superior (83%), enquanto os de baixa escolaridade registraram apenas 17%. Essa constatação mostrou, portanto, a influência do nível de escolaridade dos falantes nas escolhas lexicais, em especial, nas de caráter eufêmico, para nomear o referente em questão, sinalizando, assim, para um traço diastrático.

O Quadro 10, a seguir, contém as variantes com carga semântica tabuística, em especial, aquelas que se configuram como xingamentos para designar o referente em pauta, indicando, também, os informantes que as mencionaram e as localidades em que foram documentadas.

VARIANTES TABUÍSTICAS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>débil</i>	Inf. 8/Belo Horizonte;
<i>excepcional</i>	Inf. 5/Belém
<i>idiota</i>	Inf. 7/Belo Horizonte
<i>imbecil</i>	Inf. 7/Belo Horizonte
<i>leso/lesado</i>	Inf. 7/Teresina; inf. 8/Rio de Janeiro
<i>moco</i>	Inf. 7/Macapá
<i>paspalho</i>	Inf. 5/Cuiabá
<i>retardado</i>	Inf. 8/Vitória; inf. 7/Rio de Janeiro; inf. 4/São Paulo; inf. 5/Porto Alegre; inf. 1/Campo Grande; inf. 8/São Luís; inf. 7/Teresina; inf. 8/Rio Branco;
<i>tanso</i>	Inf. 5/Florianópolis
<i>tapado</i>	Inf. 5/São Luís; inf. 7/João Pessoa; inf. 6/Recife; inf. 6/Teresina; inf.2/Aracaju; inf. 7/Macapá

<i>tonto</i>	Inf. 5/Florianópolis
--------------	----------------------

Quadro 10 – Designações de caráter tabuístico para a pessoa “pouco inteligente”.

Os próximos Gráficos contêm a distribuição percentual das variantes tabuísticas contempladas no Quadro anterior, segundo as variáveis sexo, faixa etária e escolaridade.

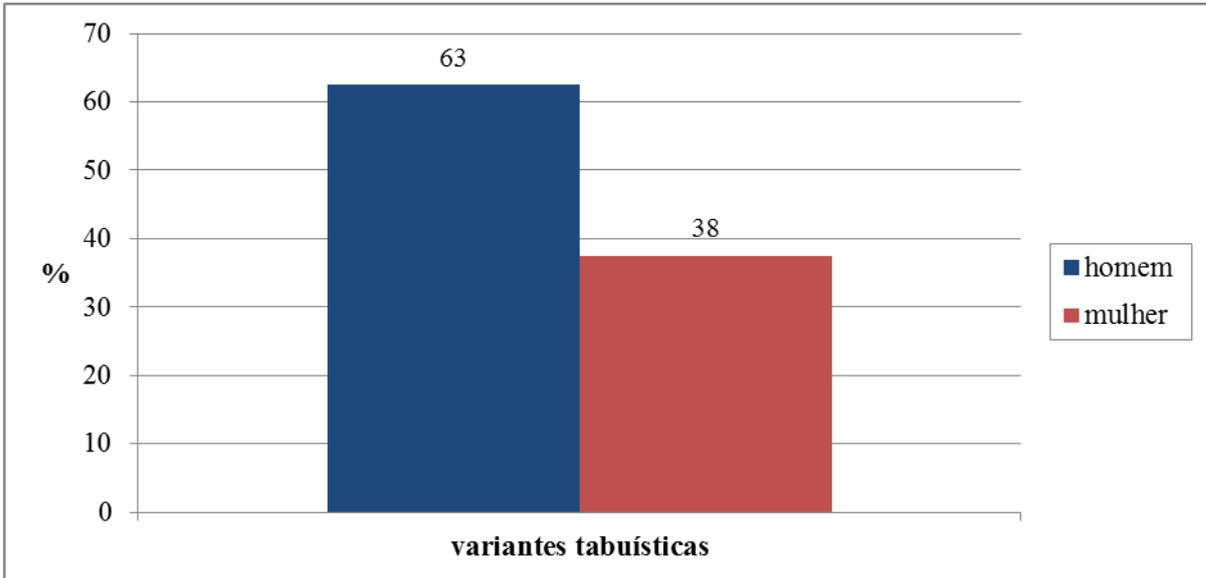


Gráfico 18 – Distribuição percentual das unidades lexicais tabuísticas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável sexo.

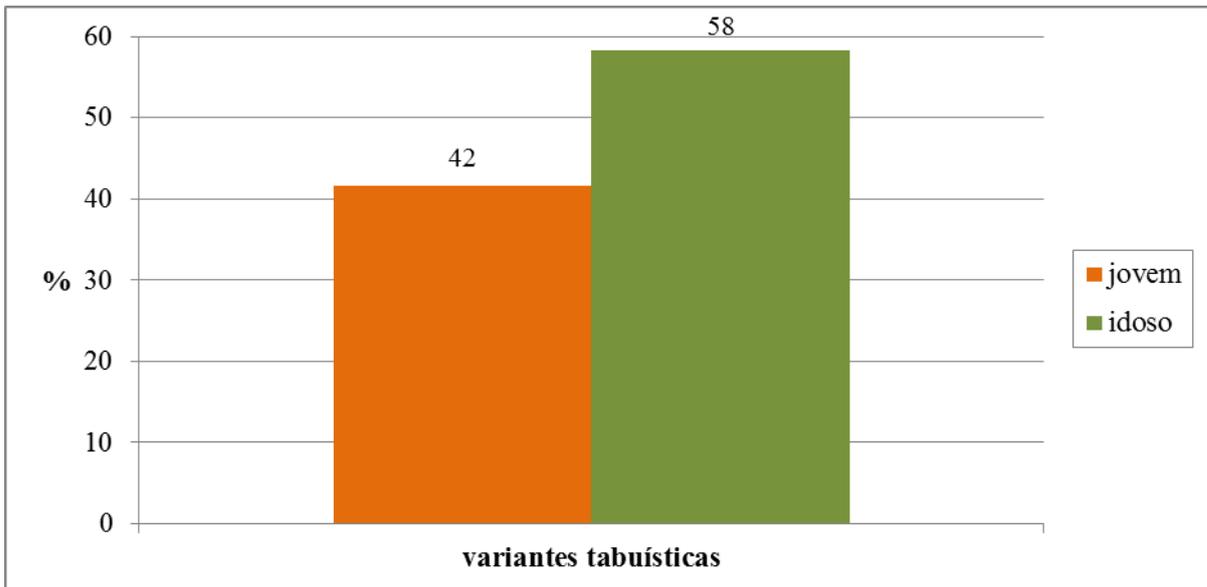


Gráfico 19 – Distribuição percentual das unidades lexicais tabuísticas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável faixa etária.

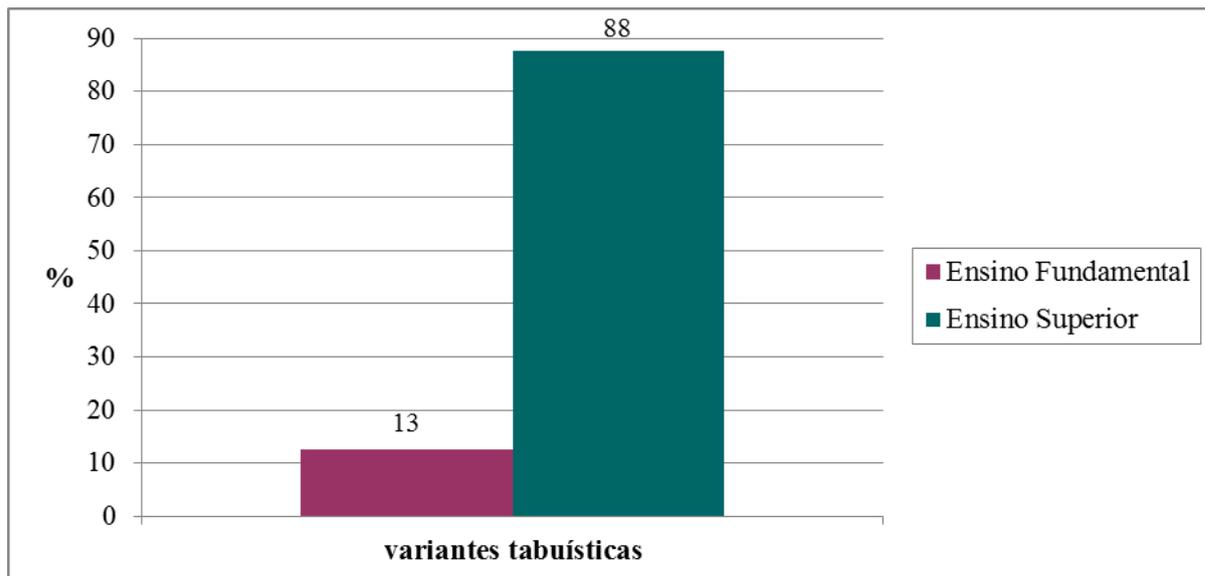


Gráfico 20– Distribuição percentual das unidades lexicais tabuísticas para a “pessoa pouco inteligente”, segundo a variável escolaridade.

O Gráfico 18 mostra que os homens se superaram na menção das designações tabuísticas, posto que 62,5% delas foram citadas por informantes do sexo masculino, enquanto 37,5% foram mencionadas por mulheres. Com relação à variável faixa etária, o Gráfico 19 mostrou que o uso dos itens lexicais tabuísticos foi mais produtivo entre os idosos (58%) em detrimento dos jovens que obtiveram um índice de 42%. A escolaridade foi um fator social bastante significativo nos registros das unidades lexicais de caráter tabuístico, já que, conforme o Gráfico 20, 87,5% dos informantes com Curso Superior as mencionaram, enquanto 12,5% corresponderam aos informantes com Ensino Fundamental. Logo, a análise dessas designações, numa dimensão social, apontaram marcas diassexuais, diageracionais e diastráticas.

Em suma, finalizando o estudo aqui apresentado, o QSL 137 registrou cinco casos de informantes que “não souberam responder” a pergunta (Inf. 1/Fortaleza; Inf. 1 e 5/Maceió; Inf. 4/Rio de Janeiro e Inf. 1/Porto Alegre), três casos de áudios com defeito (Inf.4/ João Pessoa; Inf. 2/Natal; Inf.8/ Manaus), e uma resposta considerada inválida (*abelhudo*/Inf.1/Aracaju).

Vale registrar que, dentre as 05 perguntas selecionadas para esta pesquisa, a questão 137 foi a que registrou o maior número de “não respostas”, demonstrando, assim, que o conceito expresso pelo QSL em questão se configura como um tema tabuístico.

A análise das respostas obtidas como designações para “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas” permitiu identificar que *burro* integra a norma lexical dos habitantes das capitais brasileiras para nomear esse referente pela significativa ocorrência em todas as

capitais pesquisadas, bem como a sua menção pelos diferentes perfis de informantes contemplados pelo Projeto ALiB: idade, sexo e escolaridade. O conceito atribuído à pergunta em pauta demonstrou tratar-se de um tema tabu, haja vista a resistência por parte dos entrevistados, em proferir determinada unidade lexical de caráter tabuístico, sobretudo, quando diz respeito à menção de *burro*. Isso ficou bastante evidente pelo teor dos áudios das entrevistas. Foram bastante recorrentes, também, casos em que o informante mencionou primeiramente respostas mais neutras, do ponto de vista semântico, e só depois, ou ainda, com a insistência do inquiridor, mencionou *burro* – a variante que representou forte carga semântica tabuística. Exemplo disso ficou evidente na fala de um informante idoso com Curso Superior, de Goiânia, que forneceu como primeira resposta a variante *deficiente*, na sequência, *terça-feira* e, por último, *burro*. Logo, a ordenação de variantes mencionadas por esse informante demonstrou a sua resistência em proferir *burro*, dada a sua carga semântica negativa, o que, evidentemente, o fez proferir um item lexical de natureza genérica (*deficiente*) e, posteriormente, uma forma metafórica (*terça-feira*).

Em termos diatópicos, constatou-se que o registro de *rude/rudo* foi significativo nas regiões Norte e Centro-Oeste, com maior produtividade em duas de suas capitais: Manaus e Cuiabá, conferindo, portanto, a essas localidades uma tendência conservadora tendo em vista o seu uso majoritário no vocabulário dos idosos, o que aponta para um traço diageracional. Todavia, os dados revelaram, ainda, uma tendência de manutenção desse arcaísmo, pelo seu registro também entre os jovens. A despeito das metáforas, o estudo evidenciou um traço diatópico nos registros de *anta* e *jegue* apenas em São Luís, de *cavalo* somente em Florianópolis e de *terça-feira* só em Goiânia.

Do ponto de vista da dimensão social, as designações metafóricas, em sua maioria, de natureza ofensiva, foram mais produtivas entre os jovens, denotando uma marca diageracional. Contrariamente, os fraseologismos, neste caso, dado o seu caráter eufêmico, foram mais produtivos na fala dos idosos. Por fim, o estudo das diversas designações auferidas para o QSL 137 demonstrou aspectos da influência de fatores sociais nas escolhas lexicais do falante no processo de nomeação ao conceito “a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas”.

4.4. QSL 141 – “marido traído”

4.4.1. Análise semântica

Para essa pergunta foram documentadas como respostas 34 formas designativas: *babaca, boi, bundão, cangalha, chapéu, cheio de ponta, chifrudo, coitado, cornélio, corno, corno cebola, corno cururu, corno de biqueira, corno de goteira/corno goteira, corno lagartixa, corno manso, corno na marra, corno pontual, corno velho, cornudo, enganado/marido enganado, frouxo, galheiro, galhudo, guampudo, levar galha, levar ponta, mole, otário, estar com galho na cabeça, ter galho, touro, traído/marido traído e trouxa.*

A unidade lexical *babaca* é definida por Houaiss (2001) como “que ou o que é ingênuo; tabaca, simplório, tolo, babaquara” e classificada como um regionalismo do Brasil, de uso informal e tabuístico. Já Ferreira (2004) atribui-lhe a marca de brasileirismo, como gíria e remete o consulente para o verbete *toló*. O uso de *babaca* para nomear o “marido traído” supõe que esse marido não tenha conhecimento de que sua esposa o trai, ou ainda, se o sabe, não tome nenhuma postura frente ao fato. Nota-se que a variante *babaca* contém uma carga semântica ofensiva, quando utilizada para nomear o “marido que a mulher passa para trás com outro homem”.

Nessa mesma linha de raciocínio, situa-se a unidade lexical *bundão*, assim definida por Houaiss (2001): “indivíduo tolo ou retrógrado, desanimado, maçante” e classificada como de uso informal. Já para *frouxo* Houaiss (2001) atribui a acepção “que ou aquele que é covarde; medroso”.

Para a unidade *mole*, Houaiss (2001) registra a definição de sentido figurado “incapaz de determinação, de firmeza; complacente, indulgente”, enquanto Ferreira (2004) define a mesma unidade lexical como “sem vivacidade; frouxo, inexpressivo”. Pelo conteúdo semântico expresso nessas acepções atribuídas ao item lexical *mole*, supõe-se que o seu emprego para designar o “marido traído” aluda à falta de atitude, à tolerância do marido frente à situação de traição da esposa.

Trouxa, outra unidade lexical documentada para designar o “marido traído”, é definida por Houaiss (2001) como “que ou quem é facilmente iludido ou ludibriado; tolo”. Ferreira (2004) também registra acepção semelhante para essa unidade léxica: “pessoa tola, inábil, sem expediente, fácil de ser enganada”. Logo, o uso de *trouxa* para nomear o “marido traído” faz referência à facilidade que a mulher tem de enganar o marido, sem que ele perceba.

Com esse mesmo traço semântico, foi documentada também a unidade lexical *otário* que é definida por Houaiss (2001) na acepção de “diz-se de ou indivíduo ingênuo, tolo, inexperiente”. Ferreira (2004), por seu turno, registra para a mesma variante a definição de “indivíduo tolo, simplório, fácil de ser enganado”.

Em face das acepções registradas para *babaca*, *bundão*, *frouxo*, *mole*, *otário* e *trouxa*, observa-se uma contiguidade semântica na forma de designar o mesmo referente, isto é, a alusão à falta de atitude do “homem enganado” frente à situação de traição e, também, ao seu perfil ingênuo que, por sua vez, o impede de perceber que está sendo traído. Todas essas variantes expressam carga semântica pejorativa para designar o “marido que a mulher passa para trás com outro homem”.

Diferentes designações metafóricas foram empregadas para designar o “homem traído”. Dentre elas, foram apuradas duas formas com referência a nomes de animais bovinos: o boi e o touro. *Boi*, segundo Houaiss (2001), tem a acepção figurativa de “marido ou companheiro traído pela mulher”, classificada como de uso pejorativo. Já no verbete *touro*, os lexicógrafos consultados não registram a acepção de “marido traído”. O uso de *boi* e de *touro* para nomear o “homem traído” pode estar relacionado ao fato de a fêmea desses bovinos não se caracterizar como monógama. Baseando-se nessa hipótese, o marido cuja mulher é infiel é comumente apontado como *boi* ou *touro* tendo em vista esse caráter polígamo entre essas espécies animais que, por extensão, é supostamente evidenciado nos relacionamentos extraconjugais. Assim, o sema atribuído aos itens lexicais *boi* e *touro*, quando utilizados para nomear o “marido traído”, é “comportamento”.

Os dados apuraram também outras designações de natureza metonímica, neste caso, com alusão aos cornos dos animais corníferos: *cangalha*, *chapéu*, *cheio de ponta*, *chifrudo*, *cornu*, *cornudo*, *galheiro*, *galhudo*, *guampudo*, *levar galha*, *levar ponta*, *estar com galho na cabeça* e *ter galho*.

Cangalha não tem registrada a acepção de “marido traído” nos dicionários consultados. O sentido atribuído à *cangalha* é “triângulo de madeira que se coloca no pescoço dos suínos para impedir que fucem canteiros” (HOUAISS, 2001). Esse lexicógrafo traz ainda, a seguinte definição para *cangalha*: “artefato de madeira ou ferro, geralmente acolchoado, que se apõe ao lombo das cavalgadas parra pendurar carga de ambos os lados”. Ao que parece, o uso de *cangalha* para designar o homem traído por sua esposa retoma o formato triangular dessa peça de madeira que, por sua vez, se assemelha aos cornos ou, popularmente, aos chifres dos animais corníferos, frequentemente, utilizados para designar o “marido

enganado”. Logo, o sema atribuído à unidade lexical *cangalha*, quando empregado para designar esse referente, é “forma”.

A unidade lexical *chapéu* também não está dicionarizada na acepção de “marido traído” nas obras lexicográficas consultadas. *Chapéu*, em seu sentido literal, é definido por Houaiss (2001) como “peça do vestuário masculino e feminino destinada a cobrir a cabeça [...]”. Logo, o uso dessa variante para designar o “marido traído” faz referência ao sema “enfeite”, possivelmente, em referência também à forma popular *chifre* utilizada para designar esse mesmo referente. Nesse sentido, o “marido traído”, metaforicamente, é adornado de chifres, assim como o chapéu é um adorno para a cabeça.

Já as formas *cheio de ponta* e *levar ponta* fazem alusão ao formato dos cornos dos animais, mais precisamente, às extremidades afinadas de cada um desses apêndices ósseos. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram para *ponta* a acepção de “chifre, corno”. Assim, o emprego de *cheio de ponta* reporta-se ao homem enganado diversas vezes por sua esposa, aludindo, assim, aos semas “cheio” e “ponta”. Já *levar ponta* remete àquele marido que foi traído. Logo, o sema expresso por essas expressões é “forma”.

Outras designações documentadas também estabeleceram associação com a forma dos cornos: *galheiro*, *galhudo*, *levar galha*, *estar com galho na cabeça* e *ter galho*. Para as unidades lexicais *galheiro* e *galhudo*, Houaiss (2001) registra, como de uso informal e pejorativo, a acepção de “homem traído pela mulher”, enquanto Ferreira (2004) faz tanto em *galheiro* quanto em *galhudo* remissiva para “corno”. Morais (1813) já registrara no verbete *galhudo* a acepção de “diz-se por insulto ao marido de mulher mui devassa”. Essa variante foi documentada em todas as regiões do Brasil, com exceção do Centro-Oeste.

Para a compreensão dos fraseologismos *levar galha*, *estar com galho na cabeça* e *ter galho* foi considerada a unidade de base *galho*, definida por Houaiss (2001), dentre outras acepções, como “relação extraconjugal”. Ferreira (2004), por seu turno, apresenta para o mesmo verbete a remissiva para “caso”, assim definido: “relação amorosa; arranjo, viração, cacho, galho”. Também a unidade lexical *galha* na acepção de “homem traído” não está dicionarizada nas obras consultadas. Todavia, o que se pode observar com o uso dessas designações é um processo analógico entre o homem traído por sua mulher e os cornos dos animais, em especial os do veado, que se assemelham a “galhos”, pois a *galhada* representa “cada um dos cornos dos veados, ger. ramificados e presentes apenas nos machos, de formação óssea sólida e substituição anual, o que estabelece a diferença com relação aos cornos dos demais ruminantes; armação, ramagem” (HOUAISS, 2001). Lembrando, no contexto das unidades fraseológicas registradas para nomear o “homem traído”, que,

consoante Guérios (1979), o uso de locuções e/ou circunlóquios representa um recurso de substituição da palavra tabuística.

Chifrudo, outra designação documentada nas capitais brasileiras para nomear o “marido traído” é definida por Houaiss (2001) como “corno (‘cônjuge enganado’)”, de uso informal. Já Ferreira (2004) classifica o mesmo item lexical como um termo chulo e remete o consulente para *corno*, outra forma sinonímica para o “homem traído” no *corpus* desta pesquisa. Houaiss (2001) classifica *corno* como um tabuísmo e o define como “que ou aquele que é traído pela mulher (diz-se de esp.de marido, companheiro ou namorado)”. Para Ferreira (2004), *corno* se configura como um chulismo na acepção de “marido de adúltera”. Morais (1813) já registrava para *corno* a acepção de “o homem cuja mulher se prostitúe; e se diz por-lhe os cornos, por deshonrá-lo”. O uso de *corno*, segundo um informante idoso, de baixa escolaridade de Rio Branco, tem uma explicação de cunho temporário: “Inf.: Bem, se ela passa ele e ele continuar, ele é corno né, agora se ela passa ele e no momento que ele toma conhecimento ele separa ele foi traído” (Inf. 3)⁶⁸. Com base nessa explicação, nota-se que a designação *corno* é usada para nomear o marido traído que, mesmo sabendo da traição, permanece com a mulher que o traiu, enquanto o item lexical *traído* é utilizado para nomear o “marido traído” que ao saber da traição se separa da sua mulher.

O caráter tabuístico do item lexical *corno* foi evidenciado na fala de uma informante idosa de Florianópolis: “Inf: Ah, sempre o primeiro nome que as pessoas... é muito feio, mas é *corno*, é *chifrudo* que é um nome muito feio né” (Inf. 4)⁶⁹. A configuração tabuística do conceito expresso pela pergunta 141/QSL pôde ser observada também por meio dos risos dos informantes ao mencionarem designações de cunho pejorativo.

Os dados do Projeto ALiB registraram também várias designações formadas com a unidade lexical *corno*: *corno cebola*, *corno cururu*, *corno de biqueira*, *corno de goteira/corno goteira*, *corno lagartixa*, *corno manso*, *corno na marra*, *corno pontual*, *corno velho*. O informante⁷⁰ que mencionou as expressões *corno cebola*, *cururu*, *goteira*, *lagartixa* e *pontual* explicou o significado de cada uma delas: o *corno cebola* representa aquele *corno* cuja “mulher manda ele embora e ele começa a chorar”; o *corno cururu* é “aquele que a mulher o chuta e ele senta nos pés dela”; o *corno goteira* é aquele “que olha assim na janela tá pingando e ele fica debaixo, fica esperando o urso sair de casa”. Provavelmente o urso a que o informante se refere seja o amante com quem a esposa o esteja traído. O *corno lagartixa*, por

⁶⁸ Informante masculino de Rio Branco, com 63 anos, com Ensino Fundamental.

⁶⁹ Informante feminina de Florianópolis, com 65 anos, com Ensino Fundamental.

⁷⁰ Informante masculino de João Pessoa, 30 anos, com Ensino Fundamental.

sua vez, faz menção àquele que “vê a mulher com o outro e começa a balançar a cabeça” e o *cornu pontual* é aquele “que dá aquela hora de chegar e ele chega”. Supõe-se que esse *cornu pontual* represente o marido que chega depois do amante já ter saído da sua casa.

Nota-se que foram diversos os recursos metafóricos empregados nas diferentes classificações de *cornos*, dado que alguns se formaram a partir do nome de um vegetal: a cebola; de dois animais: a lagartixa e o sapo-cururu; de elemento água – goteira, da demarcação temporal: pontual. A não dicionarização dessas formas designativas atesta o caráter neológico dessas unidades lexicais.

Já *cornu biqueira*, embora não esclarecido o seu uso pelo informante, parece ser uma forma sinonímica de *cornu goteira*, já que em consulta ao verbete *goteira*, Houaiss (2001) faz remissiva para *biqueira*. Outro tipo de *cornu* documentado foi *cornu velho*. Assim, pode-se admitir hipoteticamente que a associação entre *velho* e *cornu* sugere uma traição praticada há longo tempo.

Cornu manso, por seu turno, está registrado por Houaiss (2001) como locução no verbete *cornu*, na acepção de “marido ou amante enganado que tem ciência dessa situação, mas não reage contra ela; conformado”. Aulete (2006) também registra *cornu manso*, classificando essa expressão como de uso pejorativo e tabuístico no sentido de “marido sexualmente traído e conformado com isso”. Nota-se, pois, que o *cornu manso* representa aquele marido consentidor. O trecho da entrevista com um informante jovem de Porto Velho esclarece o uso de *cornu manso*: “Inf.- Aí depende, se for o *cornu manso*, é aquele que num faz nada, fica lá, fica suportando tudo, olhando, sabe... é *cornu manso*. Falam que é *cornu manso*” (Inf. 5)⁷¹.

Kroll (1984, p. 117), ao discutir sobre as designações para o “marido enganado”, menciona a forma “boi manso” como designativo eufêmico para designar o referente em causa. Inclusive, esse estudioso destaca que *boi manso* encontra-se registrada na obra *O primo Basílio* de Eça de Queirós: “[...] não lhe hei-de dar esse gosto, ao *boi manso*!”.

A expressão *cornu na marra* também não está dicionarizada pelos lexicógrafos consultados. A associação entre *marra* e *cornu* sugere uma extensão de sentido, posto que “na marra” sugere a ideia de “à força, contra a vontade de alguém” (HOUAISS, 2001). Logo, a expressão *cornu na marra* para o “marido traído” sugere que esse marido é *cornu* “contra a sua vontade”.

⁷¹ Informante masculino de Porto Velho, 23, com Curso Superior.

Já a unidade lexical *cornudo* está definida em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) na acepção de “homem traído”. Morais (1813) também registra *cornudo* com a definição de “o homem cuja mulher não guarda a castidade conjugal”. Houaiss (2001) sublinha que a etimologia de *cornudo*, na acepção de “marido traído” (1618), “é antiga e difícil de explicar”. Assinala ainda que na Grécia Antiga já havia o registro de *cornudo* (Autemidoro, *Efeso*, sII d. C) *Kérata poiein* “fazer corno a, enganar um marido”. Ademais, acrescenta que “que os animais de chifre (veados, corças, búfalos, gazelas etc.) vivem acasalados ou as fêmeas ao redor de um único macho, ciumento e brigão (touro, bodes, carneiros, etc.)”. Isso reforça a tese já mencionada anteriormente de que o fato de os animais manterem o tipo de relacionamento polígamo pode ter motivado o uso de *cornudo* para nomear o esposo que é enganado por sua mulher. Lembrando, também, que o uso de *cornudo* para nomear o marido traído faz referência aos cornos que esses animais possuem na parte superior da cabeça, tratando-se, pois, de um processo metonímico.

Para *guampudo*, outra forma designativa auferida, Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram a acepção de “marido traído”, classificado por ambos como de uso informal e tabuístico e como um regionalismo/brasileirismo do Rio Grande do Sul. Outra designação apontada para nomear o “homem traído” foi o antropônimo *Cornélio*. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) não registram essa unidade lexical. Aulete (2006), por seu turno, define *cornélio* na acepção de “marido atraído”. Kroll (1984, p. 117) também aponta *cornélio* como variante para “marido enganado”, configurado como um eufemismo. Esse estudioso sublinha o uso desse antropônimo na obra literária *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado: “o marido parece *ser da confraria...* – Que confraria? – A de *São Cornélio*, a ilustre *confraria dos maridos conformados*, os naturais de bom gênio [...]”. A forma *cornélio*, como designativo para o “marido traído”, resulta possivelmente de uma derivação a partir da base lexical *cornu*, se configurando, portanto, como uma forma eufêmica para designar esse referente.

Outras designações de caráter eufêmico foram registradas para o referente em foco: *coitado*, *enganado/marido enganado* e *traído/marido traído*. A unidade lexical *coitado* está registrada por Houaiss (2001) na acepção de “homem traído pela mulher”. Kroll (1984, p. 118) assinala a forma *coitadinho* como de uso popular para “marido traído”. *Coitado* exprime uma ideia de compaixão, quando utilizada para designar o “marido traído”, o que a configura como uma forma eufêmica.

Para *enganado* Houaiss (2001) atribui a acepção “traído na confiança, na honra (diz-se de pessoa que mantém relação íntima com outra, com ou sem compromisso)”. Ferreira (2004)

define *enganado* como “atraído pelo cônjuge, namorado ou companheiro”. Já para *traído* Houaiss (2001) e Ferreira (2004) não registram a acepção de “marido traído”, mas sim o sentido genérico do termo: “que foi alvo de traição”. Assim, *enganado/marido enganado* e *traído/marido traído* representam formas genéricas para designar o “homem traído”, o que as caracteriza como um eufemismo. Não é demais ratificar que Guérios (1979) arrola como um dos recursos substitutivos do vocábulo tabu os termos genéricos.

As formas *barriga branca* e *pé de pano* também foram registradas como designações para o “homem traído”, todavia não estão dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas. Pelo contexto da entrevista com a informante idosa de alta escolaridade de São Luís, notou-se que essas designações não correspondem ao conceito expresso pelo “marido que a mulher passa para trás com outro homem”. Assim, *barriga branca* e *pé de pano* foram, neste estudo, consideradas como “respostas inválidas”.

Com base no estudo semântico aqui apresentado, as unidades lexicais analisadas também foram classificadas, segundo as categorias “carga semântica pejorativa” e “carga semântica eufêmica”:

e) Carga semântica pejorativa:

babaca, boi, bundão, chifrudo, corno, corno cebola, corno cururu, corno de biqueira, corno de goteira/corno goteira, corno lagartixa, corno manso, corno na marra, corno pontual, corno velho, cornudo, frouxo, galheiro, galhudo, guampudo, mole, otário, touro e trouxa,

f) Carga semântica eufêmica:

cangalha, chapéu, cheio de ponta, coitado, cornélio, enganado/marido enganado, levar galha, levar ponta, estar com galho na cabeça, ter galho, traído/marido traído

Segundo os pressupostos teóricos de Guérios (1979), as unidades lexicais documentadas para nomear o “marido traído” podem ser assim distribuídas, em termos de recursos linguísticos substitutivos da palavra tabu:

- metáforas: *boi, cangalha, chapéu, chifrudo, cornélio, corno, corno cebola, corno cururu, corno de biqueira, corno de goteira, corno goteira, corno lagartixa, galheiro, galhudo, guampudo e touro;*
- locução/circunlóquio: *cheio de ponta, levar galha, levar ponta, estar com galho na cabeça, ter galho*
- termo genérico: *enganado/marido engando, traído/marido traído*

O estudo das designações apuradas como resposta para a pergunta 141/ QSL permitiu verificar que as designações para o “marido traído” se reportaram, em sua maioria, aos animais corníferos, especialmente em referência aos seus cornos e, nesse contexto, situaram-se também as metáforas. Além disso, o estudo identificou designações de caráter pejorativo e de natureza eufêmica. Observou-se que o conceito expresso na pergunta 141/QSL configura-se como um tema tabu, tendo em vista o receio de alguns entrevistados em proferir designações tabuísticas como, por exemplo, o item lexical *cornos*. O estudo demonstrou, também, tratar-se de um tema jocoso, devido aos risos dos informantes como reação à pergunta formulada. No que diz respeito aos recursos metafóricos empregados para nomear o conceito em pauta, notou-se o reflexo da relação entre o homem e o seu meio social nas escolhas lexicais dos falantes, além de evidenciar a criatividade dos informantes no processo de nomeação do conceito expresso pela pergunta em exame. Isso ficou manifesto, sobretudo, nos registros das diferentes designações formadas a partir do formante “cornos”.

4.4.2. Análise geossociolinguística

Do conjunto das designações⁷² arroladas para nomear o “marido traído”, *cornos* foi a mais produtiva, tendo atingido o percentual de 45,33%. O Gráfico 21, a seguir, visualiza as cinco designações mais produtivas no conjunto dos dados analisados, com seus respectivos percentuais de ocorrência segundo cada região do Brasil.

⁷² Do total das designações apuradas como respostas para a pergunta 141/QSL, 23 tiveram ocorrência única: *babaca* (Inf. 8/108), *barriga branca* (Inf. 8/026), *bundão* (Inf. 5/138), *cangalha* (Inf. 1/061), *chapéu* (Inf. 7/230), *cheio de ponta* (Inf. 8/077), *cornos cebola* (Inf. 1/061), *cornos de biqueira* (Inf. 1/061), *cornos lagartixa* (Inf. 1/061), *cornos na marra* (Inf. 7/108), *cornos pontual* (Inf. 1/061), *cornos velho* (Inf. 4/020), *frouxo* (Inf. 6/179), *galhudo* (Inf. 3/179), *levar galha* (Inf. 6/070), *levar ponta* (Inf. 3/077), *marido enganado* (Inf. 7/006), *mole* (Inf. 8/108), *otário* (Inf. 7/093), *pé de pano* (Inf. 8/026), *estar com galho na cabeça* (Inf. 1/026), *ter galho* (Inf. 8/034) e *trouxa* (Inf. 8/220).

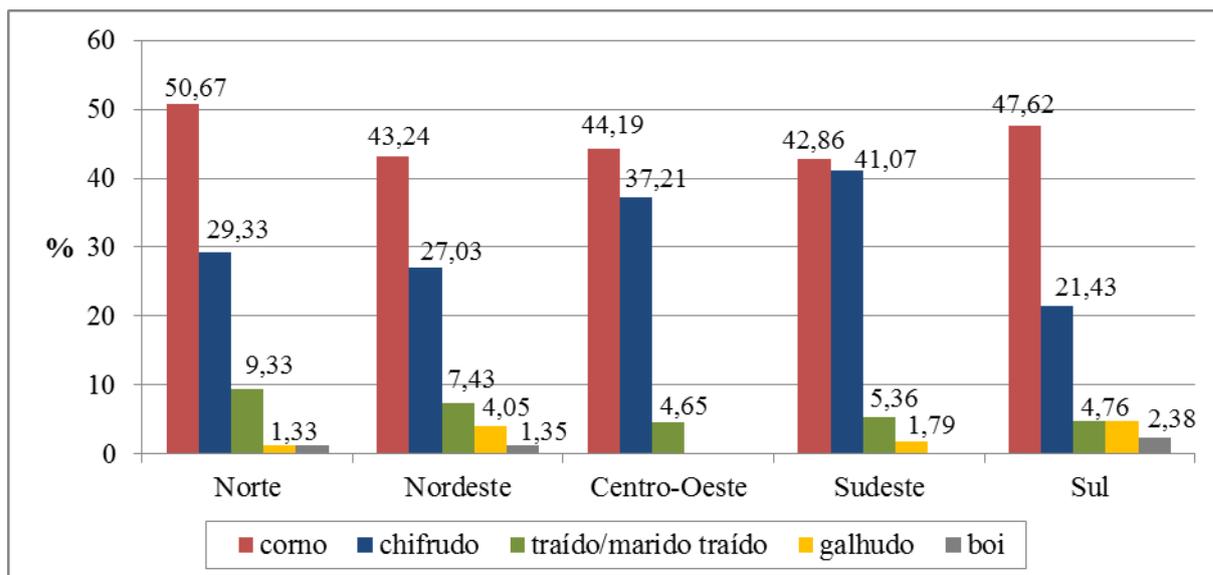


Gráfico 21 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo cada região do Brasil.

Observa-se pelos dados ilustrados no Gráfico 21 que a variante *corno* foi a mais produtiva em todas as regiões brasileiras para nomear o “marido traído”, confirmando o seu uso como variante padrão para nomear o conceito em foco. A região Norte foi a que evidenciou maior índice de produtividade da unidade lexical *corno*, 50,67%, seguida da região Sul, com o índice de 47,62% de ocorrência, do Centro-Oeste, região em que *corno* atingiu o percentual de 44,19%, seguida do Nordeste, com 43,24% e do Sudeste, com 42,86% de incidência.

Chifrudo, outra designação bastante produtiva no conjunto das capitais pesquisadas, obteve maior índice de produtividade na região Sudeste, onde atingiu o percentual de 41,07%, seguida da região Centro-Oeste, com um índice de 37,21%, do Norte com o percentual de 29,33%, do Nordeste, onde obteve o índice de 27,03% e da região Sul, onde alcançou o menor percentual de uso: 21,43%. Com base nesses dados percentuais, pode-se concluir que as unidades lexicais *corno* e *chifrudo* integram a norma lexical dos habitantes das capitais brasileiras para nomear o “marido traído”.

Já *traído/marido traído* representou a terceira designação mais produtiva nas capitais do Brasil, tendo obtido maior índice de ocorrência na região Norte com o percentual de 9,33%. Na sequência situam-se o Nordeste, onde obteve o índice de 7,43%; o Sudeste, com 5,36% de ocorrência; o Sul, onde alcançou o percentual de 4,76% e o Centro-Oeste que registrou 4,65% de produtividade.

Galhudo, por seu turno, foi documentado em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. O Sul evidenciou maior produtividade para essa designação: 4,76% de incidência,

seguido do Nordeste, onde alçou o percentual de 4,05%, do Sudeste, com o percentual de 1,79% de produtividade e do Norte, onde obteve apenas 1,33% de ocorrência. Já a variante *boi* foi documentada somente nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Essa última região foi a que evidenciou maior percentual de ocorrência da unidade lexical *boi*, 2,38%, depois o Nordeste, com 1,35% de produtividade e o Norte, com 1,33% de incidência.

Logo, *cornu* é a variante mais produtiva no Brasil para nomear o referente em pauta e a maior produtividade foi registrada na região Norte. O Gráfico 22, a seguir, ilustra a distribuição percentual de ocorrência desse item lexical nas capitais dessa região.

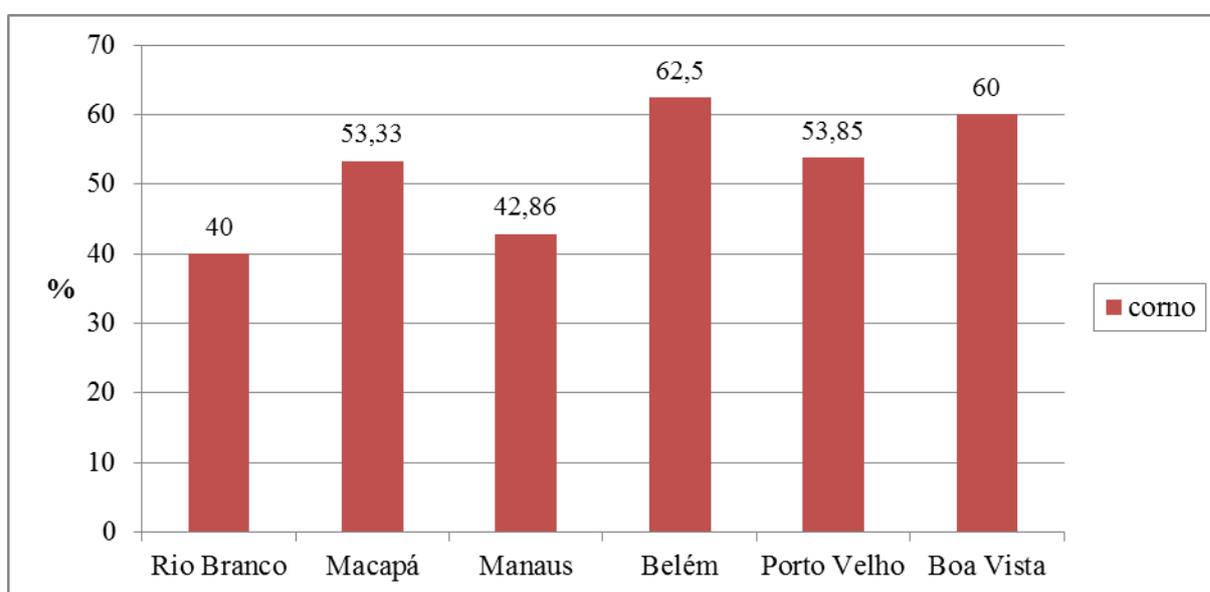
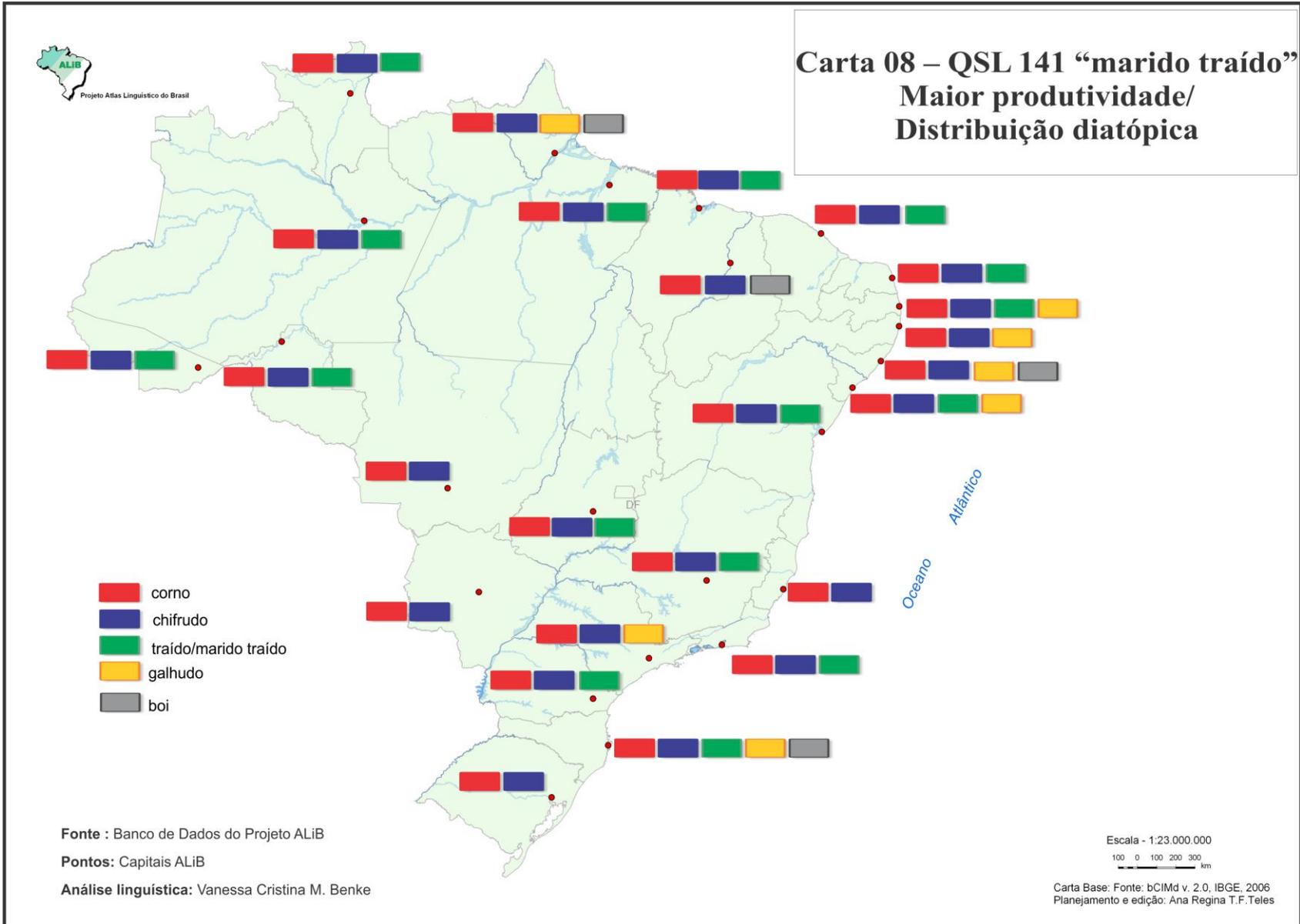


Gráfico 22 – Distribuição percentual da designação *cornu* nas capitais da região Norte

Nota-se, pelo Gráfico 22, que *cornu* obteve maior ocorrência em Belém, com um percentual de 62,5%, seguido de Boa Vista, onde alcançou o percentual de 60% de produtividade, de Porto Velho, capital em que foi registrada ocorrência de 53,85%, depois de Macapá com o percentual de 53,33, de Manaus com 42,86% e de Rio Branco, onde atingiu o percentual de 40% de frequência.

Na sequência, a Carta Linguística 08, ilustra a distribuição espacial das cinco designações mais produtivas em cada capital do Brasil.

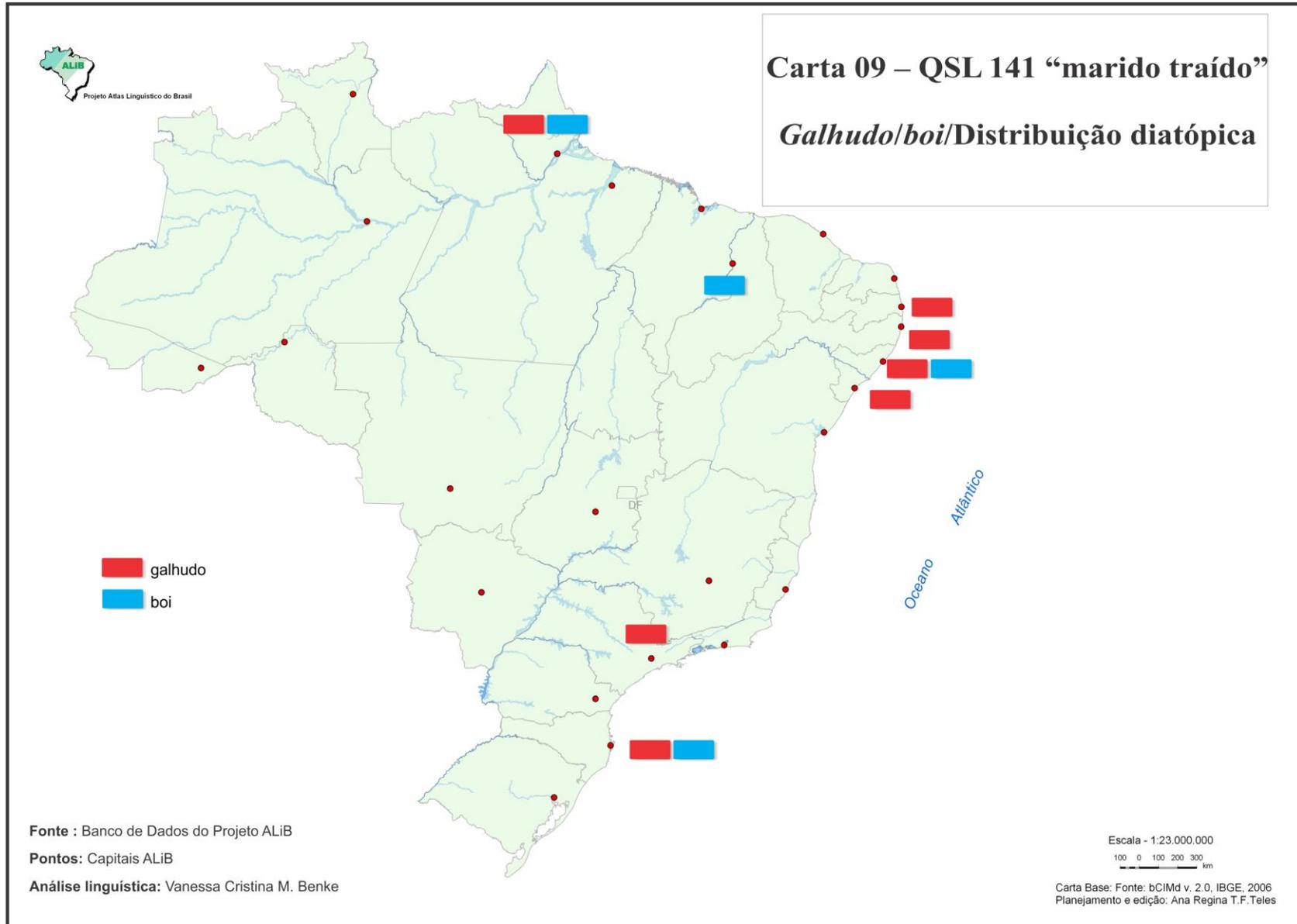


Os dados linguísticos expostos no mapa mostram uma distribuição uniforme de *cornu* e de *chifrudo* nas capitais brasileiras. Já a unidade lexical *traído*, embora produtiva, não foi registrada em algumas capitais: Porto Alegre, São Paulo, Vitória, Campo Grande, Cuiabá, Macéio, Recife, Teresina e Macapá.

Galhudo, por sua vez, concentrou-se em capitais litorâneas: Macapá, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, São Paulo e Florianópolis. Fato semelhante observou-se na documentação do item lexical *boi* em uma capital sulista: Florianópolis, duas do Nordeste: Maceió e Teresina e uma no Norte: Macapá.

Com base nessas observações levanta-se a hipótese de que *galhudo* partiu do Nordeste e está em um processo de disseminação para as capitais do Sudeste, do Sul e do Norte, assim como *boi* também, possivelmente, procedeu do Nordeste e está se espalhando pelo Norte e pelo Sul do país. Outra hipótese para o registro de *boi* na fala de um idoso florianopolitano, com baixa escolaridade, pode ser esclarecida também pela sua profissão de militar, o que prenuncia deslocamentos a outros espaços geográficos facilitando, assim, o contato com outras normas lexicais.

Os registros de *boi* e de *galhudo* apenas em capitais litorâneas do Brasil permitiram elaborar a Carta Linguística 09, com a distribuição diatópica desses dois fatos linguísticos.



Numa dimensão sociolinguística, observou-se que as cinco designações mais produtivas para o “marido traído” demonstraram variação motivada por fatores sociolinguísticos: sexo, idade e escolaridade. O Gráfico 23, na sequência, apresenta a distribuição das unidades lexicais mais produtivas segundo a variável “sexo”.

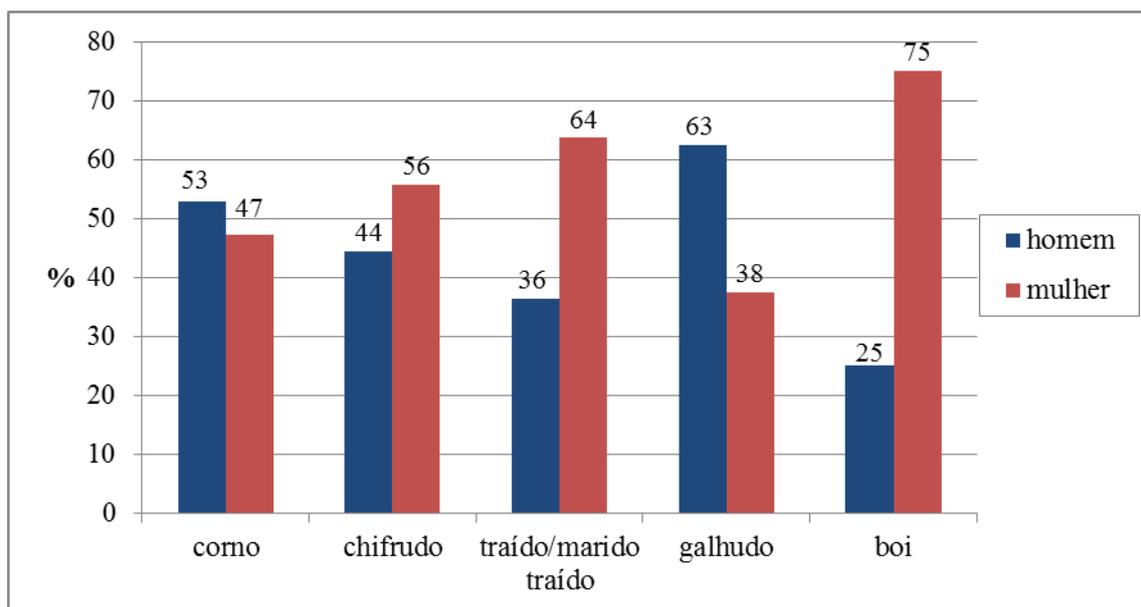


Gráfico 23 – Distribuição percentual das cinco designações mais produtivas para designar o *marido traído*, segundo a variável sexo.

Os dados dispostos nesse Gráfico demonstram que *corno* e *galhudo* prevaleceram na fala dos homens, apontando para uma marca diassexual. Já *chifrudo*, *traído/marido traído* e *boi* foram predominantes na fala das mulheres, o que também denota uma variação diassexual. A forma *traído/marido traído* destaca-se pela sua significativa ocorrência no vocabulário feminino (64%) em detrimento dos homens que alcançaram apenas 38% de produtividade para o mesmo item lexical. Isso mostra que o fator sexo influenciou nas escolhas lexicais para a nomeação do referente em pauta, além de apontar para uma possível preferência entre mulheres quanto ao uso de palavras com carga semântica eufêmica.

O Gráfico 24, a seguir, ilustra a distribuição percentual das cinco variante mais produtivas, segundo a variável idade.

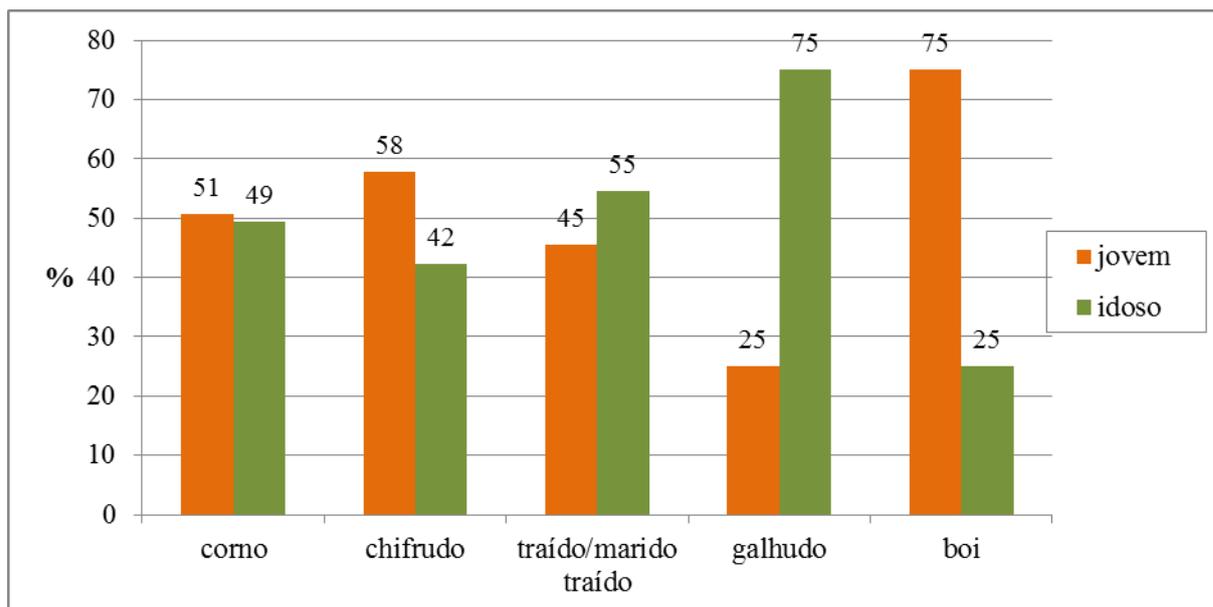


Gráfico 24 – Distribuição percentual das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo a variável faixa etária.

Pelos dados expostos no Gráfico observa-se que o item lexical *corno* não apresentou diferença significativa em termos de registro entre jovens e idosos. As designações *chifrudo* e *boi*, por seu turno, prevaleceram na fala dos jovens, evidenciando, pois, uma marca diasssexual. *Galhudo* e *traído/marido traído*, ao contrário, foram mais significativas na fala dos idosos. Vale ressaltar a expressiva disparidade em termos percentuais de *galhudo* e de *boi*, já que *galhudo* obteve o percentual de 75% de incidência na fala dos informantes da segunda faixa etária, em oposição a apenas 25% de ocorrência na fala dos jovens. Contrariamente, *boi* foi mais produtivo entre os jovens (75%), alcançando apenas 25% no vocabulário dos idosos.

O Gráfico 25, na sequência, ilustra a distribuição percentual dessas variantes segundo a variável escolaridade.

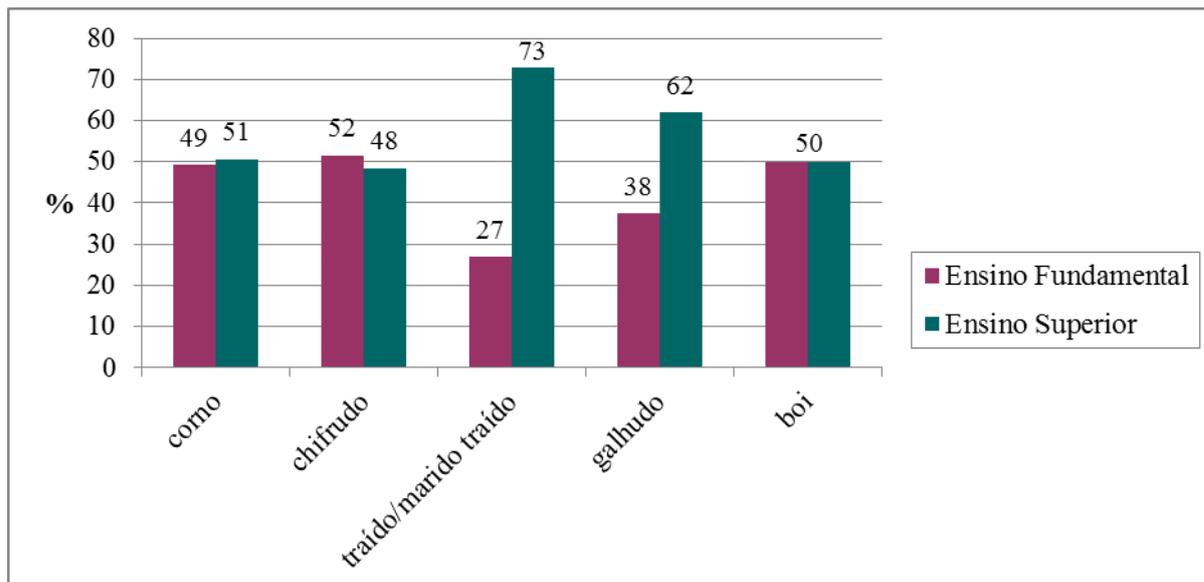


Gráfico 25 – Distribuição percentual das cinco designações mais produtivas para designar o “marido traído”, segundo a variável escolaridade.

Nota-se pelo Gráfico que *como* e *chifrudo* não evidenciaram diferença significativa entre os dois níveis de escolaridade, enquanto a unidade lexical *boi* obteve percentual equivalente entre os falantes com os dois níveis de instrução. Já *traído/marido traído* e *galhudo* mostraram-se relevantes em relação ao fator escolaridade. As unidades lexicais *traído/marido traído*, por exemplo, foram mais produtivas entre os informantes com Curso Superior, com o índice percentual de 73%, em detrimento dos informantes com Ensino Fundamental, entre os quais atingiram apenas 27%. Semelhantemente, o item lexical *galhudo* foi mais recorrente no vocabulário dos informantes de alta escolaridade (62%), enquanto na fala dos de baixa escolaridade esse mesmo item lexical alcançou somente 38% de produtividade. Logo, o registro majoritário de *traído/marido traído* e *galhudo* na fala dos informantes com Curso Superior aponta para uma marca diastrática.

Considerando-se o conjunto das designações auferidas para designar o “homem traído”, a unidade lexical *guampudo*, fornecida na capital Florianópolis por um informante idoso com Curso Superior, confirmou a marca dialetal atribuída a essa variante pelos lexicógrafos de um regionalismo/brasileirismo do Rio Grande do Sul. Entretanto, os dados do Projeto ALiB registraram *guampudo* também em Curitiba, na fala de um informante jovem, masculino, de baixa escolaridade, o que, possivelmente, aponta para uma disseminação da norma lexical sul-rio-grandense para a capital paranaense, haja vista a proximidade entre os dois Estados.

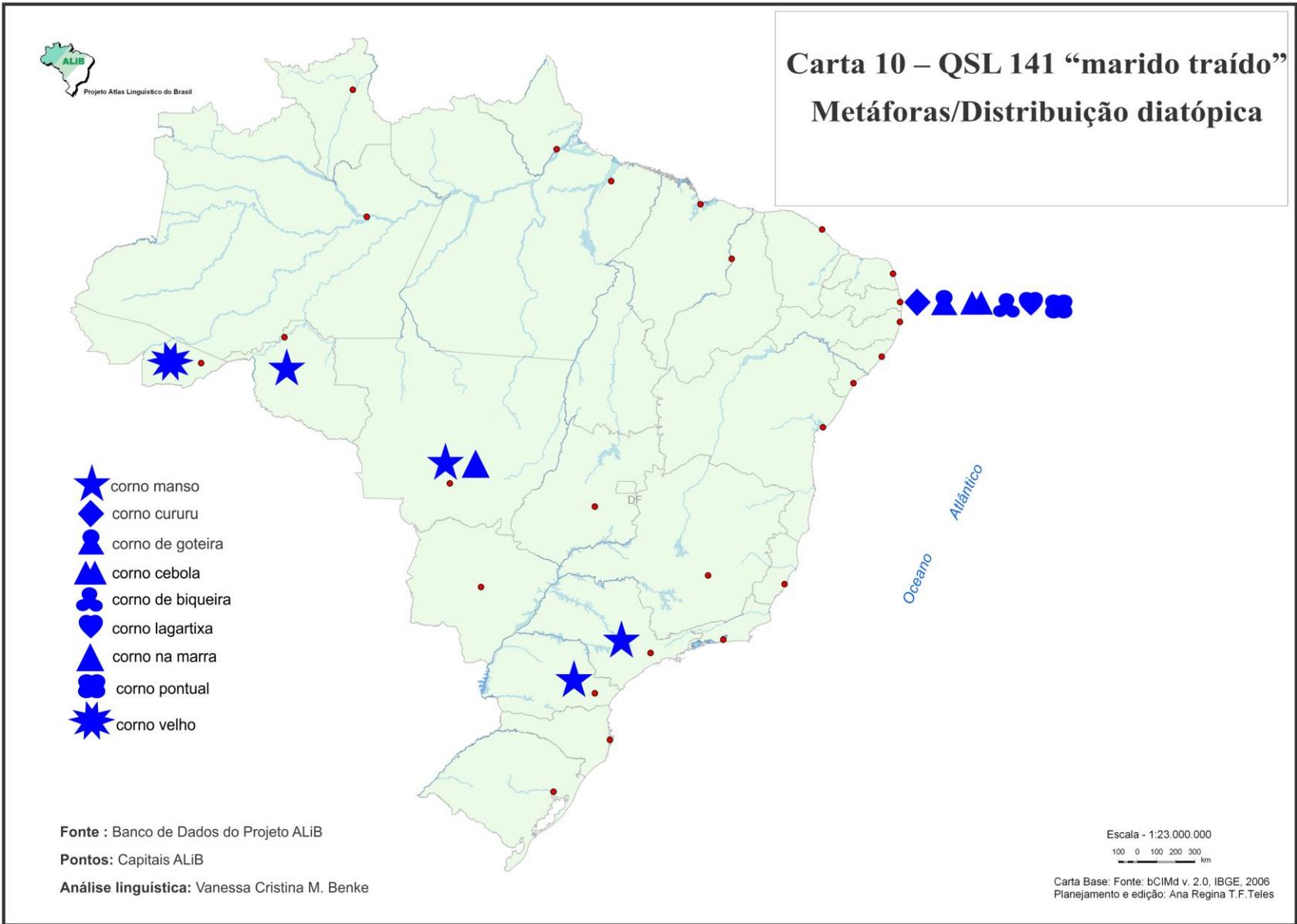
Ainda no contexto sociolinguístico, notou-se que, no conjunto dos dados apurados para o referente em estudo, as designações que se configuraram como xingamentos foram

todas fornecidas por informantes de alta escolaridade, sinalizando, pois, para uma marca diastrática. O quadro seguinte ilustra as designações dessa natureza, as localidades em que foram registradas e o número correspondente ao perfil dos informantes que as mencionaram.

DESIGNAÇÕES PEJORATIVAS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>babaca</i>	inf. 8/Cuiabá
<i>bundão</i>	inf. 5/Belo Horizonte
<i>frouxo</i>	inf. 6/São Paulo
<i>mole</i>	inf. 8/Cuiabá
<i>otário</i>	inf. 7/Salvador
<i>trouxa</i>	inf. 8/ Curitiba

Quadro 11 – Designações pejorativas para designar o “marido traído”.

Fenômeno interessante observou-se também com o registro dos diferentes tipos de “cornos”, ao total, foram fornecidos nove designações formadas com o item lexical *cornos*. A Carta Linguística 10, a seguir, apresenta o mapeamento de cada uma delas.



Pela visualização dos dados da Carta 10, observa-se que *cornos mansos* foi a mais produtiva no conjunto dos diferentes tipos de *cornos*, pois foi mencionada em quatro capitais do Brasil somente por informantes com formação em nível superior: um jovem de Porto Velho; uma jovem de Cuiabá; uma idosa de São Paulo e um jovem de Curitiba.

Já *cornos cebola*, *cornos cururu*, *cornos de biqueira*, *cornos de goteira/cornos goteira*, *cornos lagartixa* e *cornos pontual* foram documentados apenas em João Pessoa. Nessa capital, *cornos cururu* e *cornos de goteira* foram mencionados por dois informantes homens, um jovem e um idoso, ambos de baixa escolaridade. Já *cornos cebola*, *cornos de biqueira*, *cornos lagartixa* e *cornos pontual* foram todos fornecidos pelo informante idoso da mesma capital. Logo, o registro desses tipos de expressões formadas a partir da base lexical *cornos* apenas em João Pessoa diferencia a capital paraibana do ponto de vista da norma lexical, além de indicar uma marca diatópica. Outros tipos de formações com o item lexical *cornos* também com ocorrências únicas foram *cornos velho* fornecido por uma informante idosa de baixa escolaridade, de Rio Branco e *cornos na marra* mencionado por um informante idoso com Curso Superior de Cuiabá⁷³.

Enfim, o estudo das designações para o “marido traído” mostrou que os itens lexicais *cornos* e *chifrudo* integraram a norma lexical dos habitantes das capitais brasileiras para nomear o referente em questão. No âmbito diatópico, o registro das diferentes designações formadas a partir do item lexical *cornos* particularizou a capital João Pessoa, do ponto de vista da norma lexical para nomear o “marido traído”. Já as ocorrências das unidades lexicais *galhudo* e *boi* nas capitais de Teresina, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, São Paulo e Florianópolis e ao Norte do Brasil: Macapá, demarcaram uma linha isoglóssica. A documentação de *guampudo* em Curitiba sinaliza para a disseminação da norma lexical da capital gaúcha para a capital paranaense, já que, consoante os lexicógrafos consultados, *guampudo* se caracteriza como um regionalismo/brasileirismo do Rio Grande do Sul.

Numa dimensão sociolinguística, o uso majoritário de *traído/marido traído* entre os informantes do sexo feminino, idosos e de alta escolaridade apontou diferenças diassexuais, diageracionais e diastráticas. Já o uso da unidade lexical *galhudo*, na sua maioria, por homens, caracterizou uma variação diassexual. Verificou-se também, nesse contexto, o registro unânime das unidades lexicais de cunho pejorativo para nomear o referente em pauta, no vocabulário dos informantes com alta escolaridade, indicando, assim, uma marca diastrática.

⁷³ O levantamento dos dados sobre a pergunta 141 apontaram “áudios com defeito” (Inf. 2/Natal; Inf.8/Manaus); “respostas inválidas” (*barriga branca/pé de pano* /Inf.8/São Luís) e “questão não formulada” (Inf. 1/Manaus; Inf. 5/Boa Vista; Inf. 2/Curitiba).

4.5. QSL 142 – “a mulher que se vende para qualquer homem”

4.5.1. Análise semântica

A pergunta 142/QSL, que busca apurar as diferentes nomeações para “prostituta”, registrou, no conjunto das capitais pesquisadas, a quantia de 66 formas designativas para esse referente: *mulher à toa, bandida, barata, bicheteira, biscate, bregueira, caceteira, cachorra, cadela, cesta básica, china, conquistadora, espingarda, mulher que faz ponto, garota de programa, gata, gato velho, guerreira, interesseira, leviana, madalena, maria bagalhão, meretriz, messalina, mundana, nega choca, oferecida, perdida, pistoleira, piti, prima, profissional do sexo, prostituta*⁷⁴, *puta, quenga, rameira, rampeira, rapariga, rasteira, mulher que roda a bolsinha, rueira, safada, solteira, vaca, vadia, varejeira, mulher que vende o corpo, vigarista e vulgar.*

Esse total inclui, também, a documentação de designações formadas a partir do elemento lexical “mulher”: *mulher da vida, mulher da vida livre, mulher de aluguel, mulher de cabaré, mulher de programa, mulher de rua, mulher de tostão, mulher de vida fácil, mulher de zona, mulher fácil, mulher galinha, mulher gasolina, mulher piranha, mulher sem vergonha, mulher solteira, mulher vagabunda e mulher viva.* A Figura 10, a seguir, ilustra essas formas designativas classificadas segundo as subcategorias “perfil/caráter” e “ponto de prostituição”. A primeira categoria reuniu as formas designativas que fazem referência ao caráter e à característica da “prostituta”, como ilustra, por exemplo, a forma *mulher de aluguel*. Já a categoria “ponto de prostituição” fez alusão aos pontos de prostituição em que a *prostituta* aguarda os seus possíveis clientes.

⁷⁴ Para a unidade lexical *prostituta* foi documentada também a forma *prostituição*, da qual se considerou como forma genérica de prostituta.

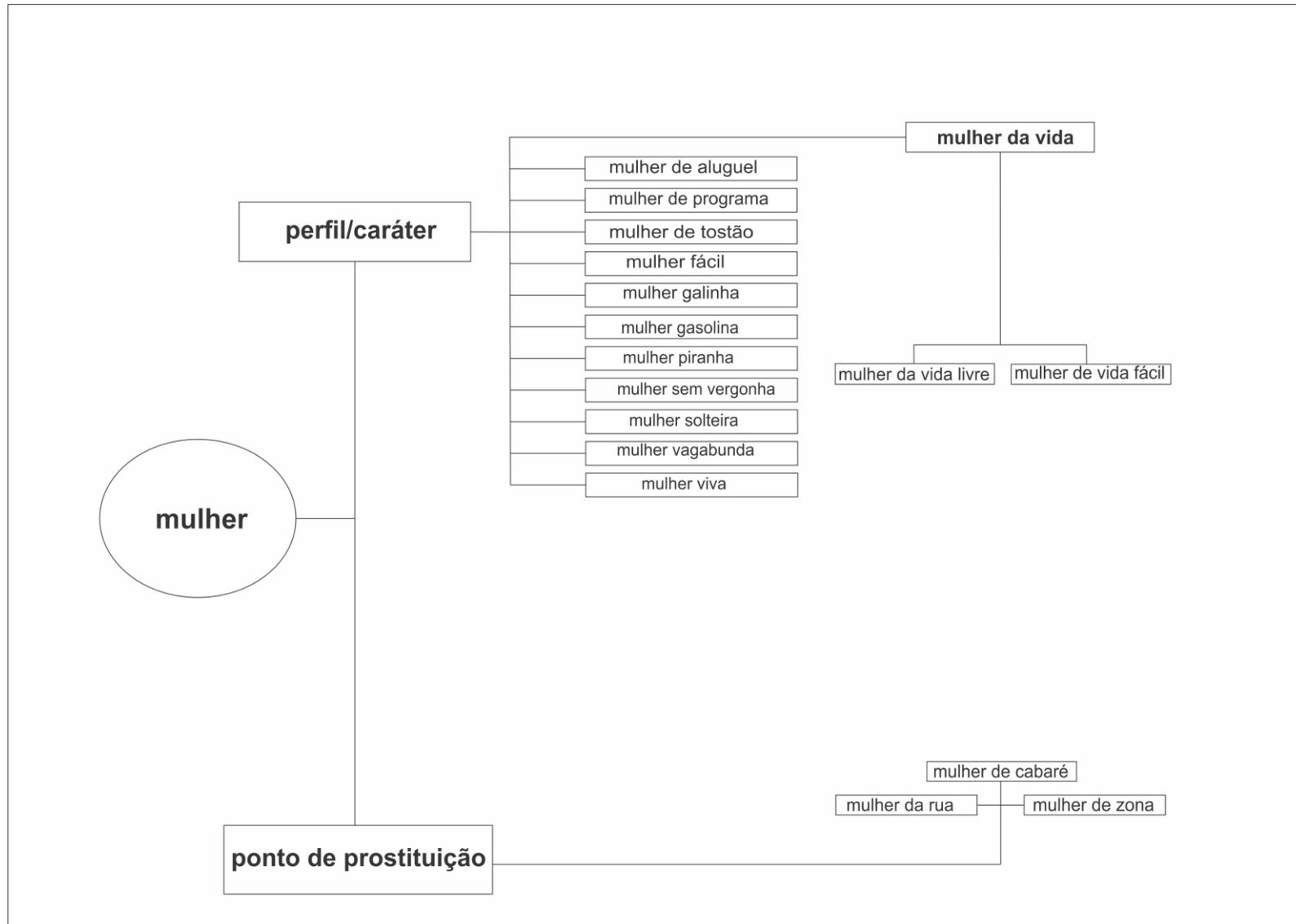


Figura 10 – Fluxograma ilustrativo de designações para *prostituta* formadas com a unidade lexical “mulher”.

O estudo das nomeações para “a mulher que se vende para qualquer homem” documentou também o uso de metáforas para nomear esse conceito: *barata*, *cachorra*, *cadela*, *cesta básica*, *espingarda*, *gata*, *gato velho*, *galinha*, *piranha*, *vaca* e *varejeira*.

Para *barata*, a acepção registrada por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004), que mais se aproxima do conceito expresso pela pergunta em questão é “vulva”, de uso popular. Nesse sentido, o emprego de *barata* está associado à forma desse inseto que, por sua vez, está sendo comparada ao órgão genital feminino, possivelmente em função das práticas sexuais exercidas pela profissional do sexo. Assim, o uso de *barata*, ao associar-se ao órgão sexual feminino, está se pautando no sema “forma”.

Ao identificar o sentido denotativo de “barata”: “designação comum a todas as espécies de insetos [...]; as de hábitos domésticos, por nutrirem-se de toda sorte de produtos, contaminam alimentos”, pode-se supor que o uso desse inseto para denominar a “prostituta” faz alusão a essas características supracitadas, já que as mulheres que vendem o corpo sujeitam-se a qualquer condição, sendo obrigadas a “servir” a qualquer homem, com a finalidade de obter lucro. Partindo dessa suposição, o sema atribuído ao uso de *barata* para designar o conceito em pauta é “comportamento”.

Outras variantes de caráter metafórico documentadas foram *cachorra* e *cadela*. Para a unidade lexical *cadela*, Houaiss (2001) registra a acepção de “prostituta”, marcando-a como de uso pejorativo, o mesmo que é feito por Ferreira (2004). Já no verbete *cachorra*, Houaiss (2001) registra também a acepção “mulher desavergonhada, indecente, devassa, imoral”. O uso de *cachorra* e de *cadela* para designar a “prostituta” representa um forte tabu linguístico, dada a carga semântica pejorativa e ofensiva imputada a esses itens lexicais. Os animais, de modo geral, não possuem parceiros sexuais fixos. Assim, considerando o traço metafórico de *cachorra* e *cadela*, quando utilizadas para nomear o conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”, parece fazer alusão a esse comportamento da *cadela* de se relacionar sexualmente com vários cães. Assim, o sema atribuído à *cachorra* e à *cadela* é “comportamento”.

Outro animal recuperado no processo metafórico para designar a “prostituta” foi *gata/gato velho*. Como a forma *gato velho* não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas, consultou-se a entrada *gato*, assim definida por Houaiss (2001): “mulher inconstante, leviana”, marcada como de sentido figurado e como um regionalismo do Maranhão e do Pernambuco. Ferreira (2001) também registra no verbete *gato* a acepção de “mulher um tanto leviana” e o classifica como um brasileirismo do Maranhão e do

Pernambuco, de uso informal. A adição da unidade lexical *velho* à forma *gato* pode indicar a mulher *prostituta* de maior idade, mais experiente no ramo.

Já para *gata* os lexicógrafos não registram a acepção de “prostituta”. O uso de *gato/gata* para denominar a profissional do sexo pode estar associado ao hábito noturno desse felino, dado que, normalmente, essas profissionais exercem sua função em períodos noturnos, estando, pois, à disposição e à procura de parceiros sexuais. Diante disso, o sema representado por *gato/gata*, quando utilizado para designar esse referente, é “comportamento”.

A galinha foi outro animal utilizado como referência para designar a “prostituta”, sendo, pois, registradas as designações *galinha* e *mulher galinha*. Ferreira (2004) atribui ao item lexical *galinha* a acepção de “pessoa que não se contenta em ter apenas um parceiro sexual”, não especificando, porém, se se aplica à mulher que vende seu corpo. Já Houaiss (2001) registra no verbete *galinha* a acepção de “mulher que se prostitui” e de “indivíduo (mulher ou homem) que se dá a contatos voluptuosos ou que age publicamente sem freio moral” ou ainda “que varia facilmente de parceiro amoroso ou sexual”. Essas acepções são classificadas como regionalismos do Brasil, de uso informal e de cunho pejorativo. Fica claro pelas definições apresentadas pelos lexicógrafos que o uso do item lexical *galinha* nas acepções registradas pelos dicionaristas não se restringe apenas à mulher profissional do sexo, mas também a todas as que se entregam a uma vida de lascívia. Tendo em vista o caráter metafórico das unidades lexicais *galinha/mulher galinha*, pode-se presumir que o seu uso para designar a “prostituta” faz referência ao fato de essa ave não possuir um parceiro sexual fixo, de forma análoga à profissional do sexo que também tem essa característica, já que exerce essa atividade como profissão. Assim, o sema que orienta o uso das unidades lexicais *galinha/mulher galinha*, enquanto designativo para “a mulher que se vende para qualquer homem”, é “comportamento”.

Foram ainda documentadas as unidades lexicais *piranha* e *mulher piranha*. Ferreira (2004) classifica *piranha* como um brasileirismo e como gíria na acepção de “mulher que, sem ser necessariamente meretriz, leva a vida licenciosa”. Houaiss (2001), por sua vez, registra duas acepções para esse item lexical: a primeira, classificada como regionalismo do Brasil, de uso pejorativo: “mulher que mantém relações sexuais por dinheiro” e a segunda: “mulher que leva vida licenciosa, que mantém relações sexuais com muitos homens”, logo, a mesma acepção registrada por Ferreira (2004). Pelo teor das definições, infere-se que o termo *piranha* não é empregado somente para designar a mulher que tem o sexo como profissão, mas se aplica também a qualquer pessoa do sexo feminino que leva uma vida libertina. Pode-se dizer que o processo metafórico dessa unidade lexical resulta da analogia estabelecida entre

o caráter predatório do animal “piranha” e o comportamento da “mulher que se vende para qualquer homem”, que é o de se aproveitar financeiramente de seu parceiro sexual e, em casos extremos, até destruir a vida de seu cliente. Isso explica o uso de *piranha* para designar a profissional do sexo e, nesse sentido, o sema a ela atribuído é “destruição”.

Para a unidade lexical *vaca*, Houaiss (2001) registra a acepção, de uso pejorativo, de “mulher de vida devassa”. Ferreira (2004), por sua vez, define essa variante como “mulher leviana, que aceita qualquer homem”, classificando-a como um brasileirismo de caráter chulo. Presume-se, assim como no caso das metáforas *cachorra*, *cadela* e *galinha*, que a designação *vaca* faz também referência ao comportamento desse bovino, isto é, o de não ter parceiro sexual fixo. Assim, o sema representado pela variante *vaca* é também “comportamento”.

Varejeira foi outra forma registrada para designar o referente em questão. No verbete *mosca*, Ferreira (2004) apresenta uma acepção que, possivelmente, simbolize o sentido atribuído pelo informante a essa variante, isto é, “pessoa importuna, impertinente, insistente”, de uso figurativo. Houaiss (2001) também registra uma acepção similar para *varejeira*. Pode-se presumir que o uso de *varejeira* para designar a “prostituta” foi motivado pela sua associação à mosca-varejeira, já que esse inseto emite forte zumbido ao voar e costuma pousar em objetos e alimentos e, nesse sentido, a “mulher prostituta”, a fim de obter lucro, se comporta de maneira insistente, se oferecendo, muitas vezes, a qualquer homem para garantir um parceiro sexual. Assim, o sema atribuído à *varejeira* é “comportamento”, do qual se pode acrescentar “insistência”. Chevalier e Gheerbrant (2008, 623) descrevem, no verbete *mosca*, algumas características desse inseto que confirmam o exposto: “incomodando, zoando, mordendo sem parar, as moscas são seres insuportáveis. Elas se multiplicam sobre o apodrecimento e a decomposição, carregam os piores germes de doenças e desafiam qualquer proteção: elas simbolizam uma busca incessante”.

Com base na análise dessas designações metafóricas inspiradas em nomes de animais, verifica-se que todas se configuram como formas pejorativas, além de denotarem xingamentos, quando utilizadas para nomear a “mulher prostituta”.

Conforme Guiraud (1966, apud, PRETI, 1984, p. 124), a associação entre a “prostituta” e a figura de um animal é denominada de “metáforas de natureza” que são “as mais populares e, apesar de sua frequente banalidade, fornecem-nos uma visão dos costumes e da mentalidade de uma época, através da ótica do povo mais simples, cujos motivos de comparação para os fenômenos são também os mais comuns”. Todavia, os dados aqui examinados mostraram que esse tipo de metáfora foi documentado entre informantes de

diferentes perfis, não corroborando, portanto, a tese desse estudioso de que esse tipo de associação metafórica se restringe a povos mais simples.

Outras designações fornecidas para nomear a “prostituta” foi *bicheteira* e *caceteira*. Essas designações possuem um sema em comum, pois ambas fazem alusão ao órgão genital masculino de modo que *bicheteira* foi formada a partir união do substantivo bicho + o sufixo –eira e *caceteira* formou-se a partir da junção do substantivo *cacete* + o sufixo –eira. O órgão sexual masculino é popularmente designado por “cacete” e por “bicho”, acepções essas registradas por Ferreira (2004) e por Houaiss (2001). Segundo Ferreira (2004), um dos sentidos atribuído ao sufixo nominal –eiro é “que exerce certo ofício, profissão ou atividade”. Por essa ótica podemos depreender que o ato da prostituição exige da mulher o contato, a manipulação do órgão genital masculino, o que talvez explique os usos das variantes *caceteira* e *bicheteira* para nomear o conceito “mulher que se vende para qualquer homem”. As variantes *bicheteira* e *caceteira* têm caráter neológico, pois não estão dicionarizadas nas obras consultadas para esta pesquisa. Além disso, se configuram como formas metafóricas, dada a referência ao contato com o órgão sexual masculino e, sendo assim, o sema expresso por elas é “manipulação”. *Bicheteira* e *caceteira* possuem, portanto, conteúdo semântico pejorativo, quando empregadas para designar a “prostituta”.

Outra unidade lexical fornecida como designação para “prostituta” foi *espingarda*. Houaiss (2001) assinala *espingarda* como um regionalismo do Nordeste, de uso informal, definindo-a como “concubina, amante” e Ferreira (2004) também a define como “concubina”, classificando-a como um brasileirismo do Nordeste. Considerando-se o senso comum de que a profissional do sexo tenta ao máximo explorar financeiramente o seu parceiro sexual, levanta-se a hipótese de que a designação *espingarda* faz referência à cobrança exorbitada que a “prostituta” exige de seu parceiro sexual, assemelhando-se, assim, a um “assalto”. Nesse sentido, *espingarda* faz inferência ao sema “assalto”.

Os dados forneceram também o fraseologismo *cesta básica* para designar a “prostituta”. Houaiss (2001) registra *cesta básica* como locução do verbete *cesta*, assim definido: “grupo de bens essenciais à subsistência de uma família de quatro pessoas durante um mês, composto de itens alimentares básicos, higiene e limpeza”, classificando-a como um regionalismo do Brasil. O uso dessa designação pressupõe que o dinheiro adquirido pela cobrança dos serviços da mulher *prostituta* lhe garantirá o sustento. Com base nisso, *cesta básica*, quando empregada para designar a *prostituta*, reporta ao sema “sustento”. Outro aspecto pertinente a esse fraseologismo é o seu caráter neológico, quando empregado para

nomear “a mulher que se vende a qualquer homem”, posto que se trata de uma forma linguística já existente, a que foi atribuído um novo sentido.

Outro fraseologismo fornecido como designação para o referente em estudo foi *mulher que roda a bolsinha*. Houaiss (2001) apresenta *rodar bolsinha* como locução do verbete *bolsinha* que se define como “procurar clientes na rua (falando-se de indivíduo que se prostitui)”; de uso informal. Ferreira (2004) registra apenas a locução “bater bolsa” no verbete “bolsa”, também na acepção de “exercer a prostituição”. Nota-se que a forma *mulher que roda a bolsinha* remete à prática de rodar a bolsa para atrair clientes, exercida pela *prostituta*, especificamente, nas ruas. Nesse sentido, o emprego de *roda a bolsinha* faz inferência ao sema “gesto”.

Os dados registraram, também, três antropônimos para designar a “prostituta”: *madalena*, *maria bagalhão* e *messalina*. Para *madalena*, Houaiss (2001) registra a definição de “mulher chorosa e triste; pecadora que expressa arrependimento sincero de suas faltas, geralmente devotando-se à vida religiosa”, classificando-a como de uso informal. Ferreira (2004) define essa variante como “mulher dedicada à vida religiosa, em reparação do passado airado ou libertino”. Segundo Houaiss (2001), *madalena* provém do antropônimo bíblico Maria Madalena, simbolicamente “pecadora arrependida”. Logo, o uso de *madalena* para nomear “a mulher que se vende para qualquer homem” configura-se como uma forma eufêmica.

A outra forma antroponímica documentada foi *maria bagalhão*. Considerando que essa designação não está dicionarizada pelos lexicógrafos consultados, consultou-se a unidade lexical “bagalhão”, definida por Houaiss (2001) como “grande bago ou bago”. Para a unidade lexical “bago”, esse lexicógrafo registra duas acepções que possivelmente se aproximam do conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”: a) “mesmo que testículo”, de uso informal; b) “qualquer montante de dinheiro; bagalhoça, bagarote”, também de uso informal. Nota-se que a primeira acepção faz alusão aos testículos, portanto, o registro de *maria bagalhão*, nesse contexto, provavelmente, esteja relacionado aos atos sexuais realizados pela prostituta, bem como a eventual manipulação dos testículos de seu parceiro sexual. Já o uso dessa designação com base na segunda acepção, pode estar relacionado ao objetivo da prostituta em obter lucros em suas práticas sexuais, daí o uso de *maria bagalhão*. Quanto à combinação de “bagalhão” ao antropônimo Maria, não se identificou motivos para essa composição, todavia, supõe-se que o seu uso se explique por tratar-se de um nome bastante comum, o que justifica, talvez, o seu uso em diversas expressões e ditos populares brasileiros.

Considerando, então, os semas atribuídos a “bagalhão”, o emprego de *maria bagalhão* representa uma forma pejorativa para designar a “prostituta”.

A unidade lexical *messalina*, por sua vez, é definida por Houaiss (2001) como “mulher de costumes dissolutos; libertina” e como “meretriz”, caracterizada como derivação por extensão de sentido. Segundo esse lexicógrafo, *messalina* provém

do antropônimo Valeria Messalina (22-48 d. C), imperatriz romana, mulher de Cláudio I, que se entregou a devassidão, tendo sido executada por ordem do imperador, depois de ter casado publicamente com C. Sílio, com a intenção de fazê-lo tomar o lugar de Cláudio (HOUAISS, 2001).

A utilização de *messalina* para designar a “prostituta” representa, pois, uma forma antroponímica, tendo em vista a sua referência ao comportamento devasso da imperatriz romana em questão. Essa designação expressa uma carga semântica eufêmica para nomear a mulher que vende o seu corpo.

Pelo exposto, verifica-se que o uso de *madalena* e *messalina* representam formas metafóricas para designar a “prostituta”, pela relação de contiguidade entre o comportamento devasso da “profissional do sexo” e das mulheres referenciadas. *maria bagalhão* também se configura como uma metáfora, tendo em vista a relação entre as práticas sexuais realizadas pela “prostituta” e o referente abordado por “bago”.

Outra designação auferida para “a mulher que se vende para qualquer homem” foi *mulher à toa*. Houaiss (2001) apresenta no verbete “à-toa” duas acepções que correspondem ao conceito expresso pela pergunta em questão: “digno de desprezo; vil, baixo” e “de reputação duvidosa”. Esse lexicógrafo registra também, no verbete *mulher*, a forma “mulher à-toa”, definida na acepção de “meretriz”, de uso pejorativo. Já Ferreira (2004) registra no verbete “à-toa” a acepção de “pessoa que se prostitui”. Bluteau (1712-1728) no verbete “toa”, em seu sentido moral, a acepção de deixar-se “levar à toa dos costumes do mundo”. Já Moraes (1813) registra, no sentido figurado, para *à toa* a acepção “ir sem governo, conselho”. Diante das acepções registradas pelos lexicógrafos consultados, presume-se que o uso de *à toa* para referir-se à “prostituta” faz menção à vida libertina da mulher que, abstraída de princípios morais, segundo valores sociais, vive e age conforme sua própria vontade.

Para a unidade lexical *bandida*, Houaiss (2001) registra o sentido de “mulher que pratica a prostituição ou tem vida sexual promíscua” e a classifica como um regionalismo do Brasil de caráter pouco usual e de uso pejorativo. Já Ferreira (2004), no verbete *bandida*, remete o consulente para *piranha* e a classifica como um brasileirismo de caráter gírioso e pouco usual. Nos dicionários de Bluteau (1712-1728) e de Moraes (1813) *bandida* não está dicionarizada, apenas o verbete *bandido* que, por sua vez, não contém a acepção “prostituta”.

Assim, o emprego de *bandida* para designar a “profissional do sexo” evidencia a atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente na língua. A unidade lexical *bandida*, quando utilizada para designar “a mulher que se vende para qualquer homem”, parece fazer referência ao bandido, em especial, no que diz respeito às suas práticas de assaltos, isso porque a mulher “prostituta”, com o objetivo de obtenção de lucros, tenta tirar o máximo proveito de seus parceiros sexuais, daí a analogia com o “bandido”.

Com esse mesmo traço semântico foi registrada a variante *pistoleira*. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram para essa unidade lexical a acepção de “prostituta”, com a classificação de uso informal, gíria. O uso de *pistoleira* pode ser compreendido a partir de duas inferências: a) cobranças de valores exorbitantes, por parte da mulher *prostituta*, pelos serviços oferecidos, semelhantemente a um assalto; b) alusão ao órgão sexual masculino, popularmente conhecido como “pistola”.

Outra designação auferida para a pergunta 142/QSL foi *biscate*. Houaiss (2001) define essa unidade lexical como “prostituta de rua ou mulher de prostíbulo”, classificando-a como um regionalismo de São Paulo, de uso tabuístico e diacrônico. Já Ferreira (2004) a caracteriza como um brasileirismo de São Paulo, na rubrica “gíria” e faz remissiva para o verbete *prostituta*. Veja-se que *biscate* é um termo de caráter insultuoso, quando aplicado à “mulher que se vende para qualquer homem”, representando, portanto, um tabu linguístico.

Bregueira foi outra unidade lexical documentada pelos dados do Projeto ALiB, para nomear o conceito em questão, que também não está registrada nos dicionários consultados. No verbete *brega* encontra-se a seguinte acepção, classificada como um regionalismo da Bahia e de uso informal: “zona de meretrício” (HOUAISS, 2001). Da mesma forma Ferreira (2004) remete o consulente para “zona”, classificando-a como um brasileirismo do Nordeste. Fica evidente que a unidade lexical *bregueira* foi constituída pela junção do nome *brega* ao sufixo *-eira*. Assim, considerando que o sufixo nominal *-eiro* denota aquele “que exerce certo ofício, profissão ou atividade” (FERREIRA, 2004), presume-se que a designação *bregueira* para nomear a “mulher prostituta”, faz alusão ao estabelecimento em que essa mulher exerce a sua função de profissional do sexo. Assim, considerando a sua não dicionarização, *bregueira* configura-se como uma forma linguística de caráter neológico, além de se configurar como uma metonímia, tendo em vista a sua referência ao estabelecimento onde se pratica a prostituição.

Relacionadas à *bregueira*, foram registradas as unidades lexicais *mulher de cabaré* e *mulher de zona*. A primeira não está dicionarizada, mas *cabaré*, segundo Houaiss (2001), nomeia um tipo de “estabelecimento comercial onde geralmente são apresentados números de

música, dança e variedades e onde os clientes podem beber, dançar e consumir refeições”. Já Ferreira (2004) traz para *cabaré* a acepção de “casa de diversões onde se bebe e dança e, em geral, se assiste a espetáculos de variedades”. Já a forma *mulher de zona* está registrada por Houaiss (2001) no verbete *mulher* na acepção de “meretriz”, classificada como um regionalismo do Brasil, de uso tabuístico. Logo, o uso das variantes *mulher de cabaré* e *mulher de zona* faz referência ao estabelecimento em que a “prostituta” exerce a sua profissão, respectivamente, o *cabaré* e a *zona*.

Nessa linha semântica, apuraram-se as designações *rueira* e *mulher de rua*. Para elucidar o uso da primeira unidade lexical, consultou-se o verbete *rueiro*, assim definido: “que ou aquele que gosta de andar pelas ruas ou que passa grande parte do dia na rua; arruador, ruador”. Por essa acepção, pode-se entender que o uso de *rueira* para denominar a “prostituta” faz referência ao local em que essa mulher se instala para aguardar os seus possíveis clientes, nesse caso, está se falando das ruas, dos locais públicos eleitos como pontos de encontro, daí o uso de *rueira*. Assim, o sema expresso por essa variante é “local”. A forma *mulher de rua* está dicionarizada por Houaiss (2001) como subentrada do verbete *mulher*, definida na acepção de “meretriz”, com a marca de regionalismo do Brasil, de uso pejorativo.

Para a variante lexical *china*, Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram a acepção de “meretriz”, classificando-as, respectivamente, como um regionalismo do Sul e um brasileirismo do Sul. No verbete *china*, Cascudo (1972, p. 273), no seu dicionário do folclore, registra a seguinte informação:

[...] mulher de índio, mulher de cor morena carregada, mulher pública (Roque Calage, *Vocabulário Gaúcho*, 1926). Ocorre no Brasil meridional e, ocasionalmente, nos Estados do Este. Meretriz. O diminutivo *chinita*, de acento carinhoso, dirige-se indistintamente às moças do interior, muito citado em poesia e canto regional. O vocabulário de chilenismos de Lenz registra *China* como *niña*, *muchacha*, *mujer del pueblo bajo*, *querida*, *manceba*, *mujer pública*, etc. Identicamente no Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai, etc.

Conquistadora foi outra designação apurada para nomear a “prostituta”. Para o verbete conquistador, Houaiss (2001) apresenta a definição de “que ou aquele que atrai simpatias ou faz conquistas amorosas”. Assim, o uso de *conquistadora* para designar a “mulher prostituta” remete à “aptidão” dessa profissional para atrair seus clientes. *Conquistadora* representa, portanto, uma forma neutra para designar a “prostituta”.

A forma *mulher de vida fácil* também não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas. Ferreira (2004), no verbete *vida*, registra a locução *vida fácil*, que é definida como “prostituição, má vida, vida airada e apresenta como exemplo: *mulher de vida fácil*”. Pode-se compreender que essa denominação representa a ideia de que a mulher que pratica a

prostituição o faz por opção e prostitui-se porque deseja levar uma “vida fácil”, ao invés de garantir seu sustento por meio de outra busca de emprego.

Relacionadas semanticamente a essas unidades léxicas, houve o registro de *mulher fácil*, ainda não registrada nos dicionários consultados para este estudo. Já o item lexical *fácil* está assim definido: “que se executa ou obtém sem dificuldade”; “facilmente, à toa” (HOUAISS, 2001). Com base nessas acepções, supõe-se que o sema “fácil”, quando atribuído à “prostituta”, remete à facilidade da conquista, já que, com o seu propósito de ganhar o sustento, se oferece a qualquer homem e se submete à situação estipulada por ele.

Nesse contexto, foi registrada, também, a unidade lexical *oferecida*. Houaiss (2001) define *oferecido* na acepção de “que se dá facilmente como parceiro sexual”. Com base nessa definição, fica evidente que o uso de *oferecida* para nomear a “prostituta” denota o conceito de que essa mulher, dada a natureza da sua profissão, se oferece a qualquer homem no intuito de garantir seu sustento.

A expressão *fazer ponto* também foi fornecida como designativo para “a mulher que se vende para qualquer homem”. Houaiss (2001) registra a locução “fazer ponto em” como subentrada do verbete *ponto* assim definido: “frequentar regularmente um lugar”. Com base nisso, fica implícito, pois, que nomear a “prostituta” com a forma *fazer ponto* faz referência ao ponto de encontro onde essa mulher espera os seus clientes, normalmente lugares públicos. Assim, embora o dicionário registre esse sentido expresso por *fazer ponto*, não registra, contudo, a acepção de “prostituta”, o que lhe confere um caráter neológico.

Outra unidade lexical apurada foi *guerreira*, definida por Houaiss (2001) como “feminino de guerreiro” e “o mesmo que formiga correição”. Diante disso podem-se estabelecer duas motivações para o uso de *guerreira* como designativo de “prostituta”. A primeira pressupõe que “a mulher que se vende para qualquer homem” é qualificada como uma *guerreira*, batalhadora para obter o seu sustento, tendo em vista as dificuldades enfrentadas na prática da prostituição. Já a segunda refere-se ao sentido figurado impresso ao termo, quando utilizado para nomear a “prostituta”, em alusão a um inseto, no caso a “correição”, item lexical assim definido por Houaiss (2001): “marcha de formigas, geralmente dispostas em fila, que realizam determinado trabalho”. Assim, a alusão à “mulher prostituta” com a designação *correição* associa a marcha das formigas a da profissional que se instala em locais públicos e acaba competindo com outras que também ocupam outros pontos de proximidade, formando uma espécie de “fila” de “mulheres prostitutas”, daí o uso de *guerreira* para designá-la, em associação com a acepção *correição*.

A variante lexical *interesseira* foi outra designação registrada para “prostituta”. Houaiss (2001) define o item lexical *interesseiro* como “que ou aquele que tem por objetivo primordial satisfazer seus próprios interesses, adotando, para este fim, procedimento falsamente sociável com aqueles que lhe possam ser úteis”. Ferreira (2004), por seu turno, registra para *interesseiro* a acepção “que só atende ao seu interesse; egoísta”. Assim, o uso de *interesseira* para designar a profissional do sexo associa-se a essa acepção do termo, já que essa profissão é exercida com a finalidade de sustento, visando, assim, ao interesse individual da profissional.

Foi documentada, também, a unidade lexical *leviana* para designar o referente em pauta. Houaiss (2001) define *leviano* na acepção de “que requer pouco esforço; leve”, classificado como um regionalismo do Brasil; diacronismo. Ferreira (2004) também classifica esse item lexical como de uso antigo no sentido de “que exige pouco esforço; maneiro, leve”. Assim, a unidade lexical *leviana*, quando utilizada para designar a “prostituta”, sugere que a mulher que vive da prostituição leva uma vida “sem” esforço e dificuldade.

Já a unidade lexical *meretriz* é definida por Houaiss (2001) como “mulher que pratica meretrício, que mercadeja o corpo”. Ferreira (2004), por sua vez, a define como “mulher que pratica o ato sexual por dinheiro”. Essa unidade lexical já estava dicionarizada em Moraes (1813) como “a mulher, que devassa a sua honestidade por máo preço”. Houaiss (2001), por seu turno, registra como primeira datação para *meretriz*, o século XIV, o que confere a essa unidade lexical um caráter arcaizante.

Mundana foi outra variante auferida para nomear a “prostituta”. Tanto Houaiss (2001) quanto Ferreira (2004) atribui à unidade lexical *mundana* a acepção de “meretriz”. Houaiss (2001), por sua vez, no verbete *mulher* registra a locução “mulher do mundo”, classificada como um eufemismo, de uso pejorativo. Moraes (1813) também traz no verbete “mundano” a acepção de “prostituta”: “mulher mundana; meretriz”, definindo essa unidade léxica como de uso figurativo na acepção de “profano, dado aos prazeres do mundo”. Houaiss (2001) aponta como primeira datação para *mundana* o século XIV, logo, trata-se de um item lexical inserido no sistema lexical da língua portuguesa há muitos séculos, o que lhe confere o estatuto de arcaísmo. *Mundana*, quando utilizada para se referir à “mulher que vende o corpo para qualquer homem”, prenuncia que essa mulher goza dos prazeres oferecidos pelo mundo.

Nega choca foi outra forma fornecida para designar o conceito em questão. Essa expressão não está dicionarizada em nenhuma das obras lexicográficas consultadas para este estudo. Sendo assim, levanta-se a hipótese de que a unidade lexical *nega choca*, devido ao sema “choca”, possivelmente, proveniente de “chocar”, faz referência a qualquer ave, posto

que essa espécie de animal choca seus ovos. Houaiss (2001) define *chocar* como “postar-se (uma ave) em posição de transmitir o calor do corpo (aos ovos) para propiciar o desenvolvimento do embrião e o conseqüente nascimento dos filhotes; incubar”. Sendo assim, considerando que *galinha* é uma forma popular bastante empregada para designar a “prostituta”, supõe-se que *nega choca* faz alusão a essa ave em questão. Já *nega*, uma forma popular de *negra*, parece ter uma conotação depreciativa pela combinação da forma “negra”, normalmente carregada de preconceito, com “chocar” que se reporta à galinha. Em face disso, essa forma designativa se configura como tabuística.

Outra variante citada para nomear o referente em pauta foi *perdida*, unidade lexical definida por Houaiss (2001) como “mulher prostituída; meretriz”. Ferreira (2004) também traz para *perdida* a acepção de “meretriz”. Bluteau (1712-1728) já registrara como locução do verbete “perdido” a forma “mulher perdida”, definida como “impudica, meretriz”. De igual modo, Moraes (1813) também inclui no verbete “perdido” a locução “mulher perdida; meretriz”. Essa designação possui carga semântica eufêmica, quando empregada para nomear a “mulher prostituta”.

Ainda foi documentada a unidade lexical *piti* como designação do conceito em exame. Houaiss (2001) a define como “ataque nervoso ou histérico; chlique, faniquito”, marcada como um regionalismo do Brasil, de uso informal e considera a forma *piti* como uma redução da unidade léxica “pitiatismo”. Ferreira (2004) também traz para *piti* a acepção de “ataque histérico”, classificando-a como um brasileirismo, de uso popular. O uso de *piti* para designar “a mulher que se vende para qualquer homem” pode evocar a hipótese de que essa profissional pode revelar comportamento de histeria.

Prima foi outra designação apurada para o referente em questão. Nenhum dos dicionários consultados para este estudo registra a acepção de “prostituta” para *prima*. Todavia, trata-se de um termo popular muito comum em muitas regiões brasileiras, utilizado pelos homens para se referir à prostituta. Expressões como “casa das primas” (casa de baixo meretrício), encontrar uma *prima* (uma mulher de programa) são usuais no vocabulário masculino. O excerto da entrevista com um informante jovem, com Curso Superior, de Boa Vista ilustra o exposto: “Inf: *Prima* já é mais assim, tipo eu tô assim com os amigos né, aí eles dizem ah, vamos lá chamá as *prima* prá... assim, então vamos lá com as *primas*, ou então, não sei o que das *primas*, eles se referem à *prima*, que são as prostitutas no caso né” (Inf. 5)⁷⁵.

⁷⁵ Informante masculino de Boa Vista, com 27 anos, com Curso Superior.

Assim, a variante *prima*, quando utilizada para designar a “mulher prostituta”, parece não configurar-se como depreciativa.

A forma *profissional do sexo* também não está dicionarizada pelos lexicógrafos consultados. Contudo, nota-se que essa designação é de caráter genérico, já que indica que a “prostituta” é uma profissional especialista em sexo. Essa forma possui carga semântica eufêmica, quando utilizada para nomear a “prostituta”. Outra designação apurada foi a forma mais disseminada *prostituta*. No verbete *prostituta*, Ferreira (2004) remete o consulente para *meretriz*, assim definida: “mulher que pratica o ato sexual por dinheiro”. Já Houaiss (2001) define *prostituta* como “mulher que exerce a prostituição”. Prostituição, por sua vez, é definida como “atividade institucionalizada que visa ganhar dinheiro com a cobrança por atos sexuais [...]”. Bluteau (1712-1728) no verbete *prostituição* assim define esse termo: “a ação de prostituir. A prostituição de uma mulher”. Morais (1813) também define *prostituição* como “o ato de prostituir; ou de se prostituir”.

Já *puta*, outra designação mencionada para designar “a mulher que se vende para qualquer homem”, é definida por Houaiss (2001) como “mesmo que prostituta”, de uso tabuístico, e também como “qualquer mulher lúbrica que se entregue à libertinagem”, de uso pejorativo. Ferreira (2004) define a mesma variante lexical como “meretriz” e como “mulher devassa e libertina”, classificada como um termo chulo. Já Morais (1813) atribui à unidade lexical *puta* a acepção de “mulher, que devassa a sua honra, e peca contra a castidade com homem que não é seu marido”. Esse lexicógrafo registra, ainda, que *puta* provém do italiano *puta*, donzela, moça honesta. Percebe-se, pelas acepções apresentadas, que o uso de *puta* se aplica não apenas à “profissional do sexo”, mas a toda mulher que leva vida libertina.

Logo, *puta* afigura conteúdo semântico bastante depreciativo. Ao focalizar o caráter pejorativo dessa unidade léxica, enquanto designativa para “prostituta”, Kroll (1984, p. 102) argumenta que

[...] a palavra ofensiva *puta* que, sobretudo na boa sociedade, se procura evitar, esquiva-se normalmente, deforma-se ou substitui-se por outras eufemizantes. Na literatura aparecem com frequência os famosos três pontos que graficamente velam palavras tidas como indecentes, grosseiras e obscenas.

Um dado a ser pontuado diz respeito ao fato de o uso da variante *puta*, segundo um informante idoso de alta escolaridade, de Macapá, estar associado ao local de trabalho da profissional: “Inf: quando ela é de zona mesmo, é puta” (Inf. 7)⁷⁶. Ou ainda, conforme outro informante entrevistado pelo Projeto ALiB, idoso, com Curso Superior de Manaus, o uso do termo *puta* está associado ao grau de instrução ou à profissão do falante: “Inf.: o analfabeto

⁷⁶ Informante masculino de Macapá, com 58 anos, com Curso Superior.

chama, ah, fulana é *puta*, o analfabeto, o grosseiro, o chofer de praça aí, esses cara analfabeto. Ah, fulana é *puta*” (Inf. 7)⁷⁷.

Outra designação apurada foi *quenga*, que é definida por Houaiss (2001) como “mulher que exerce a prostituição; meretriz” e classificada como tabuísmo. Ferreira (2004) registra para *quenga* a acepção de “meretriz” e a marca como termo chulo.

Já a unidade lexical *rameira* é definida por Houaiss (2001) como “mulher que exerce a prostituição; meretriz, prostituta”. O mesmo lexicógrafo esclarece que *rameira* advém de “ramo + *eira*; nome dado no século XV, em Portugal, às frequentadoras de tabernas que, para assinalarem sua presença, ostentavam na porta ramos de árvores”. Sobre isso, Kroll (1984, p. 103) registra, também, que o uso de *rameira* se explica pelo fato de a prostituta por “um ramo à porta da sua casa para indicar que o era”. Bluteau (1712-1728) registra que *rameira* “é o mesmo que *ramera* em castelhano, e *meretriz* em latim”, enquanto Moraes (1813) aponta para *rameira* a acepção de “meretriz”.

Rampeira foi outra designação fornecida para designar o referente em pauta. Nesse particular, vale registrar que *rampeira* tanto pode indicar uma variação de *rameira* em decorrência de um processo epêntese de consoante bilabial, quanto a forma feminina de *rampeiro*, termo definido por Houaiss (2001) como “pertencente à camada inferior de uma sociedade”, marcando-o como um regionalismo do Sul do Brasil. Ferreira (2004) atribui-lhe o sentido de “de baixa classe; inferior”, classificando-o como um brasileirismo do Sul. Portanto, vê-se, nesse caso, que a “profissional do sexo”, ao ser denominada de *rampeira*, está sendo considerada como um indivíduo que ocupa posição social inferior. Assim, o sema emitido pelo uso dessa variante ao nomear a “prostituta” é “depreciação”.

Outra designação documentada foi *rapariga*, definida por Houaiss (2001) como “mulher que vive da prostituição; meretriz, prostituta” e classificada como regionalismo do Nordeste do Brasil, de Minas Gerais e de Goiás. Ferreira (2004) também atribui a essa unidade léxica a acepção de “meretriz”, termo marcado como um brasileirismo das mesmas regiões apontadas pelo lexicógrafo anterior. Importante destacar que, segundo Ferreira (2004), *rapariga* possui, em Portugal, a acepção de “moça do campo”, que é pouco usual no Brasil. Tanto assim, que nos dicionários portugueses de Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) a acepção atribuída à *rapariga* é “moçazinha”. Percebe-se, pois, a diferença semântica entre o uso do termo no Brasil e em Portugal, posto que, no Brasil, *rapariga* é popularmente conhecida como uma forma pejorativa de nomear a “profissional do sexo”.

⁷⁷ Informante masculino de Manaus, com 64 anos, com Curso Superior.

Rasteira, outra variante para identificar “a mulher que se vende para qualquer homem”, não está dicionarizada nessa acepção nos dicionários consultados. Todavia, o significado atribuído a essa unidade lexical, em seu sentido figurativo, é “ação desleal, para obter vantagens, proveitos indevidos; golpe” (HOUAISS, 2001), ou ainda, “ato traiçoeiro; perfidia, golpe” (FERREIRA, 2004). Com base nessas acepções fica evidente que a “mulher prostituta”, possivelmente, pela sua necessidade em obter lucros, é tida como aquela que se aproveita financeiramente de seus parceiros sexuais, o que justifica o uso de *rasteira* para designá-la. Outra acepção que pode justificar o uso de *rampeira* para designar a “prostituta” é a própria definição do termo *rasteiro*: “sem expressão, sem valor, inferior, ordinário, vulgar” (HOUAISS, 2001). Partindo dessa acepção, entende-se que o uso de *rampeira* para nomear a “profissional do sexo” denota desvalorização e situa esse tipo de profissional como membro das camadas mais baixas da sociedade, do ponto de vista das classes sociais.

Apurou-se também a variante *safada*. Houaiss (2001) define *safado* na acepção de “que ou que leva uma vida dissoluta; libertino, devasso, obsceno”. Ferreira (2004) atribui-lhe a acepção “pornográfico, imoral”. Embora esses lexicógrafos não registrem a acepção de “prostituta” para esse verbete, fica subentendido que o seu uso para nomear a “profissional do sexo” denota a prática de se vender a qualquer homem, comportamento considerado pela sociedade como imoral e libertino. *Safada*, portanto, carrega um sema negativo quando designa a “mulher que vende o seu corpo”.

Com esse mesmo traço semântico, foi registrada a designação *vagabunda/mulher vagabunda*. Houaiss (2001) classifica *vagabunda* como um regionalismo do Brasil, de uso informal e pejorativo e apresenta remissiva para o verbete *vadia*. Ferreira (2004), por sua vez, classifica *vagabunda* como um brasileirismo e como uma gíria e faz remissiva para *piranha*. O uso dessa variante representa, portanto, um xingamento, quando empregada para nomear a “prostituta”.

A unidade lexical *vadia* também foi documentada como designação para “prostituta”. Para essa unidade lexical, Houaiss (2001) registra a definição de “mulher que, sem viver da prostituição, leva vida devassa ou amoral”, marcando-a como regionalismo do Brasil, de uso pejorativo e informal. Já Ferreira (2004) no verbete *vadia* faz remissiva para “piranha”. Nota-se, assim, que as designações *vagabunda*, *mulher vagabunda* e *vadia* não se aplicam apenas à “prostituta”, mas também a qualquer outra mulher que se entrega a uma vida libertina e amoral. *Vadia*, possui, portanto, carga semântica depreciativa para nomear a “prostituta”.

Foi registrada também, como designação do referente em estudo, as formas *solteira* e *mulher solteira*. No verbete *solteira*, Houaiss (2001) registra a acepção de “meretriz”,

classificando-a como um regionalismo do Nordeste, com marca de diacronismo. Ferreira (2004), por sua vez, indica a acepção de “meretriz” apenas para a forma *mulher solteira*, marcando-a como um brasileirismo dos Estados do Ceará e de Minas Gerais. Essa designação não exprime carga semântica ofensiva, ao contrário, representa uma forma neutra para designar “a mulher que se vende para qualquer homem”, contemporaneamente com tendência ao desuso.

A forma *mulher que vende o corpo* também foi fornecida como nomeação para a “prostituta” pelos informantes do Projeto ALiB. Observa-se que trata-se de uma designação de caráter genérico, possivelmente, utilizada com o fim de diminuir a carga semântica expressa pelo termo *prostituta*.

Outra forma designativa documentada foi *vigarista*. Para essa unidade léxica, Houaiss (2001) atribui o sentido de “mulher que se prostitui; meretriz”, enquanto Ferreira (2004) limita-se a atribuir-lhe a acepção “meretriz”. Ao que parece, essa variante expressa uma carga semântica negativa, quando utilizada para nomear a “mulher que se vende”, dado que, ao consultar outra acepção para essa mesma unidade lexical, obtém-se “aquele que, através de um ato de má-fé, tenta ou consegue lesar ou ludibriar outrem, com o intuito de obter para si uma vantagem”. Assim, com base nessa acepção, pressupõe-se que a “prostituta”, quando designada por *vigarista*, recebe a conotação de mulher enganadora, que se aproveita de seu parceiro sexual no intento de ser beneficiada financeiramente.

Vulgar foi outra unidade lexical registrada para nomear o referente em pauta. Para Houaiss (2001) essa unidade lexical se define como “de qualidade inferior; baixo, chulo, grosseiro, reles”. Ferreira (2004) define-a como “reles, ordinário”. Possivelmente o uso desse item lexical esteja associado ao comportamento da “prostituta”, ou seja, o de se oferecer a um homem, atitude essa que, perante os princípios que regem a sociedade, representa um comportamento amoral. O sentido de vulgaridade pode, também, estar associado às vestimentas utilizadas por essa profissional com o propósito de atrair parceiros sexuais. Assim, considerando que os dicionários consultados não atribuem a *vulgar* a acepção de “prostituta”, o sema contido nessa unidade lexical, quando utilizada para nomear “a mulher que vende o seu corpo”, é “comportamento”.

Outras designações formadas a partir do item lexical *mulher* foram documentadas para nomear o conceito expresso na pergunta 142/QSL. Uma delas foi o uso da expressão *mulher gasolina*, que por seu turno, parece sugerir o interesse da “prostituta” por parceiros sexuais bem sucedidos que possuem carros, no intuito de poder usufruir desse bem material.

Já a forma *mulher sem vergonha* parece sugerir que a mulher prostituta é alguém que não preza valores morais. A denominação *mulher de tostão*, por seu turno, faz referência ao dinheiro. Assim, *mulher de tostão* sinaliza que o interesse da “profissional do sexo” centra-se na exploração do dinheiro de seus parceiros sexuais. Outra possível motivação para o uso dessa forma designativa pode estar relacionada ao sentido expresso por *tostão*: “soma de dinheiro, definida ou não, mas geralmente pouca”. Logo, considerando que o *tostão* representa uma moeda de pouco valor, pode-se inferir que o uso de *mulher de tostão* indica a conotação de a prostituta ser obrigada a vender-se por qualquer preço, haja vista, que muitas mulheres que exercem a prostituição são forçadas a vender-se por pouco valor para se sustentarem.

Foi também registrada *mulher de programa*. Houaiss (2001) registra a unidade lexical *mulher de programa* no verbete *mulher*, definindo-a como “mulher que, mediante pagamento, acompanha um homem de negócios e deve comportar-se de modo previamente planejado”. Já Ferreira (2004) registra *mulher de programa* como subentrada de *programa* na acepção de “relativo à pessoa que faz programas amorosos por dinheiro”. Por essa acepção, levanta-se a hipótese de que a forma *mulher de programa* reporta àquelas mulheres que exercem a prostituição em locais exclusivos, como o prostíbulo, hotéis de luxo, por exemplo, que são frequentados, na sua maioria, por clientes de alto poder aquisitivo que têm a prerrogativa de selecionar a mulher que melhor lhe agrade. Trata-se de uma designação que evidencia uma visão contemporânea da “profissional do sexo”. Vale destacar que essa forma parece ser usada exclusivamente para fins profissionais, ou seja, para designar a mulher que exerce a profissão de vender o seu corpo a homens de alto poder aquisitivo.

Nesse contexto semântico, situa-se também a designação *garota de programa*. Houaiss (2001) registra *garota de programa* como subentrada de *garota*, assim definida: “mulher jovem que se prostitui sem se expor nas ruas como a prostituta comum, geralmente fazendo contatos por telefone”. Percebe-se que, assim como *mulher de programa*, a designação *garota de programa* é uma forma utilizada para designar, modernamente, a “profissional do sexo”. Ao contrário de *mulher de programa* que remete à mulher de mais idade, mais experiente no ramo da prostituição, *garota de programa* reporta-se à mulher jovem que se submete a esse tipo de atividade. No intuito de ratificar o exposto, segue um trecho da transcrição do inquérito de um informante idoso com Curso Superior de Manaus: “e modernamente a rapaziada dita ‘soçaité’ chama de *mulher de programa* se ela tiver certa idade ou *garota de programa* se ela for menina nova, ainda aqui em Manaus tá cheio né” (Inf.

7)⁷⁸. Outro informante idoso, de baixa escolaridade de Recife, também afirma que a forma *garota de programa* é a mais utilizada atualmente para nomear a mulher que se vende: “Inf: mas hoje se dá o nome de *garota de programa* né” (Inf. 3)⁷⁹.

A par das unidades já apontadas, também formada com a base *mulher*, situa-se a forma *mulher viva*. O item lexical *vivo* é definido, dentre outras acepções, a seguinte: “que é cheio de astúcia; artiloso, matreiro” (HOUAISS, 2001). Então, designar “a mulher que se vende para qualquer homem” como *mulher viva* é sugerir que ela seja esperta e trapaceira, à medida que é capaz de utilizar artifícios enganadores para atrair seus parceiros sexuais.

Na tentativa de busca de explicação para o uso da denominação *mulher de aluguel* para nomear o conceito apresentado na pergunta 142/QSL, consultou-se o verbete *aluguel*: “cessão do uso e gozo de prédio, coisa ou animal, ou prestação de serviços, por tempo determinado ou não, mediante pagamento de um preço; locação” (FERREIRA, 2004). Nota-se que designar a “prostituta” como *mulher de aluguel* sugere que os serviços oferecidos por essa profissional só podem ser usufruídos mediante pagamento. Assim, cada ato sexual praticado pela “prostituta” é tido como aluguel, uma vez que, em um turno de trabalho, por exemplo, ela pode atender diferentes parceiros sexuais e de cada um ela recebe uma quantia em dinheiro, daí o sema “aluguel” ser atribuído a essa profissional.

Das designações compostas com o item lexical *mulher*, foram documentadas três outras que foram formadas com o agrupamento do item lexical *vida*: *mulher da vida*, *mulher de vida fácil* e *mulher da vida livre*. A expressão *mulher da vida* está dicionarizada em Houaiss (2001) como subentrada do verbete *mulher*, na acepção de “meretriz”, classificada como um regionalismo do Brasil, de uso eufemístico e pejorativo. Ferreira (2004) também define a mesma forma designativa como “meretriz” e a classifica como um brasileirismo. Para a forma *mulher de vida fácil* consultou-se *vida fácil* registrado por Ferreira (2004) como subentrada do verbete *vida*, na acepção de “prostituição, má vida, vida airada”. Já *mulher da vida livre* tem a conotação de que a “profissional do sexo” segue uma vida de libertinagem e sem preceitos morais.

Diferentes nomeações registradas pelo Projeto ALiB foram consideradas como “inválidas”, por não possuírem traços semânticos que remetessem ao conceito em causa, é o caso, por exemplo, de *amante* e *que costura para fora*. A unidade lexical *amante* é definida por Houaiss (2001) como “pessoa que tem com outra relações sexuais mais ou menos estáveis, mas não formalizadas pelo casamento” e Ferreira (2004) a define como “pessoa que

⁷⁸ Informante masculino de Manaus, com 64 anos, com Curso Superior.

⁷⁹ Informante masculino de Recife, com 51 anos, com Ensino Fundamental.

tem com outras relações extramatrimoniais”. Tomando como base essas acepções, compreende-se que a *amante* se caracteriza como uma parceira sexual razoavelmente fixa e sem cobrança de valores, ao contrário, do relacionamento sexual com a “mulher prostituta” que é condicionado ao pagamento.

Já a expressão *que costura para fora* não está dicionarizada por nenhum dos lexicógrafos consultados. Todavia, essa forma designativa representa uma maneira popular muito comum no vocabulário de algumas regiões brasileiras para fazer menção à mulher que comete adultério. Com base nisso, a expressão *que costura para fora* não se aplica ao conceito expresso pelo QSL 142. Outras nomeações foram tidas também como inválidas, justamente por não configurarem como designações para a “mulher que se vende para qualquer homem”, e dado o seu caráter genérico: *irresponsável, mulher que não se dá valor, mulher que não tem palavra, mulher que se oferece, mulher desonesta, mulher insegura, mulher sem dignidade, mulher sem valor e mulher traidora*.

Tendo como respaldo a análise semântica aqui apresentada, na sequência, as unidades lexicais examinadas foram classificadas segundo duas categorias: carga semântica pejorativa e carga semântica eufêmica.

a) Carga semântica pejorativa:

mulher à toa, bandida, barata, bicheteira, biscate, bregueira, caceteira, cachorra, cadela, fácil, galinha, mulher fácil, mulher galinha, gata, gato velho, meretriz, mulher de cabaré, mulher de programa, mulher de tostão, mulher de zona, mulher gasolina, mulher sem vergonha, mulher viva, nega choca, piranha, mulher piranha, pistoleira, prostituta, puta, quenga, rampeira, rapariga, rasteira, safada, vaca, vadia, vagabunda, mulher vagabunda, varejeira, vigarista, vulgar.

b) Carga semântica eufêmica:

cesta básica, china, conquistadora, espingarda, fazer ponto, guerreira, interesseira, leviana, madalena, maria bagalhão, messalina, mulher da vida, mulher de vida fácil, mulher da vida livre, mulher de aluguel, mulher de rua, rueira, mundana, perdida, piti, prima, profissional do sexo, mulher que roda a bolsinha, solteira, mulher solteira.

Na sequência, com base nos pressupostos de Guérios (1979), apresentaremos os diferentes recursos substitutivos utilizados para nomear “a mulher que se vende para qualquer homem”:

- arcaísmo: *rapariga, leviana, meretriz, mundana, solteira;*

- metáfora: *barata, cachorra, cadela, espingarda, gata, gato velho, galinha, madalena, maria bagalhão, messalina, piranha, vaca e varejeira*;
- neologismos: *bicheteira, bregueira, caceteira, cesta básica*;
- locução/circunlóquio: *fazer ponto, garota de programa, mulher da vida, mulher da vida livre, mulher de aluguel, mulher de cabaré, mulher de programa, mulher de rua, mulher de tostão, mulher de vida fácil, mulher de zona, mulher fácil, mulher galinha, mulher gasolina, mulher piranha, mulher sem vergonha, mulher solteira, mulher vagabunda, mulher viva, nega choca, profissional do sexo, mulher que roda a bolsinha, mulher que vende o corpo*
- termo genérico: *profissional do sexo*

O estudo das nomeações para “a mulher que se vende para qualquer homem” registrou diferentes meios de substituição para esse conceito, o que demonstra tratar-se de um tema tabu. Todavia, apresentou-se como um tema comum, haja vista a significativa ocorrência de designações de caráter pejorativo. O uso de designações metafóricas para nomear a “mulher prostituta” foi bastante recorrente, sobretudo, as formadas com nomes de animais, o que demonstra a valorização de fenômenos naturais atuando no sistema de nomeação, à medida que muitas designações foram motivadas pela similitude entre o conceito nomeado, a “prostituta”, e o nome a ele atribuído. Nesse particular, os dados analisados identificaram também designações de caráter antroponímico, como ilustraram as formas *maria bagalhão, madalena* e *messalina*. A pesquisa identificou o registro de formas neológicas para nomear o referente em pauta elucidada pelas designações *bicheteira, bregueira, caceteira* e *cesta básica*. Além disso, registraram-se, também, numerosas formas designativas compostas com a unidade lexical “mulher”, totalizando a quantia de 17 designações dessa natureza. Por fim, o estudo das respostas apuradas para a pergunta 142/QSL mostrou-se relevante do ponto de vista linguístico, pelos diferentes recursos evidenciados no processo de nomeação do conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”.

4.5.2. Análise geossociolinguística

Das designações⁸⁰ documentadas para o conceito em questão, *prostituta* foi a mais produtiva no conjunto dos dados pesquisados, alcançando o índice de 31,26% de ocorrências

⁸⁰ Do total de designações documentadas para nomear o referente em questão, 33 registraram ocorrências únicas: *mulher à toa* (Inf. 2/138), *barata* (Inf. 2/070), *bicheteira* (Inf. 7/070), *bregueira* (Inf. 3/093), *caceteira* (Inf. 7/006), *cadela* (Inf. 5/220) *cesta básica* (Inf. 3/061), *china* (Inf. 4/230), *conquistadora* (Inf. 3/034), *espingarda* (Inf. 3/061), *fazer ponto* (Inf. 1/026), *guerreira* (Inf. 7/070), *interesseira* (Inf. 2/034), *madalena* (Inf. 2/108),

no Brasil. Na sequência, o Gráfico 26 ilustra as cinco designações mais produtivas no Brasil, para o referente em questão, e seus respectivos percentuais de ocorrência segundo cada região brasileira.

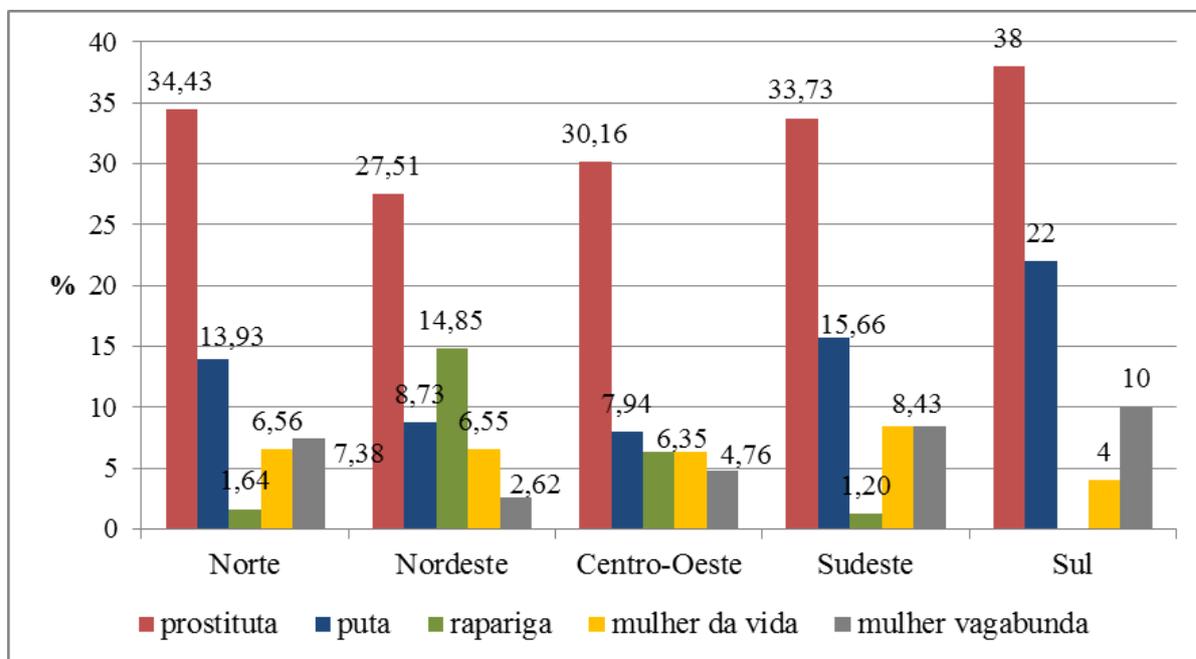


Gráfico 26 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para nomear “a mulher que se vende para qualquer homem”, segundo cada região do Brasil.

A visualização dos dados no Gráfico 26 mostra que o item lexical *prostituta* foi registrado em todas as regiões brasileiras, obtendo, todavia, o maior percentual no Sul do Brasil (38%), seguido do Norte, onde alcançou o índice de 34,43%, do Sudeste, com 33,73%, do Centro-Oeste, região onde atingiu 30,16% de ocorrência e, por último, do Nordeste, com 27,51%. Assim, o registro de *prostituta* revela que essa unidade lexical se configura como “padrão” para nomear o conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”.

A segunda designação mais produtiva para “a mulher que se vende para qualquer homem” foi *puta*, mais recorrente na região Sul do Brasil, onde obteve o índice de 22% de ocorrências, seguida da região Sudeste, onde alcançou o percentual de 15,66% de produtividade; na sequência, a região Norte, com 13,93% de ocorrência; a Nordeste, onde obteve o percentual de 8,73 e a Centro-Oeste, com apenas 7,94% de incidência.

maria bagalhão (Inf. 7/077), *messalina* (Inf. 7/041), *mulher da vida livre* (Inf. 3/093), *mulher de cabaré* (Inf. 3/077), *mulher de tostão* (Inf. 3/053), *mulher gasolina* (Inf. 1/061), *mulher sem vergonha* (Inf. 8/115), *mulher viva* (inf. 3/034), *mundana* (inf. 8/202), *nega choca* (inf. 4/041), *perdida* (inf. 4/034), *piti* (inf. 6/002), *profissional do sexo* (Inf. 7/230), *rasteira* (inf. 7/061), *mulher que roda a bolsinha* (Inf. 2/190), *rueira* (Inf. 2/006), *varejeira* (inf. 3/012), *vigarista* (Inf. 3/034) e *vulgar* (Inf. 8/053).

Considerando, pois, que *puta* foi registrada em todas as regiões brasileiras, pode-se inferir que essa unidade lexical também integra a norma lexical dos habitantes das capitais brasileiras.

Já *rapariga*, a terceira variante mais recorrente no Brasil, alcançou o maior percentual na região Nordeste, 14,85%, seguido do Centro-Oeste, com 6,35% de produtividade, da região Norte, onde alcançou o índice de 1,64% e do Sudeste, com 1,20% de ocorrência. O Sul do Brasil foi a única região que não registrou *rapariga*. *Mulher da vida*, por sua vez, alcançou o maior índice no Sudeste (8,43%), seguido do Norte, com 6,56%, do Nordeste com 6,55%, do Centro-Oeste, onde alcançou o índice de 6,35% e do Sul, com apenas 4% de produtividade.

A quinta designação mais produtiva no Brasil, *mulher vagabunda*, atingiu o maior índice de ocorrência na região Sul, onde obteve o percentual de 10%, seguido do Sudeste, alcançando o percentual de 8,43%, do Norte, com 7,38%, do Centro-Oeste, com 4,76% de produtividade e do Nordeste, região em que obteve somente 2,62%.

Considerando que *prostituta* – a forma mais produtiva no conjunto do *corpus* documentado para o referente aqui discutido – obteve maior incidência no Sul do Brasil, o gráfico seguinte demonstra a distribuição percentual de ocorrência dessa designação nas três capitais dessa região.

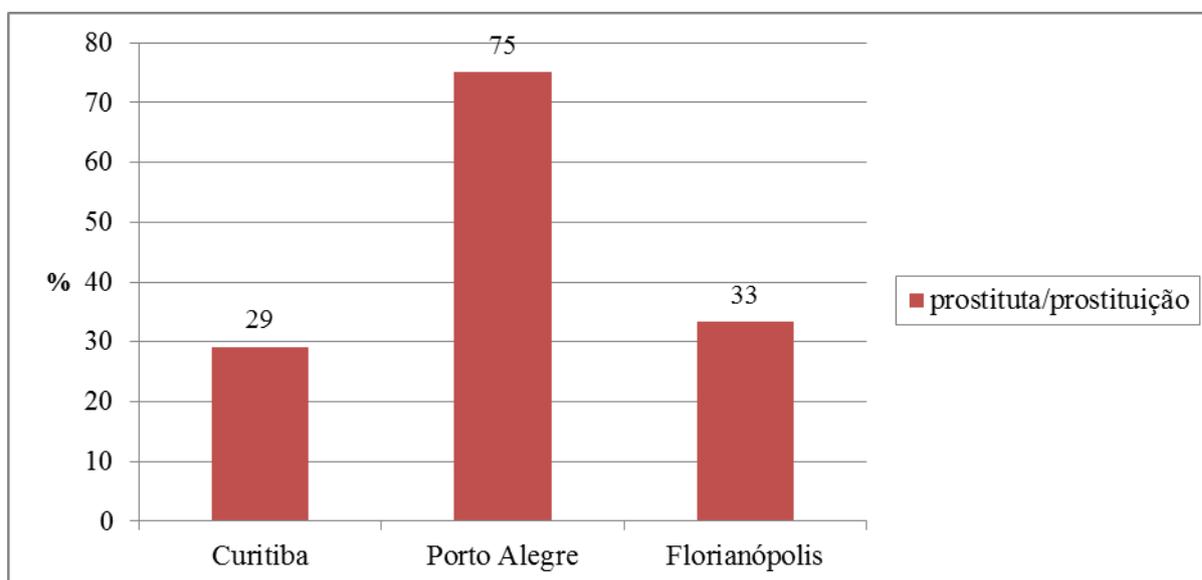
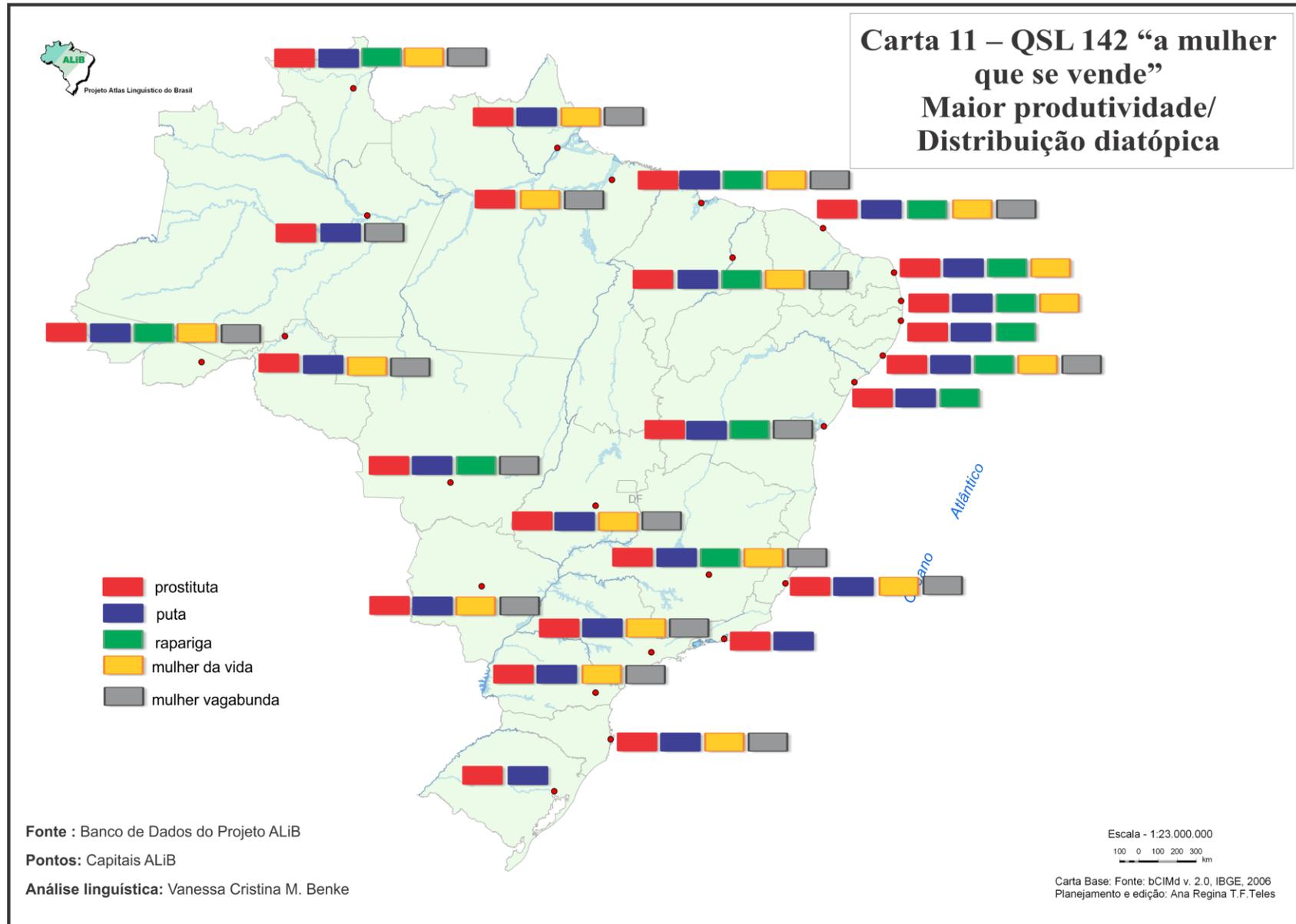


Gráfico 27 – Distribuição percentual da designação *prostituta* nas capitais da região Sul.

Verificou-se pelo Gráfico 27 que Porto Alegre foi a capital que melhor representou o uso de *prostituta*, onde essa unidade lexical alcançou 75% de incidência. Na sequência, situa-se Florianópolis, com 33% de ocorrência e Curitiba com 29% de produtividade. Na sequência,

a Carta Linguística 11 visualiza a distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para o referente em pauta, segundo as capitais brasileiras.



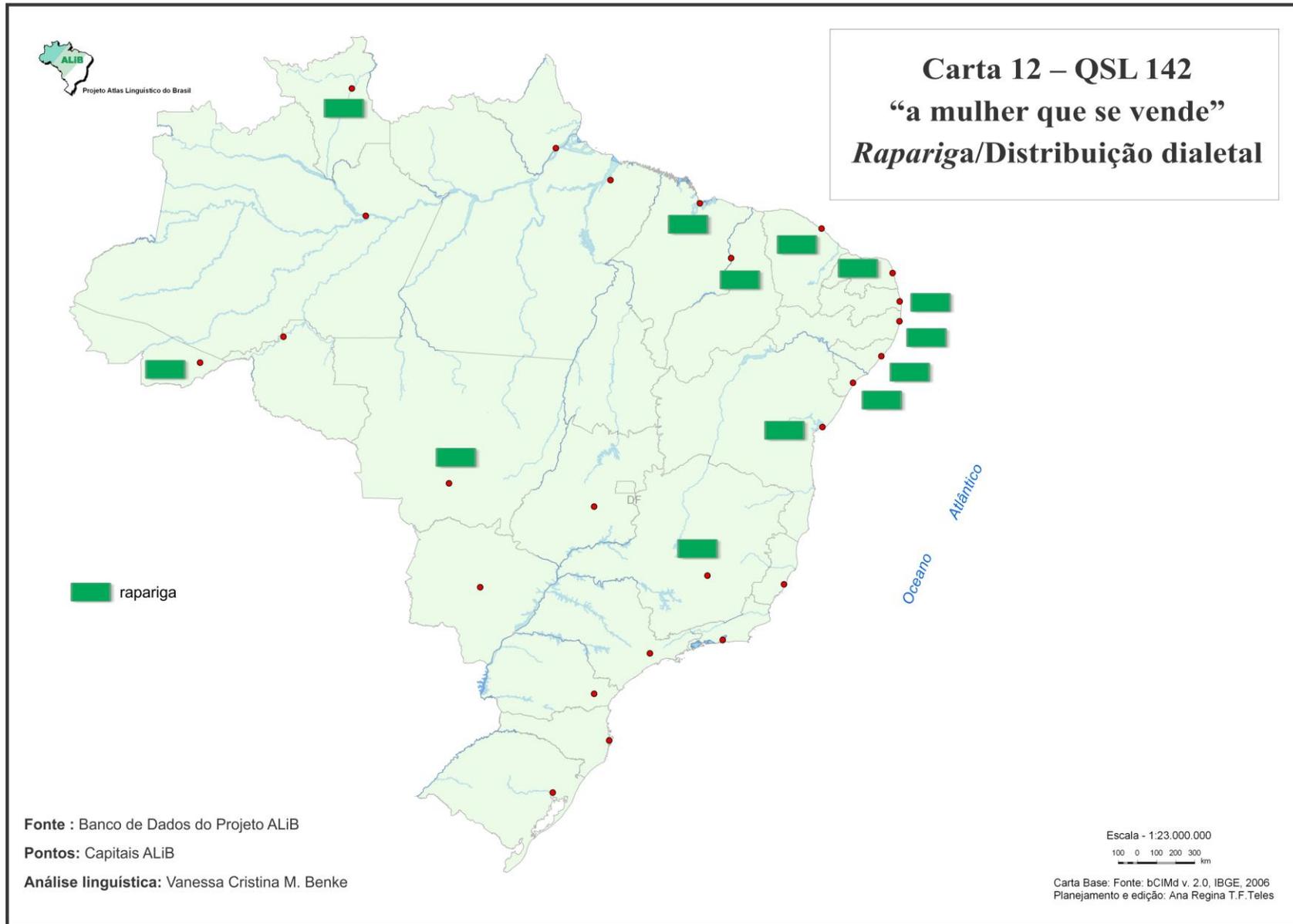
Os dados mapeados na Carta Linguística 11 mostram o registro de *prostituta* em todas as capitais do Brasil. Semelhantemente *puta* está documentada em todas as capitais brasileiras, exceto em Belém. Conforme já mencionado na análise semântica das designações para esse conceito, Houaiss (2001) registra que, em geral, atribui-se à *puta* a origem do feminino do latim *putus*, “rapazinho, menino” (português *puto*). Com base nesse étimo atribuído ao item lexical *puta*, pode-se inferir que o seu emprego para designar a “prostituta” denota uma influência linguística lusitana decorrente, por sua vez, da colonização portuguesa.

Já *rapariga*, a terceira variante mais produtiva no Brasil, alcançou maior produtividade no Nordeste, tendo sido registrada em todas as capitais dessa região, ocorrendo, ainda, em duas regiões nortistas: Boa Vista e Rio Branco, em uma capital do Centro-Oeste, Cuiabá, e em uma capital do Sudeste: Belo Horizonte. Retomando as marcas dialetais atribuídas à unidade léxica *rapariga* por Houaiss (2001) que a classifica como um regionalismo do Nordeste⁸¹, de Minas gerais e de Goiás e por Ferreira (2004) que acrescenta, além dessas, também como um brasileirismo do Norte, os dados aqui examinados não confirmaram esses dialetismos regionais na sua totalidade pela não documentação de *rapariga* em Goiás. Em contrapartida, os dados do Projeto ALiB documentaram *rapariga* em Cuiabá, capital não mencionada pelos lexicógrafos consultados.

Já a forma *mulher da vida*, embora bastante recorrente nas capitais brasileiras, não foi registrada em 07 (sete) capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Cuiabá, Salvador, Aracaju, Recife e Manaus. *Mulher vagabunda*, por seu turno, não foi documentada em 06 (seis) capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Aracaju, Recife, João Pessoa e Natal.

Pelo exposto, pôde-se perceber que o uso da variante *rapariga* representa uma particularidade do ponto de vista da distribuição espacial, tendo em vista o seu registro em localidade diversa (Cuiabá) da apontada pelos lexicógrafos, indicando, assim, uma disseminação dessa variante advinda do Norte e do Nordeste para uma capital do Brasil Central, ratificando, portanto, o caráter dinâmico da língua em uso. A Carta Linguística 12, a seguir, visualiza a distribuição diatópica da variante *rapariga* nas capitais onde foi documentada.

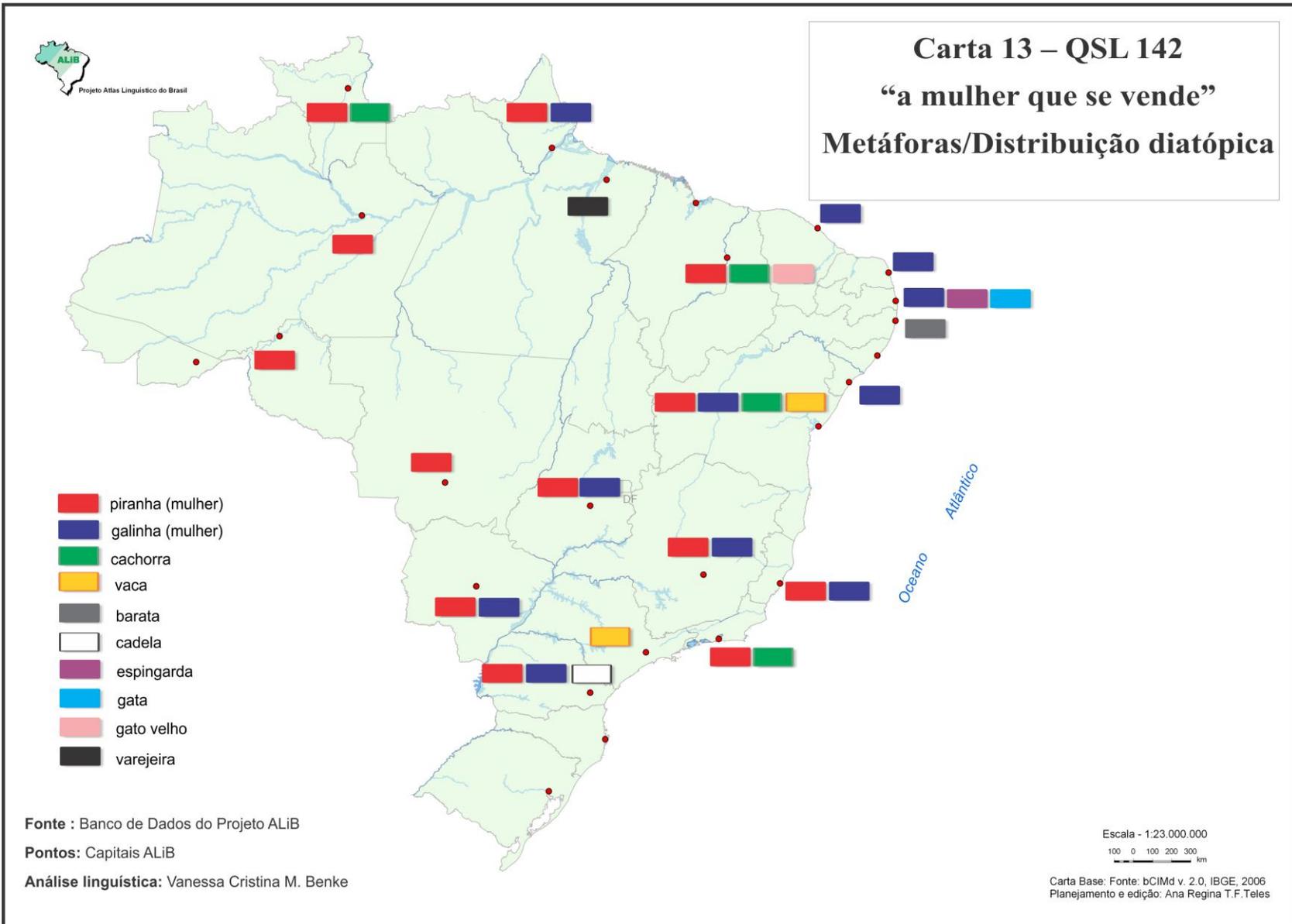
⁸¹ A informante idosa de Recife, com Curso Superior confirma a marca diatópica de *rapariga*: “Inf: por aqui o pessoal fala *rapariga* né, assim, mas, não sei em outro lugar, mas aqui eles fala assim: ah fulana é *rapariga*”.



A Carta Linguística 12 visualiza os registros de *rapariga*⁸² em capitais nordestinas, nortistas e na capital mineira confirmando, pois, as marcas regionais atribuídas pelos lexicógrafos consultados. Todavia, a não documentação de *rapariga* em Goiás e o registro dessa unidade lexical na capital mato-grossense não corroboram as atribuições regionais fornecidas pelos dicionários. Nesse particular, não é demais lembrar, pois, que os dados geolinguísticos contribuem significativamente para a atualização das obras lexicográficas, uma vez que fornecem fatos linguísticos concretos de diferentes espaços geográficos, evidenciando, assim, demarcações dialetais.

A seguir, a Carta Linguística 13 ilustra o mapeamento das metáforas documentadas para nomear o referente em pauta.

⁸² O Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB, 1963) também documentou a variante *rapariga* como designativo para a “prostituta”, o que a confirma como um regionalismo do Nordeste.



Os dados mapeados na Carta Linguística 13 mostram que *piranha* representa uma variante comum na maioria das capitais. *Galinha* e *mulher galinha*, por seu turno, concentram-se nas capitais litorâneas. Já *cachorra* foi registrada em duas capitais nordestinas: Bahia e Teresina, uma nortista, Boa Vista, e no Sudeste: Rio de Janeiro. A variante *vaca*, por sua vez, foi fornecida na Bahia e em São Paulo.

Os demais registros metafóricos se restringiram a determinadas capitais. Na região Nordeste, por exemplo, documentou-se *barata* em Recife, *espingarda* e *gata* em João Pessoa e *gato velho* em Teresina. *Varejeira* caracterizou a capital de Belém, enquanto *cadela* particularizou a capital paranaense. Em face disso, pôde-se constatar uma diferença diatópica, no que tange aos registros das metáforas nas capitais brasileiras, caracterizando, assim, a norma lexical das diferentes capitais do Brasil.

Numa perspectiva sociolinguística, as cinco designações mais produtivas para nomear o conceito em pauta, mostraram-se relevantes sob a óptica de diferentes fatores. *Rapariga*, por exemplo, foi mais produtiva na fala dos idosos e das mulheres, conforme demonstra o Gráfico 28.

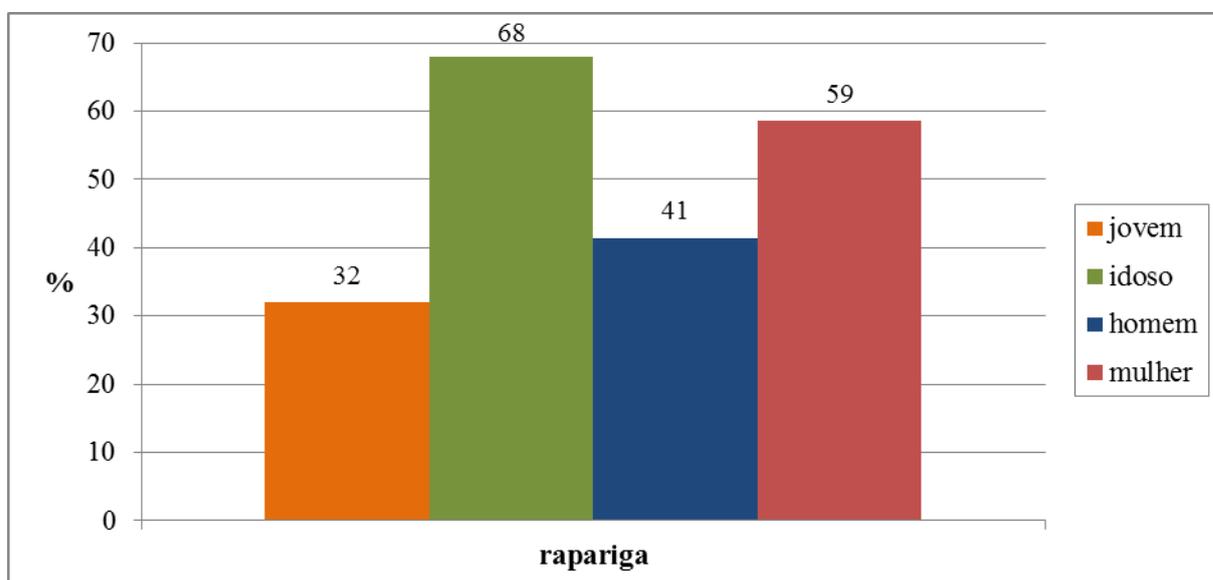


Gráfico 28 – Distribuição percentual de *rapariga*, segundo as variáveis faixa etária e sexo.

O Gráfico 28 demonstra a alta produtividade de *rapariga* no vocabulário dos informantes da segunda faixa etária (68%), representando, pois, o dobro do registro evidenciado entre os jovens (32%). A significativa ocorrência de *rapariga* na fala dos idosos representa um traço de conservadorismo linguístico. Houaiss (2001), por exemplo, registra como primeira datação da unidade lexical *rapariga*, o século XIII, o que corrobora o caráter conservador dessa variante.

No diz respeito ao fator sexo, notou-se a predominância de *rapariga* no vocabulário feminino (59%), enquanto os homens documentaram o índice de 41% de produtividade, evidenciando, portanto, uma marca diassexual. Supõe-se que a sobreposição do registro de *rapariga* por mulheres reflete a tendência desse perfil em proferir designações menos pejorativas, pois, embora *rapariga* designe popularmente a “prostituta”, parece representar uma forma mais eufêmica para designar esse conceito.

A variante *puta*, ao contrário, foi mais recorrente na fala dos homens. O Gráfico 29 ilustra o percentual de ocorrência dessa unidade lexical, segundo a variável sexo.

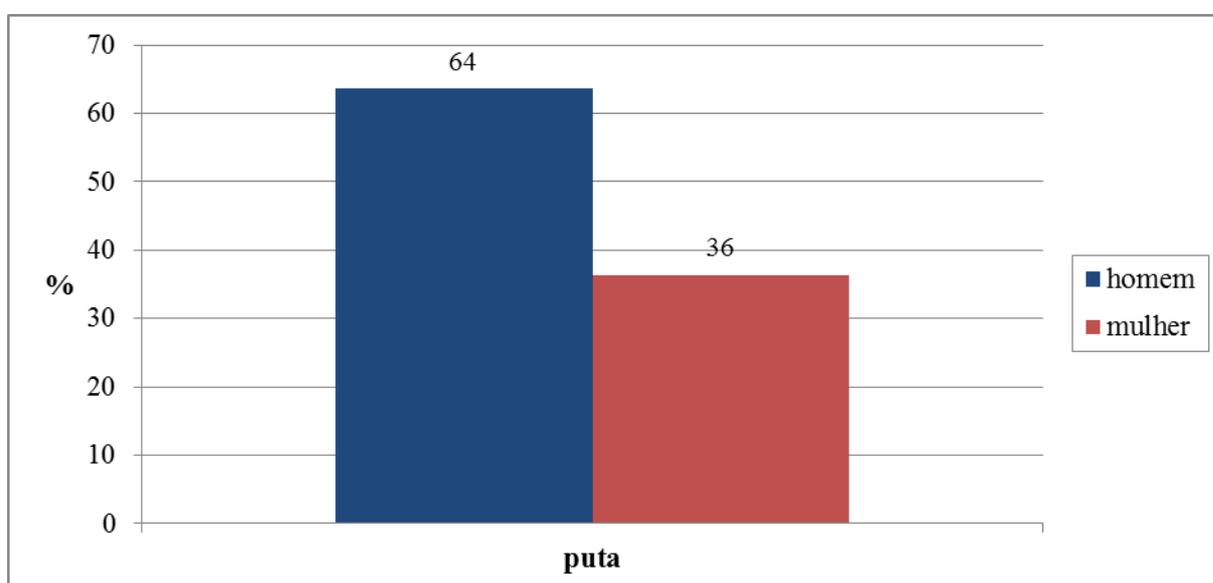


Gráfico 29 – Distribuição percentual da designação *puta* segundo a variável sexo.

O Gráfico 29 visualiza o maior percentual de *puta* na fala dos homens (64%) em detrimento das mulheres que registraram somente 36% de incidência, apresentando, pois, uma diferença diassexual. Pressupõe-se que uso majoritário de *puta* no vocabulário masculino se deva à carga semântica pejorativa expressa por essa unidade lexical, já que as mulheres, normalmente, tendem a utilizar formas de natureza eufêmica.

Já a forma *mulher da vida* teve sua maior ocorrência na fala das mulheres, conforme ilustra o Gráfico 30 seguinte.

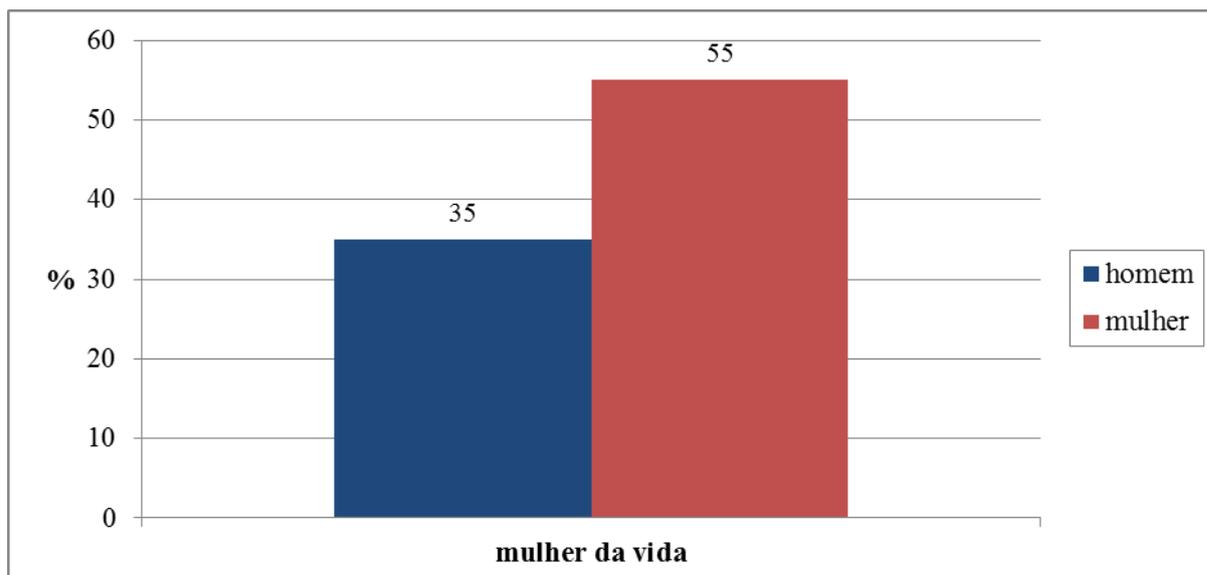


Gráfico 30 – Distribuição percentual da designação *mulher da vida* segundo a variável sexo.

O Gráfico 30 demonstra a significativa ocorrência de *mulher da vida* na fala das mulheres (55%), enquanto os homens documentaram o percentual de 35% de ocorrência. Logo, a maior incidência dessa forma designativa no vocabulário feminino pode ter explicação semântica, dado o caráter eufêmico expresso por *mulher da vida*.

No que tange ao fator “escolaridade”, a designação *mulher vagabunda* destacou-se por sua maior incidência na fala de informantes de baixa escolaridade, conforme explicitado no Gráfico 31 a seguir.

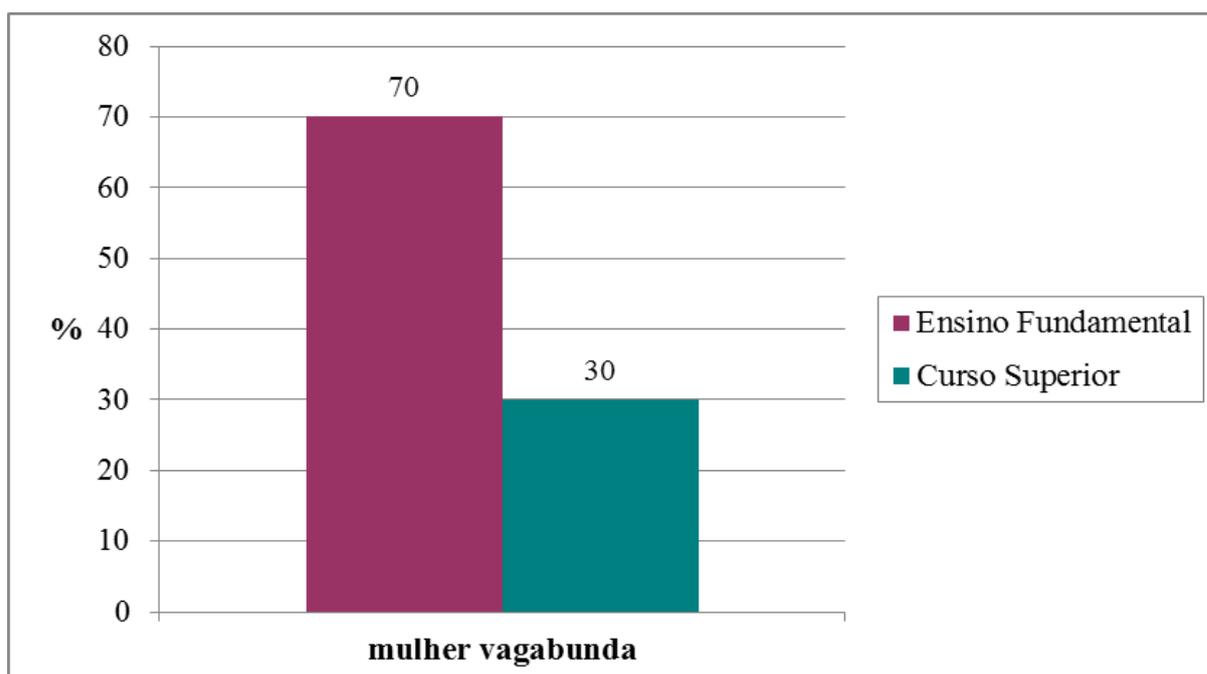
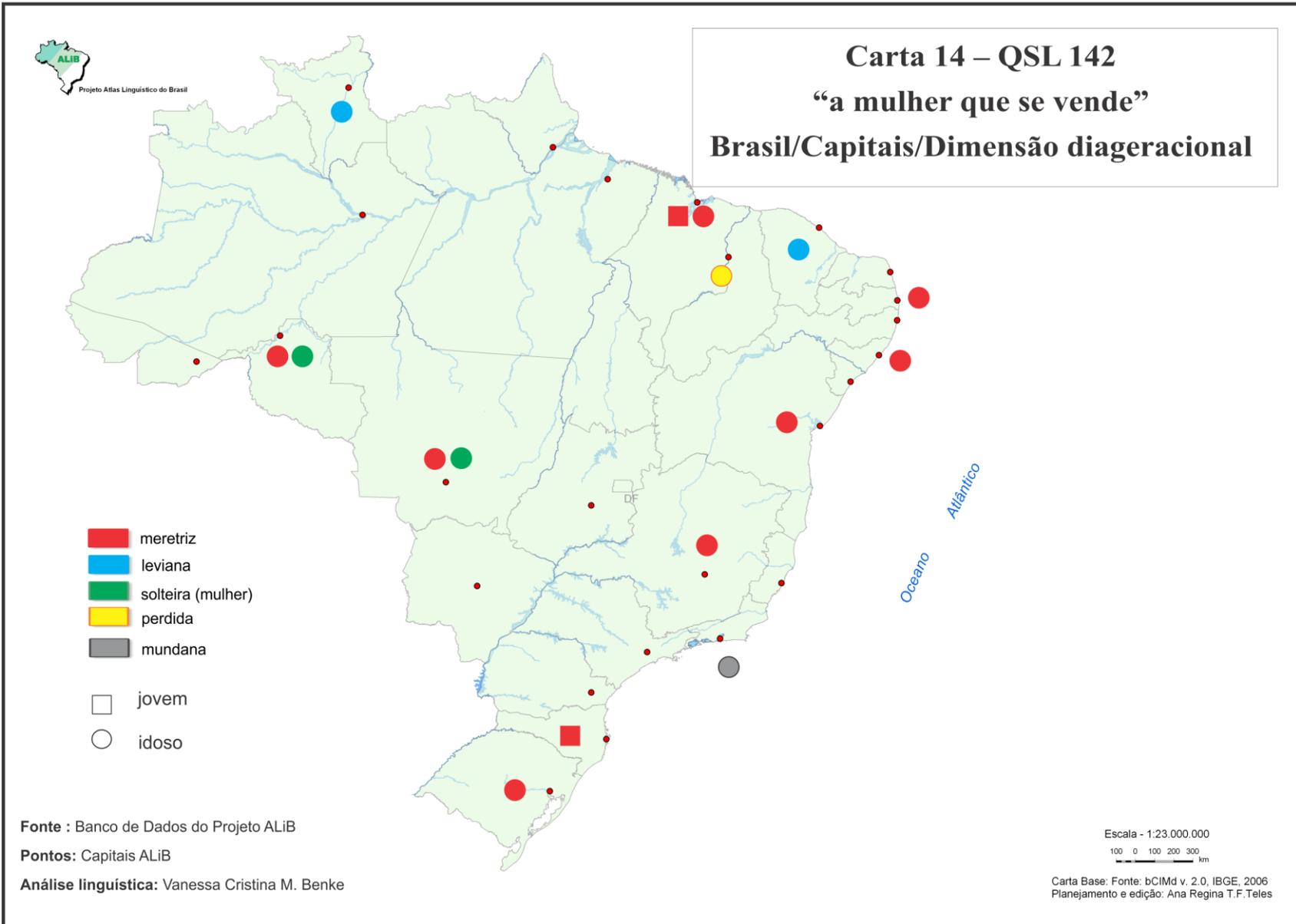


Gráfico 31 – Distribuição percentual de *mulher vagabunda* segundo a variável escolaridade.

Nota-se, pelos dados expostos no Gráfico 31, a expressiva produtividade de *mulher vagabunda* no vocabulário dos informantes de baixa escolaridade, com o índice percentual de 70%, enquanto aqueles com Curso Superior registraram apenas 30% de ocorrência para essa designação, evidenciando uma marca diastrática.

Ainda numa perspectiva sociolinguística, observou-se, no conjunto dos dados apurados para nomear a “prostituta”, a documentação majoritária de determinadas designações no vocabulário dos idosos, indicando, assim, uma marca diageracional. Na sequência, a Carta Linguística 14 ilustra a distribuição espacial dessas designações com indicação do fator idade.



A visualização dos dados na Carta Linguística 14 mostra a concentração de *meretriz* em capitais nordestinas (São Luís, Salvador e Maceió) e em uma capital do Centro-Oeste, Cuiabá, e outra do Norte, Porto Velho. Observa-se ainda, o registro dessa unidade lexical em duas capitais sulistas (Porto Alegre e Florianópolis) e na região Sudeste, registrou-se na capital mineira. Do total de ocorrências de *meretriz*, somente duas foram fornecidas por jovens. Em dados percentuais, observou-se que 73% dos informantes que citaram essa unidade lexical foram idosos e apenas 27% corresponderam aos jovens. Segundo consta no Dicionário de Houaiss (2001), a primeira datação para *meretriz* se dá no século XIV. Logo, esse período de primeiro registro para *meretriz*, bem como a sua expressiva documentação no vocabulário dos idosos, confere a essa unidade lexical um caráter conservador.

A variante *leviana* foi citada em apenas duas capitais: Fortaleza e Boa Vista, na fala dos idosos confirmando o caráter conservador dessa unidade lexical apontado pelos dicionários consultados. A documentação de *solteira* e *mulher solteira* em Cuiabá e em Porto Velho, apenas por idosos, também confirma esse caráter conservador, conforme o apontado por Houaiss (2001).

Já as designações *perdida* e *mundana* obtiveram registros exclusivos, respectivamente, em Teresina e Rio de Janeiro, também na fala de idosos. A primeira datação registrada para *mundana*, segundo Houaiss (2001), é o século XIV. Logo, o seu registro na fala do idoso também confirma o caráter conservador dessa unidade lexical.

Do ponto de vista da dicionarização, constatou-se, no rol das designações auferidas para a “mulher que se vende para qualquer homem”, algumas ratificações e divergências, no que diz respeito às marcas regionais atribuídas pelos lexicógrafos e as evidenciadas pelos dados do Projeto ALiB. Nesse contexto, o Quadro 12, na sequência, visualiza as marcas dialetais conferidas pelos dicionários consultados e as localidades do Projeto ALiB onde as unidades lexicais foram registradas.

DESIGNAÇÕES	OBRAS LEXICOGRAFICAS		PROJETO ALiB
	HOUAISS (2001) “regionalismos”	FERREIRA (2004) “brasileirismos”	
<i>biscate</i>	São Paulo	São Paulo	Campo Grande, Cuiabá e Curitiba.
<i>brega (bregueira)</i>	Bahia	Nordeste	Salvador
<i>china</i>	Sul	Sul	Florianópolis
<i>espingarda</i>	Nordeste	Nordeste	João Pessoa
<i>gato velho</i>	Maranhão e Pernambuco	Maranhão e Pernambuco	Teresina
<i>quenga</i>	Nordeste	Nordeste	Maceió, Fortaleza, São Luís, Teresina, Aracaju e Florianópolis
<i>rampeira (o)</i>	Sul	Sul	Cuiabá e Macapá
<i>solteira/mulher solteira</i>	Nordeste	Ceará e Minas Gerais	Cuiabá e Porto Velho

Quadro 12 – Marcas dialetais dicionarizadas e documentadas pelo Projeto ALiB.

Analisando-se o conteúdo do Quadro 12, pode-se verificar que os registros de *brega (bregueira)*, *china* e *espingarda* confirmaram as marcas regionais indicadas pelos lexicógrafos. Entretanto, a documentação de *biscate*, de *gato velho* e de *rampeira* não corroboraram as indicações dialetais apontadas pelos dicionários consultados.

Já a variante *quenga*⁸³, tida como um regionalismo/brasileirismo do Nordeste, segundo os lexicógrafos consultados, foi documentada pelo Projeto ALiB, não só em capitais nordestinas, mas também em Florianópolis, o que aponta para uma possível disseminação da norma lexical nordestina para outros Estados do Brasil.

A unidade léxica *biscate* não confirmou a marca de regionalismo/brasileirismo de São Paulo a ela atribuída pelos dicionários consultados, já que os dados alibianos apontaram o seu uso em Campo Grande, em Cuiabá e em Curitiba. Possivelmente, a faixa fronteiriça entre os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e os processos migratórios ocorridos entre esses Estados que motivaram a migração de paulistas para o Paraná e para Mato Grosso do Sul pode justificar o uso de *biscate* nas capitais desses dois últimos Estados. Já a sua documentação em Cuiabá pode ser explicada também por razões históricas, já que os primeiros habitantes brancos que desbravaram o sertão do então Mato Grosso foram os bandeirantes paulistas.

⁸³ O *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB, 1963) e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS, 1987) documentaram *quenga* como designação para a “prostituta”, ratificando, portanto, a marca regional do Nordeste atribuída pelos lexicógrafos aqui consultados.

A documentação de *rampeira* pelo Projeto ALiB também não referendou a marca dialetal de regionalismo/brasileirismo do Sul atribuído por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004), uma vez que essa variante foi registrada apenas em Cuiabá e em Macapá.

Gato velho é marcado pelos lexicógrafos com a marca de regionalismo/brasileirismo do Maranhão e Pernambuco. Todavia, o Projeto ALiB registrou *gato velho* apenas em Teresina. Essa constatação pode ser esclarecida devido ao fato de Piauí ser um Estado que faz fronteira com o Maranhão, facilitando, assim, uma disseminação do falar maranhense entre os habitantes do Estado vizinho (Piauí). A documentação de *solteira* e *mulher solteira*⁸⁴ em Cuiabá e em Porto Velho também não confirmaram as marcas regionais indicadas pelos lexicógrafos (Nordeste; brasileiro do Ceará e de Minas Gerais).

Em síntese o estudo das respostas obtidas pelos pesquisadores do Projeto ALiB para a pergunta 142/QSL registrou uma significativa riqueza lexical para nomear o conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”. Nesse particular, algumas capitais do Nordeste apresentaram diferenças diatópicas e, conseqüentemente, se diferenciaram das demais localidades brasileiras, no que tange à norma lexical. Exemplo disso são as designações metafóricas, *barata*, *espingarda* e *gata*, e metonímicas, *messalina* e *maria bagalhão*, todas fornecidas por habitantes das capitais nordestinas. Do ponto de vista da dicionarização, observou-se a dinamicidade da língua, dado o registro de determinadas unidades lexicais em localidades divergentes daquelas indicadas como regionalismos pelos lexicógrafos consultados, como elucidou, por exemplo, a variante *biscate*, atribuída como um dialetismo regional de São Paulo que também foi documentada pelo Projeto ALiB, em Campo Grande, em Cuiabá e em Curitiba.

Numa dimensão sociolinguística, a variante *rapariga* teve sua documentação expressiva na fala dos idosos, indicando, assim, um traço diageracional. No que diz respeito ao fator sexo, identificou-se que a unidade lexical *puta* foi registrada majoritariamente, no vocabulário dos homens, apontando, pois, para uma marca diassexual. Já a variável escolaridade mostrou-se relevante na documentação da forma *mulher vagabunda* que, por sua vez, foi fornecida, em sua maioria, por informantes de baixa escolaridade. O estudo das designações aqui examinadas permitiu identificar, também, a manutenção de formas linguísticas utilizadas como designativos para a “prostituta”, como evidenciaram, por

⁸⁴ O *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB, 1963) e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS, 1987) documentaram *solteira/mulher solteira* como designação para a “prostituta”, confirmando, assim, a marca dialetal do Nordeste atribuída por Houaiss (2001).

exemplo, as unidades lexicais *meretriz* e *solteira* e *mulher solteira*, indicando, assim, uma marca de conservadorismo linguístico⁸⁵.

4.6. QSL 147 – “quem está no inferno”

4.6.1. Análise semântica

A pergunta 147, que busca apurar as nomeações para a pergunta “Deus está no céu e no inferno está?”, documentou, no universo pesquisado, a soma de 42 designações: *anjo do mal*, *anjo mau*, *anticristo*, *belzebu*, *zebu*, *besta/bestafera*, *bicho feio*, *bicho ruim*, *cão*, *capeta*, *capiroto*, *chifrudo*, *chifrudão*, *coisa*, *coisa ruim*, *cramulhão*, *criatura*, *danoso*, *demônio*, *demo*, *diabo*, *diabinho*, *didi*, *dindin*, *encardido*, *enxofre*, *estrela vermelha*, *exu caveira*, *gramunhão*, *inimigo*, *lúcifer*, *maligno*, *nefisto*, *pombajira*, *rabudo*, *satanás*, *satã*, *satangos*, *sujo*, *tibinga*, *tinioso*, *troço* e *zé pelintra*.

A forma *anjo do mal* não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas, apenas a expressão *anjo mau* que aparece em Houaiss (2001) como subentrada do verbete *anjo*, definido na acepção de “diabo”. Já Ferreira (2004), apresenta como subentrada do verbete *anjo*, a forma *anjo mau*, apresentando remissiva para o verbete *diabo*. Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) registram a forma “anjo mao” na acepção de “demônio, diabo”. O uso de *anjo do mal* e *anjo mau* para designar o ente maligno em questão faz alusão a Satanás que outrora era um anjo do bem, segundo a Bíblia, livro sagrado dos cristãos, mas que se transfigurou em anjo do mal. Assim, as formas *anjo do mal* e *anjo mau* representam um recurso sinonímico do item lexical *diabo*, empregados com o intuito de evitar a proferição do nome tabu pela carga semântica “negativa” expressa por ele. Essas designações representam, portanto, uma forma eufêmica para designar o ente maléfico.

Já a unidade lexical *anticristo* é definida por Houaiss (2001) como “personagem misteriosa que, segundo o Apocalipse, deverá aparecer algum tempo antes do fim do mundo, enchendo a Terra de crime e impiedade, sendo afinal vencido por Cristo”. Semelhantemente Ferreira (2004) apresenta para *anticristo* a definição de “personagem que, segundo o

⁸⁵ Os dados do QSL 142 identificaram “áudios com defeito” (Inf. 2/Natal; Inf.8/Manaus), “respostas inválidas” (*amante*/Inf.1/Maceió; *que costura para fora*/Inf.8/São Luís) e “questão não formulada” (Inf.6/Vitória).

Apocalipse, virá antes do fim do mundo, semear a impiedade até ser afinal vencido por Cristo”. Em Bluteau (1712-1728) e em Moraes (1813) também está dicionarizada a unidade lexical *anticristo*. Moraes (1813), por exemplo, registra para *anticristo* (grafada como “antichristo”) a definição de “inimigo ou êmulo de Cristo, que depois de portentosos sinões há-de vir no fim do mundo tentar meter os homens debaixo do jugo do Diabo, fingindo ser o Messias”. Segundo Bluteau (1712-1728), *anti-christo* provém do grego *anti*, contra, e *Christos, Christo*.

Assim, com base na etimologia apresentada por esse lexicógrafo, entende-se que o uso do item lexical *anticristo* faz referência a tudo aquilo que se posiciona contra os princípios cristãos. Nesse sentido, *anticristo* como nomeação para o “diabo” sugere que essa entidade maléfica nega a Cristo e representa uma forma genérica para nomear esse “ente do mal”. O uso de termos genéricos é um dos recursos de substituição do vocábulo tabu mencionado por Guérios (1979, p. 20): “quanto mais geral for o emprego duma palavra, quanto maiores forem as suas possibilidades polissêmicas, tanto mais utilidade eufemizante ela possui”. Logo, *anticristo* se configura como uma forma eufêmica para designar o “diabo”.

Outra variante apurada foi *belzebu* que em Houaiss (2001) tem duas acepções: “divindade filisteia, tida pelos hebreus, no Novo Testamento, como o principal dos espíritos infernais; demônio-chefe, príncipe das trevas” e “o demônio; satanás, diabo”. Já Ferreira (2004) registra *belzebu* como “o príncipe dos demônios, segundo o Novo Testamento”, além de apresentar remissiva para o verbete *diabo*. Bluteau (1712-1728) registra para o verbete *belzebub* a acepção de “príncipe dos demônios” e lhe atribui o seguinte étimo: “derivado do hebraico *Baal*, que quer dizer *Senhor*, e de *Zebub*, que vale o mesmo que *Mosca*, e *Belzebub*, que significa *Deus das Moscas*”.

Levando em consideração que essa unidade lexical remete ao universo religioso, no caso o Cristianismo, especificamente ao Novo Testamento da Bíblia, livro sagrado dos cristãos, consultou-se o registro de *belzebu* no livro de Lucas, capítulo 11, versículo 15: “mas alguns deles diziam: Ele expulsa os demônios por *Belzebu*, príncipe dos demônios”⁸⁶. Observa-se que *belzebu* é considerado o maior dos demônios e tido como o “chefe” de todos os demônios. Logo, o uso de *belzebu* para designar a entidade “diabo” faz alusão a essa entidade maligna.

Os dados do Projeto ALiB registraram, também, a forma *zebu*, unidade lexical ainda não dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas e aqui considerada uma forma

⁸⁶ Bíblia online – fonte: http://www.bibliaonline.com.br/acf/s*/1/belzebu. Acesso em 08 jan. de 2012.

reduzida de *belzebu*. A redução também é um dos recursos de substituição do vocábulo tabu apontado por Guérios (1979, p. 20). Logo, *zebu* foi proferido no intuito de evitar a menção de *belzebu*, o que a configura como uma designação de caráter eufêmico.

Outras designações documentadas para designar o “diabo” foi *besta* e *besta fera*, esta última é definida por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) como “animal feroz”. Vale registrar que a *besta* representa também um animal feroz mencionado por João no livro de Apocalipse: “e vi subir do mar uma *besta* que tinha sete cabeças e dez chifres, e sobre os seus chifres dez diademas, e sobre as suas cabeças um nome de blasfêmia” (APOCALIPSE, 13:1)⁸⁷. Bluteau (1712-1728) também registra *bestafera* na acepção de “que não é brava, mas também terrível pela sua grandeza, força e crueldade”. O uso de *besta* e de *besta fera* como designativos para a entidade “diabo” parece representar um tabu linguístico, dada a sua referência a esse “animal feroz” mencionada nas escrituras sagradas.

Outra forma designativa documentada foi *bicho feio* e *bicho ruim*. Ferreira (2004) apresenta no verbete *bicho* a remissiva para o verbete *diabo*. Todavia, o sentido genérico de *bicho* é “animal feroz; fera” (HOUAISS, 2001). Logo, o uso das formas *feio* e *ruim* associados ao item lexical *bicho* denota as características desse “animal feroz”, ou seja, de aparência desagradável e de personalidade maléfica. Com base nisso, o sema expresso por *bicho feio* é “caraterística” e por *bicho ruim* é “personalidade”. Assim, *bicho feio* e *bicho ruim* se configuram como formas genéricas de nomear o “diabo”, caracterizando-se, portanto, como eufemismos para designar o ente maligno em pauta.

Foram apuradas também as unidades lexicais *coisa* e *coisa ruim* para nomear o conceito expresso pela pergunta 147/QSL, ambas registradas por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) na acepção de “o diabo”. O uso do item lexical *coisa* para designar a “entidade maligna” representa uma forma bastante neutra de designar a entidade “diabo”, à medida que atenua a carga semântica negativa expressa pela unidade lexical *diabo*. Isso, possivelmente, motivou o falante a utilizar a forma *coisa* e *coisa ruim*, esta última com o sentido reforçado pelo qualificativo *ruim*. Uma acepção registrada por Houaiss (2001) para a unidade léxica *coisa* confirma o seu caráter eufêmico, quando utilizada para nomear o “diabo”: “algo que não se quer ou não se pode nomear”.

Já a unidade lexical *troço* também documentada como designativo para a entidade maligna em pauta é definida por Houaiss (2001) como “negócio, coisa”. Já Ferreira (2004) atribui-lhe, dentre outras, as seguintes acepções: “*Coisa* imprestável; traste velho; tralha.

⁸⁷ Bíblia online – fonte: http://www.bibliaonline.com.br/acf/s/*/1/besta. Acesso em 09 jan. de 2012

2. Qualquer objeto cujo nome não importa, ou não se sabe, ou não se quer declinar; *coisa*, negócio, trem, troféu, chorumela”. Nota-se, pois, uma similaridade semântica entre *troço* e *coisa*, quando utilizadas para nomear a entidade “diabo”, já que ambas representam formas neutras de designar o referente em questão.

Criatura foi mais uma das designações apuradas para nomear “o maligno”. Essa acepção não está dicionarizada nas obras consultadas, mas há o registro das seguintes acepções: “1. Coisa criada; 2. Cada um dos seres criados; 3, ser, indivíduo, pessoa” (FERREIRA, 2004). Subentende-se que o uso do item lexical *criatura* para designar o “diabo” representa uma forma genérica e neutra de designar esse conceito, o que a configura como um eufemismo.

Duas outras designações eufêmicas foram apuradas para nomear o “diabo”: *inimigo* e *maligno*. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem essas duas formas designativas na acepção de “diabo”. Bluteau (1712-1728) e Morais (1813) também atribuem para *inimigo* a acepção de “diabo, demônio”. Nota-se que o uso de *inimigo* para nomear a entidade “diabo” recupera os semas “adverso, hostil”, enquanto o emprego de *maligno* faz referência à natureza maléfica, ardilosa da entidade nomeada. Assim, *inimigo* e *maligno* representam formas genéricas para nomear o “diabo” e se configuram como unidades lexicais de caráter eufêmico.

Foi documentada também a unidade lexical *cão* para designar o “diabo”, que Houaiss (2001) classifica como um regionalismo do Brasil, de uso informal na acepção de “diabo”. Ferreira (2004) marca a mesma unidade lexical como um brasileirismo de uso popular e remete o consulente ao verbete *diabo*. Cascudo (1972, p. 238), em seu dicionário do folclore brasileiro, assim define o item lexical *cão*: “no seio do povo brasileiro diz-se sempre como sinônimo demoníaco, Satanás, Diabo, Lúcifer, Belzebu”.

Guérios (1979, p. 55) classifica *cão*, enquanto designativo para espírito maligno, como um disfemismo, ou seja:

[...] uma expressão agravante. Se o emprego da expressão disfêmica revela clara manifestação de coragem, esta é, na verdade, imperfeita, porquanto o não pronunciar diretamente a palavra tabu é indício de fraqueza, segundo a nossa concepção de civilizado. Mas atenda-se para o complexo do fenômeno – a palavra tabu é que é para temer e não outra, embora se agrave a expressão (GUÉRIOS, 1979, p. 14).

Nota-se que a designação disfêmica, embora expresse uma carga semântica negativa, é, por seu turno, preferível àquela tida como tabu. No dicionário de símbolos, Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 176) registram a seguinte assertiva para o verbete *cão*: “não há, sem dúvida, mitologia alguma que não tenha associado o cão – Anúbis, T’ian-K’uan, Cérbero, Xolotl, Garm etc. – à morte, aos infernos, ao mundo subterrâneo, aos impérios invisíveis

regidos pelas divindades ctonianas ou selênicas”. Com base nessa figura simbólica representada pelo animal “cão”, verifica-se a carga semântica de tom agressivo expressa pela unidade lexical *cão*, daí o seu uso como designativo da entidade maligna.

Outra unidade lexical registrada pelos pesquisadores do Projeto ALiB foi *capeta* que é definida por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) na acepção de “diabo”. Houaiss (2001), por exemplo, registra o século XIX como o da primeira datação para essa palavra e informa que *capeta* deriva da associação entre o item lexical *capa* + *-eta* e que, provavelmente, faça alusão à figura do *diabo* vestido com uma capinha. Em consulta ao verbete *capa*, no dicionário etimológico de Cunha (2007), obteve-se o seguinte étimo: “peça de vestuário usada sobre toda a outra roupa como proteção’ XIII. Do lat. tard. *cappam* || **capear** XVI || **capeta** sm. ‘diabo’ ‘traquinas’ 1899. Deve-se o nome ao costume de se representar o diabo com uma pequena capa”.

Com base nesses dados, pode-se inferir que *capeta* representa uma forma eufêmica de designar o “diabo”, já que, ao invés de mencionar essa forma designativa, por um processo metonímico, empregou-se *capeta* em referência à “capa preta” utilizada pela entidade maléfica segundo as representações populares desse ser maligno. Assim, a designação *capeta* configura-se como uma forma eufêmica para designar o “diabo”.

Nessa linha semântica, registrou-se o item lexical *capiroto* ao qual Houaiss (2001) atribui a acepção de “o diabo”, com marca dialetal da região Norte do Brasil, de uso informal. Esse lexicógrafo informa que *capiroto* é de origem obscura, advindo, talvez, de *capiroto*, termo definido como “espécie de pequeno capuz, ou capelo, us. por meninos e donzelas; capeiroto” e que representa um diacronismo antigo. Tendo em vista esse possível étimo de *capiroto*, pode-se entender o seu uso para designar o “diabo” como uma alusão às suas vestimentas, em especial, ao seu capuz (parte de sua capa). Ferreira (2004) apresenta na entrada *capiroto* remissiva para o verbete *diabo*.

Chifrudo, outra designação apurada para nomear o ente maligno em questão, é definida por Houaiss (2001) na acepção de “diabo”. Nota-se que o uso de *chifrudo* para designar o “diabo” faz referência às particularidades físicas desse ser maligno, no caso, os seus chifres, o que confere a essa designação um caráter metonímico. Registrou-se, também, a forma *chifrudão*, forma aumentativa de *chifrudo*, uma alusão ao tamanho dos chifres desse “ente maléfico”.

Nesse contexto, documentou-se também a variante *rabudo*, definida por Houaiss (2001) como “o chefe dos demônios; o diabo” e classificada como um regionalismo do Brasil, de uso informal, com caráter eufêmico. Ferreira (2004), por seu turno, no verbete *rabudo* faz

remissão para a entrada *diabo*, classificando esse item léxico como um brasileirismo de uso popular. Observa-se que *rabudo* também faz referência às características físicas do “ente maligno”, no caso o rabo, motivado por um processo metonímico. Logo, o sema expresso por *chifrudo* e por *rabudo*, enquanto designativos de “diabo”, é “característica física”.

Outras designações auferidas foram *encardido* e *sujo*. A unidade lexical *sujo* está registrada na acepção de “diabo” por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004), enquanto *encardido* não aparece definida nessa acepção por esses dois dicionários. No entanto, uma das acepções atribuídas a *encardido* é “sujo, imundo” (FERREIRA, 2004). Logo, *encardido* e *sujo* podem ser consideradas sinônimas para designar o mesmo referente: o “diabo”. O emprego dessas duas unidades lexicais parece denotar o caráter maldoso do “ente maligno”, neste caso, as suas habilidades enganadoras e astuciosas. O livro bíblico de Efésios capítulo 6, versículo 11, sublinha essa característica do “diabo”: “Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo”⁸⁸.

As formas *cramulhão/gramunhão*, não dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas, também foram auferidas como designativos para o referente “diabo”. Consultou-se em Houaiss (2001) o verbete *cramulhano*, na acepção de “diabo”, um regionalismo dos Açores, de uso informal. Possivelmente o registro de *cramulhão* e *gramunhão* represente uma variação fonética de *cramulhano*. Guérios (1979, p. 16), por exemplo, elenca a deformação fonética como um dos recursos substitutivos do vocábulo tabu. Nesse particular, o registro de *cramulhão* e *gramunhão* ilustra esse tipo de recurso de substituição⁸⁹. Enfim, pode-se considerar as formas *cramulhão* e *gramunhão* como essas designações de caráter eufêmico, quando utilizadas para nomear o “diabo”.

Danoso, outra unidade léxica registrada pelos pesquisadores do Projeto ALiB para nomear o conceito em pauta, é definida por Houaiss (2001) como “que dana ('causa mal'); danífico, daninho, nocivo”. Nesse sentido, o uso de *danoso* para designar o “diabo” faz referência ao seu caráter maligno, ou seja, aos danos morais, pessoais e espirituais que essa entidade do mal pode causar na vida de algum indivíduo. Logo, o sema expresso por *danoso* é “dano”, representando, pois, um processo metafórico para designar o “ente maligno”. A carga semântica expressa por essa variante é de natureza eufêmica.

A unidade lexical *demônio* também se situa entre as formas documentadas pelos pesquisadores do Projeto ALiB como resposta para a pergunta 147/QSL. Houaiss (2001)

⁸⁸ Bíblia online – fonte: http://www.bibliaonline.com.br/acf/s*/1/astutas. Acesso em 09.jan. 2012.

⁸⁹ O dicionário on-line Wiktionary⁸⁹ registra *cramulhão*, como unidade léxica sinônima de *diabo*, *capeta* e *Lúcifer*, e *gramunhão* na acepção de *diabo*, na região Centro-Oeste do Brasil.

define *demônio*, no âmbito da religião cristã, como “o anjo que se rebelou contra a autoridade divina, com uma legião de entidades malignas sob seu comando; o príncipe dos demônios”. Também com a rubrica “religião”, Ferreira (2004) define o item lexical *demônio* como “cada um dos anjos caídos ou gênios maléficos do Inferno, sujeitos a Lúcifer ou Satanás; diabo”. Segundo Morais (1813), *demônio* significa “anjo mau, atormentado e atormentador das almas dos condenados no inferno”.

Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 329), no dicionário de símbolos, fazem a seguinte consideração a respeito da entidade *demônio*:

[...] no pensamento grego, os demônios são seres divinos ou semelhantes aos deuses por um certo poder. O *daimon* de qualquer um foi, assim, identificado à vontade divina e, em consequência, ao destino do homem. Depois, a palavra passou a designar os deuses inferiores, e, por fim, os espíritos maus.

Assim, *demônio* parece configurar-se como uma forma genérica para designar os anjos outrora do bem, mas que, por rebeldia, se tornaram “anjos do mau” e que, em consequência, estão sob a guarda do *diabo*. Logo, segundo essa perspectiva de interpretação, o ente maligno nomeado como *diabo* é o chefe de todos os *demônios* que, por sua vez, representam os vários “anjos rebeldes”. O versículo bíblico 34, do livro de Mateus 9, pode ilustrar o exposto: “mas os fariseus diziam: Ele expulsa os *demônios* pelo príncipe dos *demônios*”⁹⁰. Nota-se, pelo trecho mencionado, a referência ao *diabo*, tido no relato bíblico como o príncipe dos *demônios*.

Foi documentada, também, a unidade lexical *demo* que, por sua vez, é definida como “espírito maligno do cristianismo; demônio, diabo” (HOUAISS, 2001). Já Ferreira (2004) atribui ao item léxico *demo* a acepção de “demônio”, além de remeter o consulente para o verbete *diabo*. Segundo esse lexicógrafo, *demo* é uma forma reduzida de *demônio*. Bluteau (1712-1728) e Morais (1813) também registram *demo* na acepção de “demônio”. Esse tipo de recurso linguístico é, segundo Guérios (1979, p. 20), um meio de substituição do vocábulo tabu. Logo, *demo* representa uma forma eufêmica para designar o *demônio*, em razão do conteúdo negativo expresso por ela. Vê-se, nesse caso, uma interdição linguística motivada pelo tabu de medo, o que pode ter induzido o falante a empregar a forma reduzida *demo*.

A própria unidade lexical *diabo* foi muito mencionada como designação do “ente maligno” em foco. Houaiss (2001) define o termo *diabo*, com a rubrica da religião cristã, como “anjo rebelde (Satanás) que foi expulso do céu e precipitado no abismo (inferno)” e Ferreira (2004), no verbete *diabo*, faz remissiva para *demônio*. Bluteau (1712) já definira

⁹⁰ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/mt/9>. Acesso em 20 jun. de 2011.

diabo como “espírito angélico condenado ao inferno”, palavra grega derivada de *diabolos*. Nesse particular, Guérios (1979, p. 57) informa que

[...] o sentido original de *diabo* (lat. *diabolus*; gr. *Diabolôs*) era “o transportador”, isto é, “o que leva (a verdade) para além” e daí “o detrator, caluniador, difamador. No entretanto, alega Meillet que o verbo de que se trata – gr. *diabállein* – significa não só “fazer passar”, mas também “enganar, caluniar, dizer mal de...”.

Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 337), no dicionário de símbolos, registram que o *diabo*

[...] simboliza todas as forças que perturbam, inspiram cuidados, enfraquecem a consciência e fazem-na voltar-se para o indeterminado e para o ambivalente: centro de noite, por oposição a Deus, centro de luz. Um arde no mundo subterrâneo, o outro brilha no céu.

Os dados do Projeto ALiB relativos às capitais brasileiras reúnem, também, duas formas hipocorísticas como designativas de “diabo”: *didi e dindin* e a forma diminutiva *diabinho*. As unidades léxicas *didi* e *dindin* não estão dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas. Todavia, nota-se que essas formas se configuram como hipocorísticas, isto é, uma forma carinhosa de designar a figura do “diabo” pela repetição da sílaba inicial. Esse recurso é elencado por Guérios (1979, p. 14) como um meio de substituição do vocábulo tabu, o que lhe confere o caráter eufêmico⁹¹. Ao tratar das denominações afetuosas, esse estudioso sublinha o seguinte:

o emprego eufêmico de nomes cumprimenteiros aparece principalmente nas práticas supersticiosas. A fim de conjurar ou acarinhar os seres e as coisas malélicas – diabos, bruxas, animais perigosos, ou simplesmente prejudiciais, doenças tenebrosas ou mortíferas – substitui-se humildemente o nome verdadeiro destas potências do mal por denominações suaves e afetivas (GUÉRIOS, 1979, p. 19-20).

Por sua vez, a unidade lexical *diabinho* é definida por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) na acepção de “pequeno diabo”. Nota-se que *diabinho* representa a forma diminutiva de *diabo*. Segundo Guérios (1979, p. 19), os diminutivos são empregados como um recurso substitutivo do vocábulo tabu. *Diabinho* se configura, portanto, como uma forma eufêmica para designar o “ente maligno”. Foi bastante notório o receio, por parte dos informantes, em proferir a designação *diabo*, como se pôde evidenciar na fala de um informante jovem, com baixa escolaridade de São Paulo: “Inf.- vichi! Tô fora, ave! Têm vários nome pra esse cara aí” (Inf. 1)⁹².

Satanás, outra unidade lexical apurada, é apontada por Houaiss (2001) como sinônima de *diabo*. Ferreira (2004) registra que *satanás* provém do Latim *satanas*, “o que arma

⁹¹ Pelo teor da entrevista com a informante jovem, com Ensino Fundamental de São Paulo, que mencionou *didi*, nota-se o seu receio em proferir a palavra *diabo*: “Inf: Misericórdia meu Deus! (risos), é... tem muitos nomes assim, muitos mais o que mais se fala é o Di(?) mesmo, o Demônio, di, misericórdia! É o Didi”.

⁹² Informante masculino de São Paulo, 28 anos, com Ensino Fundamental.

ciladas”, “inimigo”. Bluteau (1712), por seu turno, esclarece que *satanás* deriva do hebraico *satan* com o sentido de “adversário” e, em algumas outras versões do hebraico, no sentido de “amador de ciladas”. Segundo Kroll (1984, p. 13), *satanás* “é o nome que na Escritura se dá ao chefe dos anjos rebeldes convertido em espírito do Mal”. No livro de 2 Coríntios, capítulo 11, versículo 14 consta que “[...] o próprio *Satanás* se transfigura em anjo de luz”⁹³, o que confirma a tradição de *satanás* foi um anjo do “bem” que se transformou em “anjo mau”.

Foram documentadas, também, as formas *satã* e *satango* para designar o mesmo conceito. A unidade lexical *satã* está registrada por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) na acepção de “diabo”. Conforme Guérios (1979, p. 16), *satã* representa uma deformação fonética, o que a caracteriza, portanto, como um recurso substitutivo da forma tida como tabu, no caso, *satanás*. Já o item léxico *satango* não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas. Todavia, *satango* parece representar, também, uma deformação fonética do item lexical *satanás*, dada a carga semântica negativa expressa por esse nome. Logo, *satã* e *satango* representam formas eufêmicas para designar a “entidade maligna” em estudo.

A análise das unidades lexicais *diabo* e *satanás* demonstrou que ambas possuem a mesma carga semântica, configurando-se, pois, como formas tabuísticas. Considerando as origens linguísticas dessas designações, *satanás* de origem hebraica e *diabo* de origem latina e grega, consultou-se a Bíblia Sagrada e notou-se que *satanás* aparece apenas no Antigo Testamento, enquanto *diabo* figura somente no Novo Testamento. Isso parece evidenciar uma marca de natureza sócio-histórica, haja vista que as línguas utilizadas nas escrituras da Bíblia no Antigo Testamento eram o hebraico e o aramaico, ao passo que, em termos de Novo Testamento, a tendência atual é considerar que foi escrito em grego.

Apurou-se, também, a unidade lexical *enxofre* para designar o ente “diabo”. Todavia, não há, para esse item lexical, nas obras lexicográficas consultadas, o registro da acepção “diabo”. Assim, o uso do termo *enxofre* para designar o “diabo”, possivelmente, decorra da crença popular de que esse “ente maligno” exala o odor de enxofre. Nesse sentido, *enxofre* representa uma forma metonímica, quando utilizada para designar o “diabo”, expressando, portanto, o sema “odor”.

Estrela vermelha, fornecida como designação para o “diabo”, não está dicionarizada em nenhum dos dicionários consultados. Todavia, é possível estabelecer uma analogia entre essa forma designativa e o nome Lúcifer, cuja origem etimológica, segundo Ferreira (2004), é “o que leva o archote, a estrela da manhã”. Assim, possivelmente, o uso da unidade lexical

⁹³ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/2co/11>. Acesso em 20.jun. 2011.

vermelha, associada ao item léxico *estrela*, faça referência a Lúcifer, sobretudo, quando relacionada à acepção “o que leva o archote” (tocha) que, por sua vez, remete a fogo, daí o uso de *estrela vermelha*.

Foram registrados alguns nomes de “entidades” espirituais como designativos para “diabo”: *exu caveira*, *pombajira* e *zé pelintra*. *Exu caveira* está registrado em Houaiss (2001) como subentrada no verbete *caveira*, na acepção de “Exu mensageiro de Omolu que protege os cemitérios”, com rubrica da “religião”. Ferreira (2004) também define *exu caveira* como “orixá protetor dos cemitérios”. Já a unidade lexical *pombajira* é definida por Houaiss (2001), na rubrica “religião”, como “na umbanda popular e na quimbanda, um Exu-fêmea”. Já Ferreira (2004) atribui-lhe a acepção de “companheira de Exu”, classificando esse item lexical como um brasileirismo.

O item lexical *zé pelintra*, por seu turno, não está dicionarizado nas obras lexicográficas consultadas. Já em consulta a um site de pesquisas “Wikipédia”, obteve-se a seguinte informação acerca dessa “entidade espiritual”: “*Zé Pelintra* (também *Zé Pilintra*) é um personagem folclórico e espiritual das mitologias afro-brasileiras e regionais da umbanda e do catimbó (ou catimba)”. Esse site informa, ainda, que, apesar de essa “entidade espiritual” ter importância religiosa tanto para os praticantes do catimbó quanto para os da umbanda, é entidade originária dessa última⁹⁴.

Observa-se, portanto, que as unidades lexicais *exu caveira*, *pombajira* e *zé pelintra*, quando utilizadas para designar a entidade “diabo”, fazem referências específicas a “entidades espirituais” pertencentes à religião Umbanda. Assim, tendo em vista a referência direta aos nomes dessas entidades, pode-se considerá-las como de uso tabuístico.

Já o item lexical *lúcifer* é definido por Houaiss (2001) como “o maior, ou o primeiro, de todos os demônios” e por Ferreira (2004) como “diabo”, atribuindo-lhe a origem latina *lucifer*: “o que leva o archote, a estrela da manhã”. Segundo Bluteau (1712), *lúcifer* é de origem latina e significa “portador de luz”. “Na Cristandade é o primeiro anjo rebelde, cuja soberba castigou Deus, lançando-o do céu para o inferno”. Consta no Velho Testamento da Bíblia Sagrada um versículo que descreve esse ente maligno: “como caíste desde o céu, ó estrela da manhã, filha da alva! Como foste cortado por terra, tu que debilitavas as nações!” (Isaías 14:12)⁹⁵. Percebe-se que *lúcifer* é empregado como um nome próprio para designar o “diabo”, fazendo, assim, alusão à identidade da entidade maligna, o que lhe confere uma carga semântica tabuística.

⁹⁴ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Z%C3%A9_Pelintra. Acesso em 10.jan.2012.

⁹⁵ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/is/14>. Acesso em 20.jun.2011.

Príncipe dos céus foi outra designação fornecida para o “diabo”. Essa forma não está dicionarizada nos dicionários consultados. Entretanto, há registrada em Houaiss (2001), na acepção de “demônio”, a forma “príncipe das trevas”. Assim, aparentemente, houve, por parte do falante, um equívoco ao utilizar o sema “céus”, associado a “príncipe”, tendo em vista, que o referente expresso pela questão 147/QSL é o “diabo”. Logo, o uso de *Príncipe dos céus* é inadequado para nomear esse “ente maligno”, pois, segundo o Cristianismo, o céu é a morada de Deus e de seus anjos, enquanto Satanás e seus demônios habitam no inferno. Em vista disso, a forma *príncipe dos céus* foi considerada como resposta “não válida” para nomear o “ente maligno” em questão.

Os dados do Projeto ALiB reúnem também o item lexical *nefisto* para designar o “diabo”. Essa unidade lexical não está dicionarizada em nenhuma das obras lexicográficas consultadas. Logo, para esclarecer o uso de *nefisto*, consultou-se o verbete *mefistofélico*, assim definido: “próprio de Mefistófeles; diabólico, infernal” (HOUAISS, 2001). Esse lexicógrafo registra que *mefistofélico* provém do antropônimo “*Mefistófele(s)*, personagem considerado a personificação do diabo na lenda alemã de *Fausto*, consagrado no drama homônimo (1790) de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832, escritor alemão)”. Assim, supõe-se que *nefisto* seja proveniente de *mefistofélico*, de modo que *nefisto* representa uma deformação fonética e uma forma reduzida de *mefistofélico*, já que, respectivamente, nota-se a permuta do *m* pelo *n*, e o uso *nefisto* em vez de *mefistofélico*. Em face do exposto, pode-se afirmar que *nefisto* representa um processo metonímico para designar o “diabo”, tendo em vista a alusão ao caráter diabólico desse personagem goetheano, em comparação ao “ente maligno”.

Tibinga, outra designação apurada para nomear a entidade maligna “diabo”, não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas. Todavia, em consulta a um dicionário eletrônico, identificou-se o registro de *tibinga* na acepção de “diabo, demônio”, classificada como um regionalismo de Florianópolis, Santa Catarina⁹⁶.

Já *tinioso*, outra unidade lexical fornecida pelos informantes do Projeto ALiB, está registrada em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004), na acepção de “diabo”. Segundo Houaiss (2001), *tinioso* advém do étimo “*tinha* + *-oso*. sXIII *Tinioso* antr., a 1721 *tinioso* ‘o que tem tinha’”. Conforme esse mesmo lexicógrafo, a primeira datação registrada para *tinioso* é o século XIII, o que confere a essa unidade lexical um caráter arcaico. Considerando-se a origem de *tinioso*, apresentado pelo lexicógrafo consultado, nota-se uma possível associação

⁹⁶ Fonte: <http://pt.wiktionary.org/wiki/tibinga>. Acesso em 10.jan.2012.

entre a “tinha”, isto é, a “infecção da pele e seus anexos por fungos de diversos gêneros” e a aparência física desagradável do “diabo”, bem como o seu caráter ardiloso, sujo, perspicaz.

A forma *cruz-credo* foi registrada como designativo para o “diabo”, todavia, figura-se como uma forma inválida, já que Houaiss (2001) e Ferreira (2004), para o verbete *cruz-credo* fazem remissiva para o verbete *credo*, unidade lexical assim definida, dentre outras acepções, como “oração cristã iniciada, em latim, pela palavra *credo* (creio), e que encerra os artigos fundamentais da fé católica”, com a rubrica religião. Com base nessa acepção, *cruz credo* não se aplica, pois ao conceito expresso pelo QSL 147.

O estudo das respostas apuradas para a pergunta 147/QSL permitiu identificar o registro de designações oriundas de duas doutrinas religiosas: o Cristianismo e o Umbandismo. A seguir, o Quadro 13, ilustra o exposto.

CRISTIANISMO	UMBANDISMO
<i>anticristo, belzebu, besta/bestafera, capeta, demônio, diabo, Lúcifer e satanás</i>	<i>exu caveira, pombajira e zé pelintra</i>

Quadro 13 – Designações para o “diabo” classificadas segundo a doutrina religiosa.

O estudo de natureza semântica aqui apresentado permitiu a classificação das designações registradas em duas categorias: “tabus linguísticos” e “eufemismos”.

c) Tabus linguísticos

belzebu, besta, besta fera, capeta, cão, demônio, diabo, exu caveira, Lúcifer, pombajira, satanás e zé pelintra;

d) Eufemismos

anjo do mal, anjo mau, anticristo, bicho feio, bicho ruim, capiroto, chifrudão, chifrudo, coisa, coisa ruim, criatura, , danoso, demo, diabinho, didi, dindin, encardido, enxofre, inimigo, maligno, nefisto, rabudo, satã, satango, sujo, tinhoso, troço e zebu.

Com base nos pressupostos de Guérios (1979), apresentamos, na sequência, os diferentes recursos linguísticos substitutivos utilizados no processo de designação da entidade maligna “diabo”:

- arcaísmo: *tinhoso*
- disfemismo: *cão*

- diminutivo: *diabinho*
- hipocorístico: *didi, dindin*
- metáfora: *nefisto*
- metonímia: *chifrudo, chifrudão, enxofre, rabudo e danoso*
- deformação fonética: *cramulhão, gramunhão, didi, dindin, satã, satangos*
- redução: *demo, zebu*
- termo genérico: *bicho feio, bicho ruim, coisa, coisa ruim, criatura, encardido, inimigo, maligno, sujo, troço.*

Este estudo mostrou os diferentes recursos eufemísticos utilizados para nomear o “diabo”, evidenciando que o nome desse “ente maléfico” é frequentemente objeto de tabu, tendo em vista a crença de que a pronúncia de seu nome possa atrair algum mal ao falante ou, ainda, provocar a sua aparição. Ficou bastante evidente pelos áudios das entrevistas o temor e o receio em proferir designações tidas como tabuísticas. O excerto da entrevista, a seguir, de uma informante idosa com Curso Superior ilustra o seu receio em pronunciar a forma tabuística para o “diabo”:

Inq.- Agora pra religião e crenças né. Deus está no céu e no inferno está...?

Inf.- O demo (risos)

Inq.- Tem outros nomes pra ele que você saiba?

Inf.- Olhe, eu não uso nenhum desses, eu não uso, eu num num gosto dessa palavra né [...]” (info 8)⁹⁷

No conjunto dos dados analisados, o tabu sobre o nome do “diabo” mostrou-se bastante recorrente em virtude da significativa menção de formas eufêmicas, bem como o receio, o medo, os risos por parte dos informantes, ao serem questionados sobre “Deus está no céu e no inferno está?”. Considerando, portanto, que os tabus linguísticos motivam as criações neológicas, vale registrar que se identificou a não dicionarização de determinadas formas designativas, como por exemplo, as variantes *didi* e *dindin*; hipocorístico de “diabo”. Por fim, o estudo aqui apresentado deu mostras de que as crenças e as superstições, ainda que numa sociedade pós-moderna, permeiam o imaginário popular de habitantes de grandes centros urbanos.

⁹⁷ Informante feminina de Curitiba, 52 anos, com Curso Superior.

4.6.2. Análise geossociolinguística

O estudo das respostas apuradas para a pergunta “Deus está no céu e no inferno está?” apontou a variante *diabo* como a designação⁹⁸ mais produtiva no Brasil, para nomear o “ente maligno” em questão, atingindo, pois, o percentual de 32,43% das ocorrências. A seguir, o Gráfico 32 contempla as cinco designações mais produtivas para nomear o “diabo”, nas capitais do Brasil, indicando o percentual de ocorrência em cada região do Brasil.

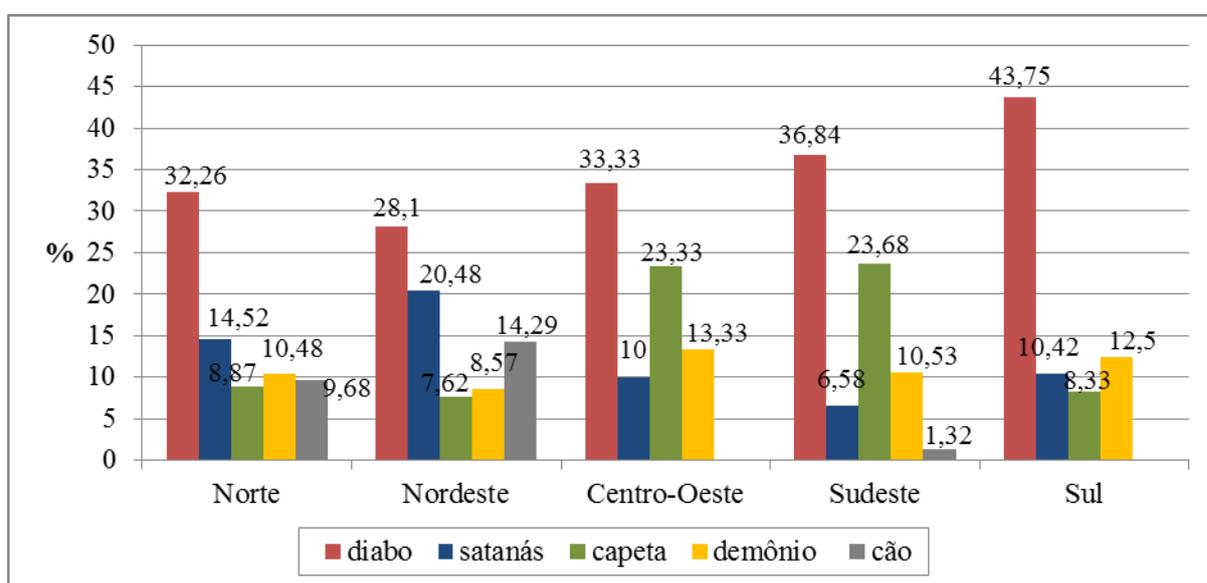


Gráfico 32 – Distribuição diatópica das cinco designações mais produtivas para nomear o “diabo”, segundo cada região do Brasil.

Observa-se pelos dados no Gráfico 32 a predominância de *diabo* na região Sul do Brasil, onde concentrou o percentual de 43,75%, seguido do Sudeste, onde obteve o índice de 36,84%, do Centro-Oeste, região em que alcançou o percentual de 33,33% de produtividade, do Norte, onde atingiu o índice de 32,26% e, por fim, do Nordeste, região que registrou o menor percentual para *diabo* (28,1%). Assim, considerando a expressiva ocorrência de *diabo* em todas as regiões do Brasil, pode-se afirmar que essa variante integra a norma lexical dos habitantes do País. Vale registrar que, embora *diabo* exprima carga semântica tabuística para designar a “entidade maligna”, ainda assim, mostrou-se a mais utilizada.

⁹⁸ Das designações apuradas para nomear o “diabo”, 23 tiveram ocorrências únicas: *anticristo* (Inf. 7/034), *bicho feio* (Inf. 6/002), *chifrudão* (Inf. 3/179), *coisa* (Inf. 7/123), *cramulhão* (Inf. 7/220), *criatura* (Inf. 8/093), *danoso* (Inf. 3/093), *diabinho* (Inf. 7/108), *didi* (Inf. 2/179), *dindin* (Inf. 6/230), *enxofre* (Inf. 2/077), *estrela vermelha* (Inf. 1/179), *exu caveira* (Inf. 1/115), *gramunhão* (Inf. 1/220), *maligno* (Inf. 8/123), *nefisto* (Inf. 5/002), *pombajira* (Inf. 1/115), *príncipe dos céus* (Inf. 5/026), *rabudo* (Inf. 7/002), *satangos* (Inf. 4/138), *zé pelintra* (Inf. 1/115) e *zebu* (Inf. 2/108).

A segunda variante mais produtiva no Brasil, *satanás*, alcançou o maior índice de produtividade na região Nordeste (20,48%), seguido do Norte, onde obteve o percentual de 14,52% de incidência, do Sul, com 10,42% de ocorrência, do Centro-Oeste, com 10% e do Sudeste com somente 6,58% de ocorrência.

Já *capeta* registrou as maiores ocorrências nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente, com os percentuais de 23,68% e de 23,33%. Na sequência, a região Norte obteve o percentual de 8,87% de ocorrência, seguido do Sul, com 8,33% de produtividade e do Nordeste, onde registrou o percentual de 7,62%.

A unidade lexical *cão*, por sua vez, foi registrada apenas nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste. Na primeira região, *cão* concentrou o maior índice de produtividade, isto é, 14,29%, enquanto no Norte alcançou o percentual de 9,68%. Já no Sudeste obteve registro ocorrência mínima (1,32%).

Tendo em vista que *diabo* obteve maior incidência no Sul do Brasil, o Gráfico 33 apresenta a distribuição percentual de ocorrência dessa designação nas capitais dessa região.

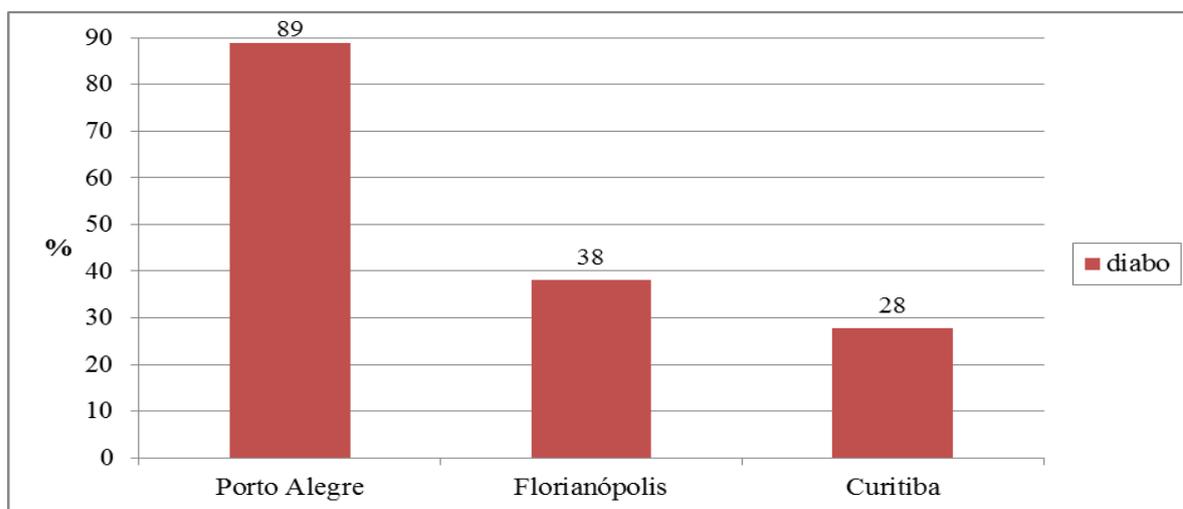
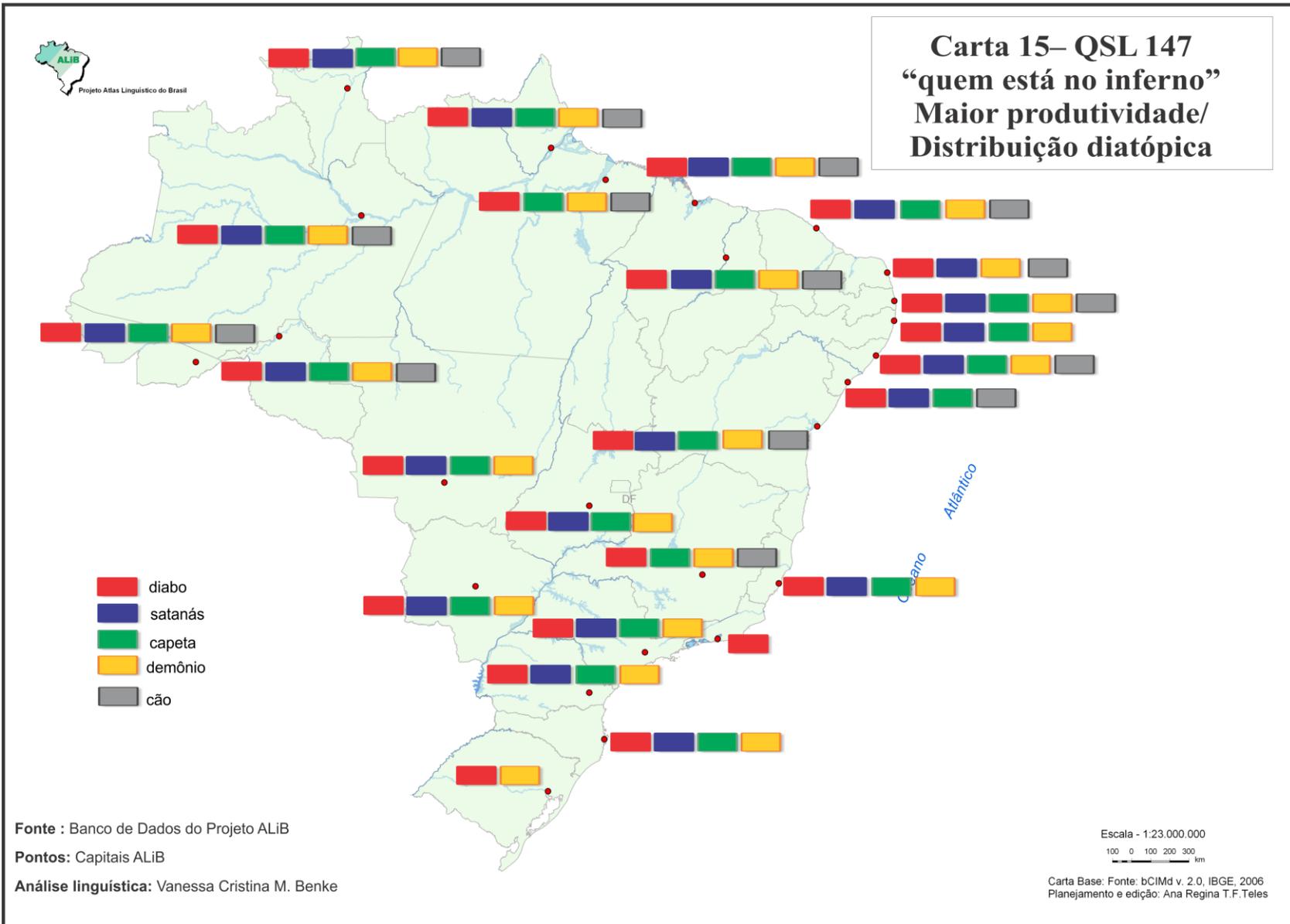


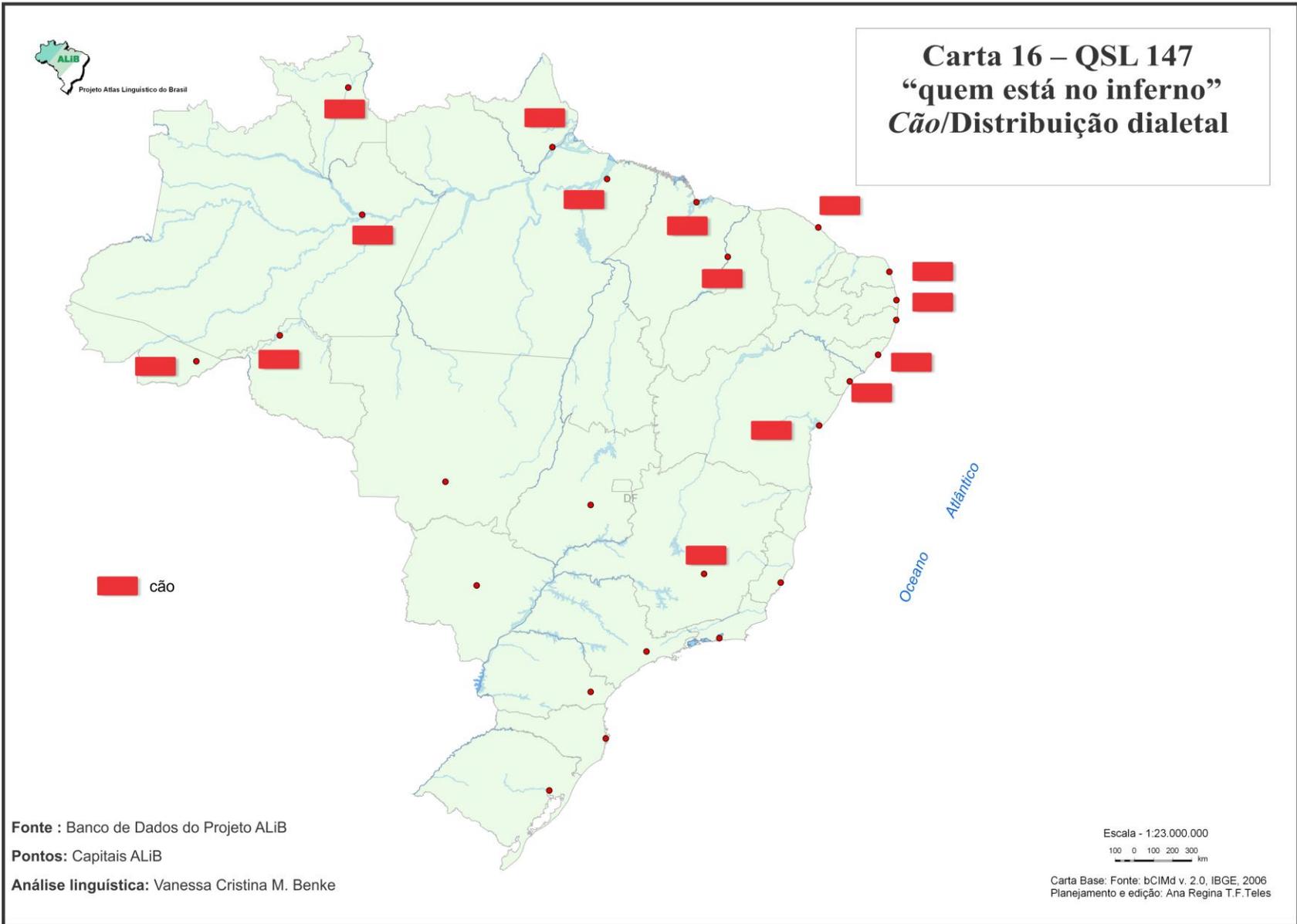
Gráfico 33 – Distribuição diatópica da designação *diabo* nas capitais da região Sul.

Os dados apresentados no Gráfico 33 evidenciaram o maior percentual de ocorrência para *diabo* em Porto Alegre (89%), seguido de Florianópolis, onde alcançou o índice percentual de 38% e de Curitiba, onde registrou 28% de produtividade.

Na sequência, a Carta Linguística 15 ilustra o registro diatópico das cinco designações mais produtivas para o “diabo”, distribuídas em cada capital do Brasil.



Os dados mapeados na Carta linguística 15 visualizam a ocorrência de *diabo* em todas as capitais do Brasil, apresentando registro unânime no Rio de Janeiro. Já *satanás*, embora represente uma das variantes mais produtivas no conjunto dos dados, não foi registrada em algumas capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Belém. A unidade lexical *capeta* também está bem distribuída em todo o território nacional, com exceção de Porto Alegre e de Rio de Janeiro onde não foi documentada. A unidade lexical *cão*, por seu turno, foi documentada apenas nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste. A Carta Linguística 16 ilustra a distribuição diatópica dessa unidade lexical.



Observa-se que a variante *cão* marcou geograficamente as regiões Norte e Nordeste. Todavia o registro dessa variante em Belo Horizonte por uma informante idosa com Curso Superior pode ser explicado pela proximidade geográfica entre a capital mineira e Salvador, favorecendo, assim, influências do falar baiano no falar mineiro, dado que se reporta à questão do falar baiano, segundo a divisão de Nascentes (1953). Logo, a concentração de *cão* no Nordeste e no Norte indica que a variante lexical *cão* intera a norma lexical dos habitantes dessas regiões, para nomear “a entidade maligna” em questão.

Numa perspectiva sociolinguística, observou-se que, no contexto das designações mais produtivas para o ente maligno em questão, a variante *capeta* foi mais recorrente na fala dos homens, conforme comprova o Gráfico 34.

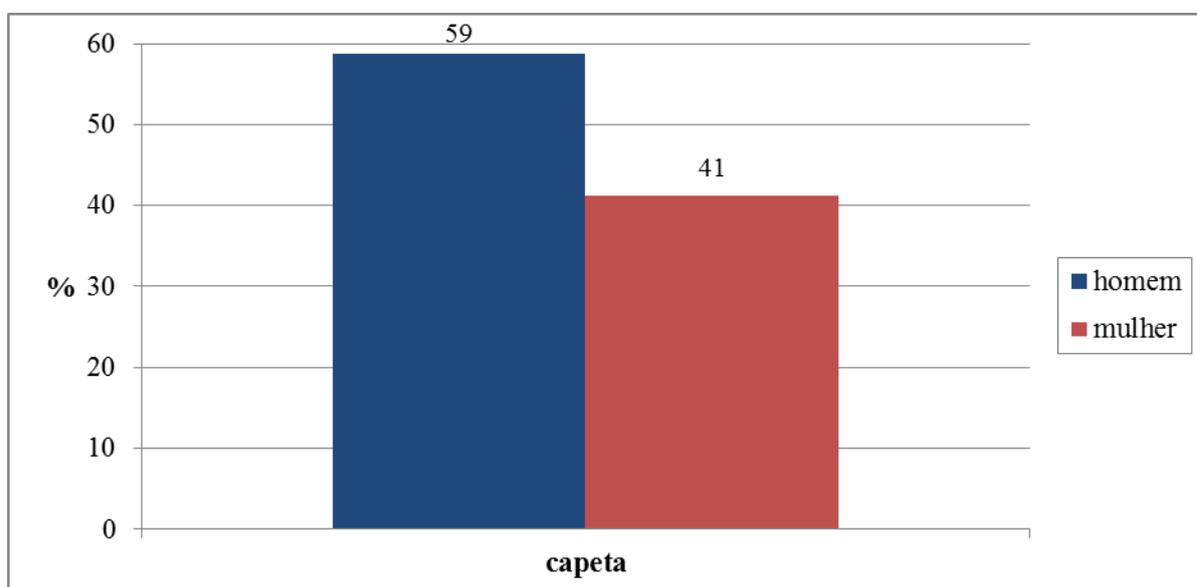


Gráfico 34 – Distribuição percentual da variante *capeta* segundo a variável sexo.

Nota-se pelos dados no Gráfico 34 a maior produtividade de *capeta* no vocabulário masculino, com 59% de incidência, enquanto 41% representou o registro dessa variante por mulheres. Assim, a supremacia dos homens, no que tange à menção de *capeta* pode ter relação com a carga semântica tabuística expressa por essa unidade lexical, dado o seu caráter pejorativo.

No que diz respeito ao fator idade, a unidade lexical *satanás* se destacou por sua expressiva ocorrência na fala dos informantes da segunda faixa etária, conforme ilustra o Gráfico 35.

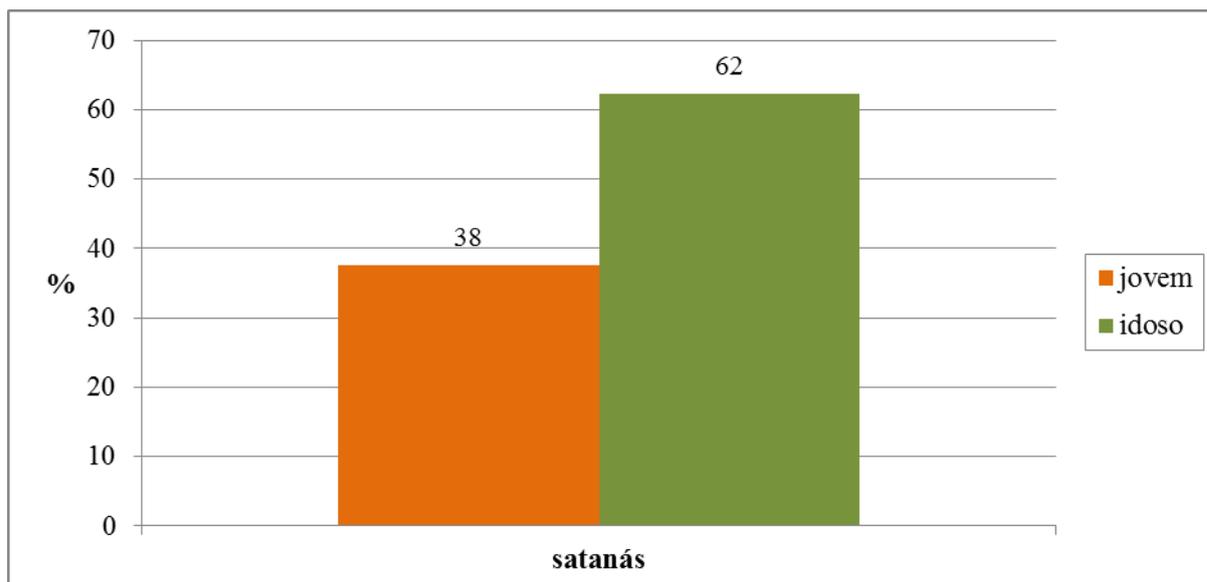


Gráfico 35 – Distribuição percentual da variante *satanás* segundo a variável idade.

Os dados do Gráfico 35 demonstram a significativa ocorrência de *satanás* no vocabulário dos idosos (62%) e a menor incidência entre os jovens (38%), apontando para uma marca diageracional.

No conjunto das unidades lexicais que nomeiam o “diabo”, notou-se, no âmbito das designações eufêmicas, o registro majoritário pelos informantes da segunda faixa etária. O Quadro 14 ilustra as designações dessa natureza semântica com a indicação da localidade em que foi registrada e o número correspondente ao perfil do informante que a mencionou.

VARIANTES EUFÊMICAS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>anjo do mal</i>	Inf. 8/Goiânia
<i>anticristo</i>	Inf. 7/Teresina
<i>chifrudão</i>	Inf. 3/ São Paulo
<i>coisa</i>	Inf. 7/Goiânia
<i>criatura</i>	Inf. 8/Salvador
<i>danoso</i>	Inf. 3/Salvador
<i>diabinho</i>	Inf. 7/Cuiabá
<i>encardido</i>	Inf. 7/Natal
<i>maligno</i>	Inf. 8/Goiânia
<i>rabudo</i>	Inf. 7/Macapá
<i>satangos</i>	Inf. 4/Belo Horizonte

Quadro 14 – Designações eufêmicas para o “diabo” fornecidas somente por idosos.

Todavia, os dados demonstraram, também, o uso de outras variantes de caráter eufêmico tanto por idosos quanto por jovens, conforme demonstra o Quadro 15, na sequência.

VARIANTES EUFÊMICAS	INFORMANTE/LOCALIDADE
<i>bicho ruim</i>	Inf. 1 e 3/ Vitória; Inf. 3/Fortaleza
<i>capiroto</i>	Inf. 4/Teresina; Inf. 5/Rio Branco; Inf. 2/Manaus
<i>chifrudo</i>	Inf. 8/São Luís; Inf. 5/Boa Vista
<i>demo</i>	Inf. 5 e 8/Salvador; Inf. 2/Fortaleza; Inf. 5/Aracaju; Inf. 2 e 5/Macapá; Inf. 7/Porto Velho; Inf. 8/Vitória; Inf. 8/Curitiba
<i>inimigo</i>	Inf. 8/Maceió; Inf. 3/Recife; Inf. 2/Manaus; Inf. 4/Belém; Inf. 1/Porto Velho; Inf. 4/Boa Vista; Inf. 1/São Paulo; Inf. 2/Goiânia
<i>satã</i>	Info 5/Curitiba; Inf. 6/João Pessoa; Inf. 1/Porto Velho; Inf. /Boa Vista
<i>sujo</i>	Inf. 8/Maceió; Inf. 2/Aracaju
<i>tinioso</i>	Inf. 5/Manaus; Inf. /Macapá
<i>troço</i>	Info 2/Maceió; Inf. 3/Vitória

Quadro 15 – Designações eufêmicas para nomear o “diabo” fornecidas por jovens e idosos.

A documentação de unidades lexicais eufêmicas, entre os idosos e os jovens, para designar o “diabo” demonstra que os nomes da entidade maligna em questão é motivo de tabu e, por extensão, de tabus linguísticos que se estendem a toda a sociedade pós-moderna, comprovando, por conseguinte, que as crenças e as superstições não se restringem aos homens incultos.

No conjunto das designações ilustradas no Quadro 17, *inimigo* mostrou-se relevante, do ponto de vista religioso, já que, em consulta às fichas dos informantes, foram identificados três evangélicos que forneceram essa unidade lexical: duas mulheres jovens, ambas de baixa escolaridade, sendo uma de Goiânia e a outra de Manaus, e uma informante idosa, de baixa escolaridade, de Belém.

O trecho a seguir, extraído da entrevista com a informante idosa de Belém, é bastante ilustrativo no que diz respeito à manifestação frente à religião que professa, no caso, o protestantismo:

Inf. – Ai, o *inimigo* eu num chamo aquele nome eu digo o *inimigo*,
Inq. – A senhora tem outro nome que a senhora possa chamar além de *inimigo*?
Inf. – Chamam *demônio*, *diabo*, né, sangue de Jesus tem poder!” (Inf. 4)⁹⁹.

Observa-se, pelo teor da resposta, que a expressão “sangue de Jesus tem poder!” representa o receio da informante em mencionar designações tabuísticas, o que evidentemente a motivou a utilizar *inimigo*, enquanto as unidades lexicais de caráter tabuístico ocorreram mediante a insistência do inquiridor.

Nessa perspectiva, vale mencionar que *inimigo*, enquanto designativo para o “diabo”, é mais empregado entre pessoas evangélicas, quiçá um jargão entre os membros das igrejas

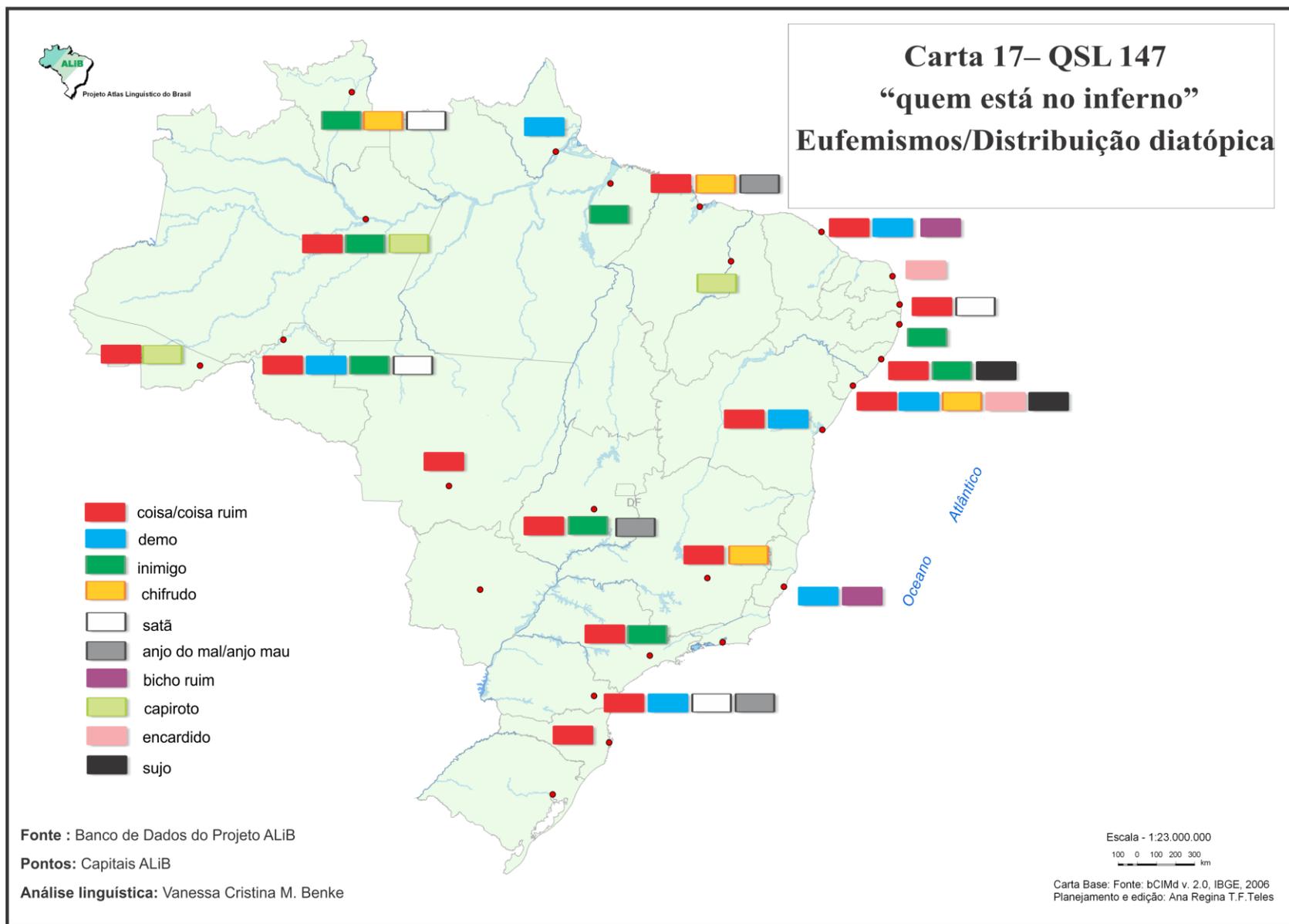
⁹⁹ Informante feminina de Belém, com 64 anos, com Ensino Fundamental.

evangélicas. Isso, possivelmente, se explica devido ao fato de o “diabo”, segundo a Bíblia, ser tido como um inimigo, um adversário. Um trecho bíblico ilustra o exposto: “Sede sóbrios; vigiai; porque o diabo, vosso adversário, anda em derredor, bramando como leão, buscando a quem possa tragar” (1Pedro 5:8)¹⁰⁰. Pelo exposto, nota-se a influência da religião na escolha lexical do informante para nomear a entidade maléfica em pauta.

Outra designação, entre as mencionadas no Quadro 17, que merece destaque é *tinioso*. O registro dessa unidade lexical por um idoso, de baixa escolaridade de Macapá, confirmou o seu caráter conservador, posto que a primeira datação registrada por Houaiss (2001) para *tinioso* é o século XIII. Ademais, o registro dessa variante também na fala de um jovem de alta escolaridade, de Manaus, representou uma possível tendência de manutenção desse arcaísmo.

A Carta Linguística 17 ilustra a distribuição diatópica das 10 designações eufêmicas mais produtivas no conjunto dos dados analisados.

¹⁰⁰ Bíblia online – fonte: <http://www.bibliaonline.com.br>. Acesso em 17 out. 2011.



A Carta linguística 17 demonstra que, do conjunto dos eufemismos registrados, *demo* concentrou-se nas capitais nordestinas. Já *chifrudo* foi documentada em capitais do Nordeste (São Luís e Aracaju), do Sudeste (Belo Horizonte) e do Norte (Boa Vista). Já *bicho ruim* foi recolhida em duas capitais litorâneas: Vitória e Fortaleza. Fato interessante notou-se com os registros de *encardido* e *sujo* apenas em capitais nordestinas: Aracaju e Natal para a primeira variante e Aracaju e Maceió para a segunda designação. Em face disso, pode-se inferir que *encardido* e *sujo* representaram uma marca diatópica para a região Nordeste. Nesse particular, notou-se uma linha isoglóssica ilustrada por *capiroto* no Norte e no Nordeste. Ademais, notou-se uma possível influência nortista no vocabulário dos nordestinos, pois, conforme Houaiss (2001), *capiroto* se caracteriza como um regionalismo do Norte.

Considerando-se o total das designações auferidas para nomear o “diabo”, algumas delas mostraram-se interessantes do ponto de vista diatópico. *Tibinga*, por exemplo, documentada em Santa Catarina, por duas informantes idosas, sendo uma com Ensino Fundamental, e a outra com Curso Superior, confirmou a sua marca dialetal de Santa Catarina¹⁰¹. Ademais, o uso dessa variante apenas no vocabulário de idosos aponta para uma marca diageracional.

Fenômeno interessante observou-se, também, com a documentação das designações *gramunhão* e *cramulhão*, tidas neste estudo, como variantes fonéticas de *cramulhano* e registradas na fala de dois informantes de Curitiba: dois homens, sendo um jovem de baixa escolaridade e um idoso de alta escolaridade. Houaiss (2001) caracteriza *cramulhano* como um regionalismo dos Açores. O registro de *gramunhão* e *cramulhão* pode ter uma explicação de cunho histórico, tendo em vista a migração portuguesa e açoriana ao Sul do Brasil.

O estudo das designações para a pergunta “Deus está no céu e no inferno está?” mostrou que *diabo*, embora de caráter tabuístico, integra a norma lexical dos habitantes das capitais brasileiras para nomear esse “ente maligno”. Do ponto de vista geográfico, observou-se a concentração da variante *cão* no Norte e Nordeste, traçando, pois, nessas regiões uma diferença diatópica no que respeita à norma lexical para designar o referente em pauta. Nessa perspectiva, o registro de *capiroto* em uma capital nordestina

¹⁰¹ Conforme já assinalado na análise semântico-lexical da pergunta 147/QSL, *tibinga* não está dicionarizada nas obras consultadas para esta pesquisa. Contudo, a sua identificação como marca dialetal de Santa Catarina foi obtida em um “dicionário universal de conteúdo livre”, cujo endereço eletrônico consta registrado no subitem referente à análise semântica das designações para o QSL em questão.

evidenciou o caráter dinâmico da língua em uso, tendo em vista a caracterização dessa unidade lexical como um regionalismo do Norte.

No contexto sociolinguístico, o registro da forma *tinioso* por um idoso e um jovem confirmou o caráter conservador dessa unidade léxica e uma tendência à sua manutenção. O uso majoritário de *capeta* na fala dos homens apontou para um traço diassexual, bem como o registro de determinadas formas eufêmicas apenas por idosos representou uma marca diageracional, além de evidenciar o caráter tabuístico do referente em estudo.

Observou-se, também, a influência exercida pela religião no processo de nomeação do “diabo” como se pôde notar pelo uso da designação *inimigo*. Por fim, o estudo aqui apresentado refletiu a manifestação das crenças, dos valores e das superstições que atuam na sociedade contemporânea. Em face disso, pôde-se evidenciar que a linguagem reflete a visão de mundo de seus falantes¹⁰².

¹⁰² Os dados da pergunta 147/QSL identificaram um caso de “áudio com defeito” (Inf. 2/Natal) e uma “resposta inválida” (*príncipe dos céus*/Inf.5/São Luís).

CONCLUSÃO

Este trabalho é fruto da pesquisa que analisou os tabus linguísticos evidenciados nas respostas apuradas pelos pesquisadores do Projeto ALiB para as perguntas 121, 137, 141, 142 e 147 do Questionário Semântico-Lexical/ALiB, por meio dos inquéritos linguísticos realizados nas 25 capitais do Brasil que integram a rede de pontos do ALiB. O estudo teve ainda como propósito identificar os possíveis recursos linguísticos adotados como métodos substitutivos do vocábulo tido como tabu. Nessa perspectiva, examinou os dados lexicais que integraram o *corpus* de pesquisa, também, dos pontos de vista diatópico e diastrático, focando, para esse último aspecto, a influência de variáveis sociais como sexo, idade e escolaridade no léxico pesquisado. O estudo das designações para os conceitos contemplados pelas cinco perguntas selecionadas permitiu identificar a relevância de todas as unidades lexicais analisadas do ponto de vista do tabu, umas com graus distintos de expressividade.

Com relação às unidades lexicais apuradas como designação para a “prostituta”, notou-se que, embora esse referente seja objeto de tabu, ainda assim, as pessoas entrevistadas não hesitaram em mencionar designações pejorativas para a “mulher que se vende para qualquer homem”, revelando, pois, tratar-se de um tema comum, de aceitação social. Já no que se refere ao conceito “diabo”, observou-se que os informantes demonstram receio, medo em proferir designações de caráter tabuístico relativas a esse “ente maligno”, atitudes que refletem crenças e superstições que povoam o imaginário popular do povo brasileiro. Já nas nomeações do “sangue que as mulheres perdem todos os meses”, ficaram evidentes as manifestações de decoro, por parte dos informantes, frente ao fenômeno focalizado e, por extensão, o pudor em proferir determinados itens lexicais de caráter pejorativo. A investigação das designações para “a pessoa que tem dificuldade em aprender as coisas”, por sua vez, demonstrou ser esse conceito também alvo de muitos tabus, à medida que muitos dos informantes entrevistados se recusaram a proferir, por exemplo, o item lexical *burro* como designativo para o indivíduo com as características descritas no texto da pergunta, em virtude da carga semântica ofensiva impressa nessa unidade lexical. Não raras vezes, o informante alegava não saber a resposta, o que demonstrou um dado importante para este estudo que teve como objetivo principal o exame do léxico na perspectiva dos tabus linguísticos.

No conjunto do *corpus* analisado, isto é, nas designações para “menstruação”, “pessoa com dificuldade no aprendizado”, “prostituta” e “diabo” pôde-se identificar o expressivo registro de metáforas zoomórficas como designativos para esses referentes como, por exemplo, *bode* para “menstruação”; *burro* para “a pessoa com dificuldade no aprendizado”; *cadela* para “prostituta”; *boi* para “marido traído” e *chifrudo* para o “diabo”. Nesse contexto, a pergunta 142/QSL, que busca apurar as nomeações para o conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”, foi a questão que mais motivou a menção de designações metafóricas. Assim, o emprego de itens lexicais dessa natureza deu mostras de estereótipos que a sociedade adota sobre o mundo objetivo que, por seu turno, refletem valores sociais e culturais concernentes a uma civilização. Nesse contexto, as diversas referências utilizadas nesse processo metafórico como, por exemplo, o resgate de nomes de animais (de uso majoritário), alimentos, frutas, antropônimos, entre outros, aponta para a tese de que as metáforas, enquanto designativas para os conceitos aqui pesquisados, mostraram-se indubitavelmente, motivadas. Tanto assim que os referentes designados por nomes metafóricos evidenciaram uma relação de semelhança, seja pelo comportamento, seja pelo cheiro e pela forma, entre outros semas evidenciados. Deste modo, percebe-se que a tese de Saussure (1974) da existência de uma relação arbitrária entre o significante e o significado não foi preponderante, no que respeita às unidades metafóricas registradas.

Logo, o registro de criações metafóricas como designativos para os referentes selecionados, no tocante à valorização adotada pelo falante em conjunto com a sua realidade social, referendou a tese da estreita relação entre o léxico e o ambiente físico, defendida por Sapir (1969, p. 43): “há uma forte tendência a atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura [...]”. Já no que se refere ao reflexo desses valores metafóricos sobre a linguagem, pode-se inferir que esses dados ratificam a tese do relativismo linguístico defendida pela Hipótese Sapir-Whorf, de que a língua reflete a cosmovisão de uma civilização ou, nas palavras de Biderman (2001, p. 109): “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas”. Nesse sentido, acredita-se que este estudo identificou o papel da língua, em especial o do léxico, como veiculador dos aspectos culturais pertinentes a um grupo linguístico.

Já numa perspectiva linguística, a pesquisa permitiu a identificação de unidades lexicais não dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas. Ilustraram esse caso,

por exemplo, as unidades lexicais *bicheteira*, *caceteira* e *bregueira*, designativas da “profissional do sexo”. Nota-se o caráter neológico dessas designações para “a mulher que se vende para qualquer homem”, ratificando que os tabus linguísticos são motivadores de criações neológicas, tendo em vista o processo de substituição por um eufemismo.

Ainda com relação ao aspecto linguístico, a pesquisa também identificou diferentes formas de caráter arcaico como designações para os conceitos contemplados pelas perguntas selecionadas. É o caso, por exemplo, do uso de unidades lexicais conservadoras, como *regra* para “menstruação”; *rude/rudo* para “pessoa com dificuldade no aprendizado”; *rapariga*, *leviana*, *meretriz*, *mundana* e *solteira* para “prostituta” e *tinioso* para o “diabo”. Esses dados apontam, pois, para um traço conservador no vocabulário dos habitantes das capitais brasileiras. Essas formas conservadoras, na sua maioria, foram mencionadas por falantes idosos, o que denota uma marca diageracional.

O universo linguístico investigado demonstrou ainda a interferência de aspectos sociais na escolha lexical dos habitantes dos grandes centros urbanos. Com relação à variável sexo, por exemplo, observou-se que as designações *boi* e *bode* para “menstruação” foram registradas em maior grau entre as mulheres, enquanto o item lexical *puta* foi o mais citado entre os informantes homens para nomear a “prostituta”. Já com respeito à variável escolaridade, identificou-se que a unidade lexical *mulher vagabunda*, para designar esse mesmo conceito foi fornecida, em sua maioria, por informantes de baixa escolaridade. Já para designar o “diabo”, percebeu-se o uso majoritário do item lexical *capeta* entre os homens.

Do ponto de vista diatópico, o *corpus* examinado mostrou-se bastante relevante pela disseminação característica de uma determinada região para outras, afetada, por sua vez, por condicionantes histórico-geográficos, como mostrou o uso de *boi* e de *bode* para além dos limites geográficos impostos por sua marca dialetal do Nordeste já dicionarizada, tendo sido evidenciada também nas regiões Norte, Sul e Sudeste em virtude da grande leva de nordestinos que se deslocaram para essas regiões do Brasil. Outro caso dessa natureza ocorreu com *capiroto*, para designar o “diabo”, mencionada em uma capital nordestina, que está dicionarizada com a marca regional do Norte.

Outro exemplo de propagação linguística foi identificado com a unidade lexical *biscate*, designativo para “prostituta”, a que os lexicógrafos consultados atribuem a marca dialetal de São Paulo, ao passo que os dados do Projeto ALiB evidenciam esse

item lexical em Campo Grande, em Cuiabá e em Curitiba, o que a descaracterizou como um dialetismo de São Paulo, que possivelmente, em razão de ser um Estado limítrofe com os três Estados, facilitou essa disseminação.

O estudo permitiu, ainda, identificar determinadas especificidades linguísticas no processo de nomeação, o que pôde ser evidenciado, por exemplo, com os registros das formas *tinta vermelha*, *salário mínimo* e *estar moranguinho* para designar a “menstruação”, apenas em capitais do Nordeste, o que as diferenciou das demais regiões brasileiras. Outro exemplo desse fenômeno foi a concentração de *cão* como designativo do “diabo”, em capitais nordestinas e nortistas.

Deste modo, a pesquisa pôde confirmar o caráter dinâmico da língua em uso, nomeadamente, do léxico, evidenciando, assim, no tocante às difusões linguísticas identificadas, a influência de fatores históricos decorrentes de processos migratórios e também imigratórios, permitindo, pois, ao homem, o compartilhamento de seu vocabulário a outros grupos linguísticos. Outro fator dominante foi o aspecto geográfico, em especial, a questão de delimitação fronteiriça que, por sua vez, contribuiu de forma significativa para o “caminhar das palavras” para outros espaços geográficos que não o seu, enquanto marca de regionalismo. Assim, a propagação linguística evidenciada nesta pesquisa deu mostras da dificuldade de delimitação dos diferentes falares regionais, pela dinamicidade conferida ao léxico. Este estudo confirma, portanto, a importância dos estudos dialetológicos/geolinguísticos na investigação de dados lexicais concretos que, por sua vez, evidenciam o falar “real” dos habitantes de diferentes espaços geográficos do Brasil.

Em face do exposto, acredita-se que esta pesquisa conseguiu alcançar os objetivos a que se propôs. O estudo do léxico dos habitantes das capitais pesquisadas evidenciou a manifestação dos tabus linguísticos tanto do ponto de vista do pudor/decoro, quanto do ponto de vista mágico-religioso. A documentação de formas eufêmicas no processo de nomeação dos referentes também se mostrou significativa. Todavia, estabelecer as fronteiras entre o tabuístico e o eufemismo não representou uma tarefa fácil haja vista que algumas classificações dessa natureza, como as propostas por Guérios (1979), não se coadunaram com as apresentadas neste estudo. Como respaldo para a classificação dos itens lexicais em tabuísmo/eufemismo, além das definições lexicográficas e das marcas de uso atribuídas aos itens lexicais apurados, foram consideradas as informações fornecidas pelos áudios das entrevistas que permitiram identificar diferentes circunstâncias como, por exemplo, hesitações do falante em

proferir certas palavras, manifestações de pudor, ou ainda, situações de não resposta. Logo, as classificações aqui efetuadas, em termos de tabu ou de eufemismo, não se configuram como uma tarefa finalizada dada a complexidade da temática, por isso espera-se que outros estudos dessa natureza possam traçar contribuições nesse sentido.

Em suma, este estudo confirmou a importância dos tabus linguísticos para os estudos linguísticos, tendo em vista a ocorrência de criações neológicas e metafóricas, a manutenção de determinadas formas linguísticas, entre outras, no processo de nomeação dos conceitos expressos nas cinco perguntas selecionados para o estudo. Enfim, observou-se que o fenômeno dos tabus linguísticos afetou o léxico do grupo investigado, materializado pelos registros de formas eufêmicas.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Projeto ALiB e questionário fonético-fonológico: uma análise das não respostas de informantes das capitais. In: *Caderno de Programação e Resumos do 56º Seminário do GEL*. São José do Rio Preto, 2008.

ALMEIDA, Laura de. *À guisa de uma tipologia para os tabus linguísticos – proposta para um glossário*. 2007. 193 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, São Paulo, 2007.

AMARAL, Amadeu. *Dialeto Caipira*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de Aragão. Os estudos geolinguísticos no Brasil: dos Atlas regionais ao ALiB. In: _____. *Documentos 2 – Projeto Atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 35-60.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

AUGRAS, Monique. *O que é tabu*. São Paulo: brasiliense, 1989.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, versão eletrônica. Rio de Janeiro: Lexikon, 2006.

BENKE, Vanessa Cristina Martins. Em busca do léxico do português do Brasil documentado pelo Projeto ALiB: um estudo sobre tabus linguísticos. *Relatório Final de Pesquisa*, apresentado ao Programa PIBIC/CNPq/UFMS, 2008.

BIBLIA ONLINE. Disponível em <http://www.bibliaonline.com.br/>. Acessos em: 20 jun.11, 21 dez. 11, 8 e 9 jan.12.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A construção do léxico. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 9, 1994, Caxambu. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*. Caxambu, 1994, p. 849-852.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998a, p. 11-20.

_____. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*. Araraquara, n. 2, p. 81-118, 1998b.

- _____. Conceito linguístico de palavra. *Palavra*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 81-97, 1999.
- _____. *Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- _____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001b, p. 131-144.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CAMPBELL, Joseph. *As transformações do mito através do tempo*. 10. ed. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- _____; MOTA, Jacyra Andrade. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: _____. Documentos 2 – *Projeto Atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-26.
- _____. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CASAS GÓMEZ, Miguel. *La interdicción lingüística: mecanismos del eufemismo y disfemismo*. Cádiz: Universidade de Cádiz, 1986.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.
- CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia*. Um vocabulário afro-brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2005.
- CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, PETER. *La dialectología*. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor libros, 1994.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos* (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Tradução de Vera de Costa e Silva et al. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- CICLO DO CAFÉ. Disponível em http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/ciclo_cafe.htm. Acesso em 27 set. 2011.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

CORPAS PASTOR, Gloria. *Manual de fraseologia española*. Madrid: Gredos, 1996.

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: *CAMPO GRANDE - 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 63-70.

COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

_____. *Lições de linguística geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

_____. *O homem e a sua linguagem*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

CUBA, Marigilda Antônio. *Atlas Linguístico da mesorregião Sudeste de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

DE MAURO, Tullio. *Linguística elementar*. Tradução de Isabel Teresa Santos. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

DEL PELOSO, Denise Milon. Actéon: quando a caça é transgressão. Atenas, V século a.C. – 27. In: THEML, Neyde (org.) *Linguagens e formas de poder na antiguidade*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p. 27-55.

DICIONÁRIO UNIVERSAL DE CONTEÚDO LIVRE. Disponível em <http://pt.wiktionary.org/wiki/tibinga>. Acesso em 10 de jan. de 2012.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

DOBROVOL'SKII, Dmitrii; PIIRAINEN, Elisabeth. Sobre los símbolos: aspectos cognitivos y culturales del lenguaje figurativo. In: PAMIES BERTRÁN, Antonio; LUQUE DURÁN, Juan de Dios (orgs.). *Trabajos de lexicología y fraseología contrastivas*. Granada: Método, 2000, p. 29-54.

DUBOIS, Jean. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

ELIA, Silvio. *Sociolinguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão, 1987.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

ENCICLOPÉDIA LIVRE. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Z%C3%A9_Pelindra. Acesso em 10 de jan. de 2012.

_____. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Borracha>. Acesso em 23 de Ago. 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 217-234.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004. Versão 5.0.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu e outros trabalhos*. Tradução de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GARCÍA-PAGE, Mario Sánchez. *Introducción a la fraseología española: estudio de las locuciones*. Barcelona: Anthropos, 2008.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Tabus Linguísticos*. 2. ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1979.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. 3. ed. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessos em 29 set. 2011, 04 fev. 2012 e 02 dez. 2012.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <http://www.ihgms.com.br>. Acesso em 18 out. 2011.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Disponível em: <http://www.ihgg.org/ArquivosUpload/1/file/Revista%20do%20IHGG%20N%2020.pdf>.

Acesso em 30 set. 2011.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. 409 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

_____. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001, p. 91-100.

_____. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p.165-181.

_____. Procedimentos metodológicos nas entrevistas definitivas: o entrevistador. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; MILANI, Gleidy Aparecida; MOTA, Jacyra Andrade (orgs.) *Documentos 1 – Projeto Atlas linguístico do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 45-54.

_____. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rose de Andrade; Murakawa, Clotilde de Almedia Azevedo (orgs) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006a, p. 11-27.

_____. Lexicografia e geolinguística: interfaces. In: MARTINS, Evandro Silva; CANO, Waldenice Moreira; FILHO, Waldenor Barros Moraes (orgs) *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006b, p. 113-134.

_____. Os atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra Andrade *Documentos 2 – Projeto Atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006c. p. 67-94.

_____. Projetos ALMS e ALiMAT: rede de pontos e história social de Mato Grosso. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.) *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil-Portugal*. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 111-130.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 157-171.

KROLL, Heinz. *O eufemismo e o disfemismo no português moderno*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LARA, Luis Fernando. *El concepto de norma en lingüística*. México: El Colegio de México, 1976.

LOPES, Nei. *Novo dicionário de Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LORENTE, Mercè. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004, p. 19-30.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 63-92.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística. Uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

NETO, Antônio Teixeira. Pequena história da agropecuária goiana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia, n. 20, p. 19-57, 2009. Disponível em: <http://www.ihgg.org/ArquivosUpload/1/file/Revista%20do%20IHGG%20N%2020.pdf>. Acesso em 30 set. 2011.

OGDEN, C. K; RICHARDS, I. A. *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. *O Português do Brasil: Brasileirismos e Regionalismos*: 1999. 490 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2007.

ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani. *Dicionário do Brasil Central: subsídios à filologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. *História da fundação de Campo Grande*. Biblioteca eletrônica do IHGMS. Disponível em: <http://www.ihgms.com.br/>. Acesso em 18 de out. 2011.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

REGIÃO SUDESTE. Disponível em: <http://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/regiao-sudeste.htm>. Acesso em 28 set. 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (org). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 11-25.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. Reformulações no questionário semântico-lexical do ALiB: uma análise do produto final. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; MILANI, Gleidy Aparecida; MOTA, Jacyra Andrade (orgs.) *Documentos 1 – Projeto Atlas linguístico do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 91-103.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

RUTHVEN, K. K. *O mito*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

_____. Língua e ambiente. In: *Linguística como ciência*. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1964.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Tipographia Lacerdina, Tomos I e II, 1813.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

THEML, Neyde. Linguagem e comunicação: ver e ouvir na Antiguidade. In: _____ (org.) *Linguagens e formas de poder na antiguidade*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p. 11-26.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl. (Org.) *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, 63-92.

TRISTÁ PÉREZ, Antonia Maria. Teoría fraseológica: visión general del problema. In: *Fraseología y contexto*. La Habana: Ciencias Sociales, 1988.

ULLMANN, Stephen. *A Semântica*. Uma introdução ao estudo do significado. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VILAÇA, Maria Giselda da Costa. *Tabus linguísticos na publicidade brasileira*. 2009. 132 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

APÊNDICE A – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

QSL 121 – “MENSTRUÇÃO”						
REGIÃO NORTE						
VARIANTES	Belém	Boa Vista	Macapá	Manaus	Porto Velho	Rio Branco
<i>bandeira</i>						
<i>bandeira vermelha</i>		inf. 6				
<i>bode</i>			inf. 1	inf. 6	inf. 7	
<i>a mulher estar de bode</i>	inf. 3					
<i>de bode</i>				inf. 2		
<i>estar de bode</i>		inf. 2, 4, 6	inf. 2, 7	inf. 8		inf. 8
<i>boi</i>						
<i>boiada</i>						
<i>de boi</i>						
<i>estar com boi</i>						
<i>chico</i>						
<i>chiquinho</i>						
<i>estar de chico</i>				inf. 2		
<i>Ciclo</i>						
<i>ciclo menstrual</i>				inf. 2, 7,	inf. 5, 8	
<i>fase menstrual</i>						
<i>mês menstrual</i>						
<i>período menstrual</i>				inf. 7		
<i>doente</i>						
<i>adoecer</i>						

<i>doença</i>						
<i>estar doente</i>						
<i>escrever com tinta vermelha</i>						
<i>hemorragia</i>						
<i>incômodo</i>						
<i>incomodada</i>						
<i>“i. é” (estar incomodada)</i>				inf. 8		
<i>menarca</i>				inf. 6		
<i>menstruação</i>	inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8	inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8
<i>a mulher estar menstruada</i>						
<i>menstruada</i>			inf. 3		inf. 3	
<i>menstruar</i>		inf. 7				
<i>naqueles dias</i>		inf. 6	inf. 7	inf. 6		
<i>paquete</i>						
<i>estar no dia/nos dias</i>						
<i>nos dias dela</i>	inf. 3					
<i>regra</i>	inf. 3		inf. 7	inf. 4, 5		
<i>as regras</i>						inf. 3
<i>de regras</i>						
<i>Regras</i>		inf. 6		inf. 2		
<i>estar de regra</i>						
<i>salário mínimo</i>						
<i>sangramento</i>						
<i>sinal vermelho</i>		inf. 6				
<i>estar moranguinho</i>						
<i>TPM</i>						
<i>estar de TPM</i>						

Quadro 01 – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais da região Norte.

QSL 121 – “MENSTRUACÃO”									
REGIÃO NORDESTE									
VARIANTES	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
<i>bandeira</i>									
<i>bandeira vermelha</i>		inf. 2							
<i>bode</i>		inf. 3, 6, 7						inf. 8	inf. 2
<i>a mulher estar de bode</i>									
<i>de bode</i>						inf. 6			
<i>estar de bode</i>		inf. 2						inf. 1, 5	inf. 4, 6
<i>boi</i>	inf. 6, 7		inf. 1, 8	inf. 4, 8	inf. 3, 6, 7		inf. 2, 3, 7		
<i>boiada</i>									
<i>de boi</i>									
<i>estar com boi</i>	inf. 2			inf. 3, 5	inf. 5, 8				
<i>chico</i>								inf. 8	
<i>chiquinho</i>						inf. 5			
<i>de chico</i>	inf. 6								
<i>tá de chico</i>									
<i>ciclo</i>									
<i>ciclo menstrual</i>									
<i>fase menstrual</i>									
<i>mês menstrual</i>									inf. 2
<i>período menstrual</i>									
<i>doente</i>			inf. 8						
<i>adoecer</i>				inf. 1					
<i>doença</i>									inf. 2
<i>estar doente</i>				2					

Quadro 02 – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais da região Nordeste.

QSL 121 – “MENSTRUÇÃO”			
REGIÃO CENTRO-OESTE			
VARIANTES			
	Campo Grande	Cuiabá	Goiânia
<i>bandeira</i>			
<i>bandeira vermelha</i>			
<i>bode</i>			
<i>a mulher estar de bode</i>			
<i>de bode</i>			
<i>estar de bode</i>			
<i>boi</i>			
<i>boiada</i>			
<i>de boi</i>			
<i>estar com boi</i>			
<i>chico</i>	Inf. 2		
<i>chiquinho</i>			
<i>estar de chico</i>			Inf. 8
<i>ciclo</i>	Inf. 4		
<i>ciclo menstrual</i>	Inf. 7		
<i>fase menstrual</i>			Inf. 2
<i>mês menstrual</i>			
<i>período menstrual</i>			

<i>doente</i>			
<i>adoecer</i>			
<i>doença</i>			
<i>estar doente</i>			
<i>escrever com tinta vermelha</i>			
<i>hemorragia</i>			
<i>incômodo</i>			
<i>incomodada</i>			
<i>“i. é” (estar incomodada)</i>			
<i>menarca</i>			
<i>menstruação</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>a mulher estar menstruada</i>			
<i>menstruada</i>			
<i>menstruar</i>			
<i>naqueles dias</i>			
<i>paquete</i>			
<i>estar no dia/nos dias</i>			
<i>nos dias dela</i>			
<i>regra</i>			Inf. 7
<i>as regras</i>			
<i>de regras</i>			
<i>regras</i>		Inf. 7	
<i>estar de regra</i>			

<i>salário mínimo</i>			
<i>sangramento</i>			
<i>sinal vermelho</i>			Inf. 1
<i>estar moranguinho</i>			
<i>TPM</i>	Inf. 2		Inf. 8
<i>estar de TPM</i>			

Quadro 03 – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais da região Centro-Oeste.

QSL 121 – “MENSTRUÇÃO”				
REGIÃO SUDESTE				
VARIANTES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória
<i>bandeira</i>				
<i>bandeira vermelha</i>				
<i>bode</i>				
<i>a mulher estar de bode</i>				
<i>de bode</i>				
<i>estar de bode</i>				
<i>boi</i>				Inf. 7
<i>boiada</i>				
<i>de boi</i>				Inf. 2
<i>estar com boi</i>				
<i>chico</i>	Inf. 4		Inf. 3, 4	Inf. 7
<i>chiquinho</i>				

<i>estar de chico</i>	Inf. 8		Inf. 2, 7	
<i>ciclo</i>				
<i>ciclo menstrual</i>				
<i>fase menstrual</i>				
<i>mês menstrual</i>				
<i>período menstrual</i>				
<i>doente</i>				
<i>adoecer</i>				
<i>doença</i>				
<i>estar doente</i>	Inf. 8			
<i>escrever com tinta vermelha</i>				
<i>hemorragia</i>				Inf. 3
<i>incômodo</i>				
<i>incomodada</i>				
<i>“i. é” (estar incomodada)</i>				
<i>menarca</i>				
<i>menstruação</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8
<i>a mulher estar menstruada</i>				
<i>menstruada</i>			Inf. 7	
<i>menstruar</i>				
<i>naqueles dias</i>				
<i>paquete</i>				Inf. 4, 7
<i>estar no dia/nos dias</i>				Inf. 01

<i>nos dias dela</i>				
<i>regra</i>	Inf. 7, 8	Inf. 4		
<i>as regras</i>				
<i>de regras</i>			Inf. 7	
<i>regras</i>	Inf. 3			
<i>estar de regra</i>				
<i>salário mínimo</i>				
<i>sangramento</i>				
<i>sinal vermelho</i>	Inf. 2			
<i>estar moranguinho</i>				
<i>TPM</i>	Inf. 2			
<i>estar de TPM</i>				

Quadro 04 – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais da região Sudeste.

QSL 121 – “MENSTRUÇÃO”			
REGIÃO SUL			
VARIANTES			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
<i>bandeira</i>	Inf. 4		
<i>bandeira vermelha</i>			
<i>bode</i>			
<i>a mulher estar de bode</i>			
<i>de bode</i>			
<i>estar de bode</i>			

<i>boi</i>		Inf. 3, 7	
<i>boiada</i>		Inf. 2	
<i>de boi</i>			
<i>estar com boi</i>		Inf. 8	
<i>chico</i>	Inf. 1, 4, 8		
<i>chiquinho</i>			
<i>estar de chico</i>			
<i>ciclo</i>			
<i>ciclo menstrual</i>			
<i>fase menstrual</i>			
<i>mês menstrual</i>			
<i>período menstrual</i>			
<i>doente</i>			
<i>adoecer</i>			
<i>doença</i>			
<i>estar doente</i>		Inf. 8	
<i>escrever com tinta vermelha</i>			
<i>hemorragia</i>			
<i>incômodo</i>			
<i>incomodada</i>			
<i>“i. é” (estar incomodada)</i>			
<i>menarca</i>			
<i>menstruação</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

<i>a mulher estar menstruada</i>			
<i>menstruada</i>			
<i>menstruar</i>			
<i>naqueles dias</i>			
<i>pacote</i>		Inf. 3	
<i>estar no dia/nos dias</i>			
<i>nos dias dela</i>			
<i>regra</i>		Inf. 4	
<i>as regras</i>			
<i>de regras</i>			
<i>regras</i>			
<i>estar de regra</i>			
<i>salário mínimo</i>			
<i>sangramento</i>			
<i>sinal vermelho</i>			
<i>estar moranguinho</i>			
<i>TPM</i>			
<i>estar de TPM</i>			

Quadro 05 – Designações documentadas para o QSL 121 – “menstruação”, nas capitais da região Sul.

APÊNDICE B – Designações documentadas para o QSL 137 – “pessoa pouco inteligente”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

QSL 137 – “PESSOA POUCO INTELIGENTE”						
REGIÃO NORTE						
VARIANTES	Belém	Boa Vista	Macapá	Manaus	Porto Velho	Rio Branco
<i>analfabeto</i>					Inf. 4	
<i>anta</i>						
<i>atrasado</i>						
<i>besta</i>			Inf. 5			
<i>broco</i>						
<i>burro/variantes</i>	Inf. 1, 2, 3, 4	Inf. 1, 2, 3, 5, 6	Inf. 1, 4, 5, 7, 8	Inf. 2, 5, 6, 7	Inf. 2, 3, 4, 5, 6, 7	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 8
<i>cabeça dura</i>			Inf. 2, 3		Inf. 1	
<i>cabeçudo</i>						
<i>cavalo</i>						
<i>débil</i>						
<i>deficiente</i>						
<i>déficit cognitivo</i>	Inf. 8					
<i>desatento</i>	Inf. 3		Inf. 4			
<i>despercebido</i>			Inf. 4			
<i>devagar</i>						
<i>difícil</i>						
<i>displicente</i>	Inf. 3					
<i>energúmeno</i>						
<i>excepcional</i>	Inf. 5					
<i>ideia fraca</i>						

<i>idiota</i>						
<i>ignorante</i>				Inf. 6		
<i>imbecil</i>						
<i>incompetente</i>						
<i>jegue</i>						
<i>jumento</i>		Inf. 6				
<i>lento</i>		Inf. 8		Inf. 6		
<i>lerdo</i>		Inf. 8				
<i>leso/lesado</i>						
<i>limitado</i>						
<i>moco</i>			Inf. 7			
<i>não ter sabedoria</i>					Inf. 4	
<i>pamonha</i>			Inf. 5			
<i>paspalho</i>						
<i>ter problema de aprendizagem</i>	Inf. 8					
<i>problemático</i>	Inf. 6					
<i>q. i. baixo</i>						
<i>raciocínio lento</i>						
<i>repetente</i>						
<i>retardado</i>						Inf. 8
<i>retardatário</i>						
<i>rude/rudo</i>	Inf. 7	Inf. 4, 7	Inf. 3, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 4,	Inf. 8	Inf. 3, 7
<i>ruim de memória</i>						
<i>ruim do juízo</i>						
<i>tanso</i>						
<i>tapado</i>			Inf. 7			
<i>ter dificuldade</i>					Inf. 5	
<i>ter problema</i>						

<i>terça-feira</i>						
<i>tonto</i>						

Quadro 06 – Designações documentadas para o QSL 137 – pessoa “pouco inteligente”, nas capitais da região Norte.

QSL 137 – “PESSOA POUCO INTELIGENTE”									
REGIÃO NORDESTE									
VARIANTES	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
<i>analfabeto</i>				Inf. 2			Inf. 4	Inf. 1	
<i>anta</i>								Inf. 5	
<i>atrasado</i>					Inf. 4				
<i>besta</i>		Inf. 6							
<i>broco</i>	Inf. 6								
<i>burro/variantes</i>	Inf. 2, 3, 5, 7, 8	Inf. 2, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 5, 6, 7, 8	Inf. 3, 4, 6, 7, 8	Inf. 1, 6, 7, 8	Inf. 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 4, 5, 6, 8
<i>cabeça dura</i>		Inf. 7							
<i>cabeçudo</i>							Inf. 3		
<i>cavalo</i>									
<i>débil</i>									
<i>deficiente</i>								Inf. 2	
<i>déficit cognitivo</i>									
<i>desatento</i>		Inf. 6							
<i>despercebido</i>									
<i>devagar</i>					Inf. 5	Inf. 8			
<i>difícil</i>									
<i>displicente</i>									
<i>energúmeno</i>		Inf. 2							

<i>tapado</i>	Inf. 2		Inf. 7			Inf. 6		Inf. 5	Inf. 6
<i>ter dificuldade</i>									
<i>ter problema</i>	Inf. 4								
<i>terça-feira</i>									
<i>tonto</i>									

Quadro 07 – Designações documentadas para o QSL 137 – pessoa “pouco inteligente”, nas capitais da região Nordeste.

QSL 137 – “PESSOA POUCO INTELIGENTE”			
REGIÃO CENTRO-OESTE			
VARIANTES			
	Campo Grande	Cuiabá	Goiânia
<i>analfabeto</i>			
<i>anta</i>			
<i>atrasado</i>			
<i>besta</i>		Inf. 2	
<i>broco</i>			
<i>burro/variantes</i>	Inf. 2, 5, 6, 7, 8	Inf. 2, 7	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8
<i>cabeça dura</i>			
<i>cabeçudo</i>			
<i>cavalo</i>			
<i>débil</i>			
<i>deficiente</i>			Inf. 7
<i>déficit cognitivo</i>			
<i>desatento</i>			
<i>despercebido</i>			

<i>devagar</i>			Inf. 4
<i>difícil</i>			
<i>displícite</i>			
<i>energúmeno</i>			
<i>excepcional</i>			
<i>ideia fraca</i>			
<i>idiota</i>			
<i>ignorante</i>	Inf. 6		
<i>imbecil</i>			
<i>incompetente</i>	Inf. 1		
<i>jegue</i>			
<i>jumento</i>			
<i>lento</i>			
<i>lerdo</i>		Inf. 5	Inf. 4
<i>leso/lesado</i>			
<i>limitado</i>			
<i>moco</i>			
<i>não ter sabedoria</i>			
<i>pamonha</i>		Inf. 5	
<i>paspalho</i>		Inf. 5	
<i>ter problema de aprendizagem</i>			
<i>problemático</i>			
<i>q. i. baixo</i>			

<i>raciocínio lento</i>			
<i>repetente</i>	Inf. 1		
<i>retardado</i>	Inf. 1		
<i>retardatário</i>		Inf. 5	
<i>rude/rudo</i>	Inf. 3, 4	Inf. 1, 3, 4, 6, 7, 8	
<i>ruim de memória</i>			
<i>ruim do juízo</i>			
<i>tanso</i>			
<i>tapado</i>			
<i>ter dificuldade</i>			
<i>ter problema</i>			
<i>terça-feira</i>			Inf. 7
<i>tonto</i>			

Quadro 08 – Designações documentadas para o QSL 137 – pessoa “pouco inteligente”, nas capitais da região Centro-Oeste.

QSL 137 – “PESSOA POUCO INTELIGENTE”				
REGIÃO SUDESTE				
VARIANTES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória
<i>analfabeto</i>			Inf. 1, 3	Inf. 3
<i>anta</i>				
<i>atrasado</i>				
<i>besta</i>				
<i>broco</i>				

<i>burro/variantes</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 6, 8	Inf. 2, 6, 8	Inf. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,
<i>cabeça dura</i>			Inf. 7	Info 3
<i>cabeçudo</i>				
<i>cavalo</i>				
<i>débil</i>	Inf. 8			
<i>deficiente</i>		Inf. 3, 5		
<i>déficit cognitivo</i>				
<i>desatento</i>	Inf. 8			
<i>despercebido</i>				
<i>devagar</i>	Inf. 5	Inf. 1		
<i>difícil</i>			Inf. 7	
<i>displicente</i>				
<i>energúmeno</i>				
<i>excepcional</i>				
<i>ideia fraca</i>			Inf. 3	
<i>idiota</i>	Inf. 7			
<i>ignorante</i>				
<i>imbecil</i>	Inf. 7			
<i>incompetente</i>				
<i>jegue</i>				
<i>jumento</i>				
<i>lento</i>				
<i>lerdo</i>	Inf. 2, 5	Inf. 1		

<i>leso/lesado</i>		Inf. 8		
<i>limitado</i>			Inf. 5	
<i>moco</i>				
<i>não ter sabedoria</i>				
<i>pamonha</i>	Inf. 5			
<i>paspalho</i>				
<i>ter problema de aprendizagem</i>				
<i>problemático</i>				
<i>q. i. baixo</i>				
<i>raciocínio lento</i>	Inf. 5			
<i>repetente</i>				
<i>retardado</i>		Inf. 7	Inf. 4	Inf. 8
<i>retardatário</i>				
<i>rude/rudo</i>				
<i>ruim de memória</i>				
<i>ruim do juízo</i>				
<i>tanso</i>				
<i>tapado</i>				
<i>ter dificuldade</i>				
<i>ter problema</i>				
<i>terça-feira</i>				
<i>tonto</i>				

Quadro 09 – Designações documentadas para o QSL 137 – pessoa “pouco inteligente”, nas capitais da região Sudeste.

QSL 137 – “PESSOA POUCO INTELIGENTE”			
REGIÃO SUL			
VARIANTES			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
<i>analfabeto</i>			
<i>anta</i>			
<i>atrasado</i>			
<i>besta</i>			
<i>broco</i>			
<i>burro/variantes</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 6, 7	Inf. 2, 3, 4, 6, 7, 8
<i>cabeça dura</i>		Info 8	
<i>cabeçudo</i>			
<i>cavalo</i>		Inf. 3	
<i>débil</i>			
<i>deficiente</i>			
<i>déficit cognitivo</i>			
<i>desatento</i>			
<i>despercebido</i>			
<i>devagar</i>	Inf. 6		
<i>difícil</i>			
<i>displicente</i>			
<i>energúmeno</i>			
<i>excepcional</i>			
<i>ideia fraca</i>			

<i>idiota</i>			
<i>ignorante</i>			
<i>imbecil</i>			
<i>incompetente</i>			
<i>jegue</i>			
<i>jumento</i>			
<i>lento</i>			Inf. 6
<i>lerdo</i>		Info 5	
<i>leso/lesado</i>			
<i>limitado</i>			
<i>moco</i>			
<i>não ter sabedoria</i>			
<i>pamonha</i>			
<i>paspalho</i>			
<i>ter problema de aprendizagem</i>			
<i>problemático</i>			
<i>q. i. baixo</i>			
<i>raciocínio lento</i>			
<i>repetente</i>			
<i>retardado</i>			Inf. 5
<i>retardatário</i>			
<i>rude/rudo</i>		Inf. 4	
<i>ruim de memória</i>			

<i>ruim do juízo</i>			
<i>tanso</i>		Inf. 5	
<i>tapado</i>			
<i>ter dificuldade</i>			
<i>ter problema</i>			
<i>terça-feira</i>			
<i>tonto</i>		Inf. 5	

Quadro 10– Designações documentadas para o QSL 137 – pessoa “pouco inteligente”, nas capitais da região Sul.

APÊNDICE C – Designações documentadas para o QSL 141 – “marido enganado”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

QSL 141 – “MARIDO TRAÍDO”						
REGIÃO NORTE						
VARIANTES	Belém	Boa Vista	Macapá	Manaus	Porto Velho	Rio Branco
<i>babaca</i>						
<i>boi</i>			Inf. 6			
<i>bundão</i>						
<i>cangalha</i>						
<i>chapéu</i>						
<i>cheio de ponta</i>						
<i>chifrudo</i>	Info. 3, 8	Inf. 1, 4	Inf. 1, 2, 4, 5, 8	Inf. 2, 4, 5, 6,	Inf. 1, 4, 5, 6	Inf. 1, 2, 6, 8
<i>coitado</i>						
<i>cornélio</i>						
<i>cornó</i>	Info. 1, 2, 5, 6, 7	Inf. 1, 2, 3, 6, 7,	Inf. 1, 2, 3, 4, 5,	Inf. 2, 3, 4, 5, 6,	Inf. 1, 2, 3, 5, 6,	Inf. 1, 2, 3, 5, 7,

		8	6, 7, 8	7,	7, 8	8
<i>corno cebola</i>						
<i>corno cururu</i>						
<i>corno biqueira</i>						
<i>corno de goteira</i>						
<i>corno lagartixa</i>						
<i>corno manso</i>					Inf. 5	
<i>corno na marra</i>						
<i>corno pontual</i>						
<i>corno velho</i>						Inf. 4
<i>cornudo</i>						
<i>enganado/marido enganado</i>				Inf. 7		
<i>frouxo</i>						
<i>galheiro</i>						
<i>galhudo</i>			Inf. 1			
<i>guampudo</i>						
<i>levar galha</i>						
<i>levar ponta</i>						
<i>mole</i>						
<i>otário</i>						
<i>estar com galho na cabeça</i>						
<i>ter galho</i>						
<i>touro</i>						
<i>traído/marido traído</i>	Inf. 4	Inf. 7		Inf. 2	Inf. 4	Inf. 3, 4, 6
<i>trouxa</i>						

Quadro 11 – Designações documentadas para o QSL 141 - “marido traído”, nas capitais da região Norte.

QSL 141 – “MARIDO TRAÍDO”									
REGIÃO NORDESTE									
VARIANTES	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
<i>babaca</i>									
<i>boi</i>				Inf. 6					Inf. 2
<i>bundão</i>									
<i>cangalha</i>			Inf. 1						
<i>chapéu</i>									
<i>cheio de ponta</i>				Inf. 8					
<i>chifrudo</i>	Inf. 1, 6, 7	Inf. 4, 6, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 6, 8	Inf. 3, 4, 6, 8	Inf. 5, 7	Inf. 1, 5, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6,
<i>coitado</i>									Inf. 6
<i>cornélio</i>							Inf. 8		
<i>corno</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,	Inf. 1, 3, 5, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>corno cebola</i>			Inf. 1						
<i>corno cururu</i>			Inf. 1, 3						
<i>corno biqueira</i>			Inf. 1						
<i>corno de goteira</i>			Inf. 1, 3						
<i>corno lagartixa</i>			Inf. 1						
<i>corno manso</i>									
<i>corno na marra</i>									
<i>corno pontual</i>			Inf. 1						
<i>corno velho</i>									
<i>cornudo</i>									
<i>enganado/marido enganado</i>					Inf. 7				

<i>frouxo</i>									
<i>galheiro</i>									
<i>galhudo</i>	Inf. 4		Inf.7	Inf. 6, 7		Inf. 7, 8			
<i>guampudo</i>									
<i>levar galha</i>						Inf. 6			
<i>levar ponta</i>				Inf. 3					
<i>mole</i>									
<i>otário</i>							Inf. 7		
<i>estar com galho na cabeça</i>								Inf. 1	
<i>ter galho</i>									Inf. 8
<i>touro</i>							Inf. 2	Inf. 8	
<i>traído/marido traído</i>	Inf. 5, 7	Inf. 6, 7	Inf. 8		Inf. 5, 7		Inf. 3, 6, 8	Inf. 6	
<i>trouxa</i>									

Quadro 12– Designações documentadas para o QSL 141 - “marido traído”, nas capitais da região Nordeste.

QSL 141 – “MARIDO TRAÍDO”			
REGIÃO CENTRO-OESTE			
VARIANTES			
	Campo Grande	Cuiabá	Goiânia
<i>babaca</i>		Inf. 8	
<i>boi</i>			
<i>bundão</i>			
<i>cangalha</i>			
<i>chapéu</i>			
<i>cheio de ponta</i>			

<i>chifrudo</i>	Inf. 1, 2, 3, 5,	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 2, 5, 6, 7,
<i>coitado</i>			
<i>cornélio</i>			
<i>cornio</i>	Inf. 1, 2, 4, 6, 7, 8	Inf. 2, 4, 5, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>cornio cebola</i>			
<i>cornio cururu</i>			
<i>cornio biqueira</i>			
<i>cornio de goteira</i>			
<i>cornio lagartixa</i>			
<i>cornio manso</i>		Inf. 6	
<i>cornio na marra</i>		Inf. 7	
<i>cornio pontual</i>			
<i>cornio velho</i>			
<i>cornudo</i>	Inf. 7		
<i>enganado/marido enganado</i>			
<i>frouxo</i>			
<i>galheiro</i>		Inf. 2	
<i>galhudo</i>			
<i>guampudo</i>			
<i>levar galha</i>			
<i>levar ponta</i>			
<i>mole</i>		Inf. 8	
<i>otário</i>			

<i>estar com galho na cabeça</i>			
<i>ter galho</i>			
<i>touro</i>			
<i>traído/marido traído</i>			Inf. 2, 5
<i>trouxa</i>			

Quadro 13 – Designações documentadas para o QSL 141 - “marido traído”, nas capitais da região Centro-Oeste.

QSL 141 – “MARIDO TRAÍDO”				
REGIÃO SUDESTE				
VARIANTES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória
<i>babaca</i>				
<i>boi</i>				
<i>bundão</i>	Inf. 5			
<i>cangalha</i>				
<i>chapéu</i>				
<i>cheio de ponta</i>				
<i>chifrudo</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8	Inf. 2, 4,	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>coitado</i>				
<i>cornélio</i>				
<i>cornó</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 7, 8	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 7	Inf. 3, 4, 6, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>cornó cebola</i>				
<i>cornó cururu</i>				

<i>cornu biqueira</i>				
<i>cornu de goteira</i>				
<i>cornu lagartixa</i>				
<i>cornu manso</i>			Inf. 8	
<i>cornu na marra</i>				
<i>cornu pontual</i>				
<i>cornu velho</i>				
<i>cornudo</i>			Inf. 7	
<i>enganado/marido enganado</i>				
<i>frouxo</i>			Inf. 6	
<i>galheiro</i>			Inf. 1	
<i>galhudo</i>			Inf. 3	
<i>guampudo</i>				
<i>levar galha</i>				
<i>levar ponta</i>				
<i>mole</i>				
<i>otário</i>				
<i>estar com galho na cabeça</i>				
<i>ter galho</i>				
<i>touro</i>				
<i>traído/marido traído</i>	Inf. 6, 7	Inf. 8		
<i>trouxa</i>				

Quadro 14– Designações documentadas para o QSL 141 - “marido traído”, nas capitais da região Sudeste.

QSL 141 – “MARIDO TRAÍDO”			
REGIÃO SUL			
VARIANTES			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
<i>babaca</i>			
<i>boi</i>		Inf. 3	
<i>bundão</i>			
<i>cangalha</i>			
<i>chapéu</i>		Inf. 7	
<i>cheio de ponta</i>			
<i>chifrudo</i>	Inf. 1, 3, 4, 7	Inf. 2, 3, 4,	Inf. 1, 2,
<i>coitado</i>			
<i>cornélio</i>	Inf. 8		
<i>cornio</i>	Inf. 1, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>cornio cebola</i>			
<i>cornio cururu</i>			
<i>cornio biqueira</i>			
<i>cornio de goteira</i>			
<i>cornio lagartixa</i>			
<i>cornio manso</i>	Inf. 5		
<i>cornio na marra</i>			
<i>cornio pontual</i>			
<i>cornio velho</i>			

<i>cornudo</i>			
<i>enganado/marido enganado</i>			
<i>frouxo</i>			
<i>galheiro</i>			
<i>galhudo</i>		Inf. 2, 3	
<i>guampudo</i>	Inf. 1		Inf. 8
<i>levar galha</i>			
<i>levar ponta</i>			
<i>mole</i>			
<i>otário</i>			
<i>estar com galho na cabeça</i>			
<i>ter galho</i>			
<i>touro</i>			
<i>traído/marido traído</i>	Inf. 6	Inf. 8	
<i>trouxa</i>	Inf. 8		

Quadro 15 – Designações documentadas para o QSL 141 - “marido traído”, nas capitais da região Sul.

APÊNDICE D – Designações documentadas para o QSL 142 – “prostituta”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

QSL 142 – “PROSTITUTA”						
REGIÃO NORTE						
VARIANTES	Belém	Boa Vista	Macapá	Manaus	Porto Velho	Rio Branco
<i>mulher à toa</i>						
<i>bandida</i>						
<i>barata</i>						
<i>bicheteira</i>						
<i>biscate</i>						
<i>bregueira</i>						
<i>caceteira</i>			Inf. 7			
<i>cachorra</i>		Inf. 6				
<i>cadela</i>						
<i>cesta básica</i>						
<i>china</i>						
<i>conquistadora</i>						
<i>espingarda</i>						
<i>mulher que faz ponto</i>						
<i>garota de programa</i>	Inf. 5, 6,			Inf. 6, 7		
<i>gata/gato velho</i>						
<i>galinha</i>			Inf.1			
<i>guerreira</i>						
<i>interesseira</i>						
<i>irresponsável</i>						
<i>leviana</i>		Inf. 3				
<i>madalena</i>						

<i>maria bagalhão</i>						
<i>meretriz</i>					Inf. 2	
<i>messalina</i>						
<i>mulher da vida</i>	Inf. 4, 6	Inf. 2, 6	Inf. 2, 5		Info. 3	Inf. 4
<i>mulher da vida livre</i>						
<i>mulher de vida fácil</i>	Inf. 5		Inf. 8	Inf. 6		Inf. 5, 8
<i>mulher de aluguel</i>						Inf. 3
<i>mulher de programa</i>		Inf. 3		Inf. 7	Inf. 4	Inf. 3
<i>mulher de tostão</i>						
<i>mulher fácil</i>	Inf. 4	Inf. 6				
<i>mulher galinha</i>						
<i>mulher gasolina</i>						
<i>mulher piranha</i>		Inf. 6	Inf. 2	Inf. 2	Inf. 8	
<i>mulher sem vergonha</i>						
<i>mulher solteira</i>						
<i>mulher vagabunda</i>	Inf. 3	Inf. 6	Inf. 4, 5	Inf. 2, 4	Inf. 1, 2	Inf. 2
<i>mulher viva</i>						
<i>mulher da rua</i>						
<i>mulher de cabaré</i>						
<i>mulher de zona</i>						
<i>mundana</i>						
<i>nega choca</i>						
<i>oferecida</i>						
<i>perdida</i>						
<i>pistoleira</i>		Inf. 8	Inf. 7			
<i>piti</i>			Inf. 6			
<i>prima</i>		Inf. 5				
<i>profissional do sexo</i>						

<i>prostituta</i>	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	Info. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 5, 6, 7, 8
<i>puta</i>		Inf. 1, 4, 5, 6, 7	Inf. 1, 4, 5, 6, 7,	Inf. 5, 6, 7	Info. 1, 6	Inf. 1, 5
<i>quenga</i>						
<i>rameira</i>		Inf. 2		Inf. 2, 7		
<i>rampeira</i>			Inf. 8			
<i>rapariga</i>		Inf. 4				Inf. 7
<i>rasteira</i>						
<i>mulher que roda a bolsinha</i>						
<i>rueira</i>				Inf. 2		
<i>safada</i>		Inf. 6	Inf. 1			Inf. 3
<i>solteira</i>					Inf. 3	
<i>vaca</i>						
<i>vadia</i>		Inf. 2				
<i>varejeira</i>	Inf. 3					
<i>mulher que vende o corpo</i>						
<i>vigarista</i>						
<i>vulgar</i>						

Quadro 16 – Designações documentadas para o QSL 142 - “prostituta”, nas capitais da região Norte.

QSL 142 – “PROSTITUTA”									
REGIÃO NORDESTE									
VARIANTES									
	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
<i>mulher à toa</i>									
<i>bandida</i>					Inf. 8				Inf. 2, 3

<i>barata</i>						Inf. 2			
<i>bicheteira</i>						Inf. 7			
<i>biscate</i>									
<i>bregueira</i>							Inf. 3		
<i>caceteira</i>									
<i>cachorra</i>							Inf. 7		Inf.5
<i>cadela</i>									
<i>cesta básica</i>			Inf. 3						
<i>china</i>									
<i>conquistadora</i>									Inf. 3
<i>espingarda</i>			Inf. 3						
<i>mulher que faz ponto</i>								Inf. 1	
<i>garota de programa</i>		Inf. 5		Inf. 5		Inf. 3			
<i>gata/gato velho</i>			Inf. 3						Inf. 6
<i>guerreira</i>						Inf. 7			
<i>interesseira</i>									Inf. 2
<i>leviana</i>		Inf. 8							
<i>madalena</i>									
<i>maria bagalhão</i>				Inf. 7					
<i>meretriz</i>			Inf. 3	Inf. 8			Inf. 8	Inf. 5, 7	
<i>messalina</i>		Inf. 7							
<i>mulher da vida</i>		Inf. 2, 5, 6, 7	Inf. 2, 5, 8	Inf. 2	Inf. 1, 5			Inf. 2, 3, 6	Inf. 5, 6
<i>mulher da vida livre</i>							Inf. 3		
<i>mulher de vida fácil</i>	Inf. 6, 7		Inf. 8	Inf. 5				Inf. 8	
<i>mulher de aluguel</i>					Inf. 3, 6				
<i>mulher de programa</i>			Inf. 1, 8		Inf. 1	Inf. 7			Inf. 8
<i>mulher de tostão</i>					Inf. 3				

<i>mulher fácil</i>		Inf. 2				Inf. 2		Inf. 3	
<i>mulher galinha</i>	Inf. 4	Inf. 4	Inf. 1, 5		Inf. 7		Inf. 7		
<i>mulher gasolina</i>									
<i>mulher piranha</i>							Inf. 2, 5		Inf. 4
<i>mulher sem vergonha</i>									
<i>mulher solteira</i>									
<i>mulher vagabunda</i>				Inf. 3			Inf. 4		
<i>mulher viva</i>									Inf. 3
<i>mulher da rua</i>	Inf. 2						Inf. 1		
<i>mulher de cabaré</i>				Inf. 3					
<i>mulher de zona</i>									
<i>mundana</i>									
<i>nega choca</i>		Inf. 4							
<i>oferecida</i>		Inf. 1							Inf. 2
<i>perdida</i>									Inf. 4
<i>pistoleira</i>									
<i>piti</i>									
<i>prima</i>									
<i>profissional do sexo</i>									
<i>prostituta</i>	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8
<i>puta</i>	Inf. 4, 5, 7		Inf. 6, 7	Inf. 1, 6, 8	Inf. 3, 7	Inf. 5, 6	Inf. 3, 5, 8	Inf. 5, 7	Inf. 1
<i>quenga</i>	Inf. 5	Inf. 7	Inf. 6	Inf. 1, 2, 4, 6, 8				Inf. 2	Inf. 6
<i>rameira</i>			Inf. 7		Inf. 4		Inf. 7		
<i>rampeira</i>									
<i>rapariga</i>	Inf.4	Inf. 1, 2, 3, 4, 7	Inf. 2, 3, 4, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 6, 8	Inf. 3, 4, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 4, 7, 8	Inf. 8	Inf. 5, 8	Inf. 1, 4, 6, 8

<i>rasteira</i>			Inf. 7						
<i>mulher que roda a bolsinha</i>									
<i>rueira</i>									
<i>safada</i>									Inf. 5
<i>solteira</i>									
<i>vaca</i>							Inf. 7		
<i>vadia</i>					Inf. 7		Inf. 6		
<i>vagabunda</i>		Inf. 4						Inf. 5	Inf. 2, 4
<i>varejeira</i>									
<i>mulher que vende o corpo</i>								Inf. 1	
<i>vigarista</i>									Inf. 3
<i>vulgar</i>					Inf. 8				

Quadro 17 – Designações documentadas para o QSL 142 - “prostituta”, nas capitais da região Nordeste.

QSL 142 – “PROSTITUTA”			
REGIÃO CENTRO-OESTE			
VARIANTES			
	Campo Grande	Cuiabá	Goiânia
<i>mulher à toa</i>			
<i>bandida</i>			
<i>barata</i>			
<i>bicheteira</i>			
<i>biscate</i>	Inf. 7	Inf. 3, 4, 5	
<i>bregueira</i>			
<i>caceteira</i>			

<i>cachorra</i>			
<i>cadela</i>			
<i>cesta básica</i>			
<i>china</i>			
<i>conquistadora</i>			
<i>espingarda</i>			
<i>mulher que faz ponto</i>			
<i>garota de programa</i>			
<i>gata/gato velho</i>			
<i>galinha</i>	Inf. 1, 3		Inf. 1
<i>guerreira</i>			
<i>interesseira</i>			
<i>leviana</i>			
<i>madalena</i>		Inf. 2	
<i>maria bagalhão</i>			
<i>meretriz</i>		Inf. 3, 8	
<i>messalina</i>			
<i>mulher da vida</i>	Inf. 6, 8		Inf. 2, 4
<i>mulher da vida livre</i>			
<i>mulher de vida fácil</i>		Inf. 3	
<i>mulher de aluguel</i>			
<i>mulher de programa</i>		Inf. 1, 3	Inf. 3
<i>mulher de tostão</i>			

<i>mulher fácil</i>			
<i>mulher galinha</i>			
<i>mulher gasolina</i>			
<i>mulher piranha</i>			
<i>mulher sem vergonha</i>	Inf. 8		
<i>mulher solteira</i>		Inf. 3	
<i>mulher traidora</i>			
<i>mulher vagabunda</i>			
<i>mulher viva</i>			
<i>mulher da rua</i>		Inf. 1	
<i>mulher de cabaré</i>			
<i>mulher de zona</i>			
<i>mundana</i>			
<i>nega choca</i>			
<i>oferecida</i>			
<i>perdida</i>			
<i>piranha</i>	Inf. 3	Inf. 4	Inf. 1, 6
<i>pistoleira</i>			
<i>piti</i>			
<i>prima</i>			Inf. 4
<i>profissional do sexo</i>			
<i>prostituta</i>	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8
<i>puta</i>	Inf. 4	Inf. 7	Inf. 3, 6, 7

<i>quenga</i>			
<i>rameira</i>		Inf. 7	Inf. 8
<i>rampeira</i>			
<i>rapariga</i>		Inf. 3, 4, 5, 7	
<i>rasteira</i>			
<i>mulher que roda a bolsinha</i>		Inf. 8	
<i>rueira</i>			
<i>safada</i>			
<i>solteira</i>			
<i>vaca</i>			
<i>vadia</i>	Inf. 1		Inf. 1
<i>vagabunda</i>	Inf. 1	Inf. 2	Inf. 8
<i>varejeira</i>			
<i>mulher que vende o corpo</i>		Inf. 8	
<i>vigarista</i>			
<i>vulgar</i>			

Quadro 18 – Designações documentadas para o QSL 142 - “prostituta”, nas capitais da região Centro-Oeste.

QSL 142 – “PROSTITUTA”				
REGIÃO SUDESTE				
VARIANTES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória
<i>mulher à toa</i>	Inf. 2			

<i>bandida</i>				
<i>barata</i>				
<i>bicheteira</i>				
<i>biscate</i>				
<i>bregueira</i>				
<i>caceteira</i>				
<i>cachorra</i>		Inf. 5		
<i>cadela</i>				
<i>cesta básica</i>				
<i>china</i>				
<i>conquistadora</i>				
<i>espingarda</i>				
<i>mulher que faz ponto</i>				
<i>garota de programa</i>		Inf. 4	Inf. 2	
<i>gata/gato velho</i>				
<i>guerreira</i>				
<i>interesseira</i>				
<i>leviana</i>				
<i>madalena</i>				
<i>maria bagalhão</i>				
<i>meretriz</i>	Inf. 8			
<i>messalina</i>				
<i>mulher da vida</i>	Inf. 1, 8		Inf. 4, 5, 6	Inf. 2, 3

<i>mulher da vida livre</i>				
<i>mulher de vida fácil</i>				
<i>mulher de aluguel</i>				
<i>mulher de programa</i>	Inf. 3, 5		Inf. 6	
<i>mulher de tostão</i>				
<i>mulher desonesta</i>				
<i>mulher fácil</i>				
<i>mulher galinha</i>	Inf. 4			Inf. 7
<i>mulher gasolina</i>				
<i>mulher piranha</i>	Inf. 2, 4	Inf. 3, 5, 8		Inf. 1, 4, 7
<i>mulher sem vergonha</i>				
<i>mulher solteira</i>				
<i>mulher traidora</i>				
<i>mulher vagabunda</i>	Inf. 1, 2, 5, 8		Inf. 3, 8	Inf. 1
<i>mulher viva</i>				
<i>mulher da rua</i>	Inf. 6			
<i>mulher de cabaré</i>				
<i>mulher de zona</i>	Inf. 1			
<i>mundana</i>		Inf. 8		
<i>nega choca</i>				
<i>oferecida</i>				
<i>perdida</i>				
<i>pistoleira</i>				

<i>piti</i>				
<i>prima</i>			Inf. 1	
<i>profissional do sexo</i>				
<i>prostituta</i>	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7,	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8
<i>puta</i>	Inf. 1, 4, 5, 7, 8	Inf. 5, 8	Inf. 3, 5, 7, 8	Inf. 5, 8
<i>quenga</i>				
<i>rameira</i>				
<i>rampeira</i>				
<i>rapariga</i>	Inf. 4			
<i>rasteira</i>				
<i>mulher que roda a bolsinha</i>				Inf. 2
<i>rueira</i>				
<i>safada</i>		Inf. 5		
<i>vaca</i>			Inf. 3	
<i>vadia</i>				Inf. 1
<i>varejeira</i>				
<i>mulher que vende o corpo</i>				
<i>vigarista</i>				
<i>vulgar</i>				

Quadro 19 – Designações documentadas para o QSL 142 - “prostituta”, nas capitais da região Sudeste.

QSL 142 – “PROSTITUTA”			
REGIÃO SUL			
VARIANTES	Informantes por capital		
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
<i>mulher à toa</i>			
<i>bandida</i>			
<i>barata</i>			
<i>bicheteira</i>			
<i>biscate</i>	Inf. 1		
<i>bregueira</i>			
<i>caceteira</i>			
<i>cachorra</i>			
<i>cadela</i>	Inf. 5		
<i>cesta básica</i>			
<i>china</i>		Inf. 4	
<i>conquistadora</i>			
<i>espingarda</i>			
<i>mulher que faz ponto</i>			
<i>garota de programa</i>			
<i>gata/gato velho</i>			
<i>guerreira</i>			
<i>interesseira</i>			
<i>leviana</i>			
<i>madalena</i>			

<i>maria bagalhão</i>			
<i>meretriz</i>		Inf. 5	Inf. 4
<i>messalina</i>			
<i>mulher da vida</i>	Inf. 1	Inf. 7	
<i>mulher da vida livre</i>			
<i>mulher de vida fácil</i>			
<i>mulher de aluguel</i>			
<i>mulher de programa</i>		Inf. 6	
<i>mulher de tostão</i>			
<i>mulher fácil</i>			
<i>mulher galinha</i>	Inf. 4, 6		
<i>mulher gasolina</i>			
<i>mulher piranha</i>	Inf. 5		
<i>mulher sem vergonha</i>			
<i>mulher solteira</i>			
<i>mulher traidora</i>			
<i>mulher vagabunda</i>	Inf. 2, 4, 5, 7	Inf. 3	
<i>mulher viva</i>			
<i>mulher da rua</i>	Inf. 8		
<i>mulher de cabaré</i>			
<i>mulher de zona</i>	Inf. 3		
<i>mundana</i>			
<i>nega choca</i>			

<i>oferecida</i>			
<i>perdida</i>			
<i>pistoleira</i>			
<i>piti</i>			
<i>prima</i>			
<i>profissional do sexo</i>		Inf. 7	
<i>prostituta</i>	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7,	Inf. 1, 2, 3, 6, 7, 8
<i>puta</i>	Inf. 1, 2, 3, 5, 6	Inf. 2, 3, 5, 7, 8	Inf. 5
<i>quenga</i>		Inf. 5	
<i>rameira</i>			
<i>rampeira</i>			
<i>rapariga</i>			
<i>rasteira</i>			
<i>mulher que roda a bolsinha</i>			
<i>rueira</i>			
<i>safada</i>			
<i>solteira</i>			
<i>vaca</i>			
<i>vadia</i>			
<i>varejeira</i>			
<i>mulher que vende o corpo</i>			
<i>vigarista</i>			

<i>vulgar</i>			
---------------	--	--	--

Quadro 20 – Designações documentadas para o QSL 142 - “prostituta”, nas capitais da região Sul.

APÊNDICE E – Designações documentadas para o QSL 147 – “diabo”, nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

QSL 147 “DIABO”						
REGIÃO NORTE						
VARIANTES						
	Belém	Boa Vista	Macapá	Manaus	Porto Velho	Rio Branco
<i>anjo do mal/anjo mau</i>						
<i>anticristo</i>						
<i>belzebu</i>			Inf. 7	Inf. 6		
<i>zebu</i>						
<i>besta/bestafera</i>				Inf. 6		
<i>bicho feio</i>			Inf. 6			
<i>bicho ruim</i>						
<i>cão</i>	Inf. 7	Inf. 2, 6, 7	Inf. 3	Inf. 2, 8	Inf. 3, 6, 7	Inf. 3, 4
<i>capeta</i>	Inf. 1, 7	Inf. 5, 7	Inf. 5, 7	Inf. 2, 5	Inf. 7	Inf. 1, 2
<i>capiroto</i>				Inf. 2		Inf. 5
<i>chifrudo</i>		Inf. 5				
<i>chifrudão</i>						
<i>coisa</i>						
<i>cosia ruim</i>				Inf. 5, 6	Inf. 7	Inf. 5
<i>cramulhão</i>						
<i>criatura</i>						
<i>danoso</i>						

<i>demônio</i>	Inf. 4, 7	Inf. 4	Inf. 3, 4, 7	Inf. 7	Inf. 1, 3, 4	Inf. 5, 8
<i>demo</i>			Inf. 2, 5		Inf. 7	
<i>diabo</i>	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 2, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8
<i>diabinho</i>						
<i>didí</i>						
<i>dindin</i>						
<i>encardido</i>						
<i>enxofre</i>						
<i>estrela vermelha</i>						
<i>exu caveira</i>						
<i>gramunhão</i>						
<i>inimigo</i>	Inf. 4	Inf. 4		Inf. 2	Inf. 1	
<i>lúcifer</i>	Inf. 2, 3,	Inf. 2, 6		Inf. 3		
<i>maligno</i>						
<i>nefisto</i>			Inf. 5,			
<i>pombajira</i>						
<i>príncipe dos céus</i>						
<i>rabudo</i>			Inf. 7			
<i>satanás</i>		Inf. 2, 3, 6, 8	Inf. 2, 4, 6, 7	Inf. 1, 3, 4	Inf. 2, 3, 7, 8	Inf. 2, 3, 7
<i>satã</i>		Inf. 8			Inf. 1	
<i>satangos</i>						
<i>sujo</i>						
<i>tibinga</i>						
<i>tinroso</i>			Inf. 3	Inf. 5		
<i>troço</i>						
<i>zé pilintra</i>						

Quadro 21 – Designações documentadas para o QSL 147 - “diabo”, nas capitais da região Norte.

QSL 147 “DIABO”									
REGIÃO NORDESTE									
VARIANTES									
	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina
<i>anjo do mal/anjo mau</i>								Inf. 6	
<i>anticristo</i>									
<i>belzebu</i>					Inf. 7				
<i>zebu</i>									
<i>besta/besta fera</i>									Inf. 2
<i>bicho feio</i>									
<i>bicho ruim</i>		Inf. 3							
<i>cão</i>	Inf. 1, 3	Inf. 3, 4, 6, 7	Inf. 2, 7, 8	Inf. 2, 4, 5, 6	Inf. 3, 6, 8		Inf. 7	Inf. 1, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8
<i>capeta</i>	Inf. 4	Inf. 4	Inf. 3	Inf. 5		Inf. 2, 4, 7	Inf. 4, 5	Inf. 1, 2, 5, 6, 8	Inf. 4, 5
<i>capiroto</i>									Inf. 4
<i>chifrudo</i>	Inf. 6							Inf. 8	
<i>chifrudão</i>									
<i>coisa</i>									
<i>cosia ruim</i>	Inf. 3	Inf. 6	Inf. 5	Inf. 2			Inf. 5	Inf. 5	
<i>cramulhão</i>									
<i>criatura</i>							Inf. 8		
<i>danoso</i>							Inf. 3		
<i>demônio</i>		Inf. 3, 7	Inf. 1, 4, 6	Inf. 4	Inf. 3, 5, 8	Inf. 6	Inf. 2, 7, 8	Inf. 2, 4, 5	Inf. 1, 2, 7
<i>demo</i>	Inf. 5	Inf. 2					Inf. 5, 8		
<i>diabo</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 5, 7, 8	Inf. 1, 4, 6, 8	Inf. 1, 4, 5, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 5, 6, 8

<i>diabinho</i>									
<i>didi</i>									
<i>dindin</i>									
<i>encardido</i>	Inf. 8				Inf. 7				
<i>enxofre</i>				Inf. 2					
<i>estrela vermelha</i>									
<i>exu caveira</i>									
<i>gramunhão</i>									
<i>inimigo</i>				Inf. 8		Inf. 3			
<i>lúcifer</i>	Inf. 3, 7	Inf. 7	Inf. 4, 7, 8	Inf. 1, 3	Inf. 4, 5, 7	Inf. 1, 7			
<i>maligno</i>									
<i>nefisto</i>									
<i>pombajira</i>									
<i>príncipe dos céus</i>								Inf. 5	
<i>rabudo</i>									
<i>satanás</i>	Inf. 3, 4, 7, 8	Inf. 7	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 3, 5, 7, 8	Inf. 1, 4, 6, 7, 8	Inf. 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>satã</i>			Inf. 6						
<i>satangos</i>									
<i>sujo</i>	Inf. 2			Inf. 8					
<i>tibinga</i>									
<i>tinioso</i>									
<i>troço</i>				Inf. 2					
<i>zé pilintra</i>									

Quadro 22 – Designações documentadas para o QSL 147 - “diabo”, nas capitais da região Nordeste.

QSL 147 “DIABO”			
REGIÃO CENTRO-OESTE			
VARIANTES			
	Campo Grande	Cuiabá	Goiânia
<i>anjo do mal/anjo mau</i>			Inf. 8
<i>anticristo</i>			
<i>belzebu</i>			
<i>zebu</i>		Inf. 2	
<i>besta/bestafera</i>		Inf. 2	
<i>bicho feio</i>			
<i>bicho ruim</i>			
<i>cão</i>			
<i>capeta</i>	Inf. 2, 6, 8	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 8	Inf. 1, 5, 6, 7
<i>capiroto</i>			
<i>chifrudo</i>			
<i>chifrudão</i>			
<i>coisa</i>			Inf. 7
<i>cosia ruim</i>		Inf. 7	
<i>cramulhão</i>			
<i>criatura</i>			
<i>danoso</i>			
<i>demônio</i>	Inf. 1, 7	Inf. 7	Inf. 1, 3, 4, 7, 8
<i>demo</i>			
<i>diabo</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 6,

<i>diabinho</i>		Inf. 7	
<i>didi</i>			
<i>dindin</i>			
<i>encardido</i>			
<i>enxofre</i>			
<i>estrela vermelha</i>			
<i>exú caveira</i>	Inf. 1		
<i>gramunhão</i>			
<i>inimigo</i>			Inf. 2
<i>lúcifer</i>			Inf. 8
<i>maligno</i>			Inf. 8
<i>nefisto</i>			
<i>pombajira</i>	Inf. 1		
<i>príncipe dos céus</i>			
<i>rabudo</i>			
<i>satanás</i>	Inf. 4, 7	Inf. 1, 4	Inf. 2, 4
<i>satã</i>			
<i>satangos</i>			
<i>sujo</i>			
<i>tibinga</i>			
<i>tinioso</i>			
<i>troço</i>			
<i>zé pilintra</i>	Inf. 1		

Quadro 23– Designações documentadas para o QSL 147 - “diabo”, nas capitais da região Centro-Oeste.

QSL 147 “DIABO”				
REGIÃO SUDESTE				
VARIANTES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória
<i>anjo do mal/anjo mau</i>				
<i>anticristo</i>				
<i>belzebu</i>				
<i>zebu</i>				
<i>besta/besta fera</i>			Inf. 5	
<i>bicho feio</i>				
<i>bicho ruim</i>				Inf. 1, 3
<i>cão</i>	Inf. 8			
<i>capeta</i>	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8		Inf. 2, 3, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7
<i>capiroto</i>				
<i>chifrudo</i>	Inf. 8			
<i>chifrudão</i>			Inf. 3	
<i>coisa</i>				
<i>cosia ruim</i>	Inf. 2		Inf. 5, 8	
<i>cramulhão</i>				
<i>criatura</i>				
<i>danoso</i>				
<i>demônio</i>	Inf. 1, 5, 7		Inf. 2, 5, 6	Inf. 2, 8

<i>demo</i>				Inf. 8
<i>diabo</i>	Inf. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>diabinho</i>				
<i>didi</i>			Inf. 2	
<i>dindin</i>				
<i>encardido</i>				
<i>enxofre</i>				
<i>estrela vermelha</i>			Inf. 1	
<i>exú caveira</i>				
<i>gramunhão</i>				
<i>inimigo</i>			Inf. 1	
<i>lúcifer</i>	Inf. 4		Inf. 5	
<i>maligno</i>				
<i>nefisto</i>				
<i>pombajira</i>				
<i>príncipe dos céus</i>				
<i>rabudo</i>				
<i>satanás</i>			Inf. 2, 5, 6	Inf. 2, 7
<i>satã</i>				
<i>satangos</i>	Inf. 4			
<i>sujo</i>				
<i>tibinga</i>				
<i>tinroso</i>				

<i>troço</i>				Inf.3
<i>zé pilintra</i>				

Quadro 24– Designações documentadas para o QSL 147 - “diabo”, nas capitais da região Sudeste.

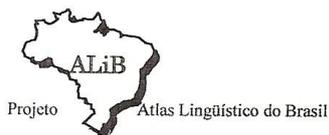
QSL 147 “Diabo”			
REGIÃO SUL			
VARIANTES			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
<i>anjo do mal/anjo mau</i>	Inf. 5		
<i>anticristo</i>			
<i>belzebu</i>			
<i>zebu</i>			
<i>besta/bestafera</i>			
<i>bicho feio</i>			
<i>bicho ruim</i>			
<i>cão</i>			
<i>capeta</i>	Inf. 3, 7	Inf. 5, 7	
<i>capiroto</i>			
<i>chifrudo</i>			
<i>chifrudão</i>			
<i>coisa</i>			
<i>cosia ruim</i>	Inf. 5	Inf. 5, 6, 8	
<i>cramulhão</i>	Inf. 7		

<i>criatura</i>			
<i>danoso</i>			
<i>demônio</i>	Inf. 1, 4	Inf. 2, 6, 7	Inf. 1
<i>demo</i>	Inf. 8		
<i>diabo</i>	Inf. 1, 2, 5, 6, 7,	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8	Inf. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
<i>diabinho</i>			
<i>didí</i>			
<i>dindin</i>		Inf. 6	
<i>encardido</i>			
<i>enxofre</i>			
<i>estrela vermelha</i>			
<i>exú caveira</i>			
<i>gramunhão</i>	Inf. 1		
<i>inimigo</i>			
<i>lúcifer</i>			
<i>maligno</i>			
<i>nefisto</i>			
<i>pombajira</i>			
<i>príncipe dos céus</i>			
<i>rabudo</i>			
<i>satanás</i>	Inf. 4, 5, 8	Inf. 4, 7	
<i>satã</i>	Inf. 5		
<i>satangos</i>			

<i>sujo</i>			
<i>tibinga</i>		Inf. 4, 8	
<i>tinroso</i>			
<i>Troço</i>			
<i>zé pilintra</i>			

Quadro 25 – Designações documentadas para o QSL 147 - “diabo”, nas capitais da região Sul.

ANEXO A – Declaração de autorização de uso do *corpus* para a pesquisa



DECLARAÇÃO

Ao utilizar como referencial empírico do trabalho de Pós-Graduação, intitulado *Tabus lingüísticos e norma lexical: um estudo geolingüístico da região Centro-Oeste do Brasil*, que desenvolvo sob a orientação **Aparecida Negri Isquierdo**, Diretor Científico do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (**Projeto ALiB**), dados do *corpus* desse Projeto, declaro:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil, colaborando, se requerido, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador.

Campo Grande, 08 de fevereiro de 2010

Vanessa Cristina M. Benke
Vanessa Cristina Martins Benke

RG: 001.670.497– SSP/MS CPF: 310.198.968-09

CIENTE

[Assinatura]
 Orientador: Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo
 Diretor Científico

REGISTRADO no *008*

Projeto ALiB sob nº

[Assinatura]
 Projeto Atlas Lingüístico do Brasil
Suzana Alice Marcelino Cardoso
 Diretora-Presidente

ANEXO B – Excerto do Questionário Semântico-Lexical (Projeto ALiB) – áreas semânticas *ciclos da vida, convívio e comportamento social e religião e crenças.*

CICLOS DA VIDA

121. MENSTRUACÃO

As mulheres perdem sangue todos os meses. Como se chama isso?

122. ENTRAR NA MENOPAUSA

Numa certa idade acaba a/o _____ (cf. item 121). Quando isso acontece, se diz que a mulher _____.

123. PARTEIRA

... a mulher que ajuda a criança a nascer?

124. DAR À LUZ

Chama-se a _____ (cf. item 123) quando a mulher está para _____.

125. GÊMEOS

... duas crianças que nasceram no mesmo parto?

126. ABORTO

Quando a mulher grávida perde o filho, se diz que ela teve _____.

127. ABORTAR

Quando a mulher fica grávida e, por algum motivo, não chega a ter a criança, se diz que ela _____?

128. AMA-DE-LEITE

Quando a mãe não tem leite e outra mulher amamenta a criança, como chamam essa mulher?

129. IRMÃO DE LEITE

O próprio filho da _____ (cf. item 128) e a criança que ela amamenta são o quê um do outro?

130. FILHO ADOTIVO

... a criança que não é filho verdadeiro do casal, mas que é criada por ele como se fosse?

131. FILHO MAIS MOÇO/CAÇULA

... o filho que nasceu por último?

132. MENINO/GURI/PIÁ

Criança pequenininha, a gente diz que é bebê. E quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino?

133. MENINA

E se for do sexo feminino, como se chama?

134. MADRASTA

Quando um homem fica viúvo e casa de novo, o que a segunda mulher é dos filhos que ele já tinha?

135. FINADO / FALECIDO

Numa conversa, para falar de uma pessoa que já morreu, geralmente as pessoas não a tratam pelo nome que tinha em vida. Como é que se referem a ela?

CONVÍVIO E COMPORTAMENTO SOCIAL

136. PESSOA TAGARELA

... a pessoa que fala demais?

137. PESSOA POUCO INTELIGENTE

... a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas?

138. PESSOA SOVINA

... a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar?

139. MAU PAGADOR

... a pessoa que deixa suas contas penduradas?

140. ASSASSINO PAGO

... a pessoa que é paga para matar alguém?

141. MARIDO ENGANADO

... o marido que a mulher passa para trás com outro homem?

142. PROSTITUTA

... a mulher que se vende para qualquer homem?

143. XARÁ

... a pessoa que tem o mesmo nome da gente?

144. BÊBADO (DESIGNAÇÕES)

Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?

145. CIGARRO DE PALHA

Que nomes dão ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão?

146. TOCO DE CIGARRO

... o resto do cigarro que se joga fora?

RELIGIÃO E CRENÇAS

147. DIABO

Deus está no céu e no inferno está _____.

148. FANTASMA

O que algumas pessoas dizem já ter visto, à noite, em cemitérios ou em casas, que se diz que é do outro mundo?

149. FEITIÇO

O que certas pessoas fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas?

150. AMULETO

... o objeto que algumas pessoas usam para dar sorte ou afastar males?

151. BENZEDEIRA

... uma mulher que tira o mau-olhado com rezas, geralmente com galho de planta?

152. CURANDEIRO

... a pessoa que trata de doenças através de ervas e plantas?

153. MEDALHA

... a chapinha de metal com um desenho de santo que as pessoas usam, geralmente no pescoço, presa numa corrente?

154. PRESÉPIO

No Natal, monta-se um grupo de figuras representando o nascimento do Menino Jesus. Como chamam isso?

ÍNDICE REMISSIVO

1. Índice remissivo dos itens lexicais estudados¹⁰³

A

analfabeto, 117, 118, 127, 131, 136, 139, 184, 263, 266, 269, 271, 274
 anjo do mal, 208, 209, 221, 230
 anjo do mal/anjo mau, 208, 209, 221
 anjo mau, 209, 215, 217, 304, 306, 309, 311, 313
 anta, 117, 118, 130, 133, 134, 135, 141, 145, 151, 263, 266, 269, 271, 274
 anticristo, 208, 209, 221, 223, 230, 304, 306, 309, 311, 313
 atrasado, 117, 118, 126, 127, 133, 135, 263, 266, 269, 271, 274

B

babaca, 151, 152, 158, 160, 167, 276, 278, 280, 282, 284
 bandeira/bandeira vermelha, 67, 70, 90, 91, 92, 102, 103, 110, 249, 252, 256, 258, 260
 bandida, 170, 178, 190, 286, 289, 294, 298, 301
 barata, 170, 172, 190, 191, 192, 199, 207, 286, 290, 294, 298, 301
 belzebu, 208, 210, 221, 304, 306, 309, 311, 313
 besta, 117, 118, 130, 133, 134, 141, 145, 208, 210, 211, 221, 263, 266, 269, 271, 274, 304, 306, 309, 311, 313
 bestafera, 208, 211, 221, 304, 309, 313
 bicheteira, 170, 175, 190, 191, 192, 238, 286, 290, 294, 298, 301
 bicho feio, 208, 211, 221, 222, 223, 304, 306, 309, 311, 313
 bicho ruim, 208, 211, 221, 222, 231, 234, 304, 306, 309, 311, 313
 biscate, 46, 170, 178, 190, 206, 207, 239, 286, 290, 294, 298, 301
 bode/variantes, 12, 23, 90, 91, 92, 93, 94, 103, 105, 109, 110, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 237, 238, 239, 249, 252, 256, 258, 261
 boi/variantes, 10, 12, 26, 65, 70, 90, 91, 93, 94, 97, 102, 103, 105, 108, 109, 112, 113, 114, 116, 151, 153, 156, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 169, 237, 238, 239, 249, 252, 256, 258, 261, 276, 278, 280, 282, 284
 boiada, 91, 93, 249, 252, 256, 258, 261
 bregueira, 170, 179, 190, 191, 192, 206, 238, 286, 290, 294, 298, 301
 broco, 117, 118, 129, 135, 146, 263, 266, 269, 271, 274
 bundão, 151, 152, 158, 160, 167, 276, 278, 281, 282, 284
 burrinho, 131, 132, 134, 146
 burro, 12, 17, 50, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 146, 150, 236, 237, 263, 266, 269, 271, 274

¹⁰³ Foram relacionadas neste índice as unidades lexicais que constituíram o *corpus* desta pesquisa, isto é, respostas fornecidas para as perguntas 121, 137, 141, 142 e 147 do QSL/ALiB analisadas no trabalho.

C

cabeça dura, 23, 117, 118, 125, 133, 134, 263, 266, 269, 271, 274
 cabeçudo, 117, 118, 125, 133, 135, 263, 266, 269, 272, 274
 caceteira, 170, 175, 190, 191, 192, 238, 286, 290, 294, 298, 301
 cachorra, 170, 172, 174, 190, 191, 199, 286, 290, 295, 298, 301
 cadela, 170, 172, 174, 190, 191, 199, 237, 286, 290, 295, 298, 301
 cangalha, 151, 153, 158, 159, 160, 276, 278, 281, 282, 284
 cão, 208, 212, 221, 224, 229, 234, 239, 304, 307, 309, 311, 314
 capeta, 13, 208, 213, 221, 224, 227, 229, 235, 239, 304, 307, 309, 311, 314
 capiroto, 208, 213, 221, 231, 234, 235, 239, 305, 307, 309, 311, 314
 cavalo, 117, 118, 119, 132, 133, 134, 135, 141, 145, 151, 263, 266, 269, 272, 274
 cesta básica, 170, 172, 176, 191, 192, 286, 290, 295, 298, 301

Ch

chapéu, 151, 153, 158, 159, 160, 276, 278, 281, 282, 284
 cheio de ponta, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 276, 278, 281, 282, 284
 chico/variantes, 12, 90, 91, 94, 95, 96, 102, 103, 110, 111, 117, 249, 252, 253, 256, 258, 261
 chifrudão, 208, 213, 221, 222, 223, 230, 305, 307, 309, 312, 314
 chifrudo, 50, 151, 153, 155, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 169, 208, 213, 214, 221, 222, 231, 234, 237, 276, 278, 281, 282, 284, 305, 307, 309, 312, 314
 china, 170, 179, 191, 192, 206, 286, 290, 295, 298, 301
 chiquinho, 91, 94, 96, 103, 249, 252, 256, 258, 261

C

ciclo menstrual, 90, 91, 96, 98, 101, 102, 103, 250, 253, 256, 259, 261
 coisa, 39, 42, 43, 44, 47, 52, 53, 57, 91, 98, 189, 208, 211, 221, 222, 223, 230, 305, 307, 309, 312, 314
 coisa ruim, 208, 211, 221, 222
 coitado, 96, 151, 157, 158, 276, 278, 281, 282, 284
 conquistadora, 170, 180, 191, 192, 286, 290, 295, 298, 301
 cornélio, 151, 157, 158, 159, 276, 278, 281, 283, 284
 corno, 13, 26, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 169, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 285
 corno cebola, 151, 155, 158, 159, 169
 corno cururu, 151, 155, 158, 159, 169
 corno de biqueira, 151, 155, 158, 159, 160, 169
 corno de goteira/corno goteira, 151, 155, 158, 169
 corno lagartixa, 151, 155, 158, 159, 160, 169
 corno manso, 151, 155, 156, 158
 corno na marra, 151, 155, 157, 158, 160, 169

corno pontual, 151, 155, 158, 160, 169
 corno velho, 151, 155, 156, 158, 160, 169
 cornudo, 151, 153, 157, 158, 277, 279, 281, 283, 285
 cramulhão, 208, 214, 222, 223, 234, 305, 307, 310, 312, 314
 criatura, 208, 221, 222, 223, 230, 305, 307, 310, 312, 314

D

danoso, 208, 214, 221, 222, 223, 230, 305, 307, 310, 312, 314
 débil, 117, 119, 122, 124, 125, 133, 135, 147, 263, 266, 269, 272, 274
 deficiente, 117, 119, 122, 125, 133, 150, 263, 266, 269, 272, 274
 déficit cognitivo, 117, 118, 119, 128, 134, 135, 145, 264, 266, 269, 272, 274
 demo, 41, 47, 208, 215, 221, 222, 231, 234, 305, 307, 310, 312, 314
 demônio, 47, 208, 209, 210, 212, 215, 216, 219, 220, 221, 232, 305, 307, 310, 312, 314
 desatento, 117, 119, 130, 134, 264, 266, 269, 272, 274
 despercebido, 117, 119, 130, 134, 135, 264, 266, 269, 272, 274
 devagar, 117, 119, 126, 133, 264, 266, 269, 272, 274
 diabinho, 208, 216, 217, 221, 223, 230, 305, 307, 310, 312, 314
 diabo, 8, 13, 14, 41, 43, 50, 51, 52, 57, 90, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216,
 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238,
 239, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315
 didi, 208, 216, 221, 222, 223, 305, 307, 310, 312, 314
 difícil, 117, 119, 127, 130, 134, 135, 146, 157, 181, 264, 266, 269, 272, 274
 dindin, 208, 216, 221, 222, 223, 305, 307, 310, 312, 314
 displicente, 117, 119, 130, 134, 135, 264, 266, 270, 272, 274
 doença, 46, 57, 91, 98, 129, 250, 253, 256, 259, 261
 doente/variantes, 90, 91, 98, 99, 102, 122, 250, 253, 256, 259, 261

E

encardido, 208, 214, 221, 222, 230, 234, 305, 307, 310, 312, 314
 energúmeno, 117, 119, 124, 133, 135, 264, 267, 270, 272, 274
 enganado/marido enganado, 151, 157, 158, 277, 279, 281, 283, 285
 enxofre, 208, 218, 221, 222, 223, 305, 308, 310, 312, 314
 escrever com tinta vermelha, 90, 99, 102, 103, 104, 110, 116, 250, 253, 256, 259, 261
 espingarda, 170, 172, 175, 191, 192, 199, 206, 207, 287, 290, 295, 298, 301
 estar com galho na cabeça, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 277, 280, 282, 283, 285
 estar moranguinho, 90, 99, 103, 104, 110, 116, 239, 251, 255, 257, 260, 262
 estar no dia, 91, 100, 251, 254, 257, 260, 262
 estar no dia/nos dias, 91, 254, 257, 260, 262
 estrela vermelha, 208, 218, 223, 305, 308, 310, 312, 314
 excepcional, 117, 119, 121, 122, 125, 133, 135, 147, 264, 267, 270, 272, 274
 exu caveira, 208, 218, 219, 221, 305, 308

F

fácil, 130, 152, 170, 180, 189, 191, 240, 287, 288, 291, 295, 296, 299, 302
 fase menstrual, 91, 250, 253, 256, 259, 261
 frouxo, 151, 152, 158, 160, 167, 277, 279, 281, 283, 285

G

galheiro, 151, 153, 154, 158, 159, 277, 279, 281, 283, 285
 galhudo, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 277, 279, 281, 283, 285
 galinha, 26, 170, 172, 173, 174, 182, 190, 191, 199, 287, 288, 292, 295, 296, 299, 302
 garota de programa, 170, 188
 gata/gato velho, 170, 172, 190, 191, 287, 290, 295, 298, 302
 gramunhão, 208, 214, 222, 223, 234, 305, 308, 310, 312, 314
 guampudo, 151, 153, 157, 158, 159, 166, 169, 277, 279, 281, 283, 285
 guerreira, 170, 181, 191, 192, 287, 290, 295, 298, 302

H

hemorragia, 90, 100, 102, 103, 104, 250, 253, 257, 259, 261

I

i.é, 91, 98, 99, 103, 250, 254, 257, 259, 262
 ideia fraca, 117, 118, 119, 133, 134, 135, 145, 264, 267, 270, 272, 274
 idiota, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 133, 135, 147, 264, 267, 270, 272, 275
 ignorante, 117, 119, 122, 123, 124, 127, 129, 134, 146, 264, 267, 270, 272, 275
 imbecil, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 135, 147, 264, 267, 270, 272, 275
 incomodada, 91, 98, 99, 250, 254, 257, 259, 262
 incômodo, 90, 91, 98, 102, 250, 253, 257, 259, 261
 incompetente, 117, 119, 129, 134, 135, 264, 267, 270, 272, 275
 inimigo, 208, 209, 212, 217, 221, 222, 231, 232, 235, 305, 308, 310, 312, 314
 interesseira, 170, 181, 191, 192, 287, 291, 295, 298, 302

J

jegue, 117, 118, 119, 130, 133, 134, 135, 141, 145, 151, 264, 267, 270, 272, 275
 jumento, 117, 119, 130, 131, 133, 135, 141, 264, 267, 270, 272, 275

L

lento, 117, 118, 119, 120, 125, 133, 134, 136, 139, 145, 264, 265, 267, 268, 270, 272, 273, 275
 lerdo, 117, 119, 126, 133, 136, 139, 264, 267, 270, 272, 275
 lesa/lesado, 117, 120, 124, 125, 133, 147, 264, 267, 270, 272, 275
 levar galha, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 277, 280, 282, 283, 285
 levar ponta, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 277, 280, 282, 283, 285
 levar ponta., 158

leviana, 170, 172, 174, 181, 191, 205, 238, 287, 291, 295, 298, 302
 limitado, 36, 65, 117, 120, 129, 134, 135, 146, 264, 267, 270, 272, 275
 Lúcifer, 208, 219, 221, 305, 308, 310, 312, 314

M

madalena, 170, 176, 177, 191, 192, 287, 291, 295, 298, 302
 maligno, 18, 57, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 229, 230, 234, 236, 305, 308, 310, 312, 315
 maria bagalhão, 170, 176, 191, 192, 207, 287, 291, 295, 298, 302
 menarca, 90, 96, 100, 102, 104, 250, 254, 257, 259, 262
 menstruação, 8, 10, 12, 23, 43, 51, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 108, 116, 117, 237, 238, 239, 249, 250, 251, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 263
 menstruada/variantes, 91, 96, 97, 99, 250, 254, 257, 259, 262
 menstruar, 91, 96, 97, 99, 251, 254, 257, 259, 262
 meretriz, 170, 173, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 205, 208, 238, 287, 291, 295, 298, 302
 mês menstrual, 91, 250, 253, 256, 259, 261
 messalina, 170, 176, 177, 191, 192, 207, 287, 291, 295, 299, 302
 moco, 117, 120, 123, 124, 133, 135, 147, 264, 267, 270, 273, 275
 mole, 132, 151, 152, 158, 160, 167, 277, 280, 282, 283, 285
 mulher à toa, 170, 177, 190, 192, 286, 289, 294, 298, 301
 mulher da vida, 13, 170, 189, 191, 192, 195, 200, 201, 287, 291, 295, 299, 302
 mulher da vida livre, 170, 189, 191
 mulher de aluguel, 170, 189, 191, 287, 291, 295, 299, 302
 mulher de cabaré, 170, 179, 190, 191, 192, 288, 292, 296, 299, 303
 mulher de programa, 170, 188, 191
 mulher de rua, 170, 179, 191
 mulher de tostão, 171, 187, 190, 191, 192, 287, 291, 295, 299, 302
 mulher de vida fácil, 171, 180, 189, 191
 mulher de zona, 171, 179, 190, 191, 288, 292, 296, 299, 303
 mulher fácil, 171, 180, 191
 mulher galinha, 171, 173, 190
 mulher gasolina, 171, 187, 190, 191, 192, 288, 292, 296, 299, 302
 mulher piranha, 171, 173, 190
 mulher que faz ponto, 170, 287, 290, 295, 298, 301
 mulher que roda a bolsinha, 170, 176, 191, 192, 289, 293, 297, 300, 303
 mulher que vende o corpo, 170, 182, 187, 289, 294, 297, 300, 304
 mulher sem vergonha, 171, 187, 190, 191, 192, 288, 292, 296, 299, 302
 mulher solteira, 171, 186, 191, 205, 206, 207, 208
 mulher traidora, 171, 190, 191, 192, 296, 299, 302
 mulher vagabunda, 13, 171, 186, 190, 194, 201, 202, 208, 238, 302
 mulher viva, 171, 189, 190, 191, 192, 288, 292, 296, 299, 302

mundana, 170, 182, 191, 192, 205, 238, 288, 292, 296, 299, 303

N

não ter sabedoria, 117, 118, 120, 129, 134, 135, 145, 264, 267, 270, 273, 275

naqueles dias, 90, 91, 100, 103, 251, 254, 257, 259, 262

nefisto, 208, 219, 221, 223, 305, 308, 310, 312, 315

nega choca, 170, 182, 190, 191, 192, 288, 292, 296, 299, 303

nos dias dela, 91, 100, 251, 254, 257, 260, 262

O

oferecida, 86, 170, 180, 288, 292, 296, 300, 303

otário, 151, 152, 158, 160, 167, 277, 280, 282, 283, 285

P

pamonha, 117, 118, 120, 132, 133, 134, 141, 145, 264, 267, 270, 273, 275

paquete, 90, 97, 101, 103, 114, 116, 117, 251, 254, 257, 259, 262

paspalho, 118, 120, 124, 133, 135, 147, 264, 267, 270, 273, 275

perdida, 170, 182, 191, 192, 205, 288, 292, 296, 300, 303

período menstrual, 91, 98, 102, 250, 253, 256, 259, 261

piranha, 170, 172, 173, 178, 186, 190, 191, 199, 288, 292, 296, 299, 302

pistoleira, 170, 178, 190, 288, 293, 296, 300, 303

piti, 170, 191, 192, 288, 293, 296, 300, 303

pombajira, 208, 218, 219, 221, 223, 305, 308, 310, 312, 315

prima, 170, 183, 191, 288, 293, 296, 300, 303

problemático, 118, 120, 128, 134, 265, 268, 270, 273, 275

profissional do sexo, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 288, 293, 296, 300, 303

prostituta, 170, 183, 193, 194, 288, 293, 296, 300, 303

puta, 13, 170, 184, 190, 193, 195, 200, 208, 238, 288, 293, 296, 300, 303

Q

Q.I baixo, 118, 120, 128, 134, 145

quenga, 170, 184, 190, 206, 288, 293, 297, 300, 303

R

rabudo, 208, 213, 221, 222, 223, 230, 305, 308, 310, 313, 315

raciocínio lento, 118, 126, 133

rameira, 170, 184, 185, 289, 293, 297, 300, 303

rampeira, 170, 185, 190, 206, 207, 289, 293, 297, 300, 303

rapariga, 13, 170, 185, 190, 191, 193, 195, 197, 199, 200, 208, 238, 289, 293, 297, 300, 303

rasteira, 170, 185, 190, 192, 289, 293, 297, 300, 303

regra/variantes, 12, 36, 90, 91, 97, 101, 102, 108, 111, 112, 117, 238, 251, 255, 257, 260, 262

repetente, 118, 120, 127, 133, 135, 265, 268, 270, 273, 275
 retardado, 118, 120, 122, 125, 126, 133, 136, 139, 148, 265, 268, 271, 273, 275
 retardatário, 118, 120, 122, 126, 133, 135, 265, 268, 271, 273, 275
 rude/rudo, 12, 118, 120, 127, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 141, 150, 238, 265, 268, 271, 273, 275
 rueira, 170, 179, 191, 192, 289, 293, 297, 300, 303
 ruim da memória, 118, 120, 127, 134, 135, 145
 ruim do juízo, 118, 120, 127, 134, 135, 265, 268, 271, 273, 276

S

safada, 170, 186, 190, 289, 293, 297, 300, 303
 salário mínimo, 90, 101, 103, 104, 110, 116, 239, 251, 255, 257, 260, 262
 sangramento, 90, 100, 103, 251, 255, 257, 260, 262
 satã, 41, 209, 217, 221, 222, 231, 306, 308, 310, 313, 315
 satanás, 13, 209, 210, 217, 221, 224, 227, 229, 230, 306, 308, 310, 313, 315
 satangos, 209, 217, 222, 223, 230, 306, 308, 311, 313, 315
 sinal vermelho, 90, 91, 92, 103, 110, 251, 255, 257, 260, 262
 solteira, 170, 186, 191, 205, 206, 207, 208, 238, 288, 289, 292, 294, 296, 297, 299, 302, 303
 sujo, 209, 214, 220, 221, 222, 231, 234, 306, 308, 311, 313, 315

T

tanso, 118, 120, 124, 125, 133, 135, 148, 265, 268, 271, 273, 276
 tapado, 118, 120, 123, 124, 125, 133, 148, 265, 268, 271, 273, 276
 ter dificuldade, 118, 121, 130, 134, 135, 145, 265, 268, 271, 273, 276
 ter galho, 151, 153, 154, 159, 160, 277, 280, 282, 284, 285
 ter problema, 118, 120, 121, 128, 134, 135, 145, 265, 268, 270, 271, 273, 275, 276
 ter problema de aprendizagem, 118, 128, 134, 135, 145, 265, 268, 270, 273, 275
 terça-feira, 118, 121, 126, 133, 134, 135, 141, 145, 150, 151, 265, 268, 271, 273, 276
 tibia, 209, 220, 234, 244, 306, 308, 311, 313, 315
 tihoso, 209, 220, 221, 231, 232, 235, 238, 306, 308, 311, 313, 315
 tonto, 118, 121, 124, 125, 133, 135, 148, 265, 269, 271, 273, 276
 touro, 151, 153, 158, 159, 277, 280, 282, 284, 285
 TPM/variantes, 90, 91, 94, 102, 103, 251, 255, 258, 260, 262
 traído/marido traído, 151, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 166, 169, 277, 280, 282, 284, 285
 troço, 209, 211, 221, 222, 231, 306, 309, 311, 313
 trouxa, 151, 152, 158, 160, 167, 278, 280, 282, 284, 285

V

vaca, 26, 170, 172, 174, 190, 191, 199, 289, 294, 297, 300, 303
 vadia, 170, 186, 190, 289, 294, 297, 300, 304
 vagabunda, 13, 170, 186, 190, 191, 195, 288, 292, 294, 296, 297, 299
 varejeira, 170, 172, 174, 190, 191, 192, 289, 294, 297, 300, 304

vigarista, 170, 187, 190, 192, 289, 294, 297, 300, 304
 vulgar, 93, 170, 186, 187, 190, 192, 289, 294, 297, 301, 304

Z

zé pelintra, 209, 218, 219, 221, 223
 zebu, 208, 210, 221, 222, 223, 304, 306, 309, 311, 313

2. Índice de palavras específicas¹⁰⁴.

E

eufêmica, 81, 93, 96, 99, 100, 102, 103, 133, 134, 135, 138, 146, 147, 158, 159, 164, 176, 177, 183, 190, 191, 200, 209, 210, 213, 215, 216, 217
 eufêmico, 14, 99, 100, 122, 146, 151, 156, 158, 201, 210, 211, 214, 216, 217, 231
 eufemismo, 18, 46, 47, 51, 101, 157, 158, 182, 212, 238, 240, 243, 246

L

léxico, 8, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 37, 41, 47, 59, 62, 79, 94, 104, 117, 118, 236, 237, 239, 240, 242, 244, 245, 246

M

metáforas, 12, 18, 26, 48, 49, 82, 95, 108, 111, 136, 141, 142, 143, 145, 151, 159, 172, 174, 175, 197, 199, 237

R

recurso substitutivo, 50, 100, 101, 217

T

tabu, 8, 18, 20, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 97, 99, 100, 103, 117, 130, 132, 135, 136, 150, 158, 159, 172, 178, 192, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 222, 231, 236, 240, 242, 245
 tabuística, 17, 18, 41, 50, 57, 81, 92, 97, 102, 123, 134, 147, 150, 155, 183, 219, 222, 224, 229
 tabuístico, 14, 92, 93, 97, 103, 126, 135, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 178, 179, 184, 219, 232, 234, 235, 236, 240
 tabus, 8, 11, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 59, 79, 80, 89, 92, 96, 97, 100, 103, 132, 133, 136, 138, 221, 222, 231, 236, 238, 240, 241, 242
 tabus linguísticos, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 41, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 59, 79, 80, 89, 132, 136, 221, 222, 231, 236, 237, 238, 240, 241, 242

¹⁰⁴ Neste índice foram arroladas as palavras que remetem ao objeto de estudo e ao enfoque adotado para fins de análise desta pesquisa.

U

unidade lexical, 11, 38, 50, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 108, 109, 108, 113, 114, 115, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 141, 143, 141, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 161, 162, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174,175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 197, 200, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 227, 229, 231, 232, 235, 237, 238, 239